



# **Habitação Social como Bem Cultural**

valores e conservação do IAPI Vila Guiomar



**Habitação Social como Bem Cultural**  
valores e conservação do IAPI Vila Guiomar

**Larissa Cristina da Silva**

Orientação, Prof.<sup>a</sup> Dra. Flávia Brito do Nascimento

Trabalho Final de Graduação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade de São Paulo

São Paulo | julho | 2018

## RESUMO

Recentemente, por meio dos trabalhos de autores como Bonduki (1998; 2014), Bonduki e Koury (2014), Botas (2016), Bruna (2010) e Nascimento (2008; 2016) a produção de habitação social, realizada pelo Estado entre o período de 1930 a 1964, foi inserida na historiografia da arquitetura e do urbanismo modernos (NASCIMENTO, 2017). Entre essa produção podemos destacar como significativos os empreendimentos realizados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) em virtude de sua expansão pelo país e porque se configuraram como os primeiros projetos de moradia social executados pelo governo federal. Contudo, se a habitação social encontrou seu espaço nas narrativas históricas, o mesmo não pode ser dito em relação ao campo do patrimônio. Poucos são os conjuntos reconhecidos como patrimônio cultural por meio do tombamento e, quando o são, a justificativa de sua importância é respaldada a partir da exaltação de seus valores documentais e estéticos em detrimento aos demais. Frente a isso, o presente trabalho se coloca diante do desafio de perceber o (IAPI) Conjunto Vila Guiomar como um patrimônio cultural a partir da investigação das matrizes de valores que lhe são atribuídas no momento presente. Para atingir esse objetivo, será adotada uma abordagem que seja capaz de perceber por meio da materialidade e das imaterialidades conexões simbólicas que são estabelecidas com o Conjunto. Fragmentado em três partes – materialidade, essência e patrimônio – este trabalho se desenvolve de modo a evidenciar suas interligações e complementariedades para, ao final, comporem uma reflexão sobre a relevância do objeto de estudo e atitudes necessárias à sua salvaguarda. O conjunto de análises e aproximações apresentadas a seguir foi concebido como um exercício de percepção profunda e, na medida do possível, sensível quanto à importância do Conjunto Vila Guiomar como um documento com atributos cognitivos e estéticos e, fundamentalmente, como um lugar construído e apropriado na dimensão cotidiana pelos agentes sociais que com ele se relacionam.

Palavras-Chave: Conjunto Vila Guiomar, habitação social, patrimônio cultural, matriz de valores.

## ABSTRACT

Recently, through authors like Bonduki and Koury (2014), Botas (2016), Bruna (2010) and Nascimento (2008; 2016), the production of social housing, carried out by the State between 1930 and 1964, was inserted in the historiography of modern architecture and urbanism (NASCIMENTO, 2017). Among this production we can highlight as significant the projects carried out by the Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) due to their expansion in the country and because they were the first projects of social housing implemented by the federal government. However, if social housing has found its place in historical narratives, the same cannot be said in relation to the heritage field. Few sets are recognized as cultural heritage through protection laws, and when they are, the justification for their importance is backed up by the exaltation of their documentary and aesthetic values to the detriment of others. In the face of this, the present paper stands before the challenge of perceiving the Conjunto Vila Guiomar (IAPI) as a cultural heritage based on the investigation of the matrices of values attributed to it in the present moment. To reach this goal, an approach will be adopted that is able to perceive through the materiality and the immaterialities symbolic connections that are established with the Conjunto. Fragmented in three phases – materiality, essence and heritage – this work is developed to show its interconnections and complementarities, to reflect on the relevance of the object of study and the necessary attitudes for its safeguarding. The set of analyzes and approaches presented below was conceived as an exercise of deep and, as far as possible, sensitive perception of the importance of Conjunto Vila Guiomar as a document with cognitive and aesthetic attributes and, fundamentally, as a place built and appropriate in the daily dimension by the social agents that relate to it.

Keywords: Conjunto Vila Guiomar, social housing, cultural heritage, matrix of values.

# AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho só foi possível porque ao longo de sua trajetória pude contar com o apoio, a amizade e o carinho de muitas pessoas, às quais agradeço profundamente.

À Flávia pela paciência, compreensão, disposição e orientação minuciosa. Por acreditar em mim e na minha capacidade, mesmo nos momentos em que o trabalho caminhou lentamente. Pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos e por segurar na minha mão e indicar caminhos possíveis de desdobramento da minha intenção inicial de estudar a tríade Vila Guiomar - Patrimônio - Espaços Livres.

Aos professores Nabil Bonduki e Simone Scifoni pela gentileza e disponibilidade em comporem a banca.

Ao pessoal do Iphan-SP, pelo acolhimento e por me proporcionar contato com o cotidiano do patrimônio. Especialmente à Eneida Ferraz e à Carol Padua, por me permitirem ser a estagiária da arquitetura, pela paciência e dedicação no desenvolvimento do trabalho das fazendas de café e pelas conversas tão inspiradoras sobre os desafios e riquezas presentes no campo patrimonial.

Aos moradores do Vila Guiomar por disporem de um pouco de tempo para conversarmos sobre este rico lugar. Especialmente à Tania Lacerda pela ajuda e empenho em tornar as oficinas uma realidade.

Aos queridos amigos Eduardo, Flávia, Guilherme, Luiza, Mariana e Thiago por serem um presente na minha vida, por tornarem a caminhada da graduação mais leve e construírem belas histórias junto a mim. Um agradecimento extra aos queridos Eduardo, Mariana e Thiago pela ajuda no desenvolvimento das oficinas que lhes custaram horas de sono em alguns finais de semana.

À toda minha família, estabelecida por laços sanguíneos ou afetivos, pelas relações e situações vividas que me permitiram ser quem sou. Aos meus pais, Luiz Sergio e Nilva, pelo carinho, amor, apoio e educação. E pelo respeito em me aceitarem tão rebelde, teimosa e “fora da curva”. Aos meus irmãos, Letícia e Luiz Victor, por me permitirem sentir e entender que o amor fraternal precisa ter suas doses de felicidades e desentendimentos. Por comporem um dos lares em que sempre quero estar.

Ao Ree por fazer minha alma sorrir, minhas mãos gelarem e meu coração palpitar. Por, mesmo sem entender o que este trabalho significa, compreender que sua realização era importante para mim. Pelo cotidiano, por nossa sintonia inexplicável e engraçada, por ser a pessoa certa e por me permitir sentir e entender que o mais importante na vida é o amor, seja ele ágape, philos ou eros.

Por fim, à energia divina que permeia todas as esferas da vida.

# APRESENTAÇÃO

No início de 2012, ingressei na FAU-USP e ainda persiste viva em minhas lembranças a sensação de desorientação quanto as diversas áreas de interesse disponíveis dentro do curso de arquitetura e urbanismo. A ânsia de encontrar um ‘rumo’ dentro das possibilidades existentes era comum e, em meio aos quarenta créditos semanais, tivemos a oportunidade de testar alguns temas que pudessem nos atrair. Vim para a FAU interessada em assuntos pertinentes ao urbanismo, mas minhas duas primeiras disciplinas de planejamento urbano não foram tão proveitosas e, aos poucos, fui me aproximando mais dos conteúdos procedentes do departamento de história (AUH).

Em 2013, os professores Luiz Recaman e Leandro Medrano iniciaram um grande projeto de pesquisa sobre habitações coletivas e pediram que os alunos interessados entrassem em contato. Ambos professores ministravam disciplinas do AUH e eu ainda não havia começado nenhuma pesquisa de iniciação científica, assim, mostrei interesse em participar. Intitulado “Habitação Social e Urbanização na Industrialização de São Paulo”, o projeto tinha a pretensão de estudar diversos conjuntos habitacionais brasileiros produzidos entre os anos 1930 e 1964. Dos diversos alunos inicialmente interessados, apenas dez de fato começaram a pesquisa. Nas primeiras reuniões, havia uma lista de conjuntos residenciais produzidos por diversos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) que, em algum momento, seriam sorteados entre os alunos. Por vontade do destino, no dia da escolha dos conjuntos me atrasei dez minutos para a reunião e quando cheguei o IAPI Vila Guiomar, localizado em Santo André, era um dos únicos que não tinha sido escolhido ainda. Ninguém queria estudar o IAPI andreense em virtude de sua extensão territorial e porque a pesquisa demandaria a busca por fontes documentais primárias.

Sem refletir muito, escolhi o Conjunto Vila Guiomar para ser meu objeto de estudo. A pesquisa teve início em março de 2014, mas só foi contemplada com uma bolsa da FAPESP em agosto. Em julho de 2015 o financiamento da iniciação científica chegou ao fim, mas a pesquisa continuou até junho de 2016 porque para cada conjunto residencial foi produzido um caderno impresso<sup>1</sup> contendo desenhos do projeto, implantação do conjunto em diferentes épocas (antes da construção, logo após a construção e base mais atual possível), um encarte com relações numéricas de elementos projetuais e a reprodução de alguma publicação feita sobre o

<sup>1</sup> Denominados CHC (Cadernos de Habitação Coletiva), o primeiro grupo desta pesquisa estudou apenas conjuntos construídos pelos IAPs. Em 2017, esses cadernos foram impressos pela gráfica da FAU e encontram-se disponíveis para distribuição gratuita no departamento de projeto. A publicação referente ao Vila Guiomar corresponde ao “CHC 002”.

conjunto na época da construção.

Durante esses anos que estudei o IAPI Vila Guiomar, assisti duas disciplinas com a prof.<sup>a</sup> Flávia Brito: Estudos da Urbanização II (obrigatória) e Evolução do Equipamento da Habitação (optativa). Durante o período de vigência da minha bolsa de iniciação científica, a prof.<sup>a</sup> Flávia também tinha uma aluna de iniciação que estudava o Vila Guiomar.

Quando retornei do intercâmbio, no segundo semestre de 2016, tinha finalmente terminado a montagem e adequação dos cadernos da iniciação científica, então foi o primeiro momento desde 2014 que parei de estudar o IAPI andreense. Nesse semestre realizei monitoria com a prof.<sup>a</sup> Flávia e cursei outra disciplina optativa ministrada por ela: Áreas Centrais e Históricas, temas de patrimônio urbano. Ao longo desse período fiquei refletindo sobre um tema para desenvolver meu trabalho final (TFG) e, pouco a pouco, fui me interessando pela área do patrimônio.

Resolvi voltar a estudar o Vila Guiomar no TFG porque acreditava que haviam outras possibilidades de abordagem necessárias de serem realizadas para esse Conjunto. Apesar do caderno produzido na iniciação científica, tinha a sensação de que ainda não havia estudado a fundo o IAPI andreense e o TFG era uma oportunidade de reverter isso. Além do mais, todo o material obtido e produzidos ao longo da iniciação já eram um ponto de partida avançado para elaborar um trabalho sobre o IAPI andreense. No fim de 2016, conversei com a Flávia, pedi para ela ser minha orientadora não só porque ela tinha orientado uma iniciação científica sobre o Vila Guiomar, mas porque ela é uma docente muito dedicada e interessada nos trabalhos de seus alunos, porque ela era membro do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social, e porque meu trabalho teria uma abordagem relacionada ao campo do patrimônio cultural.

Eu não precisava ter estudado o Conjunto Vila Guiomar anteriormente para utilizá-lo como objeto de estudo nesta pesquisa. Contudo, não há como negar que os desenhos produzidos ao longo do período da iniciação foram muito úteis e facilitaram a realização de múltiplas leituras gráficas do território.

Inicialmente, este trabalho pretendia entender se as áreas livres do IAPI andreense são um patrimônio e qual o valor esses espaços tem para os seus moradores. Ao longo de um ano e meio, tal objetivo foi se modificando e, conjuntamente com a Flávia, o estudo apresentado nas páginas seguintes mantém o Conjunto Vila Guiomar como objeto de estudo, mas apresenta uma melhor problematização do objeto e dos valores atribuídos a um conjunto habitacional.

Alguns anos vivi em Itabira.  
Principalmente nasci em Itabira.  
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.  
Noventa por cento de ferro nas calçadas.  
Oitenta por cento de ferro nas almas.  
E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.

A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,  
vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.

E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,  
é doce herança itabirana.

De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:  
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil,  
este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;  
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;  
este orgulho, esta cabeça baixa...

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.  
Hoje sou funcionário público.  
Itabira é apenas uma fotografia na parede.  
Mas como dói!

**Confidência do Itabirano**

Carlos Drommond de Andrade

# SUMÁRIO

Introdução 17

## Parte I - Materialidade

<b>Capítulo 1</b>	<b>Origens, concepção e construção</b>	<b>25</b>
1.1.	A produção habitacional no Estado Novo	25
1.1.1.	O plano de modernização nacional, o início da previdência social e a formação dos IAPs	25
1.1.2.	A atuação dos IAPs	27
1.1.3.	O IAPI em Santo André	32
1.2.	O morar em Santo André: o IAPI e a formação do município	33
1.2.1.	Os loteamentos no distrito andreense	38
1.3.	Construindo o IAPI Vila Guiomar	42
1.3.1.	Carlos Frederico Ferreira, arquiteto do IAPI e do Vila Guiomar	42
1.3.2.	Documentação do projeto	44
1.3.3.	Propostas projetuais encontradas	46
1.3.4.	O projeto implantado	49
1.3.4.1.	Tipologias A2 e F3: “casas geminadas”	52
1.3.4.2.	Tipologias J1-J2 e I2: “prédios velhos”	56
1.3.4.3.	Tipologia G: casas “caixa de fósforo”	60
1.3.4.4.	Tipologia HC: “prédios novos”	62
1.3.4.5.	O Grupo Escolar	63
1.3.5.	O término das construções	67
<b>Capítulo 2</b>	<b>Divulgando, ocupando e transformando</b>	<b>71</b>
2.1.	Difundindo a existência do IAPI Vila Guiomar	71
2.1.1.	Revista Inapiários	72
2.1.2.	Revista Acrópole	75
2.1.3.	Goodwin e Mindlin	77
2.2.	Casa para morar: processo de ocupação do Conjunto	79
2.3.	Adjacências do Conjunto Vila Guiomar: ocupando as demais áreas do terreno adquirido pelo IAPI	82

2.3.1. Conjunto Zodiaco	83
2.3.2. Favela Tamarutaca	84
2.3.3. Gero Parque e entorno	84
2.3.4. Paróquia Santo Antônio	86
2.3.5. Outros equipamentos	87
2.3.6. Avenida Prestes Maia	88
2.4. Venda e posse dos imóveis	89
2.5. Transformações: diagnóstico das ações dos moradores	91
2.5.1. As casas	93
2.5.2. Os prédios	99
2.5.3. As áreas livres	132

### **Capítulo 3 O significado do Vila Guiomar no presente 139**

3.1. Distanciamento temporal: a história do Conjunto Vila Guiomar como parte da história de Santo André	139
3.1.1. Projeto Viva Cidade	140
3.1.2. Intervenção no prédio 40	140
3.1.3. ZEIP Vila Guiomar	141
3.2. Leitura do território atual: o espaço físico	143

## **Parte II - Essência**

### **Capítulo 4 Aproximação com os sujeitos sociais: justificativas e procedimentos 153**

4.1. O porquê estabelecer um diálogo com os moradores	153
4.2. Meios de aproximação	154
4.2.1. O tombamento federal de Iguape	155
4.2.2. Ações educativas em Ouro Preto	156
4.2.3. Ambiência no entorno da Casa de Portinari	158
4.2.4. Valores culturais em São Pedro de Itabapoana	159
4.2.5. Inventário Participativo de referências culturais do Minhocão	160
4.3. Compreendendo Mapas Mentais	162

### **Capítulo 5 Oficinas com os moradores, identificando os valores atribuídos 167**

5.1. Contato e aproximação	167
5.2. Planejando as oficinas	170

5.2.1. Oficina dos adultos: "Mapa de valores do IAPI Vila Guiomar"	171
5.2.2. Oficina das crianças: "O que eu sentiria saudade"	173
5.3. Dialogando com os moradores: realização das oficinas	175
5.3.1. Primeira oficina Mapa dos valores do IAPI Vila Guiomar	176
5.3.2. Segunda oficina Mapa dos valores do IAPI Vila Guiomar	178
5.3.3. Terceira oficina Mapa dos valores do IAPI Vila Guiomar	186
5.3.4. Oficina O que eu sentiria saudade	193

## **Parte III - Patrimônio**

### **Capítulo 6 Materialidade e essência, narrativas de valoração 201**

6.1. Compreendendo valores	201
6.2. Categorizando os valores	203
6.3. Rede de valores: saberes técnicos e saberes locais	206
6.3.1. Valores na materialidade	206
6.3.2. Valores socialmente atribuídos	210
6.4. Significância Cultural	215
6.4.1. Proposta de Declaração de Significância Cultural do Conjunto Vila Guiomar	217

### **Capítulo 7 Conservando os valores do Vila Guiomar 221**

7.1. Fragmentando e entendendo o processo de transformação	222
7.2. Outras considerações necessárias	224
7.3. Ensaio: Plano de Conservação do Vila Guiomar	229

**Considerações finais 241**

**Referências das imagens 244**

**Referências bibliográficas 248**



# INTRODUÇÃO

No final de 2011, os habitantes do Conjunto da Mooca se reuniram e iniciaram uma petição online em prol do tombamento do parque localizado entre seus edifícios<sup>1</sup>, pois, no fim de 2010, o INSS, então proprietário do terreno do parque, o havia leiloado a um empreendedor privado sem antes ter realizado qualquer tipo de investigação ou consulta a comunidade que vivia em seu entorno. Assim, a mobilização dos moradores foi uma reação ao cercamento da única área livre pública e de lazer disponível. Recentemente, o Conjunto da Mooca foi tombado pelo município paulista<sup>2</sup> e agora a existência de seus edifícios encontra-se respaldada legalmente. Conforme a resolução de tombamento, os vínculos dos moradores com o Conjunto foram, brevemente e por último, apontados como relevantes e importantes na consideração desse empreendimento como lugar de memória de operários da Mooca. Contudo, o terreno do parque, gênese da atitude dos moradores em busca do tombamento, mesmo inserido dentro do Conjunto, foi considerado área envoltória de proteção cuja única limitação é que novas construções devam obedecer ao gabarito máximo de sete metros.

Apesar de reconhecidos, os vínculos dos moradores com esse objeto não foram abordados com profundidade ao ponto de revelar a conexão fundamental e característica do parque no cotidiano desses habitantes e como elemento conformador do Conjunto. O artigo 216 da Constituição de 1988 reconheceu que a sociedade é quem deve conferir valores aos bens culturais de modo a considera-los como patrimônio cultural da nação, deslocando a matriz de valores do Estado para a população (MENESES, 2012). Desde então, profissionais do campo do patrimônio vem realizando e divulgando estudos e ações em que a população é reconhecida e tratada como o elemento primordial na atribuição de valores. Frente a isso, é curioso observar que a resolução de tombamento do Conjunto da Mooca não parte de tal legitimação social para apontar os valores pelos quais ele deve ser preservado por lei.

Esse episódio expõe circunstâncias e particularidades possíveis de serem observadas em outros conjuntos habitacionais contemporâneos ao da Mooca: apropriação das áreas livres como quintal dos imóveis do Conjunto; fragilidade desse projetos urbano-arquitetônicos frente as situações de valorização fundiária que acometem as regiões onde muitos desses empreendimentos foram implantados; e a dificuldade em enxergar esses conjuntos como

---

<sup>1</sup> A petição pode ser acessada por meio do link: [[https://www.peticao24.com/tombamento\\_parque\\_iapi\\_mooca\\_sao\\_paulo](https://www.peticao24.com/tombamento_parque_iapi_mooca_sao_paulo)].

<sup>2</sup> Resolução do Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) n. 18, publicado no Diário Oficial em 10 de maio de 2018.

patrimônio cultural (NASCIMENTO, 2007).

Trabalhos de autores como Bonduki (1998; 2014), Bonduki e Koury (2014), Botas (2016), Bruna (2010) e Nascimento (2008; 2016) evidenciaram a existência de uma produção de habitação social, realizada pelo Estado entre o período de 1930 a 1964, que foi elaborada com base em princípios provenientes do movimento moderno. Entre essa produção podemos destacar como significativos os empreendimentos realizados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) em virtude de sua expansão pelo país e porque se configuraram como os primeiros projetos de moradia social executados pelo governo federal. Se até os anos 1980, pouco havia se falado sobre esse tema na história da arquitetura, os recentes trabalhos publicados pelos membros do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social inseriram-no na historiografia da arquitetura e do urbanismo (NASCIMENTO, 2017).

Contudo, se a habitação social encontrou seu espaço nas narrativas históricas, o mesmo não pode ser dito em relação ao campo do patrimônio. Poucos são os conjuntos reconhecidos como patrimônio cultural por meio do tombamento e, quando o são, a justificativa de sua importância é respaldada a partir da exaltação de seus valores documentais e estéticos em detrimento aos demais, como ocorreu no Conjunto da Mooca.

A apresentação da trilogia Os pioneiros da habitação social, disponível no volume 1, salienta que todo o extensivo trabalho realizado e divulgado nessas publicações não esgota as alternativas de investigações sobre o tema da habitação social brasileira, produzida entre 1930 e 1964, dada a pluralidade de abordagens possíveis em diversos campos disciplinares. Assim, o Conjunto Vila Guiomar, projetado por Carlos Frederico Ferreira e construído pelo instituto dos industriários (IAPI) entre 1940 e 1951 em Santo André (SP), insere-se dentro desse campo de possibilidades.

Como em outros conjuntos empreendidos pelos IAPs, o Vila Guiomar hoje está completamente inserido dentro da mancha urbana de seu município e apresenta um alto grau de transformações dos edifícios construídos e dos espaços livres propostos no projeto. Contudo, tal condição não o caracteriza como um espaço ordinário, comum e análogo ao seu entorno, sobretudo porque há uma grande carga de histórias, referências e significados, em escala nacional e local, que o individualizam enquanto lugar de memória operária no ABC paulista e como um território importante para a parcela da sociedade que com ele se relaciona no âmbito do cotidiano (SCIFONI, 2013).

Frente aos temas apresentados, o presente trabalho se coloca diante do desafio de perceber o Conjunto Vila Guiomar como um patrimônio cultural a partir da investigação das matrizes dos valores que lhe são atribuídos no momento presente. Para atingir esse objetivo, será adotada uma abordagem que seja capaz de perceber por meio da materialidade e das imaterialidades conexões simbólicas que são estabelecidas com o Conjunto.

A pesquisa encontra-se fragmentada entre materialidade, essência e patrimônio porque foi esta a sequência que o trabalho seguiu ao longo de sua execução. Assim, essas três partes estão interligadas e vão se complementando para, ao final, comporem uma reflexão sobre a relevância do objeto de estudo e atitudes necessárias à sua salvaguarda. É válido ressaltar que a análise realizada encontra limites dentro do escopo do trabalho final de graduação, com relação ao tempo de desenvolvimento e aos conhecimentos pertinentes ao campo da arquitetura e do urbanismo.

A primeira parte, denominada Materialidade, é composta pelos três primeiros capítulos e tem como objetivo estudar o Conjunto Vila Guiomar a partir de sua análise enquanto objeto material. Compreendendo minimamente o contexto político, econômico e social que levou à formação dos IAPs, serão expostos alguns motivos pelos quais se pode atribuir a implantação de um conjunto residencial operário em Santo André. Posteriormente se abordará a temática da habitação no município andreense apresentando o estudo que o IAPI encomendou da então Fazenda Guiomar e algumas regulamentações urbanísticas que orientaram e determinaram o modo como os loteamentos andreenses foram propostos nas primeiras décadas do século XX. Todo o processo de construção do Conjunto Vila Guiomar, desde o projeto até sua implantação, será retratado com base em documentações primárias encontradas na Agência do INSS de Santo André, no Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, em edições da Revista Inapiários (publicação realizada pelo IAPI), e utilizando-se de autores que estudaram tanto os IAPs (Bonduki, 1998; 2014; Bonduki, Koury, 2014; Botas, 2011; Nascimento, 2011), quanto o Conjunto Vila Guiomar especificamente (Medici, 1989; Pereira, 1992; Pessolato, 2007). O segundo e o terceiro capítulos, discutirão sobre o processo de divulgação, ocupação e transformação do IAPI andreense, desde 1950 até os dias atuais, buscando construir um diagnóstico pautado nos aspectos morfológicos desse território. Por fim, se ampliará a discussão sobre o desenvolvimento do Conjunto ao longo dos anos por meio de mapas e dados que explicitem alguns aspectos em uma escala mais ampliada, de modo que o entorno e outras áreas do município sejam expostos para servir de comparação com a configuração atual do Vila Guiomar.

A segunda parte, Essência, foi elaborada com a intenção de se aproximar dos moradores e ouvir o que eles tinham a dizer sobre o Conjunto. Estruturada em dois capítulos, primeiro será justificada a importância de se dialogar com os habitantes do Vila Guiomar para compreender as relações específicas, intrínsecas e cotidianas existentes entre sujeitos sociais específicos e o objeto de estudo. Considerações das autoras Maria Cecília Londres Fonseca e Simone Scifoni foram importantes bases para reflexão sobre a pertinência do contato entre pesquisador e comunidade no entendimento de bens culturais. O procedimento empregado para dialogar com os moradores foi estruturado a partir da análise de algumas experiências desenvolvidas por recentes trabalhos do campo do patrimônio e por meio do conceito de mapas mentais do urbanista Kevin Lynch, ferramenta metodológica utilizada nas oficinas de muitos desses trabalhos. O quinto capítulo explicará como foi estabelecido o contato com a associação de moradores e apresentará algumas características da parcela de habitantes com quem se teve contato. A recente pesquisa

elaborada por Flávia Brito do Nascimento, na qual foram feitas entrevistas com moradores de alguns dos conjuntos construídos pelos IAPs na região metropolitana, foi fundamental para estabelecer contato com os habitantes do Vila Guiomar e para compreender algumas de suas impressões sobre o lugar que moravam. Posteriormente, serão apresentados dois modelos de oficinas realizados com os moradores do Vila Guiomar de duas faixas etárias específicas: adultos e crianças. A intenção em abordar idade distintas foi confrontar se os valores atribuídos ao conjunto pelos adultos são, de algum modo, transmitidos aos mais jovens.

O desenvolvimento dessas duas etapas possibilitou a identificação de sentidos e significados específicos que são conferidos ao Conjunto por meio do estudo de seus vetores materiais e pelos sujeitos sociais que com ele se relacionam. A intenção dessa investigação não foi determinar uma escala de importância dos valores percebidos, mas sim notar o quão plural eles podem ser e o quanto isso contribui à conformação da complexidade cultural do Conjunto.

Os últimos capítulos, seis e sete, se debruçam a refletir sobre o que foi descoberto nos itens anteriores. Denominada Patrimônio, o objetivo dessa terceira parte é refletir e entender qual a matriz de valores do Vila Guiomar e que ações podem ser tomadas para manter, permitir e garantir que a complexidade cultural de sentidos e significados observada possa continuar a existir. Primeiro será exposta uma possibilidade tipológica de valoração a ser aplicada ao Vila Guiomar e, posteriormente, com base no que foi apresentado nas partes um e dois, serão descritos os valores percebidos e apontadas suas correspondências com a classificação anunciada. Considerações sobre valores de um bem cultural feitas pelos autores Erica Avrami, Marta de la Torre, Randall Mason, Ulpiano Bezerra de Meneses, e apresentadas na Carta de Burra (ICOMOS, 1999) foram importantes bases para reflexão e estruturação dos significados identificados no Vila Guiomar. Ao final, buscando tecer uma narrativa concisa sobre os múltiplos valores observados, o processo de transformação e as ameaças atuais à conservação do Conjunto, será redigida uma proposta de Declaração de Significância Cultural. Esse produto, entendido como uma expressão dos valores atuais do IAPI andreense, será utilizado no capítulo final como norteador de ações conservativas.

O último capítulo, de posse das análises expostas, trará uma abordagem reflexiva sobre a transformação morfológica do Conjunto e o impacto disso em sua significância cultural. Diante da narrativa exposta, se evidenciará a necessidade de pensar a conservação do Vila Guiomar tendo em vista não só a manutenção dos valores atribuídos atualmente, mas também a garantia da possibilidade de modificação e formação de novos sentido e significados. Por fim, de modo sucinto, e tomando como base a lei que regulamenta o uso e a ocupação da zona urbana, e tombada, de Paranapiacaba, serão expostas algumas atitudes e procedimentos viáveis para refletir sobre a realização da conservação do Conjunto Vila Guiomar.

O conjunto de análises e aproximações apresentadas não tem a pretensão de ser um modelo para pensar os conjuntos habitacionais dos IAPs como patrimônio cultural. O trabalho a seguir foi concebido como um exercício de percepção profunda e, na medida do possível, sensível

quanto à importância do Conjunto Vila Guiomar como um documento com atributos cognitivos e estéticos e, fundamentalmente, como um lugar construído e apropriado na dimensão cotidiana pelos agentes sociais que com ele se relacionam. A valorização fundiária e o déficit habitacional se evidenciam como avassaladores na transformação da região onde o Vila Guiomar se encontra: a oeste, a Favela Tamarutaca, e a leste, o Bairro Jardim (metro quadrado mais caro de Santo André). Entre eles o IAPI andreense se altera de modo a expor essa dualidade e, assim, um dos conjuntos de habitação social mais antigos do país, referência como lugar de memória operária do ABC paulista, vai desaparecendo junto com os valores que anteriormente seus moradores atribuíam e com a possibilidade de atribuição de outros sentidos e significados.

**PARTE I**

**MATERIALIDADE**

# Capítulo 1

## Origens, concepção e construção

### 1.1. A produção habitacional no Estado Novo

Apesar do constante avanço na construção da historiografia da habitação social brasileira, esse tema ainda dispõe de outras abordagens possíveis que podem ser realizadas para contribuir na ampliação do conhecimento sobre as políticas de produção habitacional no Brasil (BONDUKI, 2014; NASCIMENTO, 2017). O trabalho aqui exposto, ao estudar especificamente o IAPI Vila Guimar – conjunto construído entre 1940 e 1953 dentro do quadro das primeiras grandes ações estatais relativas às questões de moradia popular –, não tem a intenção de retomar minuciosamente o quadro político, econômico e social que tornou possíveis as ações no campo da habitação durante a Era Vargas. Contudo, julga-se fundamental resgatar fatos que permitiram a conformação do quadro de produção de moradia social pelo Estado.

#### 1.1.1. O plano de modernização nacional, o início da previdência social e a formação dos IAPs

Ainda na Primeira República, sob uma visão higienista, foram ensaiadas intervenções estatais no campo da habitação<sup>1</sup> (BONDUKI, 1998; BONDUKI, 2014; BOTAS, KOURY, 2014). Durante a década de 1920, a previdência social foi regulamentada por meio da *Lei Elói Chaves*<sup>2</sup> e foram criadas as primeiras instituições de caráter previdenciário no País, que eram organizadas por empresas, com adesão voluntária dos trabalhadores. Isso é importante porque durante a Era Vargas (1930–1945) a previdência social brasileira transformou-se e assumiu um novo papel, significativo dentro do plano de desenvolvimento nacional e importante para as ações estatais na produção de habitação.

Instaurado após a Revolução de 1930, o Estado Novo provocou profundas transformações no Brasil ao abandonar o modo de governo liberalista e propor um novo modelo político

<sup>1</sup> Estímulo ao mercado rentista para produção de vilas operárias, intervenções sanitárias em cortiços, construção de casas para operários na Avenida Salvador de Sá e a construção da Vila Operária Marechal Hermes, sendo essas duas últimas realizadas na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Tal lei foi aprovada em 1923 e permitiu a garantia de alguns direitos sociais aos trabalhadores. Entre esses direitos pode-se destacar a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) que “eram administradas por um colegiado de trabalhadores e empregadores” (BONDUKI, 2014: 138).

marcado pela forte “*interferência em todos os aspectos da vida econômica*” (BONDUKI, 2014: 41). O projeto nacional de expansão econômica e de desenvolvimento industrial iniciado pelo Governo Vargas foi fruto de uma resposta às transformações mundiais provenientes do primeiro pós-guerra e foi moldado para atender às especificidades do processo de urbanização industrial das cidades brasileiras inseridas na lógica do capitalismo periférico (BOTAS, KOURY, 2014).

Nesse projeto, nacional e de cunho desenvolvimentista, os debates relativos à habitação ganharam destaque não apenas porque essa questão passou a ser assumida como social e de responsabilidade pública, mas também porque prover moradia urbana digna para o trabalhador significava criar condições básicas para a formação de uma mão-de-obra urbana excedente e propícia para trabalhar na indústria (BONDUKI, 1998; BONDUKI, 2014; BOTAS, KOURY, 2014). Assim, por meio de seu discurso populista e com proposições de modernização do Brasil, Vargas conduziu o desenvolvimento do território brasileiro com a articulação entre os interesses diversos de grupos políticos, sociais e econômicos necessários à manutenção de seu governo e de seu plano de desenvolvimento nacional (BOTAS, 2011).

A interferência do Estado Novo na esfera habitacional ocorreu de forma gradativa e por meio do amadurecimento institucional de órgãos e leis federais, o que culminou na formação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, IAPs (BONDUKI, 2014). A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) em 1930 pode ser entendida como o início da aproximação entre a previdência, a produção habitacional e o plano de modernização nacional ao realizar mudanças no gerenciamento dos fundos da previdência social (BOTAS, KOURY, 2014). O controle exercido pelo MTIC na previdência decorreu da tentativa bem-sucedida de inserir o Estado “*na disputa pelo controle das organizações sindicais*” (BOTAS, 2011: 30), pois, apesar de as CAPs serem estruturadas a partir da contribuição feita por empregado-empregador-Estado, o sistema de gestão estava alheio ao controle do governo (BONDUKI, 2014).

A formalização do controle estatal da previdência pelo Estado Novo ocorreu a partir da criação de seis IAPs entre 1933 e 1938. Primordialmente, a função dos institutos era prover assistência previdenciária e médica por meio da garantia do recebimento de aposentadoria e pensões e do acesso à saúde (COHN, 1981 apud BONDUKI, 1998). Para os trabalhadores assalariados com carteira assinada, a vinculação aos institutos era obrigatória e defendida pelo governo federal como uma medida de “*proteção aos trabalhadores*” (BONDUKI, 2014: 46). Um pouco distintos das CAPs, os IAPs foram criados por categorias profissionais: IAPM (marítimos), IAPB (bancários), IAPC (comerciantes), IAPI (industrializados), IAPETEC (empregados em transportes e cargas) e IAPE (estivadores).

“Embora seguissem normas gerais definidas pelo MTIC, cada uma dessas instituições era uma autarquia regulamentada por dispositivos legais específicos e tinha arrecadação ‘per capita’ diferente (proporcional à renda média de cada categoria).” (BONDUKI, 2014: 138).

Ao longo da década de 1930, o valor arrecadado pelos institutos foi majoritariamente aplicado em “*investimentos que garantissem o aumento do fundo*” (BONDUKI, 1998: 102). Apenas em 1937, por meio do Decreto nº 1.749, geraram-se condições para mudar o modo como os recursos captados eram investidos. A regulamentação instituída por esse decreto permitiu aos IAPs “*criar carteiras prediais e destinar até metade de suas reservas para a inversão imobiliária, em condições mais favoráveis de financiamento*” (BONDUKI, 2014: 46).

Em acordo com os planos de modernização nacional do Estado Novo, a produção habitacional foi realizada como uma medida intencional e de fundamental contribuição para o avanço do Brasil em direção a um formato de desenvolvimento capitalista que por sua vez levaria à prosperidade industrial. Essa medida, também teve como propósito incorporar o setor trabalhista ao processo de desenvolvimento do País. Botas (2011) ressalta que tal incorporação não pode ser compreendida unicamente como uma maneira de legitimar as ações estatais em curso. Como já apontado, a Era Vargas ficou marcada como um campo de disputa entre interesses de diversos grupos necessários à manutenção do governo e ao plano de desenvolvimento do País, assim, a produção habitacional no Estado Novo funcionou “*a partir do conceito de pacto e reciprocidade, e não como mera submissão e perda de identidade*” (GOMES, 1988: 178-180 apud BOTAS, 2011: 29).

Desse modo, pode-se dizer que o governo Vargas não solucionou o problema do déficit habitacional brasileiro porque não era sua intenção. A própria segmentação dos institutos em categorias já evidencia uma postura que não conflui para a ideia de universalização do acesso à habitação, e sim para o atendimento de demandas setoriais (BOTAS, 2011).

Conforme Bonduki (2014: 42),

“(...) durante a chamada era Vargas, (...) não se formulou uma verdadeira política pública de habitação, apesar de o tema ter sido tratado como uma questão social e de se terem gerado projetos e intervenções de grande importância do ponto de vista qualitativo”.

### 1.1.2. A atuação dos IAPs

Como visto, o objetivo primordial dos fundos de previdência provenientes dos IAPs era proporcionar benefícios de aposentadoria e pensões e de assistência médica aos seus associados. Embora apresentem peculiaridades em suas ações, os institutos possuíam características semelhantes, pois foram formados no mesmo contexto político e institucional que pretendia a modernização do País pelo viés da industrialização (BONDUKI, 2014). O sistema previdenciário instituído pelos IAPs, apesar de ter na seguridade social sua função explícita, tinha também como propósito gerar uma acumulação de capital que possibilitasse o financiamento de estruturas

necessárias ao processo de industrialização que a iniciativa privada não era capaz de custear (BOTAS, 2011).

Assim, os institutos, com mais de um milhão de associados, configuraram-se como a grande fonte de arrecadação e de financiamento das ações ambicionadas pelo Estado Varguista que visaram “[a]o desenvolvimento nacional e contribuíram para a expansão do capitalismo e a criação de uma base urbano-industrial”<sup>3</sup> (BONDUKI, 2014: 141). O IAPI – responsável pela construção do Conjunto Vila Guiomar, que é o objeto de estudo deste trabalho – foi encarado pelo governo como um instituto estratégico e de dimensão simbólica, pois reunia a maior quantidade de associados e englobava o setor econômico de maior interesse à política desenvolvimentista.

Além do fato de seus associados serem trabalhadores vinculados ao setor industrial, o IAPI teve um papel importante no desenvolvimento industrial do Brasil, pois foi um dos institutos que contribuíram expressivamente para a implantação de diversas indústrias de base necessárias para subsidiar a existência de uma produção industrial nacional (BONDUKI, 2014; BOTAS, 2011). Além de ser o maior acionista da Companhia Siderúrgica Nacional, consta que “em 1950 (...) o IAPI ainda havia aplicado Cr\$ 6.000.000,00 em ações da Companhia Vale do Rio Doce, Cr\$ 15.000.000,00 na Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e Cr\$ 3.282.500,00 no Instituto de Resseguros do Brasi (IRB)” (IAPI, 1950: 288 apud BOTAS, 2011: 100).

A aplicação dos fundos em ações relacionadas à política desenvolvimentista foi possível porque, já em seus primeiros anos de existência, os IAPs tiveram uma arrecadação superior àquela necessária para custear suas despesas (BONDUKI, 2014). Visando ao crescimento do capital adquirido, na política dos IAPs “os recursos arrecadados compulsoriamente de assalariados e empregadores deviam ser aplicados para garantir o pagamento de benefícios no futuro” (FARAH, 1983: 26, apud BONDUKI, 2014: 141).

Conforme os IAPs foram sendo formados, o papel dos engenheiros ganhou destaque, quebrando o predomínio de uma formação “bacharelesca” em cargos públicos (BOTAS, 2011: 47). Os novos profissionais – de elevado conhecimento técnico – foram bastante valorizados pelo Estado Novo em virtude do projeto de modernização nacional, o qual necessitava de trabalhadores que conhecessem e dominassem as tecnologias a serem implantadas no País.

A partir de 1937, quando foi possível a produção habitacional pelos institutos, o oferecimento de moradia aos associados foi encarado pelos IAPs como uma modalidade de investimento, e não como um direito, pois tal ação era secundária ao escopo dos objetivos dos órgãos de previdência. Contudo, tendo como base comparativa a quase inexistente concepção de habitações sociais durante a Primeira República, não se pode esquecer da expressiva produção de moradias que os IAPs realizaram para os seus associados (BONDUKI, 1998; BONDUKI, 2014).

<sup>3</sup> Entre os projetos estratégicos no plano de modernização nacional que foram financiados com recursos dos IAPs pode-se destacar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Elétrica do São Francisco (BONDUKI, 2014).

Além da dominação técnica, os engenheiros do IAPI apresentaram-se como profissionais recém-formados e imersos em discussões acerca do moderno e de correntes de pensamentos em curso na Europa e nos Estado Unidos (BOTAS, 2011). Suas formações, permeadas por discussões internacionais no campo da arquitetura, do urbanismo e da técnica, foram de fundamental importância para o desenvolvimento da configuração espacial observada em muitos projetos desses institutos.

Na figura de Rubens Porto, engenheiro-arquiteto funcionário do MTIC e “responsável pela normatização, fiscalização e aprovação dos procedimentos dos IAPs” (BONDUKI, 2014: 142), a produção de habitação pelos institutos foi defendida também como uma ação social cabível ao órgão previdenciário (BONDUKI, 1998; BONDUKI, 2014). O IAPI foi o primeiro instituto a estabelecer um planejamento para o investimento imobiliário a partir de quatro planos de aplicação dos fundos:

- Plano A – locação ou venda de habitações construídas ou adquiridas pelo instituto;
- Plano B – financiamento para compra, construção ou reforma de habitações por iniciativa dos associados;
- Plano C – financiamento de qualquer tipo de construção;
- Plano D – reserva de capital visando à formação e à manutenção do patrimônio imobiliário do instituto.

Posteriormente, tais categorias foram adotadas nas políticas habitacionais dos outros órgãos. A análise das diretrizes de cada um desses planos evidencia o caráter de especulador imobiliário que essa modalidade de investimento incutiu ao IAPI, sendo o Plano A aquele que mais se aproximava da ideia de um investimento rentável com a promoção de habitação social (BONDUKI, 2014). Pautado em uma lógica de arrecadação, o acesso aos imóveis produzidos pelos institutos no Plano A foi realizado majoritariamente por meio do aluguel e unicamente para trabalhadores vinculados. Para os IAPs, a produção para locação “possibilitava uma boa remuneração do capital invertido, e, ainda, apresentava grande potencial de valorização dos imóveis” (BONDUKI, 2014: 47).

Os arquitetos e engenheiros dos IAPs compunham um corpo técnico cuja formação condizia com as ações empreendidas dentro dos institutos e que estava preparado para desenvolver projetos com soluções inovadoras. Um cuidado constante desses profissionais

“era conceber propostas capazes de garantir, simultaneamente, moradia digna, aluguel compatível com a baixa capacidade de pagamento do trabalhador e rentabilidade para os fundos previdenciários investidos”(BONDUKI, 2014: 152).

No geral, os conjuntos e as unidades habitacionais produzidas pelos IAPs – ou seja, aqueles concebidos dentro do Plano A – possuem clara conversa com a arquitetura e o urbanismo propostos pelo movimento moderno (BONDUKI, 1998; BRUNA, 2010). Em conformidade com a

política de bem-estar social proclamada pelo Estado Novo e imersa no contexto de ocorrência do I Congresso de Habitação – que estava fortemente relacionado com os conteúdos apresentados no 2º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) –, a produção habitacional promovida pelos institutos se aproxima dos ideais pregados pelo movimento moderno naquele período.

Para os investimentos em moradia, acreditava-se que a ideologia defendida pelos arquitetos modernos poderia repercutir em habitações econômicas de qualidade. Assim, o primeiro projeto concebido pelo IAPI, *Conjunto Residencial Operário de Realengo* (Rio de Janeiro, RJ), funcionou como um campo de experimentação de tipologias e modos de implantação de moradia e de equipamentos na tessitura urbana que pudessem abranger o propósito de construir habitações modernas em massa, com baixo custo e de boa qualidade.

Esse momento de experimentação,<sup>4</sup> possibilitou ao IAPI formular estratégias para a produção massiva de moradias no que tange a critérios, tipos e densidade. Bonduki (2014: 172) apresenta uma série de proposições estabelecidas pelo IAPI, que foram seguidas em sua atuação na produção de conjuntos habitacionais pelo Brasil e estão resumidas nos seguintes tópicos:

- a construção de habitações modernas implica na proposição concomitante de um desenho urbano;
- o uso coletivo da terra é o melhor modo de utilização das áreas livres;
- as moradias em edifícios coletivos possibilitam a diminuição proporcional, por habitação, dos custos do terreno e da urbanização necessária para a implantação de conjuntos habitacionais;
- a concepção de um espaço urbano, e não apenas de um conjunto de habitações, implica a proposição de equipamentos públicos.

Já Botas (2011), com base no *Relatório e Balanço Geral de 31 de dezembro de 1940* produzido pelo próprio IAPI, apresenta diretrizes referentes à localização, à implantação e à construção dos conjuntos. Tais diretrizes orientaram a escolha dos terrenos destinados à implantação de conjuntos habitacionais dos industriários:

- “ facilidade e economia de transporte, de preferência ferroviário;
- boas condições de salubridade e boa conformação topográfica;
- proximidade dos centros industriais ou fácil acesso a eles;
- baixo custo unitário do terreno, de forma que os conjuntos residenciais operários possam ser planejados dentro dos princípios da técnica urbanística”(IAPI, 1940- 90 apud BOTAS, 2011- 151).

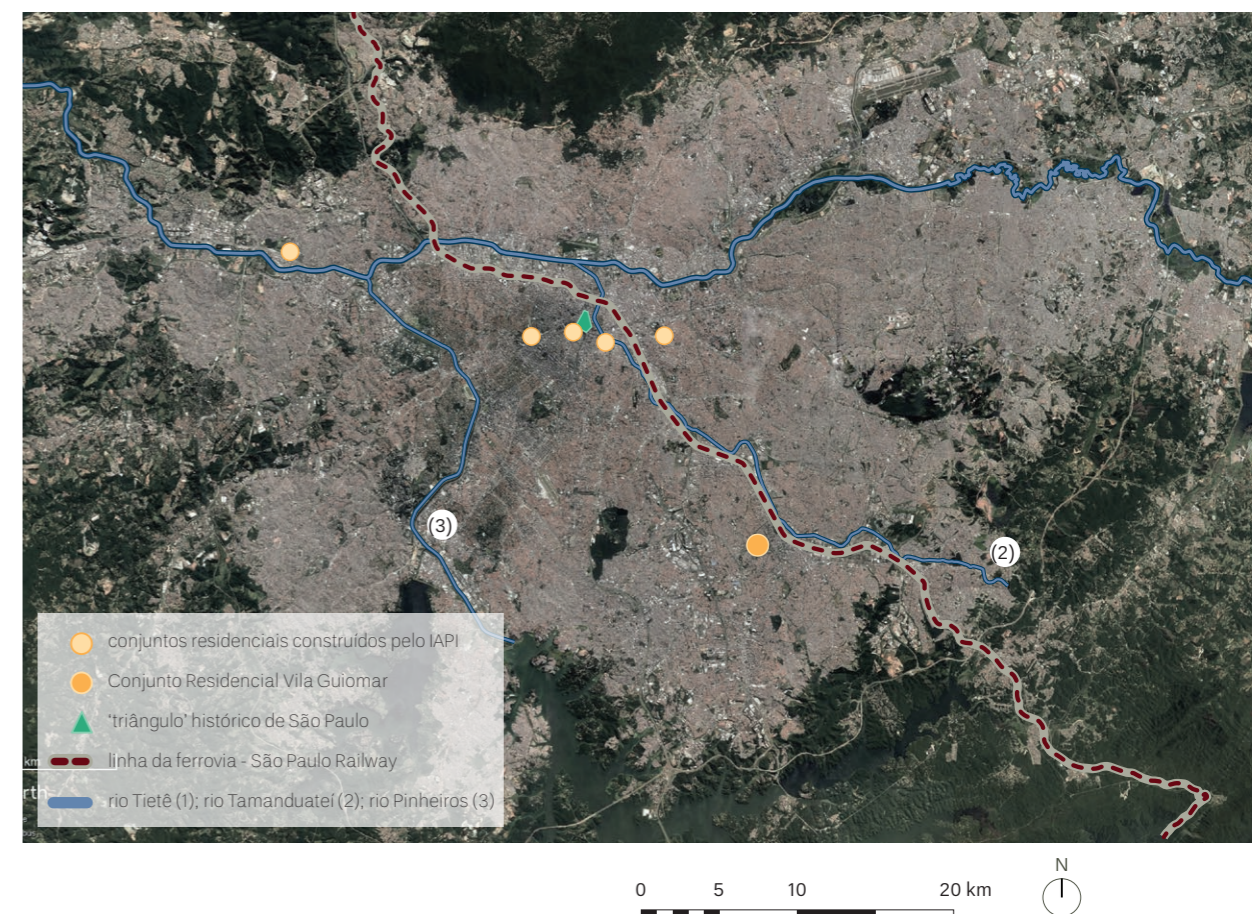
<sup>4</sup> A tese de doutorado da professora Nilce Aravecchia Botas, “Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI” (2011), expõe minuciosamente esse processo de experimentação ocorrido da construção do Conjunto Residencial Operário de Realengo, abordando individualmente as tipologias edificadas e sua reprodução em outros conjuntos construídos pelo IAPI.

Com isso, fica evidente que não seria qualquer terreno das cidades onde o IAPI atuou que possibilitaria a implantação, aos moldes do instituto, de um conjunto residencial voltado para a classe operária.

Na cidade de São Paulo, com exceção dos Edifícios Anchieta e Japurá que fogem à regra da grande produção do IAPI (BONDUKI, 2014), os conjuntos residenciais implantados pelo Instituto dos industriários – *Conjunto Residencial Várzea do Carmo* e *Conjunto Residencial da Mooca* – localizam-se em áreas que, entre os anos 1930 e 1950 apesar de estarem envolvidas pela malha urbana paulistana, dispunham de terrenos ociosos de grande dimensão próximos à região industrial da cidade e à linha férrea.

No município de Santo André, o único projeto do IAPI corresponde ao *Conjunto Residencial Vila Guiomar* que foi implantado em uma região correspondente ao prolongamento do eixo industrial paulistano em torno da estrada de ferro *São Paulo Railway*. O terreno andreense escolhido pelo Instituto dos industriários também era uma gleba de grande área, adjacente à zona urbanizada da cidade e próxima à estação de trem.

01. A atuação do IAPI na Região Metropolitana de São Paulo.





### 1.1.3. O IAPI em Santo André

Tal como São Paulo, o município de Santo André começou a ser ocupado ainda no período colonial, mas foi apenas nos séculos XIX e XX que seus processos de urbanização ganharam força, com o advento da ferrovia e das instalações industriais.

Autoras como Passarelli (2005), Guides (2008), Marguti (2012) e Pegurer (2012) se baseiam em uma linha de condicionantes sucessivas para compreender o processo de formação do município de Santo André. Para elas a crescente produção de café é o elemento inicial que estimula a implantação da ferrovia e permite o surgimento de uma economia monetária que utilizará a terra urbana como uma mercadoria de reprodução do capital. Assim, foi a valorização dos terrenos paulistanos, atrelada a uma política de incentivos fiscais da Vila de São Bernardo<sup>5</sup> e à proximidade com a ferrovia, que proporcionou o surgimento de indústrias nos arredores da Estação São Bernardo<sup>6</sup>.

A linha férrea *São Paulo Railway*, além de ter sido uma conexão fundamental ao escoamento do café e à chegada de imigrantes a São Paulo, foi importante para o surgimento e o desenvolvimento de núcleos urbanos no entorno de suas estações. Nos anos de crescimento da ocupação do distrito de Santo André, o Bairro da Estação – área adjacente à Estação *São Bernardo* – pôde ser entendido como um prolongamento do parque industrial paulistano (MARGUTI, 2012; PASSARELLI, 1994). Com desenhos de implantações diferentes daqueles das indústrias paulistanas (formadas por grandes depósitos que faziam o máximo aproveitamento do lote), em Santo André as instalações industriais destinavam parte de seus terrenos à constituição de jardins sombreados por árvores de grande porte (PASSARELLI, 1994).

Em virtude de seu, também intenso, crescimento urbano, Santo André recebeu, desde o início da década de 1910, alguns planos de ampliação e melhoria de sua infraestrutura, como a criação do serviço de água e esgoto, as contratações de serviços de transporte, de energia e de iluminação. Assim, nos anos de atuação do IAPI, o município de Santo André, devido “a facilidade de transporte e de acesso ao porto, a abundância de água, os terrenos planos e a disponibilidade de áreas próximas à linha férrea e ao rio, além dos incentivos fiscais apresentados pelo município” (GUIDES, 2008:

<sup>5</sup> Nome dado ao local que, hoje, corresponde ao município de Santo André.

<sup>6</sup> Atualmente corresponde à Estação da CPTM Prefeito Celso Daniel. A implantação da ferrovia *São Paulo Railway* ocorreu ao longo da década de 1860, sendo que o trecho Santos – São Paulo apresentava cinco estações intermediárias: *Cubatão*, *Rio Grande* (depois Rio Grande da Serra), *São Bernardo* (depois Santo André), *Água Branca* e *Bethlem* (depois Francisco Morato). Foi exatamente nos arredores da Estação *São Bernardo* que se desenvolveu o mais expressivo núcleo de população urbana da então Freguesia de São Bernardo, que ficou conhecido, posteriormente, como Bairro da Estação (GUIDES, 2008).

10-11)<sup>7</sup>, atraía indústrias, e também reunia algumas das diretrizes fundamentais à escolha de glebas para a construção de conjuntos habitacionais pelo IAPI.

O *Conjunto Residencial Vila Guiomar*, construído em Santo André ao longo da década de 1940, foi um dos primeiros conjuntos habitacionais implantados no estado de São Paulo pelo IAPI. Ele é posterior, mas também simultâneo, ao *Conjunto Residencial Operário de Realengo* que foi a grande e principal experimentação tipológica do Instituto. O IAPI andreense também foi concebido a partir da mescla de algumas tipologias de casas e de edifícios. Seu terreno, próximo a diversas fábricas, permitiu o oferecimento de moradias aos operários de distintas atividades industriais.

## 1.2. O morar em Santo André: o IAPI e a formação do município

As primeiras residências construídas em Santo André, e que podem ser consideradas urbanas, foram implantadas na área no entorno da Estação São Bernardo – parada em solo andreense da linha férrea *São Paulo Railway*. A implantação do eixo ferroviário Santos-São Paulo marcou e condicionou o modo como os núcleos urbanos formados a partir de suas estações se desenvolveram e, no caso de Santo André, isso não foi diferente. A ferrovia estimulou a instalação de indústrias próximas à Estação São Bernardo, que por sua vez demandaram mão de obra trabalhadora, a qual teve de buscar, em áreas próximas ao seu trabalho, moradias onde pudesse abrigar suas famílias (GUIDES, 2008).

Desde o final do século XIX, algumas indústrias já estavam instaladas<sup>8</sup> no Bairro da Estação,<sup>9</sup> e tanto a população quanto a importância do local eram crescentes. Foi apenas em 1910, devido à sua expansão socioeconômica, que o povoado ao redor da Estação São Bernardo foi elevado à condição de distrito, denominando-se então Santo André (PEGURER, 2012). As décadas de 1910 e 1920 foram marcadas pelo crescente número de indústrias ali instaladas e, conseqüentemente, pelo aumento da quantidade de residentes e pela demanda por moradias.

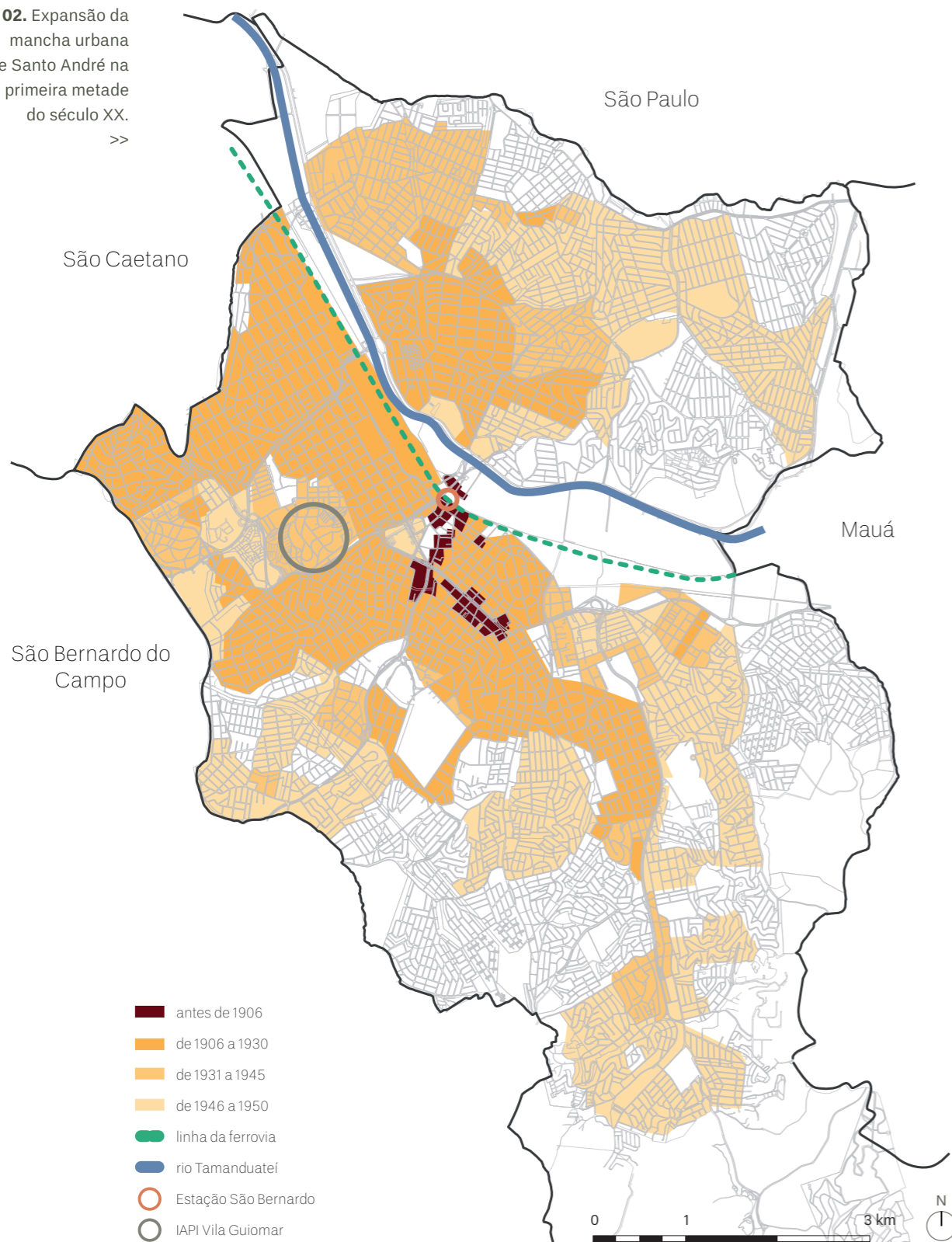
O terreno onde viria a ser implantado o Conjunto IAPI Vila Guiomar foi, até o fim do século XIX, uma zona estritamente rural denominada *Sítio Casa Grande*. Adjacentes a essa área,

<sup>7</sup> A promulgação da Lei Municipal nº 95 (16 de setembro de 1911) — que concedia incentivos fiscais às indústrias que se estabelecessem no município — e a construção da Usina Henry Borden em Cubatão — que levou ao aumento da disponibilidade de energia elétrica — foram dois grandes incentivos ao estabelecimento de indústrias em Santo André nesse período.

<sup>8</sup> Conforme Guides (2008), pode-se destacar três delas em virtude de seu porte: 1885, Fábrica de Tecidos e Fiação Silva Seabra & Cia; 1889, Bergman, Kowarick & Cia; 1897, Companhia Streiff de São Bernardo.

<sup>9</sup> Região adjacente à Estação São Bernardo e correspondente à ocupação que deu início ao município de Santo André.

**02.** Expansão da mancha urbana de Santo André na primeira metade do século XX. >>



encontravam-se outras glebas rurais, sendo uma delas pertencente a José Pires Castanho (“seo Castanha”), local que começou a ser loteado no ano de 1921 e foi ocupado apenas dois anos mais tarde em virtude da grande procura por moradias em Santo André (MEDICI, 1989). Já em 1925, apenas 22 dos 232 lotes iniciais desse empreendimento estavam disponíveis para venda, o que revela o intenso processo de ocupação e busca por moradias pelo qual passava o distrito andreense.

O censo demográfico de 1920, momento em que Santo André permanecia como distrito de São Bernardo, já expunha a superioridade do crescimento do território andreense com relação aos demais núcleos do município.<sup>10</sup> Com um número de habitantes, edifícios construídos e estabelecimentos industriais superior ao da própria sede, Santo André recebeu, ao longo da década de 1920, diversas propostas de novos loteamentos elaboradas por empresas privadas. Como já apontado, a quantidade de novos trabalhadores aumentou a procura por moradias e, no aumento dessa demanda, a iniciativa privada viu uma grande oportunidade de negócio, com a produção de loteamentos e moradias urbanas não só para operários, mas também para outros grupos sociais.

Nesse quadro de crescente busca por habitação, Santo André, além de atender às diretrizes já citadas para a implantação de conjuntos residenciais pelo IAPI, também tinha como necessidade importante a construção de habitações para os operários das indústrias, cujo número crescia continuamente. Em virtude dessa demanda latente, é plausível e justificável a escolha do IAPI por terras andreenses para implantar um grande conjunto habitacional destinado aos operários industriais daquela região.

Em novembro de 1939, o Sindicato dos Metalúrgicos e dos Empregados Têxteis, em conjunto com mais seis sindicatos de Santo André e de São Paulo, elaborou um pedido ao IAPI solicitando a construção de um conjunto residencial para os trabalhadores em Santo André (MÉDICI, 1989; MARGUTI, 2012). Entretanto, em maio de 1939, o IAPI já havia solicitado ao “*Escriptorio Técnico Américo de Carvalho Ramos*”, para a então “*Villa Operaria de Santo André*”, o “*Levantamento topográfico*” da *Villa Guiomar*<sup>11</sup>. Esse trabalho resultou na elaboração de dois cadernos (volume I e II) com dados topográficos e fotografias do local.

O primeiro volume é constituído pelo relatório de campo – citando os profissionais envolvidos, bem como a metodologia utilizada (equipamentos e procedimentos) – e por uma série fotográfica do processo de trabalho (instrumentos utilizados e “*picadas e sinalização para os serviços de triangulação*”), das construções existentes, do pomar, da chácara, do bosque de eucaliptos, da mata e de obras municipais; além disso há uma foto aérea de toda a gleba adquirida.

<sup>10</sup> A distribuição da população do município de São Bernardo ocorria do seguinte modo: sede — 5.772 habitantes; Santo André — 7.036 habitantes; São Caetano — 4.487 habitantes; Ribeirão Pires — 3.433 habitantes; Paranapiacaba — 3.286 habitantes. Fonte: Acervo do Fundo Câmara Municipal de São Bernardo, Museu de Santo André Dr. Octaviano Gaiarsa, Prefeitura Municipal de Santo André apud GUIDES, 2008.

<sup>11</sup> Apesar de ainda se configurar como uma fazenda, em 1936 algumas áreas da Fazenda Guiomar haviam sido loteadas por seus proprietários para a implantação do bairro Vila Guiomar. Por isso, essa região já não era referenciada pelos moradores do entorno como fazenda.

**03.** Capas dos cadernos do *Levantamento Topographico* realizado pelo escritório do engenheiro Américo de Carvalho Ramos a pedido do IAPI em 1939.



**04.** Foto do prédio principal da Villa Guiomar, provavelmente corresponde a casa-sede da fazenda, 1939.



**05.** Foto da casa do zelador das áreas de mata existentes na fazenda.



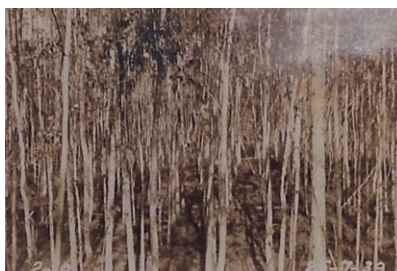
**06.** Foto com a vista parcial do pomar e a mata ao fundo.



**07.** Foto em que se vê escavações relativas à obra de canalização de água realizada pela prefeitura.



**09.** Foto do bosque dos eucaliptos.



**09.** Foto de casas relativas ao primeiro loteamento realizado por José Bento Gonzaga Franco.



**10.** Foto área da fazenda e do loteamento Villa Guiomar com a área adquirida pelo IAPI contornada pela linha tracejada em amarelo.

O volume II apresenta os produtos específicos do trabalho: duas folhas sobre a topografia detalhada da área (de 1 em 1m) na escala 1:1.000, e uma folha com a topografia geral da área (de 5 em 5m) cuja escala é 1:2.000. Além das curvas de nível, nos desenhos estão representados o sistema viário, o loteamento realizado por José Bento Gonzaga Franco e a geometria das construções já existentes. Também há a indicação da mata, do bosque de eucaliptos e da chácara (sendo os três últimos presentes apenas nos desenhos das folhas detalhadas).

No mesmo ano em que esse levantamento foi elaborado a área ainda não ocupada da *Fazenda Guiomar* foi adquirida pelo IAPI: cerca de 920 mil metros quadrados (MÉDICI, 1989). O desenho topográfico de todo o conjunto da área que fora a *Fazenda Guiomar* não corresponde a um projeto arquitetônico inicial do que viria a ser o conjunto habitacional executado pelo IAPI ao longo da década de 1940. Contudo, as plantas resultantes desse serviço permitem ter noção do dimensionamento e da extensão do terreno da fazenda e do loteamento elaborado em 1936 que deu início ao *Bairro Villa Guiomar*.

11. Parte da folha do levantamento topográfico detalhado da fazenda e do loteamento Villa Guiomar. >>



### 1.2.1. Os loteamentos no distrito andreense

As três primeiras décadas do século XX, período anterior ao governo Vargas, como pôde ser observado na Figura 2, foram marcadas pela expansão da ocupação do território de Santo André, atingindo já em 1930 seus limites, com as regiões que viriam a ser os municípios de São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo. Os diversos projetos de loteamentos apresentados por investidores privados, em diferentes porções do território, foram capazes de abarcar as distintas camadas sociais da época, pois, para cada classe social, havia um tipo de empreendimento específico em termos de tamanho do lote e localização na área urbanizada de Santo André (GUIDES, 2008; MARGUTI, 2012).

Apesar da intensa produção de moradia verificada no período,

“se levarmos em consideração o potencial econômico e a importância que a indústria exerceu sobre a formação urbana da cidade, o número de habitações produzidas para operários diretamente pelos industriais se deu em número quase irrelevante”(GUIDES, 2008: 70).

Nesse processo de intensa ocupação, algumas legislações foram criadas pela municipalidade com a intenção de regular e garantir a qualidade dos lotes e/ou habitações criados pelos investidores privados nesse avanço urbano. Em abril de 1929, foi aprovado o Plano Geral de Urbanização (*Lei Municipal nº 271*), com o intuito de regulamentar questões urbanísticas em relação à distribuição espacial e ao dimensionamento de vias, lotes e áreas públicas. Esse plano normatizou diretrizes que deveriam ser cumpridas para os novos loteamentos propostos em Santo André do seguinte modo:

- para terrenos loteados com menos de cinquenta mil metros quadrados, a área das vias não podia ser maior que 8% se estas tivessem menos de 18 m de largura e 10% se a largura das vias fosse superior a 18 m;
- terrenos loteados acima de cinquenta mil metros quadrados teriam a obrigatoriedade de doar 20% de sua área total para o sistema viário e 5%<sup>12</sup> para áreas destinadas à implantação de equipamentos públicos e espaços livres como praças e jardins;
- as larguras mínimas das vias eram fixas conforme seu caráter: vias locais – 12 m; vias secundárias – 12 a 18 m; vias principais – 18 a 26 m;
- os lotes deveriam ter recuo mínimo frontal de 4m do alinhamento da rua, área mínima de 300m<sup>2</sup>, frente mínima de 10 m e profundidade mínima de 24 m;
- com relação à infraestrutura, não era indicada a obrigatoriedade de implantação de redes de água, luz ou esgotos.

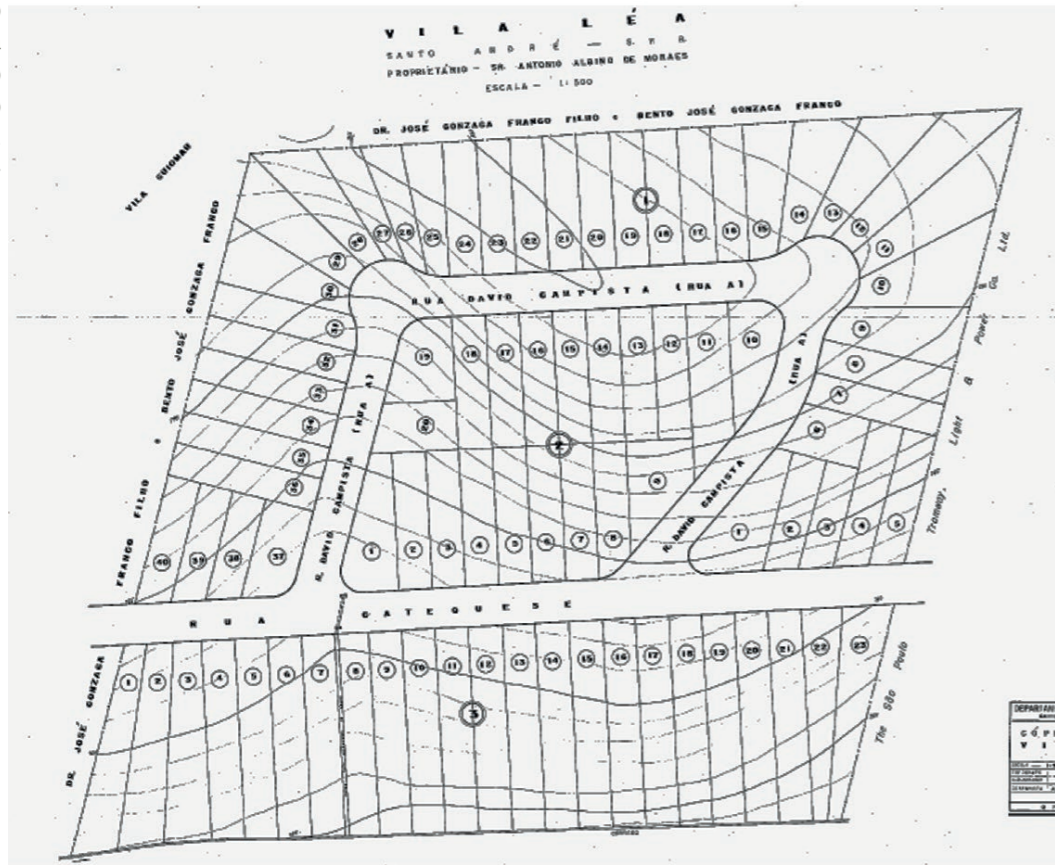
Além dessas exigências, a abertura de novas vias em todo o município deveria ser primeiramente aprovada na Prefeitura Municipal de São Bernardo, visto que Santo André ainda se configurava como um distrito.

A regulamentação da nova lei, aparentemente reduziu a implantação de novos loteamentos no município, pois “*não há registro do desmembramento das glebas com área superior a cinquenta mil metros quadrados*” (PEGURER, 2012: 52). Contudo, é provável que os proprietários de grandes glebas loteassem seus terrenos em parte, não necessitando doar no mínimo 25% da área do empreendimento para a municipalidade, conforme argumenta Passarelli (1994):

“A cidade assistiu à abertura de novos loteamentos, que eram implantados em pequenas glebas, com área inferior a 50.000m<sup>2</sup>, mas que mantinham, ainda, as mesmas características dos loteamentos anteriores: ruas retas parcelavam as glebas criando quadras que se aproximavam de uma figura regular de quatro lados e lotes com área maior ou igual a 300m<sup>2</sup>.”

<sup>12</sup> Em casos de glebas localizadas em áreas rurais, esse valor aumentava para 10%.

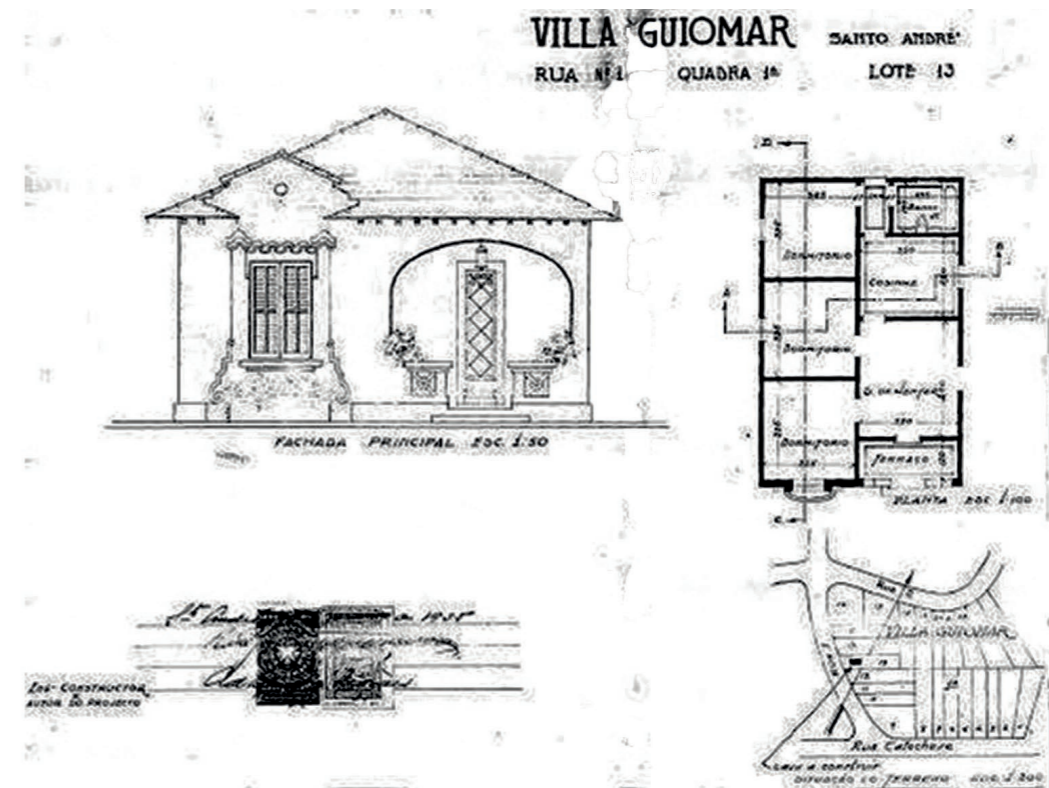
12. Planta do parcelamento da Vila Lea, bairro adjacente a então Fazenda Guiomar. >>



Diante do cenário de intenso desenvolvimento urbano de Santo André, parte da *Fazenda Guiomar* também foi incorporada à dinâmica imobiliária, contudo apresentou-se como um parcelamento que fugiu do comum em relação ao seu tamanho e à sua geometria. Apresentado em 1936 na Prefeitura, o projeto do *Bairro Villa Guiomar* correspondia a uma gleba parcelada de quatrocentos e cinquenta mil metros quadrados – nove vezes maior que a área mínima necessária à doação de terras públicas –, suas ruas possuíam traçados curvilíneos que formavam quadras de formatos orgânicos e seus lotes eram irregulares e de diferentes dimensões, mas sempre com área superior ao mínimo exigido por lei (PASSARELLI, 1994).

Conforme Guides (2008), a venda casada do terreno com a casa já construída, ainda que singela, sempre foi um atrativo no ramo dos empreendimentos imobiliários. Desse modo, José Bento Gonzaga Franco, um dos proprietários da Fazenda Guiomar, ao investir no setor imobiliário próximo à Rua Catequese, apresentou à Prefeitura cerca de treze projetos cuja autoria é, majoritariamente, atribuída ao engenheiro Adhemar de Moraes.

A rigidez instituída pelo Plano Geral de Urbanização ocasionou a total ocupação dos lotes já disponíveis, pois dificilmente novos parcelamentos surgiam sendo



13. Projeto de aprovação de residência no Loteamento Vila Guiomar (rua nº 1, lote 13, quadra A) em 1935. <<

o loteamento da *Fazenda Guiomar* um grande hiato na urbanização do distrito de Santo André durante a década de 1930. Com a falta de novos lotes, a Prefeitura rapidamente percebeu a falta de unidades habitacionais para a crescente população, principalmente para os operários. Em 15 de março de 1937, o surgimento da *Lei Municipal nº 326* funcionou como um estímulo à produção habitacional ao permitir um novo dimensionamento dos lotes: sete metros de frente e área mínima de duzentos e dez metros quadrados. Dessa forma, em muitos dos loteamentos existentes os lotes de quadras ainda não ocupadas tiveram seu dimensionamento modificado para 7m x 30m ou 10m x 21m (PASSARELLI, 1994; GUIDES, 2008).

Pelo *Ato Municipal nº 194*, de 3 de janeiro de 1936, as ruas do bairro *Villa Guiomar* foram incorporadas ao patrimônio público. Apesar de onze dos treze projetos imobiliários terem sido construídos, os demais lotes do empreendimento não foram demarcados ou vendidos e, assim, o loteamento não foi concretizado.

Configurando-se ainda como uma área não incorporada à tessitura urbana andreense, a *Fazenda Guiomar* dispunha de singularidades com relação à sua paisagem natural. No fim de 1936, a *Sociedade Paulista de Imigração e Colonização* enviou uma carta ao então prefeito, Felício Laurito, solicitando a declaração do local como “*estância climatérica*” (estância climática). O

argumento utilizado foi a presença de “uma água notável pelos seus compostos minerais, verificados em minuciosa analyse chimica e comprovados pela experiência, em uma infinidade de casos” (PEREIRA, 1992). Para estimular a construção de um hotel modelo ou mesmo de um sanatório no local, a Câmara Municipal chegou a aprovar uma lei de isenção fiscal à Sociedade, mas tal estímulo não teve o efeito desejado e a área continuou ociosa.

### 1.3. Construindo o IAPI Vila Guiomar

Os autores consultados que abordam a autoria do projeto do IAPI Vila Guiomar a atribuem ao engenheiro e arquiteto Carlos Frederico Ferreira (BONDUKI, 1998; BONDUKY, 2014; BONDUKY, KOURY, 2014; BOTAS, 2011; BRUNA, 2010; MEDICI, 1989; PEREIRA, 1992; MINDLIN, 1956; NASCIMENTO, 2011; PESSOLATO, 2007). Ferreira, o arquiteto do IAPI (BOTAS, 2011), foi um dos muitos profissionais inseridos na dinâmica da produção habitacional pelo Estado por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão.

#### 1.3.1. Carlos Frederico Ferreira, arquiteto do IAPI e do Vila Guiomar

Formado em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes (Enba) no ano de 1935, Ferreira já havia cursado engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto, sendo que ambas as graduações foram significativas para seu modo de atuação profissional. Em virtude da proposta curricular da Escola de Minas de Ouro Preto, Ferreira adquiriu um conhecimento técnico conciliado com a experiência prática (BOTAS, 2011). Na graduação em arquitetura, vivenciou o desdobramento do hiato que fora a tentativa de Lúcio Costa de reformar o ensino da Enba: um processo de maturação dos estudantes que recebiam um conteúdo acadêmico pautado no modismo neocolonial, mas tinham interesse e se dedicavam a conhecer “o movimento racionalista europeu, examinando as doutrinas e realizações dos grandes mestres – Gropius, Mies van der Rohe e,

14. Carlos Frederico Ferreira. >>



principalmente, Le Corbusier” (BRUAND, 2002: 71-74; BOTAS, 2011: 129).

Em 1938, Carlos Frederico Ferreira foi contratado pelo IAPI como engenheiro-arquiteto e, em pouco tempo, tornou-se chefe do setor de arquitetura e desenho da Divisão de Engenharia do IAPI. Vale ressaltar que tal posição colocou Ferreira como o “principal responsável pela política de projeto do órgão, que foi o mais importante promotor de habitação social no país no período anterior ao BNH” (BONDUKI, 1998: 206).

Conforme Botas (2011: 131), o primeiro projeto elaborado por Ferreira enquanto corpo técnico do IAPI foi

o do *Conjunto Residencial de Realengo* no Rio de Janeiro. Esse conjunto, pioneiro também em relação às realizações do IAPI, foi um marco no processo de desenvolvimento e experimentações tipológicas das habitações que foram posteriormente construídas pelo Instituto em diversas regiões do Brasil. Elaborado com a colaboração de Waldir Leal e Mário Henrique Glicério Torres<sup>13</sup>, o *Conjunto Residencial de Realengo* foi projetado e construído, entre 1938 e 1943, próximo à estação de trem de Realengo, no subúrbio do Rio de Janeiro (BONDUKI, KOURY, 2014; BOTAS, 2011).

Ferreira projetou para o Conjunto de Realengo uma família tipológica plural e que contemplou desde modelos de habitações individuais até blocos coletivos compostos apenas por apartamentos ou mesclados com comércio. Ao todo, foram construídos cerca de doze edifícios distintos<sup>14</sup>, sendo que alguns possuem poucas diferenças entre si. Com a proposição desse conjunto, Ferreira “organizou o processo produtivo a partir da lógica de modulação e serialização, principalmente com a adoção de blocos de concreto produzidos em usina própria” (BOTAS, 2014: 16).

No início da década de 1940, Carlos Frederico Ferreira elaborou os projetos do *Conjunto Vila Guiomar* em Santo André e do *Conjunto Piratininga* em Osasco, nos quais é possível observar a incorporação, com variações, de algumas das tipologias já experimentadas no Conjunto de Realengo.

Além de trabalhar no IAPI, Ferreira realizou projetos em outros órgãos públicos e, até mesmo, particulares. Com a unificação da previdência e o fim do IAPI na década de 1960, Ferreira continuou a trabalhar como engenheiro-arquiteto no INAMPS<sup>15</sup> até sua aposentadoria, em 1970 (BOTAS, 2014).

“As realizações de Carlos Frederico Ferreira no IAPI são um ponto fundamental da conexão de certo ramal desta história<sup>16</sup>, já que foi o primeiro a colocar em prática, em grande escala, os debates em torno da habitação para a mínima existência de vida, ao enfrentar o projeto e a construção de 2.344 unidades habitacionais do Conjunto Residencial do Realengo. Sua importância aumenta quando se percebe que, mesmo tendo que responder a questões mais imediatas e pragmáticas, sua arquitetura

<sup>13</sup> “Waldir Leal e Mario Henrique Glicério Torres foram identificados como colaboradores do projeto do Realengo no número da revista *The Architectural Forum* dedicado exclusivamente ao Brasil (nov. de 1947). Nenhuma outra referência foi encontrada sobre Waldir Leal. Mario Henrique Glicério Torres continuou o trabalho no IAPI” (BOTAS, 2011: 129).

<sup>14</sup> Botas (2014) nomeia esses edifícios do seguinte modo: casas geminadas (tipo A1), casas geminadas de três dormitórios, três tipos distintos de casas isoladas, casas em fileira, sobrado – “casas elevadas”, bloco principal – “coletivo”, bloco 2, bloco 3, bloco 4 e bloco 5.

<sup>15</sup> Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

<sup>16</sup> A autora faz referência ao diálogo entre a arquitetura tradicional e a moderna, no que tange à identidade daquilo que estava sendo construído nos conjuntos habitacionais do IAPI.

fornece elementos para a interpretação de que há, de sua parte, uma preocupação latente em dialogar com o debate a propósito da formulação de uma arquitetura moderna e brasileira”(BOTAS, 2011· 141).

### 1.3.2. Documentação do projeto

Todo o material obtido e consultado que permite construir a cronologia, ou parte dela, do desenvolvimento projetual do Conjunto Residencial Vila Guiomar é proveniente dos acervos da agência do INSS de Santo André e do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

A consulta aos desenhos do projeto do IAPI Vila Guiomar disponíveis no Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa permitiu a visualização da planta do terreno adquirido pelo Instituto com o estudo de distribuição dos usos e tipologias habitacionais. Conforme o “carimbo” de informações, esse projeto foi atribuído a Mario Torres, o que sugere que, de modo análogo ao que ocorreu na elaboração do projeto do Conjunto Residencial de Realengo, o projeto do Conjunto Residencial Vila Guiomar também foi elaborado a partir da colaboração entre Carlos Frederico Ferreira e Mario Henrique Glicério Torres.

15. Planta do estudo de distribuição dos usos e das tipologias habitacionais proposto para o IAPI Vila Guiomar (1943), e em destaque o ‘carimbo’ com dados do projeto. >>



O projeto do IAPI para o Conjunto Residencial Vila Guiomar foi desenvolvido principalmente entre 1939 e 1940, respectivos anos de compra do terreno e de início da construção dos edifícios. Em uma planta parcial do terreno encontrada no acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa foi possível observar uma revisão do projeto, o que induz à crença de que, durante todo o processo de construção do conjunto, o projeto possivelmente foi, por algumas vezes, revisado, uma vez que a planta de 1950 expõe um desenho que modifica e substitui uma proposta anterior.

Devido à falta de documentação<sup>17</sup> sobre o período inicial de concepção projetual, é difícil estabelecer com precisão a cronologia dos desdobramentos e modificações que a proposta de implantação do Conjunto sofreu ao longo dos anos. Algumas reportagens encontradas em edições de 1940 a 1942 da Revista Inapiários<sup>18</sup> discorrem sobre fatos envolvendo a construção do *Conjunto Residencial Vila Guiomar* que servem de base para estabelecer certa noção acerca do processo de desenvolvimento do conjunto:

- Edição 28 (agosto/1940), pág. 12: assinatura do contrato para a construção de 324 residências em Santo André;

- Edição 29 (setembro/1940), pág. 25: fotos da construção da tipologia A1 nos conjuntos de Realengo e de Santo André;

- Edição 31 (novembro/1940), pág. 40: informe sobre o andamento da construção de 342 casas referentes a primeira etapa de implantação de um conjunto que terá cerca de 1.900 unidades habitacionais com características semelhantes às unidades construídas no conjunto em Realengo;

- Edição 38 (junho/1941) pág. 18: visita de Plínio Cantanhede à propriedade do Instituto na Vila Guiomar (Santo André). Além da caracterização do local, a reportagem faz uma minuciosa descrição do trajeto realizado apresentando dados do projeto no geral (“*uma pequena cidade operária, com 1.924 casas, com um salão de recreio, ‘playgrounds’, parques, escolas profissionais, e tudo o mais que possa representar o conforto e bem-estar material e espiritual para os operários que nela habitarem.*”), como a finalização de 342 moradias e o início das obras para a construção de mais 85 casas;

- Edição 38 (junho/1941), pág. 25, 26 e 27: notícia e apresenta fotos sobre a visita acima exaltando a presença de quase todos os presidentes de sindicatos de São Paulo nessa atividade;

- Edição 42 (outubro/1941), pág. 44: cartaz sobre a “*Jornada da Habitação Econômica*” com

<sup>17</sup> Memorial descritivo do projeto e desenhos datados da implantação geral e de detalhes das quadras.

<sup>18</sup> Revista elaborada pelo próprio IAPI cujo público alvo eram os próprios associados do Instituto. Além de informações sobre as atividades do Instituto (“*Atos do IAPI*”) a revista contava ainda com propagandas diversas e sessões sobre dúvidas dos leitores, vida pública nas horas de lazer dos associados, informações econômicas, leituras voltadas para o público feminino, entre outras.

realizações do IAPI pelo Brasil, em que se inclui uma planta do Conjunto Vila Guiomar;

- Edição 50 (junho/1942), pág. 33, 34 e 35: entrevista com o engenheiro Paes Barreto, então chefe do Distrito Regional de Obras, sobre os conjuntos residenciais de Santo André e de Osasco. São apresentadas informações sobre os serviços executados, a distribuição de áreas dos conjuntos, o dimensionamento das unidades e o material e o acabamento das moradias já construídas;

16. Quadro com distribuição de áreas propostas para o Conjunto Vila Guiomar.

ÁREA URBANIZADA	874 694 m <sup>2</sup>	89,89%	} <table border="0"> <tr> <td>ÁREA EDIFICADA</td> <td>481 321,00m<sup>2</sup></td> <td>55,02%</td> </tr> <tr> <td>ESPAÇO LIVRE</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Parques, jardins e recreios</td> <td>248 230,00m<sup>2</sup></td> <td>28,38%</td> </tr> <tr> <td>AVENIDAS E RUAS</td> <td>145 143,00m<sup>2</sup></td> <td>16,60%</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>874 694 m<sup>2</sup></td> <td>100%</td> </tr> </table>	ÁREA EDIFICADA	481 321,00m <sup>2</sup>	55,02%	ESPAÇO LIVRE			Parques, jardins e recreios	248 230,00m <sup>2</sup>	28,38%	AVENIDAS E RUAS	145 143,00m <sup>2</sup>	16,60%	TOTAL	874 694 m <sup>2</sup>	100%
ÁREA EDIFICADA	481 321,00m <sup>2</sup>	55,02%																
ESPAÇO LIVRE																		
Parques, jardins e recreios	248 230,00m <sup>2</sup>	28,38%																
AVENIDAS E RUAS	145 143,00m <sup>2</sup>	16,60%																
TOTAL	874 694 m <sup>2</sup>	100%																
RESERVA FLORESTAL	98 332,3 m <sup>2</sup>	10,11%																
ÁREA TOTAL	973 026,3 m <sup>2</sup>	100%																

População provável da área urbanizada.....	10 000 Hab.
Densidade relativa à área urbanizada.....	114,2 Hab./Ha.
Densidade relativa à área total.....	102,9 Hab./Ha.
Coefficiente de espaços livres.....	34,66m <sup>2</sup> /Hab.

- Edição 56 (dezembro/1942), pág. 106 e 109: apresenta características gerais do projeto com relação à distribuição das áreas (urbanizada, reserva florestal, área edificável, espaços livres, avenidas e ruas), quantidade de população provável e dimensionamento das unidades já construídas. Ao final, mostra duas fotos das casas já prontas.

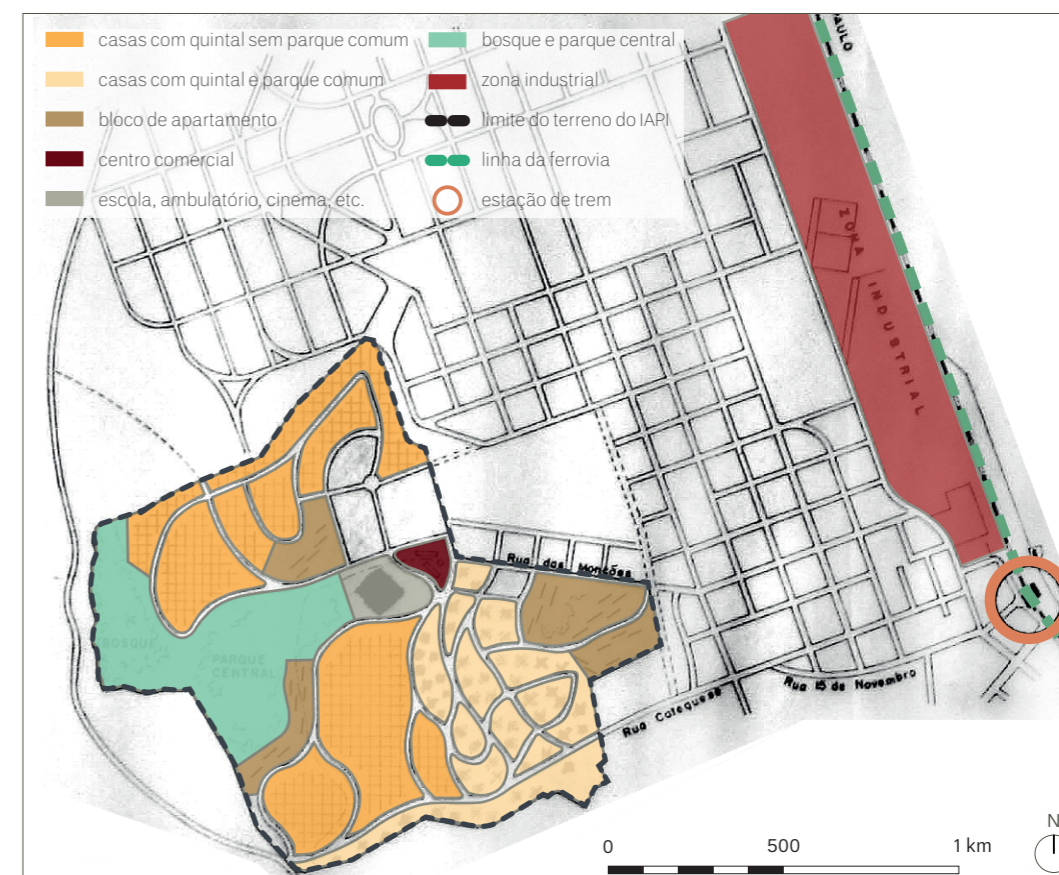
Apesar de apresentarem alguns dados do projeto e informações sobre o início da construção do Conjunto Vila Guiomar, tais reportagens não contêm detalhes e desenhos suficientes que auxiliem na construção da cronologia de alteração do projeto.

### 1.3.3. Propostas projetuais encontradas

Como exposto no tópico anterior, não foi possível identificar na documentação referente ao projeto e à construção do IAPI Vila Guiomar diferentes propostas e informações sobre quando elas foram elaboradas. Contudo, com base em uma planta do estudo preliminar da distribuição de usos e tipologias habitacionais de 1943 (Figura 17), pode-se estabelecer um primeiro desenho – conhecido – do projeto e, assim, compará-lo com o que foi edificado.

De modo análogo ao que ocorreu com o terreno adquirido para a construção do Conjunto do Realengo, o sistema viário da gleba andreense do IAPI era uma condição preexistente. Considerando as diretrizes já apresentadas do IAPI, que estimulava o menor gasto possível com a urbanização das áreas onde seriam implantados os conjuntos habitacionais, o primeiro estudo de implantação elaborado partiu do redesenho do loteamento existente (PESSOLATO, 2007) tendo como premissa o dimensionamento necessário para a distribuição dos tipos habitacionais

já testados em Realengo. Em uma área de quase sessenta mil metros quadrados, foi proposta a implantação de 433 casas, 978 apartamentos, um ginásio e duas creches. Na Figura 17 é possível observar a distribuição de usos idealizada para esse empreendimento.



17. Estudo preliminar da distribuição dos usos e dos tipos de habitação propostos, 1943.

A área loteada e não assinalada com nenhuma cor, já aparece como uma zona urbanizada do município de Santo André no período entre 1906 e 1930. Assim, sua ocupação é majoritariamente de residências.

Conforme esse estudo, haveriam três variedades de habitações: *casas com quintal sem parque comum*<sup>19</sup>, *casas com quintal e parque comum* e blocos de apartamentos. No total já era prevista a construção de 1.411 moradias, número distinto das 1.924 unidades noticiadas pela Revista Inapiários até 1942.

Entre as duas principais áreas onde estavam distribuídas as habitações, ficou estabelecido que toda a área de uma quadra seria destinada a um centro comercial e que em parte da quadra adjacente se edificariam “escola, ambulatório, cinema, etc.”. No espaço restante, no limite oeste do terreno, ficariam o bosque e o parque central, mantendo, assim, algumas das superfícies de vegetação originais da *Fazenda Guiomar* (bosque, mata, campos e eucaliptos).

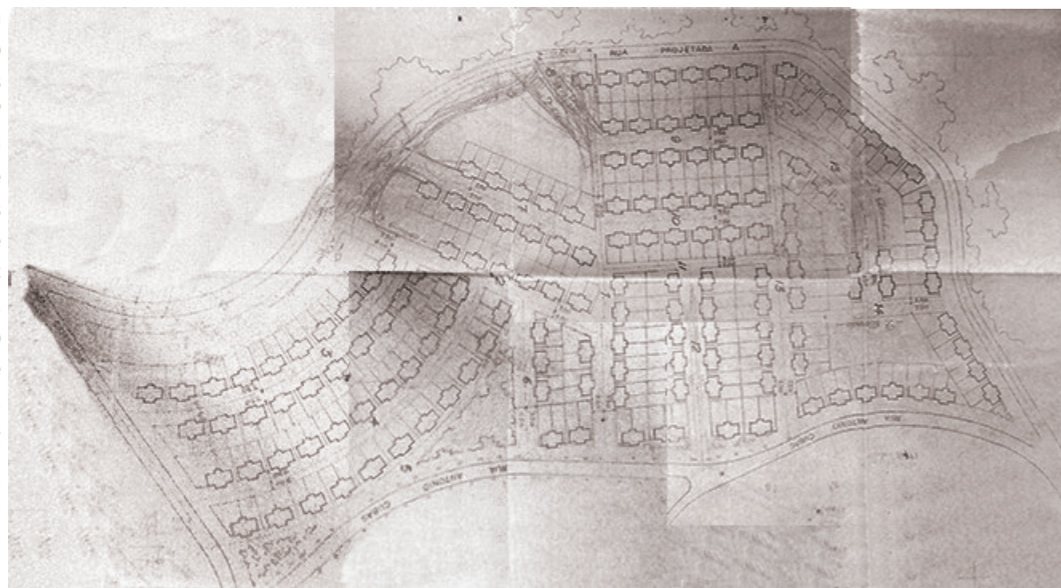
Um indício do que seriam as *casas com quintal sem parque comum* foi encontrado em

<sup>19</sup> Entende-se como parque comum as áreas livres remanescentes no interior das quadras de uso comum aos moradores.



uma das plantas disponíveis no acervo do INSS de Santo André. Com data de 1941, o desenho apresenta a quadra onde estão construídos edifícios da tipologia HC<sup>20</sup>, com um arranjo de casas análogas às, já construídas naquele momento, tipologias A2<sup>21</sup>.

18. Desenho com a implantação das “casas geminadas” (tipologia A2) na quadra onde foram edificadas a tipologia de prédios HC (“prédios novos”). Planta de situação da quadra 16, 6 de novembro de 1941. >>

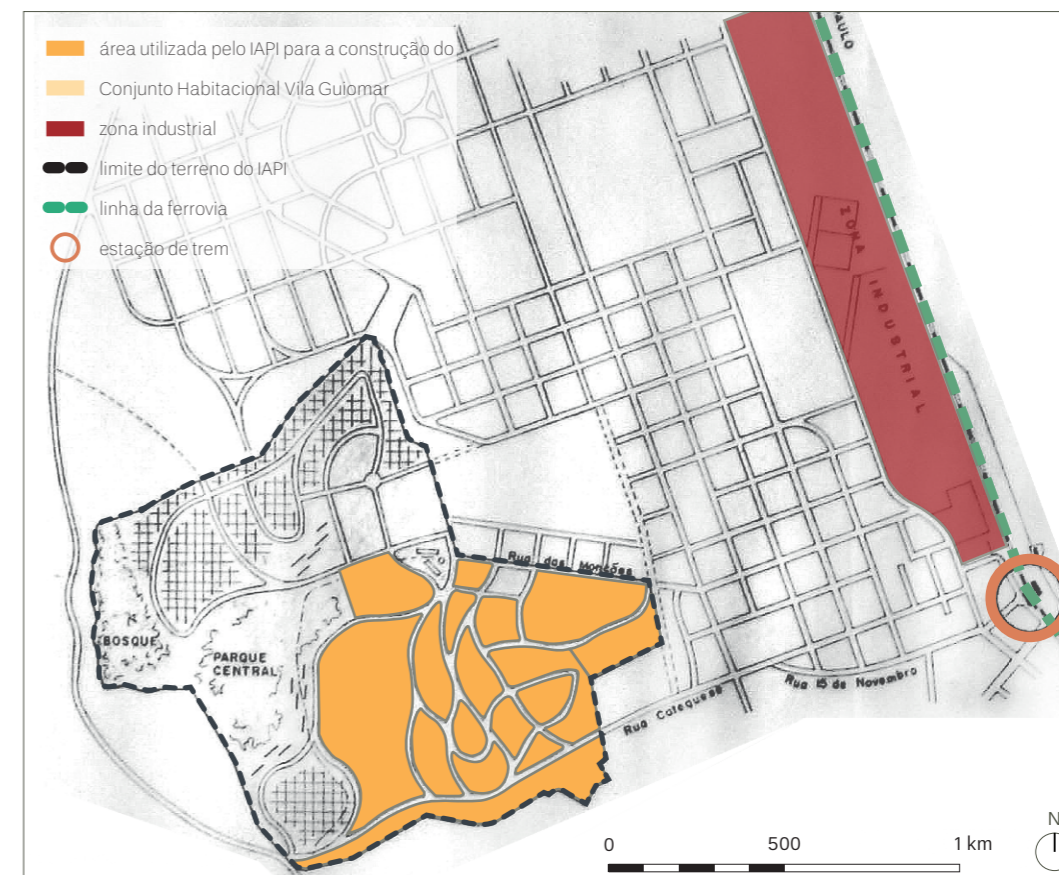


Não foram encontrados motivos que justifiquem a não implantação integral do projeto inicial exposto na Figura 17. Observando o conjunto que foi de fato edificado pelo IAPI, apenas é possível apontar quais das proposições presentes no estudo preliminar apresentado prevaleceram no projeto executado.

Ao término das etapas de implantação do Conjunto Vila Guiomar que serão apresentadas a seguir, mais da metade da área adquirida pelo Instituto continuou ocupada pelas massas vegetais remanescentes da Fazenda Guiomar e por espaços vazios. Nas quadras a leste da gleba, tal como no projeto inicial, foram construídos blocos de apartamentos. Em parte das quadras destinadas às casas com quintal e parque comum, foram implantadas três tipologias de habitação unifamiliar que não apresentam entre si a diferenciação de disporem ou não de um parque comum. Na maior quadra atribuída às casas com quintal sem parque comum, foram construídos prédios habitacionais. No espaço destinado aos equipamentos públicos, foi edificada apenas uma escola. A quadra do centro comercial ficou ociosa, mesma situação do restante da área a oeste e a norte do terreno.

<sup>20</sup> Construída no Conjunto entre 1951 e 1953.

<sup>21</sup> Construída no Conjunto entre 1940 e 1943.



19. Área ocupada pelo IAPI para a implantação do Conjunto Habitacional Vila Guiomar. <<

### 1.3.4. O projeto implantado

A área adquirida pelo IAPI em Santo André e que foi ocupada pelo Conjunto Residencial Vila Guiomar corresponde à parcela do terreno mais próxima à então zona urbanizada da cidade e à estação de trem. O programa do projeto construído é majoritariamente composto por áreas habitacionais e alguns equipamentos, sendo o Grupo Escolar o único que não seria implantado nas mesmas quadras das casas ou dos edifícios de uso habitacional. As unidades habitacionais construídas distribuem-se entre seis edifícios distintos – casas e prédios – e sete plantas, sendo que é apenas uma das tipologias de prédios que contém duas unidades habitacionais diferentes. O Grupo escolar é formado pelo edifício da escola e por um ginásio poliesportivo de “*impecável estrutura lamelar de madeira*” (BOTAS, 2011: 175).

As quadras que foram destinadas à moradia demonstram claramente a intenção de Carlos Frederico Ferreira de incorporar ao projeto desse conjunto propostas do *subúrbio-jardim*, tanto americanas quanto europeias, e de diretrizes provenientes do movimento moderno. Com esse partido projetual, o que se observa na configuração das quadras do IAPI Vila Guiomar é a existência de habitações unifamiliares e multifamiliares permeadas por jardins e áreas

verdes, além da presença de edifícios sobre *pilotis*. Sobre isso, Bonduki observa que os “*blocos de apartamentos laminares, com uma implantação moderna, se misturam com um traçado de ruas curvas, que respeitam o meio físico e onde se implantam casas unifamiliares.*” (BONDUKI, 1998: 166).

Os três modelos de casa propostos foram projetados com recuos frontais destinados ao jardim e com seus fundos voltados para áreas livres coletivas e abertas no interior das quadras que se configuravam como “*praças internas públicas, semelhante a proposta original de Barry Park para o Jardim América em São Paulo. Mas, ao contrário deste, as áreas verdes internas são abertas e ligadas ao sistema viário do conjunto*” (BONDUKI, KOURY, 2014: 22). Serão esses espaços públicos e inseridos nos limites entre o público e o privado – como os jardins frontais das casas – que auxiliarão na construção da ideia de unidade do conjunto, apesar de suas distintas tipologias.

A presença de habitações conectadas pelos espaços públicos e verdes e pelos equipamentos propostos incute a ideia de *unidade de vizinhança* presente nesse projeto e em vários outros propostos pelo Estado Novo. A intenção era prover moradia em zonas suburbanas com o mínimo da infraestrutura necessária para fazer dos conjuntos habitacionais pequenos núcleos autônomos onde a única atividade que demandasse deslocamento fosse o trabalho (BONDUKI, 1998; BONDUKI, 2014).

Para constituir uma unidade de vizinhança, além das habitações, o local deveria possuir espaços para atividades essenciais ao funcionamento de um bairro, como comércio, áreas de lazer e de esportes além de infraestrutura diversa, como escolas, clubes e unidades de saúde (NASCIMENTO, 2011). Para o *homem novo* que o Estado buscava criar era necessária a produção de um novo espaço (BONDUKI, 1998; BONDUKI, 2014; BOTAS, 2011) e, assim, as unidades de vizinhança eram a chave para a elaboração desses espaços onde “*a habitação coletiva e a valorização do convívio e da sociabilidade pudessem ser agentes auxiliares na criação de um ‘homem novo’.*” (BOTAS, 2011: 207).

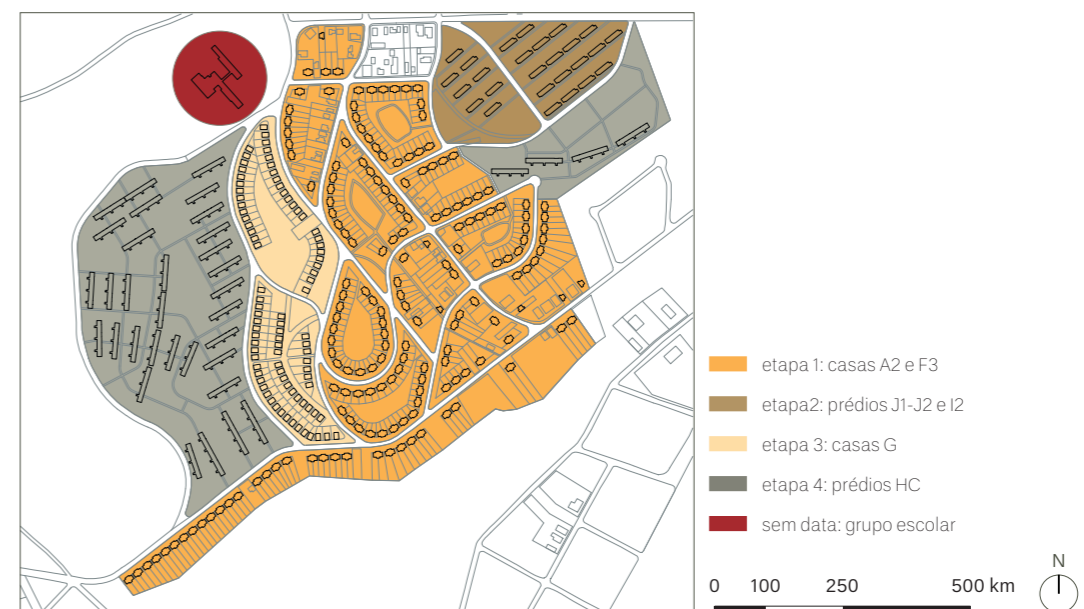
Ao condensar a área utilizada do terreno, em relação à proposta inicial, Ferreira conseguiu manter as 1.411 unidades habitacionais anteriormente estabelecidas, pois diminuiu a área destinada às habitações unifamiliares e aumentou a quantidade de prédios. Isso significou também um melhor aproveitamento da gleba, pois concentrar a distribuição das habitações ocasionou o aumento da densidade. No geral, as unidades habitacionais tinham programas semelhantes, sendo a quantidade de quartos o principal fator que as diferenciava. Além de sala, cozinha, banheiro e área de serviço, as moradias construídas tinham um, dois ou três dormitórios.

A escola foi o único equipamento efetivamente implantado do primeiro projeto, contudo a construção de duas creches, campos poliesportivos, parques infantis e lavanderias coletivas foi prevista ao longo de todos os anos em que o Conjunto foi construído. Conforme Pessolato (2007), com a proposição de poucos equipamentos (duas creches, uma escola, campos poliesportivos, parques infantis e lavanderias coletivas em alguns térreos), em comparação com a dimensão do terreno adquirido e com a área ocupada pelas habitações, pode-se considerar que o projeto construído privilegiou a implantação do uso habitacional em detrimento de áreas institucionais

e equipadas com infraestrutura para o lazer.

Entretanto, a comparação entre o primeiro projeto (plano de distribuição espacial dos usos e das tipologias habitacionais) e o conjunto edificado permite observar uma redução proporcional na distribuição dos usos pelo terreno. Por mais que a quantidade de moradias não tenha sido alterada, a distribuição em planta dos espaços destinados à habitação reduziu-se muito. Assim, tal como ocorreu com as moradias, a porção de terreno destinada aos equipamentos institucionais e de lazer foi diminuída a ponto de ser possível apenas a implantação da escola.

O processo de construção do Conjunto Vila Guiomar se deu em etapas, pois o “*Instituto só construía novas moradias depois que fossem ocupadas aquelas que já estivessem prontas*” (MEDICI, 1989: s/p). Autores como Medici (1989), Pereira (1992), Pessolato (2007), Bruna (2010) e Marguti (2012) se dedicaram a abordar as etapas de implantação do Conjunto e correlacionam cada uma das fases com a edificação de uma ou mais tipologias de edifício. Nos arquivos primários correspondentes ao projeto, na primeira etapa de construção foram erguidas apenas casas correspondentes às tipologias A2 e F3. A próxima fase foi marcada pela implantação de edifícios muito semelhantes entre si, mas que apresentavam três soluções distintas de unidades habitacionais (I2 e J1-J2). Na sequência, voltou-se à construção de moradias unifamiliares correspondentes ao tipo G. E, por fim, o IAPI empenhou-se em construir mais de 30 edifícios da tipologia HC. Espacialmente, a cronologia de implantação do Conjunto pode ser observada na Figura 20.



Os primeiros conjuntos do IAPI construídos no Rio de Janeiro (Conjunto do Realengo) e em Santo André (Conjunto Vila Guiomar) são diferentes entre si fundamentalmente porque aquele, além de ser o marco inicial de produção em massa de habitação operária pelo Estado, teve como característica primordial ser um campo de experimentação tipológica e construtiva de moradias que pudessem ser padronizadas e reproduzidas nas outras ações do Instituto pelo

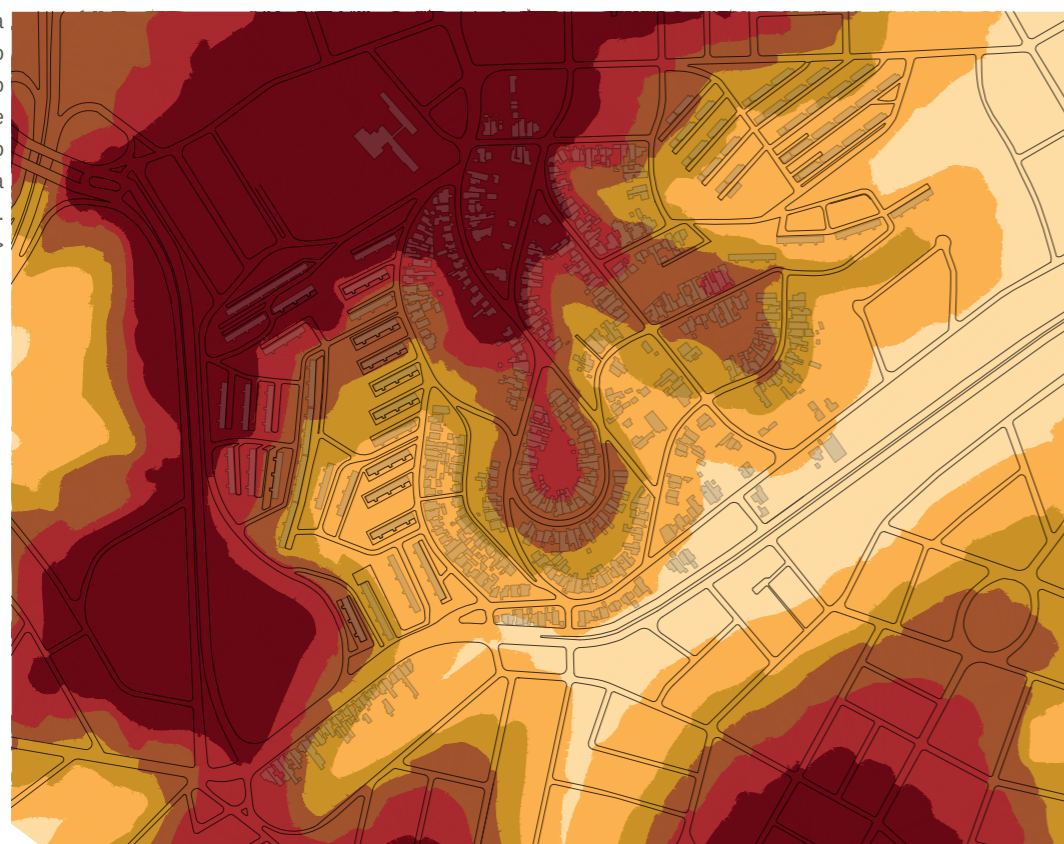
País. Contudo, inseridos no mesmo período de atuação do IAPI, “*etapa que pode ser considerada a de concepção, experimentação e inovação*” (BONDUKI, 2014: 183), esses projetos apresentam também algumas proximidades, para além daquelas que orientaram as ações do Instituto dos Industriários.

Como sintetizado por Botas (2011), algumas das tipologias desenvolvidas no Realengo foram reaplicadas no Vila Guiomar integralmente ou com modificações. Essas proximidades tipológicas observadas, quando existirem, serão ressaltadas caso a caso nos itens seguintes.

No que tange ambos conjuntos habitacionais como um todo, podemos ressaltar como afinidades as seguintes características:

- expressivo número de unidades projetadas – mais de 1 mil;
- grande mescla de tipologias implantadas que iam desde casas isoladas até edifícios em altura;
- proposição de diversos equipamentos coletivos;
- “*implantação moderna, caracterizada pela disposição paralela dos blocos habitacionais ladeados por áreas verdes públicas*” (BOTAS, 2011: 243);
- implantados sobre um arruamento pré-existente, mas com o redesenho do parcelamento dos lotes;
- ausência de cercamento nos edifícios, inclusive nas moradias unifamiliares, de modo que não havia separação entre o quintal e o espaço público.

20.1. Mapa hipsométrico do terreno, e do entorno, onde foi implantado o Conjunto Vila Guiomar. >>



sem escala

### 1.3.4.1. Tipologias A2 e F3: “casas geminadas”

A primeira fase da construção do IAPI Vila Guiomar ocorreu entre 1940 e 1944, com a edificação das casas “tipo geminadas”. Essa etapa é marcada pela construção de duas tipologias muito semelhantes que se distribuem pelas mesmas quadras. A tipologia A2 apresentava recuo frontal, no fundo e em uma das laterais (geminada duas a duas) e foi o único padrão de habitações que apareceu com maior detalhe nas edições da Revista Inapiários até 1948<sup>22</sup>. Provavelmente essa maior divulgação ocorreu porque tais casas eram análogas (planta da unidade e recuo para implantação de jardim) à tipologia A1, de dois dormitórios, já construída no Conjunto do Realengo.

A tipologia F3 era isolada no lote e inserida em áreas cujos terrenos vizinhos eram de terceiros. Apesar de serem tipologias distintas, as casas não apresentam diferenças significativas no que tange à distribuição do seu programa e do seu dimensionamento.

Essas tipologias foram distribuídas em onze quadras e na faixa sul do terreno, delimitada pela Rua da Catequese e pelo Córrego do Cemitério. Ao final do período de construção dessas habitações, o IAPI Vila Guiomar já dispunha de 324 casas do modelo A2 e 9 moradias da tipologia F3, distribuídas conforme a Figura 21:

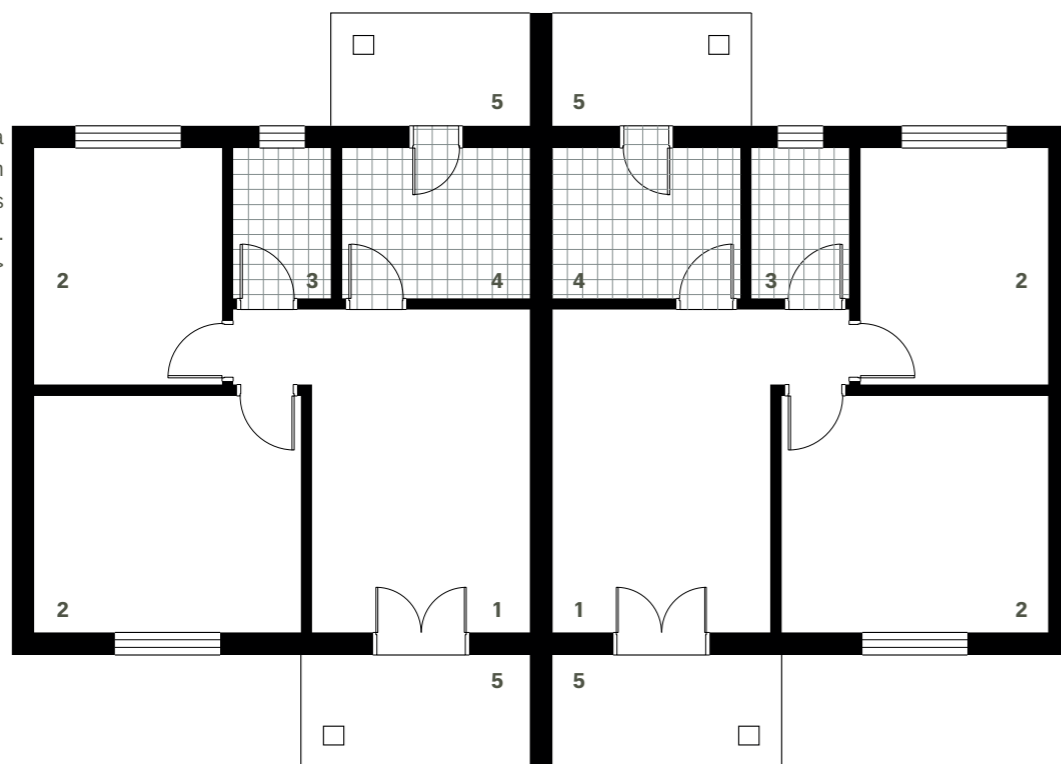


21. Localização dos edifícios das tipologias A2 e F3. <<

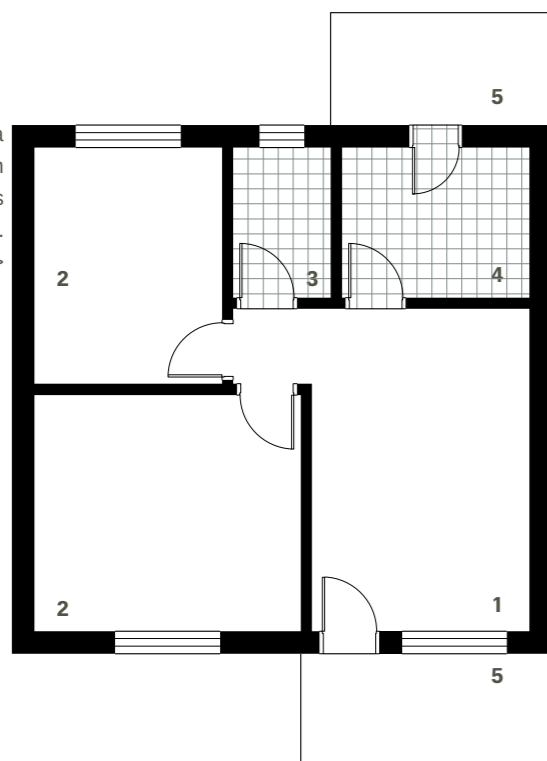
De acordo com reportagens publicadas na Revista Inapiários, essas casas pertenciam ao tipo individual mínimo construído pelo IAPI e se destinavam a abrigar uma família de até cinco pessoas. Com área de aproximadamente 48m<sup>2</sup>, seu programa estava distribuído em:

<sup>22</sup> As edições consultadas da Revista Inapiários foram publicadas entre junho de 1938 (ed. nº 2) e dezembro de 1948 (ed. nº 128).

22. Planta da tipologia A2, com indicação dos usos. >>



23. Planta da tipologia F3, com indicação dos usos. >>



Legenda das imagens

- 1. sala
- 2. quarto
- 3. banheiro
- 4. cozinha
- 5. varandas



- sala comum (13,14m<sup>2</sup>);
- quarto para casal (11,99m<sup>2</sup>);
- quarto para os filhos (7,78m<sup>2</sup>);
- cozinha (4m<sup>2</sup>);
- banheiro (3,8m<sup>2</sup>);
- duas varandas, frente e fundos (7,65m<sup>2</sup>)<sup>23</sup>;

Com relação aos materiais construtivos, em uma entrevista publicada na edição nº 50 da Revista Inapiários, Paes Barreto informa que, nessa primeira tipologia construída no IAPI Vila Guiomar, as paredes foram edificadas em alvenaria de tijolos, a cobertura foi feita com telhas planas e toda a casa era assoalhada e dispunha de forro de madeira, mesmo material das esquadrias. As áreas molhadas (banheiro e cozinha) possuíam revestimento de cimento branco impermeabilizado até a altura de 1,70 m.

As instalações que já tinham localização fixas na habitação – como as pias e o chuveiro, por exemplo – faziam parte da casa e, assim, estavam disponíveis em todas as moradias alugadas. No caso das casas da tipologia A2, a cozinha era equipada com lavatório de louça, pia de cozinha de ferro fundido com pedra de marmorite e coifa “para impedir a ação enegrecedora da fumaça” (REVISTA INAPIÁRIOS, 1941: 18). O banheiro dispunha de banheira de ferro fundido, chuveiro de crivo niquelado e bacia sanitária. Para alguns moradores que ocuparam inicialmente esse padrão tipológico, foi estranha a existência de banheiro e fogão dentro de casa, bem como de tanque na varanda, o que evidencia o alto caráter de concepção moderna que as unidades apresentavam (PESSOLATO, 2007).

As varandas frontal e posterior existentes em ambas tipologias eram formadas por meio do prolongamento do telhado ou como uma simples cobertura adjacente e que tinham a função de abrigar o acesso às residências. É interessante notar a semelhanças entre esses espaços e os alpendres<sup>24</sup> existentes em edificações construídas durante o período colonial.

Apesar de nomeados como A2 no IAPI Vila Guiomar, esse modelo de casa corresponde ao tipo A1 implantado no Conjunto de Realengo, que foi “como um grande canteiro experimental para testar tipologias habitacionais e processos construtivos” (BOTAS, 2011: 22). Esse modelo de casa foi comum em diversos conjuntos construídos pelo IAPI na década de 1940: Conjunto de Realengo, Saco dos Limões em Florianópolis, Conjunto Residencial do IAPI de Vitória, Conjunto de Goiânia, Vila Piratininga, Pedreira Guacuri em São Paulo, Coqueirinho em Fortaleza, Conjunto de Areias em Recife, Conjunto do Quitungo e Vila Paraibuna, ambos no Rio de Janeiro (BOTAS, 2011).

<sup>23</sup> Dados disponíveis na edição nº 50 (junho de 1942) da Revista Inapiários.

<sup>24</sup> Conforme o Dicionário da Arquitetura Brasileira, alpendre

“é todo teto suspenso por si só ou suportado por pilastras ou colunas, sôbre portas ou vãos de acesso. A todo acesso abrigado corresponde um alpendre. Pode aquela peça formar saliência no frontispício da construção ou estar engasgada entre paredes da mesma, compreendendo, então, espaço coberto reentrante. No primeiro caso o alpendre é cobertura independente, não possuindo continuidade com o telhado (...), salvo quando é um mero prolongamento parcial de uma água, além do alinhamento do beiral. No segundo caso, um setor da cobertura geral transforma-se em alpendre, não sugerindo a planta do telhado sua existência” (CORONA, LEMOS, 2017: 32).

24. Vista da tipologia A2 edificada no Conjunto Residencial Vila Guiomar. >>



25. Vista da tipologia A1 edificada no Conjunto Residencial de Realengo. >>



### 1.3.4.2. Tipologias J1-J2 e I2: “prédios velhos”

Ao longo de dois anos, 1946 e 1948, foram construídos os 26 edifícios conhecidos como “prédios velhos”<sup>25</sup> na região nordeste do terreno. Tais blocos possuíam três pavimentos de uso habitacional, térreo livre sob pilotis, corredor de acesso externo nas adjacências do volume do prédio e caixa de escada única localizada na lateral da planta. Os edifícios que abrigavam as tipologias J1 e J2 foram majoritariamente construídos a oeste da atual Rua Borba Gato, sendo que apenas um, dos nove edifícios desse modelo, foi construído entre os prédios I2.

<sup>25</sup> Tal designação surgiu posteriormente à construção dessa tipologia. Quando foram edificadas as outras tipologias de prédios – HC –, os então moradores do Conjunto, com a intenção de diferenciá-los mais facilmente, passaram a chamar os prédios construídos entre 1946 e 1948 de “prédios velhos” e os recém-construídos de “prédios novos” (PESSOLATO, 2007).



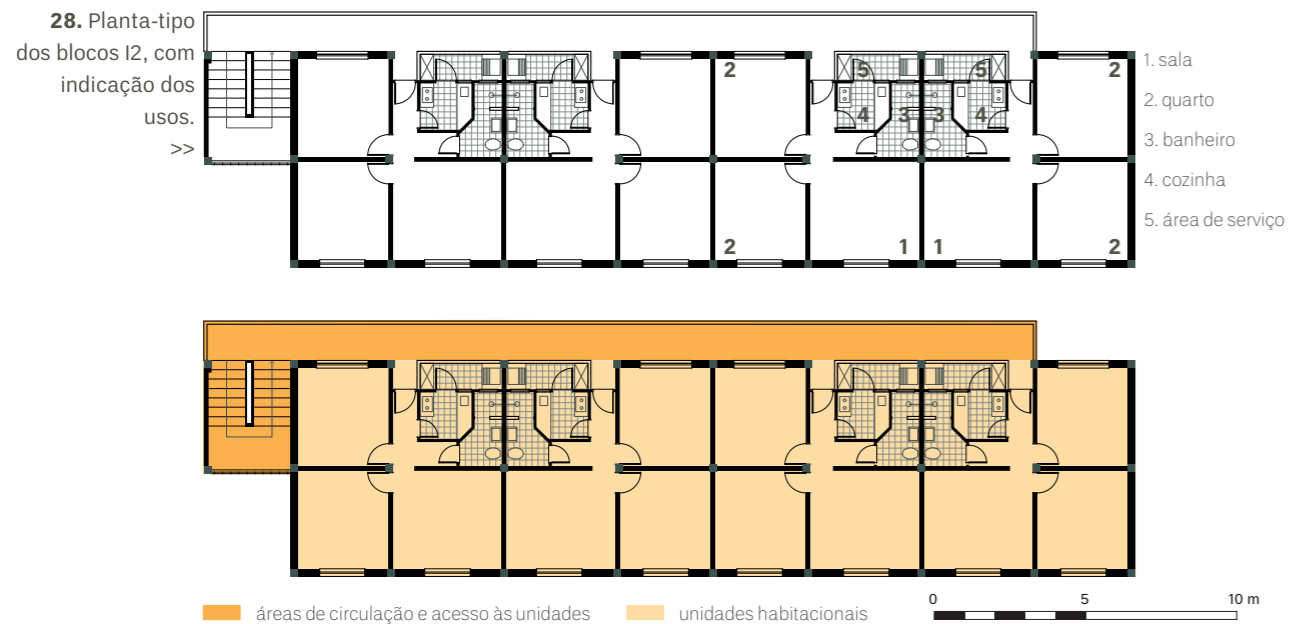
26. Localização dos prédios correspondentes as tipologias J1-J2 e I2. <<

Em todos os blocos dos “prédios velhos”, as plantas-tipo são compostas por quatro unidades habitacionais. Apesar de apresentarem um esquema estrutural modulado e muito semelhante, as divisões internas dos edifícios não são iguais, pois eles abrigam tipologias de unidades habitacionais distintas. Os blocos J1-J2 possuem planta-tipo constituída de duas unidades habitacionais de três dormitórios (61 m<sup>2</sup>) intercaladas com duas moradias de um dormitório (33 m<sup>2</sup>). Os edifícios I2 dispõem de apenas apartamentos de dois dormitórios, com plantas iguais e área de 48 m<sup>2</sup>. Todas as residências de ambos os modelos de prédios são compostas por sala, cozinha, banheiro e área de serviço, sendo a quantidade de quartos o fator que as diferencia.



27. Planta-tipo dos blocos J1-J2, com indicação dos usos. <<

Observando o esquema abaixo, fica clara a divisão dos espaços conforme o uso, de modo que as áreas de circulação comum, não ‘rasgam’ o bloco e dividem as áreas dos apartamentos em dois lados.

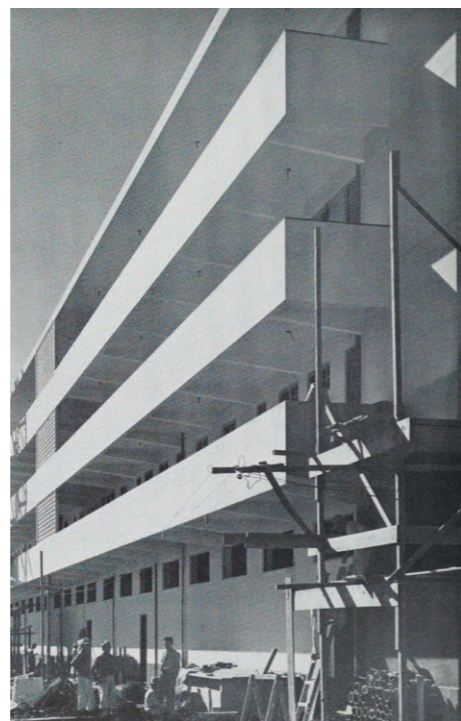


A presença do corredor de acesso às unidades e da caixa de escada encravada no bloco horizontal são características projetuais análogas às tipologias Bloco Coletivo e Bloco 2 (quatro pavimentos) edificadas no IAPI do Realengo. Botas (2011: 229) relaciona tal semelhanças apenas com o Bloco 2 descrevendo-a como “acesso por varandas comuns”. Provavelmente isso ocorre porque o Bloco Coletivo apresenta outras características mais marcantes e exclusivas.

**30.** Vista, durante a construção, do corredor de acesso às unidades presente na fachada do bloco de apartamentos do Conjunto Residencial de Realengo no Rio de Janeiro. >>

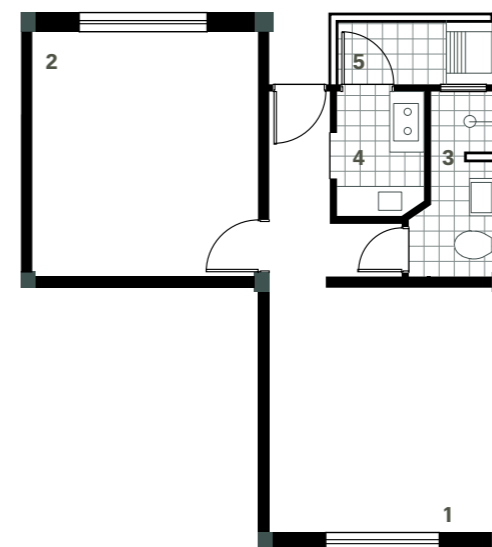


**29.** Vista do corredor de acesso às unidades habitacionais presente nas fachadas dos “prédios velhos”.



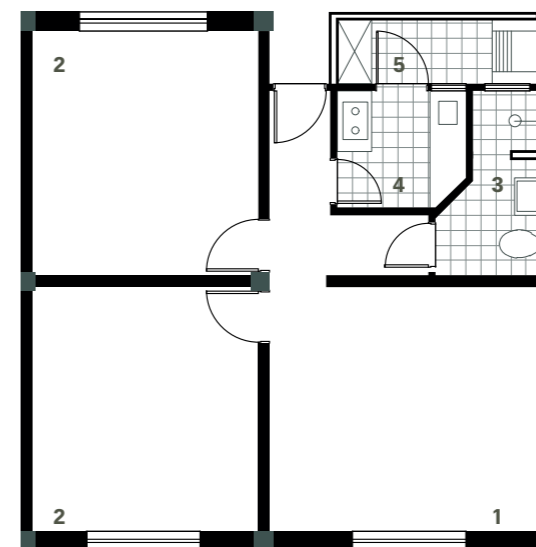
Os 26 “prédios velhos” correspondem a 312 unidade habitacionais do Conjunto que são distribuídas do seguinte modo:

- 54 apartamentos de um dormitório – 33m<sup>2</sup>;



**31.** Planta das unidades habitacionais de 1 dormitório localizadas apenas nos blocos de tipo J1-J2. <<

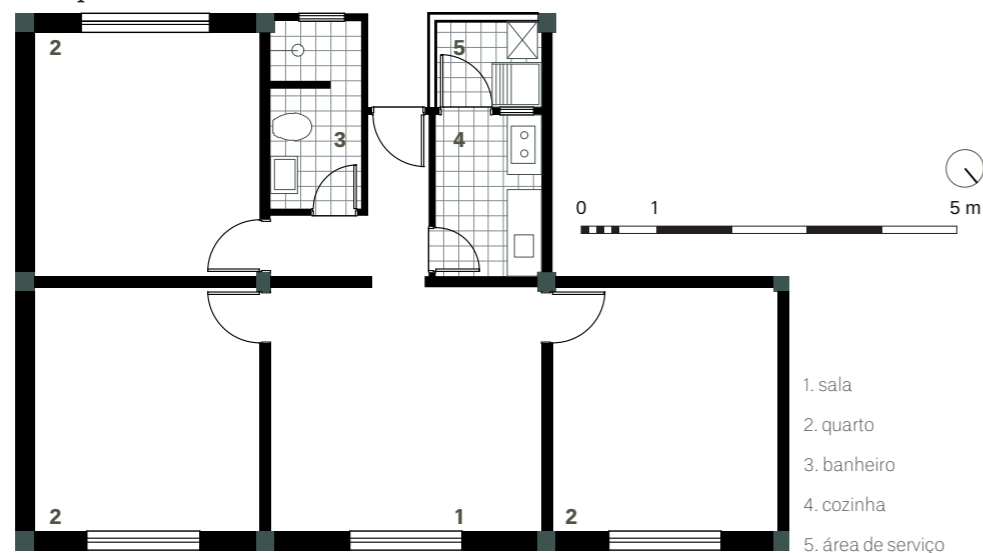
- 204 apartamentos de dois dormitórios – 48m<sup>2</sup>;



**32.** Planta das unidades habitacionais de 2 dormitórios presente apenas nos prédios de tipo I2. <<

33. Planta das unidades habitacionais de 3 dormitórios localizadas apenas nos blocos de tipo J1-J2. >>

- 54 apartamentos de três dormitórios – 61m<sup>2</sup>.



### 1.3.4.3. Tipologia de casas G: “caixa de fósforo”

Na terceira etapa de construção do Conjunto Vila Guiomar, foram produzidas as casas correspondentes à tipologia G. Esse período teve início em 1948, mas não foi possível obter informações precisas sobre o ano de término das obras. Ao todo, foram construídas 88 unidades distribuídas em três quadras e implantadas isoladamente em lotes que variavam entre 300 e 350 m<sup>2</sup>. A opção de inserção da casa ‘solta’ no terreno possibilitou, e reforçou, a criação de áreas livres com vegetação entre as unidades, sendo que a grande massa de vegetação se concentrava no interior das quadras.

34. Localização das casas do tipo G. >>



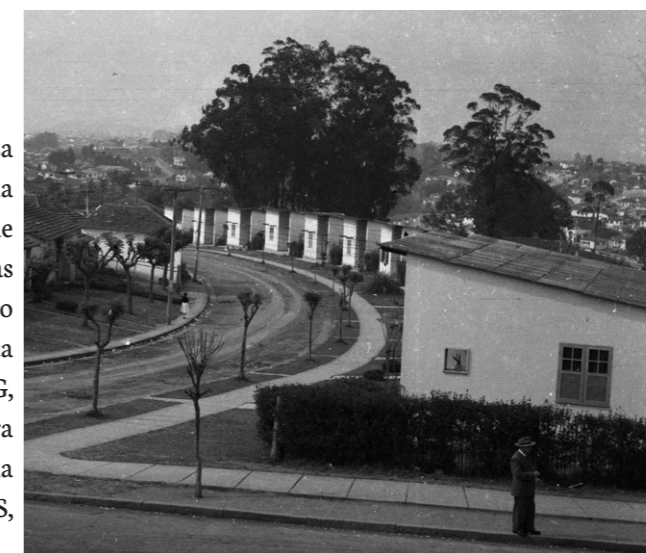
Consideravelmente maiores que as casas das tipologias A2 e F3, essas habitações possuíam 56,8m<sup>2</sup> de área útil dividida entre três dormitórios, sala, cozinha, banheiro e varandas nas fachadas da rua e dos fundos. Conforme uma entrevista realizada com moradores em 1989, essa tipologia inicialmente ficou conhecida como “caixa de fósforo” em virtude do tamanho de seus cômodos ser considerado pequeno por seus habitantes (MEDICI, 1989). Apesar de tal denominação, as residências da tipologia G eram cerca de 10m<sup>2</sup> maiores que aquelas construídas na primeira etapa de implantação do conjunto.



35. Planta da tipologia G, com indicação dos usos. <<

Como essas casas também possuem diversas orientações, optou-se por não indicar o norte visto que o desenho passaria a contemplar apenas um grupo restrito de habitações. <<

Conforme Botas (2011), essa tipologia apresenta-se como uma variação de um dos modelos de casas pouco produzidas e nomeadas como “casas isoladas” no Conjunto do Realengo. A principal diferença advém do fato de que, na tipologia G, Carlos Frederico Ferreira “incorpora a varanda ao volume total e a água do telhado é invertida” (BOTAS, 2011: 227).



36. Vista parcial de uma das quadras onde foram implantadas as casas da tipologia G. <<

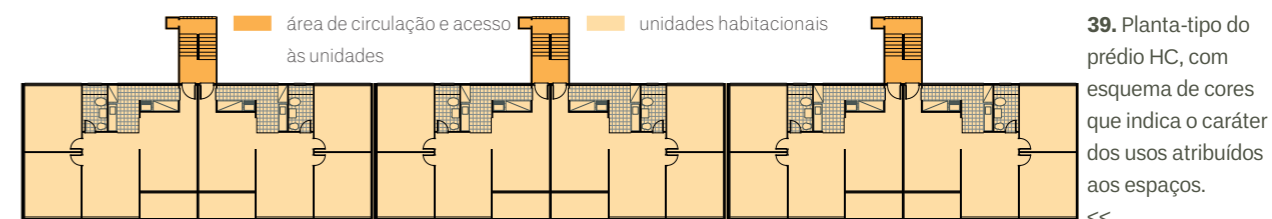
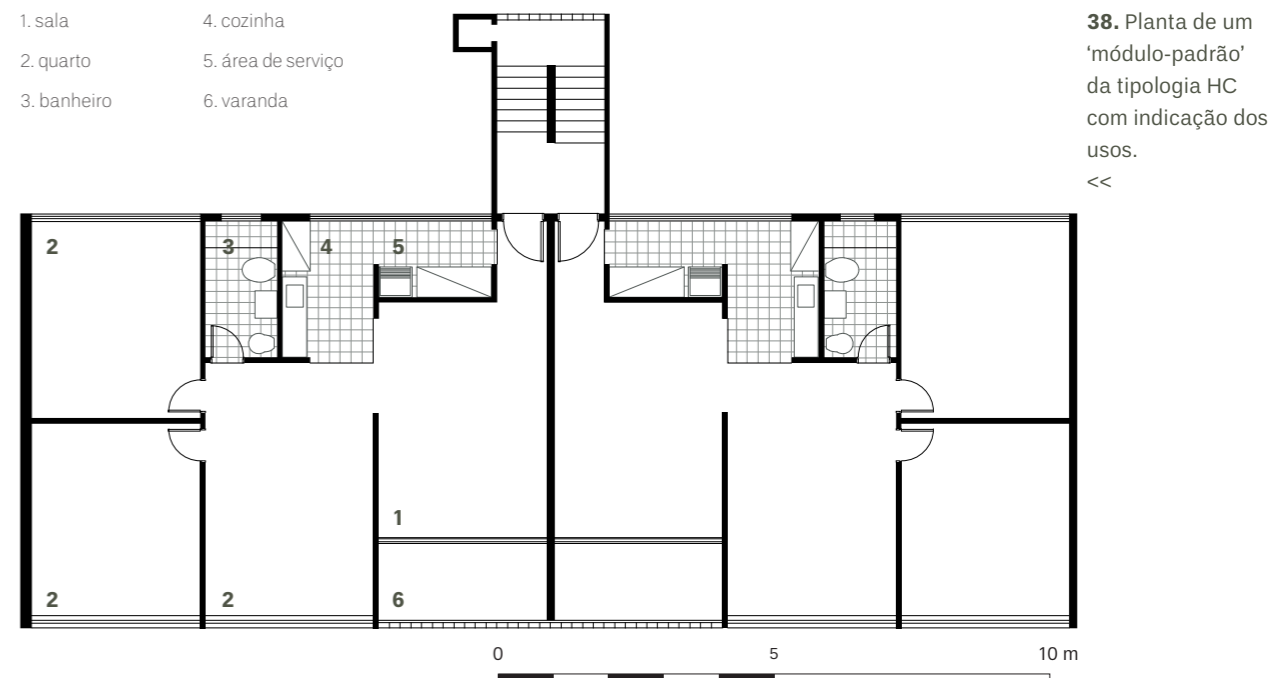
### 1.3.4.4. Tipologia de prédios HC: “prédios novos”

O fim da implantação do empreendimento do IAPI em Santo André ocorreu com a construção do último conjunto de prédios, identificados como HC. Não foi encontrada uma data que especifique o início dessa etapa, porém se sabe que os prédios já estavam todos prontos em 1951. Tais construções expressam-se como o exemplar máximo da modulação e da seriação das habitações produzidas no Conjunto Vila Guiomar, pois apresentam apenas uma tipologia de planta composta por um único modelo de apartamentos. Ao todo, foram construídos 36 blocos – a leste e a oeste do terreno – nos quais se encontram distribuídas 666 unidades habitacionais.

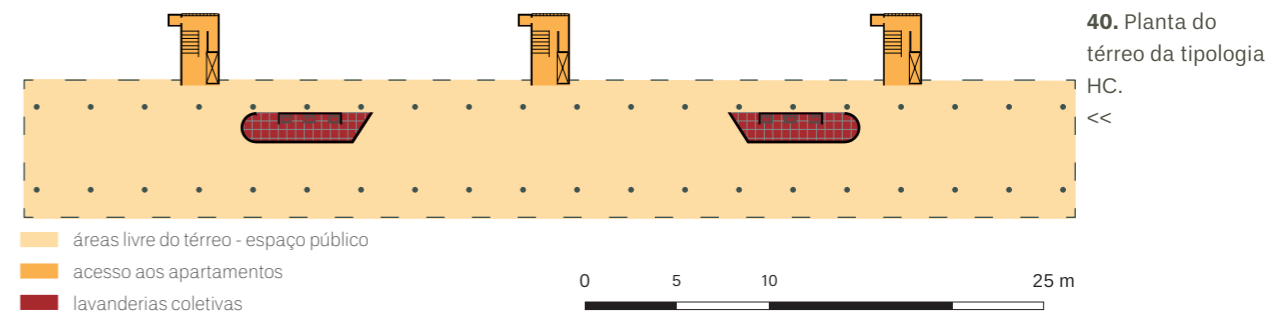


Esses edifícios são formados a partir de um ‘módulo-padrão’ composto de seis unidades habitacionais – duas por pavimento, sendo o térreo livre – e uma caixa de escada, que é a única opção de acesso às unidades habitacionais. Dos 36 edifícios, 33 são formados a partir do agrupamento de três modulações-padrão, e três a partir da união de quatro desses módulos. Apesar de as tipologias anteriormente implantadas estarem conectadas com a ideia de seriação incutida nas ações do IAPI para a construção de conjuntos habitacionais pelo Brasil, a modulação e a racionalização da planta-tipo da unidade habitacional e de seu agrupamento, presentes na tipologia HC do Conjunto Residencial Vila Guiomar, também são um partido projetual conectado com o ideal de racionalização para a reprodução, própria do movimento moderno e das diretrizes do Instituto dos Industriários.

Os 666 apartamentos construídos apresentam área útil de 65 m<sup>2</sup> distribuída entre sala, varanda cozinha, banheiro, área de serviço e três dormitórios. O dormitório adjacente à sala não apresenta nas plantas do projeto paredes e porta delimitando seu perímetro e acesso, tal como ocorre nos demais quartos. Essa representação pode ser um indicativo da flexibilidade de uso pensada para o espaço, que poderia ser utilizado como dormitório ou mesmo como uma extensão da sala.



Tais como os “prédios-velhos”, os “prédios novos” (tipologia HC) possuíam o térreo livre sob pilotis, local considerado uma área livre que deveria servir como espaço de convivência dos moradores e abrigar equipamentos coletivos, como as já previstas lavanderias.



Sobre a técnica construtiva utilizada nos “prédios-novos”, Pessolato (2007: 122) informa que “as estruturas são de concreto armado com vedação de alvenaria”. Em ambos os edifícios a opção pelo telhado, e não pela solução de teto-jardim presente em edifícios de grande altura, como o Japurá (também do IAPI), decorreu de uma questão econômica: garantir o menor custo da



produção (BONDUKI, KOURY, 2014).

A tipologia HC não foi anteriormente ‘testada’ no Conjunto do Realengo. Contudo, ela reafirma “o diálogo entre o tradicional e o moderno” presente em tipologias do primeiro conjunto do IAPI. As esquadrias compostas majoritariamente de vidros e conformadas por um desenho de poucas linhas ortogonais, o volume prismático horizontal descolado do térreo, a estrutura semelhante ao muxarabi<sup>26</sup> que é o guarda-corpo da varanda, a placa de concreto das escadas com aparência e função análogas às dos cobogós e o telhado de água única visto apenas na fachada posterior desses edifícios, são elementos que evidenciam a presença desse diálogo. Além disso, esses elementos indicam a busca por uma identidade nacional na produção de moradias operárias inseridas em um partido projetual moderno, que também apresenta elementos próprios da arquitetura anteriormente produzida no Brasil.

41. Vista parcial dos prédios da tipologia HC. >>



### 1.3.4.5. O Grupo escolar

Nenhuma das bibliografias referentes à construção do IAPI Vila Guiomar, ou mesmo alguma edição da Revista Inapiários, discorre sobre o período de construção do único grande equipamento do conjunto: o Grupo Escolar. Na obra de Mindlin (1956), o ano de 1949 é considerado a data de projeto da escola e da tipologia de prédios HC.

<sup>26</sup> Conforme o Dicionário da Arquitetura Brasileira, muxarabi é o nome que

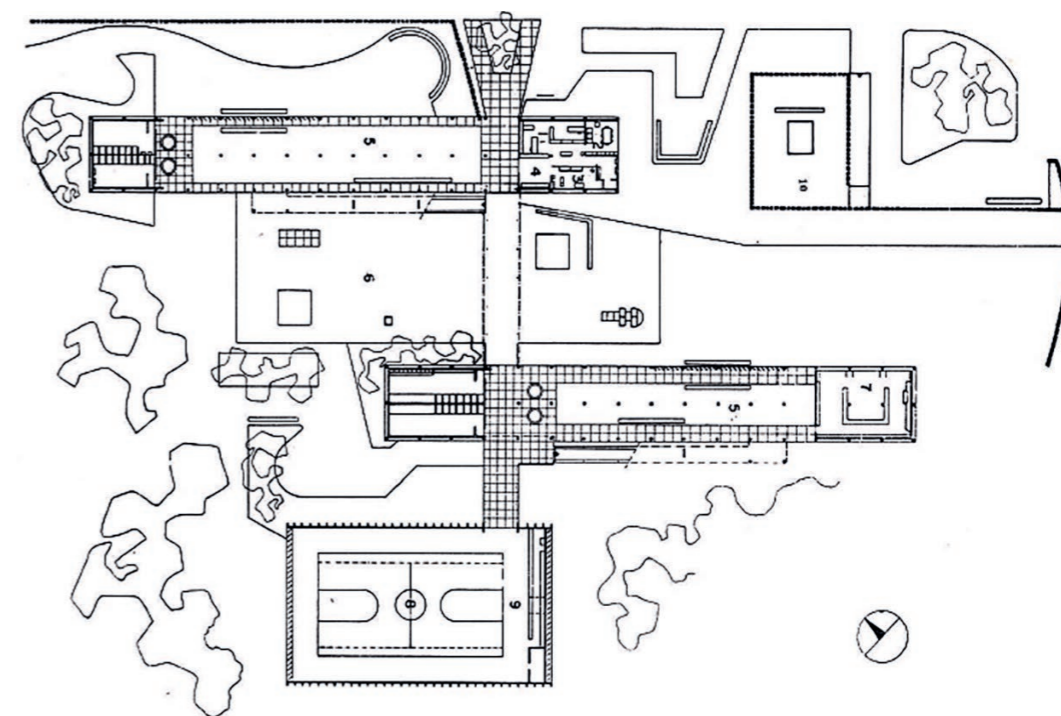
“se dá ao anteparo perfurado colocado na frente de uma janela ou na extremidade de uma saliência abalcoada, com o fito de se obter sombra e de se poder olhar para o exterior sem ser observado. Na quase totalidade das vezes tais anteparos perfurados eram constituídos de um xadrez de fasquias de madeira (...). Os muxarabis constituem uma das marcantes testemunhas da influência árabe na arquitetura ibérica transplantada para o Brasil colonial. (...)” (CORONA, LEMOS, 2017: 330).



42. Localização do Grupo Escolar. <<

A escola tinha capacidade inicial para abrigar 1.206 crianças considerando seu funcionamento por dois períodos (MINDLIN, 1956). Constituído por dois blocos retangulares paralelos e um ginásio de esportes, o Grupo Escolar era todo conectado pelo térreo por meio de uma marquise perpendicular aos seus volumes.

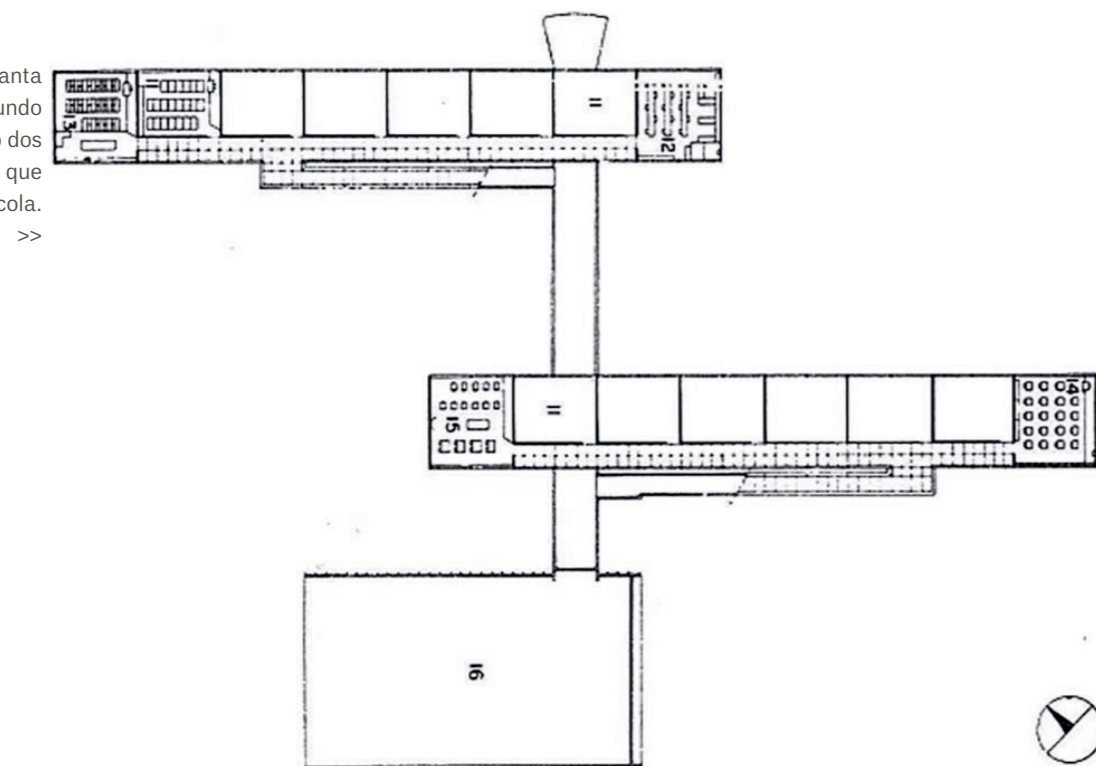
De acordo como o projeto, o térreo era destinado a atividades relacionadas aos momentos de interação social entre os alunos, à prática de atividades livres e dirigidas, bem como às salas de suporte ao funcionamento escolar (secretaria, sala dos professores, sala de espera e consultório médico e odontológico, por exemplo).



43. Planta do primeiro pavimento dos volumes que compõe a escola. <<

No segundo pavimento de ambos os blocos, se encontram as salas de aulas, e distribuídas entre os dois volumes há salas de suporte às atividades de disciplinas específicas (física, ciências naturais, trabalhos manuais, desenho e cartografia) e a biblioteca.

44. Planta do segundo pavimento dos edifícios que compõe a escola.



45. Vista interna do ginásio em 2006, onde é possível perceber sua estrutura de madeira.



A obra de Mindlin (1956) não apresenta comentário e informações mais aprofundadas sobre o ginásio. Ao abordarem esse equipamento, Bonduki e Koury (2014: 22) enfatizam que “a estrutura do ginásio, um rendilhado de madeira, é uma obra-prima que merece observação cuidadosa”. Botas (2011: 175-176), além de caracterizar tal estrutura como “impecável”, argumenta que provavelmente sua concepção contou com a parceria dos engenheiros, e também funcionários do IAPI, Francisco de Paula Dias de Andrade e Vicente Campos Paes Barreto.



46. Vista da fachada de acesso à escola.

### 1.3.5. O término das construções

Com o fim da construção, foi realizado o tratamento paisagístico dos espaços livres: todas as áreas livres foram gramadas, ao redor dos edifícios e em frente a cada casa foram plantadas árvores e os locais destinados aos parques infantis e às quadras de esporte foram equipados (FRASSON, 2000). As praças e os parques implantados eram de uso tanto dos moradores dos prédios quanto daqueles que moravam nas casas, e a manutenção de tais áreas ficou sob responsabilidade do IAPI.



47. Paisagismo em áreas próximas à tipologia A2.

48. Vista de área livre equipada em frente ao prédio 24 da tipologia HC.



49. Área livre próxima aos "prédios velhos" com tratamento de vegetação e caminhos de pedestres.



50. Paisagismo em frente as casas da tipologia G e ao redor dos prédios da tipologia HC.

## Capítulo 2

### Divulgando, ocupando e transformando

#### 2.1. Difundindo a existência do IAPI Vila Guiomar

A atuação dos IAPs no período que vai desde sua formação até a união de todos os institutos na figura do INPS<sup>1</sup> foi marcada pelo atendimento habitacional<sup>2</sup> de mais de 124 mil moradias em todo o território nacional (BONDUKI, 2014). No Plano A, modalidade em que os institutos majoritariamente construíram as unidades habitacionais para locação, os conjuntos foram edificados com base em projetos marcados pela influência do discurso proposto pelo movimento moderno. A principal e mais frequente forma de divulgação dos projetos e ações empreendidas pelos IAPs foram suas próprias revistas, que divulgaram a versão oficial de sua atuação pelo Brasil.

Conforme Nascimento (2012), os manuais de história da arquitetura moderna lançados no mesmo momento de atuação dos IAPs, corroboraram a consolidação da ‘versão canônica’ da arquitetura moderna brasileira, o que acabou por construir uma narrativa que não contempla o tema da habitação social nessa historiografia. Entretanto, há alguns autores<sup>3</sup> que publicaram obras relativas à arquitetura moderna brasileira nas quais aparecem exemplos de habitações sociais construídas entre 1930 e 1960, sendo o *Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes*<sup>4</sup> (mais conhecido como Pedregulho) a produção habitacional mais divulgada na época e que teve maior destaque no contexto internacional (BONDUKI, 1998; NASCIMENTO, 2007).

O Conjunto Vila Guiomar, apesar de ser uma produção temporalmente muito próxima ao Conjunto do Realengo, que teve grande importância nas ações do IAPI, encontrou espaço em algumas das publicações realizadas pelo seu órgão previdenciário. Na Revista Acrópole o Conjunto aparece em dois números, que apresentam fases distintas de sua implantação. Nos livros que tratam da arquitetura moderna brasileira, o Vila Guiomar aparece na obra de Goodwin (1942) e, mais claramente, na publicação de Mindlin (1956).

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Previdência Social.

<sup>2</sup> Nos moldes dos Planos A (aluguel) e B (financiamento).

<sup>3</sup> Nascimento (2012) utiliza como objeto de análise detalhada as obras: “Brazil Buils” (GOODWIN, 1942), “Arquitetura Moderna no Brasil” (MINDLIN, 1956) e “Arquitetura Contemporânea no Brasil” (BRUAND, 1979).

<sup>4</sup> Projetado por Carmen Portinho e Affonso Eduardo Reidy entre 1946 e 1948, foi concebido no âmbito do Departamento de Habitação Popular (DHP) na cidade do Rio de Janeiro e construído ao longo da década de 1950.

O projeto implantado pelo IAPI em Santo André não fez uso de toda a gleba adquirida pelo Instituto, mas expôs soluções e propostas habitacionais plurais, racionais e inovadoras naquele momento. Em 1965, o Conjunto Residencial Vila Guiomar recebeu uma premiação da Unesco, mas não foi possível encontrar as justificativas de tal condecoração. Medici (1989) aponta que o motivo do prêmio foi a opção de implantação do Conjunto: em ruas sinuosas, cujos miolos das quadras são áreas livres e públicas disponíveis ao uso da população residente.

### 2.1.1. Revista Inapiários

Das publicações elaboradas pelo próprio IAPI, ao longo dessa pesquisa, foi possível obter acesso apenas às publicações de junho de 1938 a dezembro de 1948. Neste intervalo de 10 anos, o Conjunto Vila Guiomar aparece em algumas edições desde 1940 (reportagem sobre assinatura do contrato para a construção de 324 residências em Santo André) até 1947 (pequena nota sobre a realização de um piquenique nas dependências do recém-construído Conjunto Vila Guiomar).

O teor de algumas dessas publicações já foi descrito no item “1.3.2. Documentação do Projeto” presente no Capítulo 1. No geral, os artigos divulgados em que aparece alguma notícia ou relato sobre o Conjunto concentram-se na primeira etapa de implantação e, assim, oferecem maiores informações sobre a construção das casas de tipologia A2 e sobre as características gerais do empreendimento (como assinatura do contrato de construção e plano de distribuição das áreas, por exemplo). Há algumas edições posteriores a 1943 que citam a ocorrência de algum fato<sup>5</sup> relativo ao IAPI andreense: edição nº 70 (fevereiro/1944), edição nº 76 (agosto/1944), edição nº 78 (outubro/1944) e edição nº 116 (dezembro/1947). Mas essas aparições são muito pontuais e não revelam nenhuma informação significativa sobre o processo de construção do Conjunto ou as atividades que ali ocorreram.

<sup>5</sup> Os fatos em que o Conjunto Vila Guiomar aparece citado são de diversas naturezas como: lista de conjuntos em construção, entrega de 360 casas sem especificar suas tipologias e realização de um piquenique.

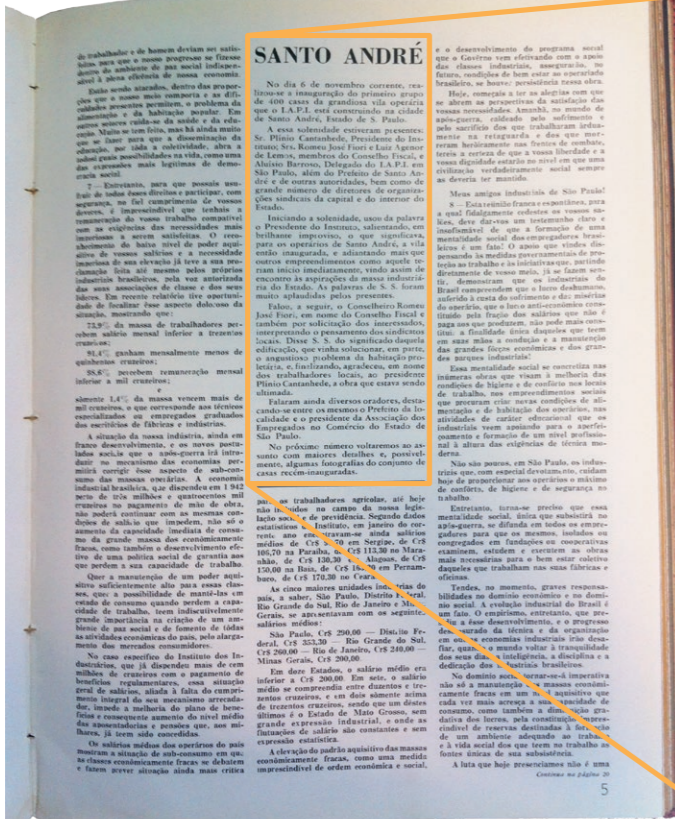


**51. Página 18 da edição nº 38 (junho de 1941) da Revista Inapiários com destaque para uma parte do texto que descreve a visita do presidente do IAPI, Plínio Cantanhede, e outras autoridades a construção do Conjunto Residencial Vila Guiomar realizada em 18 de maio de 1941.**

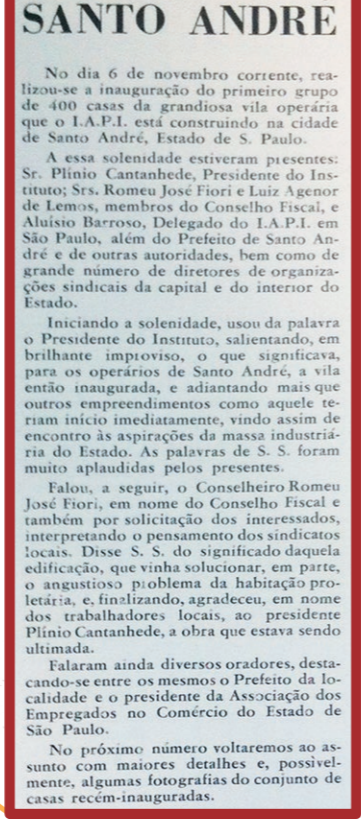


**52. Página 27 da edição nº 38 (junho de 1941) da Revista Inapiários com destaque para as fotos dos diretores dos sindicatos de empregados na indústria e funcionários do IAPI em visita as obras da vila operária de Santo André, em 18 de maio de 1941.**

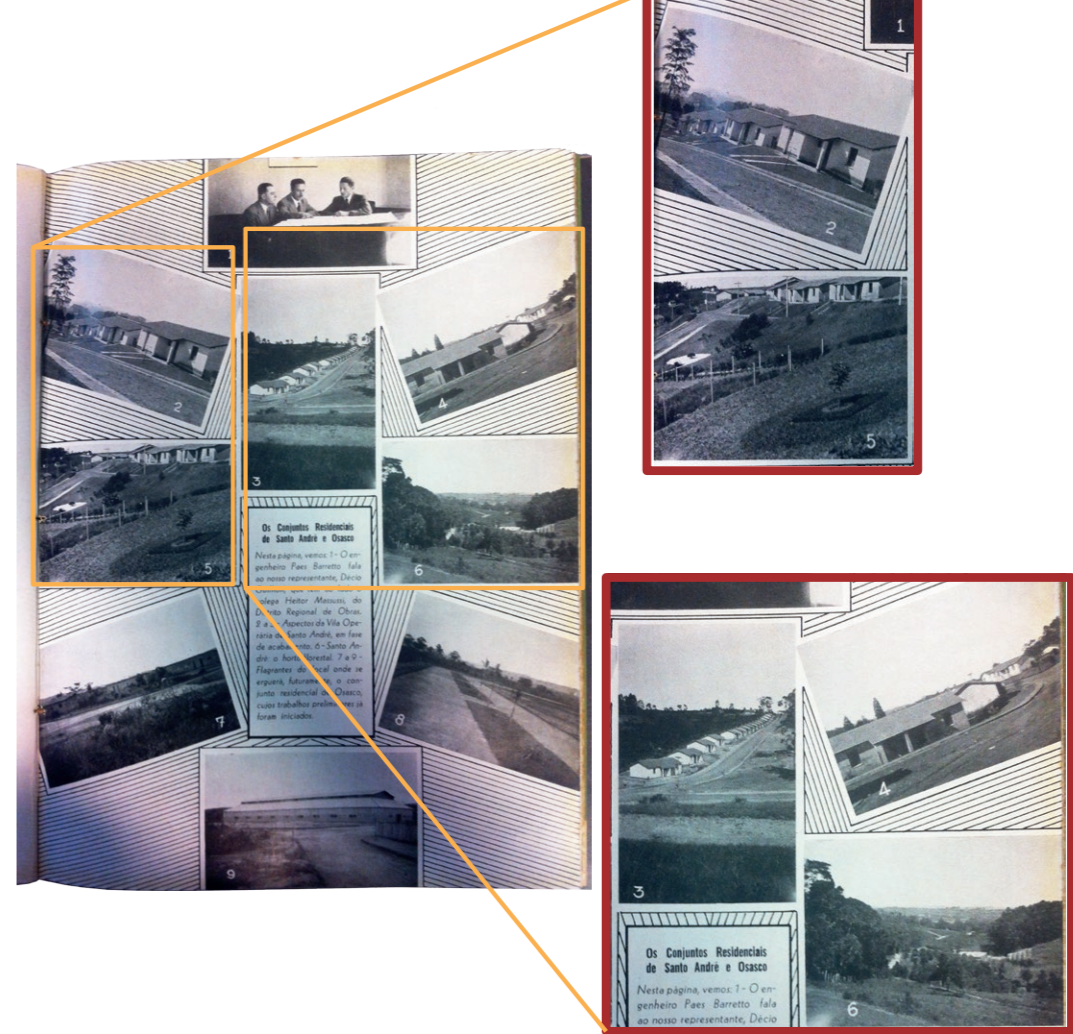
53. Página 35 da edição nº 50 (junho de 1942) da Revista Inapiários com destaque para as fotos das casas já construídas no Conjunto Vila Guiomar.



54. Página 05 da edição nº 67 (novembro de 1943) da Revista Inapiários com destaque para uma pequena notícia sobre a inauguração de 400 casas no IAPI de Santo André.



55. Página 15 da edição nº 76 (setembro de 1944) da Revista Inapiários com destaque para uma pequena notícia sobre a conclusão das instalações da pedraira de Guacurí, em Santo Amaro, e da olaria, em Osasco, que forneceram material para a construção dos conjuntos residenciais da Várzea do Carmo, da Mooca, de Santo André e de Osasco.



## 2.1.2. Revista Acrópole

### A Acrópole

“foi uma publicação especializada em Arquitetura, editada em São Paulo entre 1938 e 1971. (...) A revista trouxe em suas páginas realizações desenvolvidas principalmente por arquitetos de São Paulo, mas também teve abrangência nacional e internacional. Ao longo de suas edições registrou projetos e obras de edifícios, urbanização, paisagismo, desenho industrial, comunicação visual, arquitetura de interiores e detalhamento arquitetônico; textos teóricos, divulgação de pesquisas, resenhas de livros e revistas e noticiário de interesse para a categoria profissional; informes técnicos sobre sistemas construtivos, especificações de materiais e temas

relacionados ao desempenho dos edifícios. O conjunto das propagandas veiculadas pela revista é um registro para o conhecimento do quadro industrial e tecnológico da construção civil brasileira ao longo de três décadas”(FAUUSP, 2018).

Apesar de a revista apresentar um ritmo de publicações ininterrupto, foram raras as aparições do IAPI andreense nas páginas da Acrópole. O Conjunto Vila Guiomar foi incluído em apenas duas edições: nº 53 (setembro de 1942) e nº 147 (julho de 1950). A reportagem apresentada na edição nº 53 é uma republicação da entrevista com o engenheiro Paes Barreto presente na edição nº 50 (junho de 1942) da Revista Inapiários. A edição de número 147 apresentou fotos da construção dos prédios de tipologia HC (“prédios novos”), informando que eles eram de propriedade do IAPI, mas estavam sendo edificadas pela empresa Louzada, Cavalcanti e Cia. Ltda. Nesse último número, é salientado ainda que, em virtude do projeto desenvolvido, a estrutura de concreto dos edifícios pôde ser executada com a máxima racionalização.

56. Primeira página da reportagem publicada sobre os conjuntos residenciais em Santo André e em Osasco. Em destaque a informação de que a notícia foi anteriormente publicada na Revista Inapiários. >>

*Os Conjuntos Residenciais de Santo André e Osasco*

... O órgão responsável pelos assuntos que dizem respeito à Engenharia, em maio de 1940 iniciou suas atividades, exercendo suas funções conjuntamente com a Carteira Imobiliária.

Em 15-2-II, por O.S., recebeu o nome de DISTRITO REGIONAL DE OBRAS, com caráter de uma representação local responsável pela construção dos Conjuntos Residenciais de Santo André e Osasco. Ligados diretamente à A.C., sua função é de assistência técnica e de controle econômico das obras.

... O problema de habitação popular tem sido objeto de vários Congressos mas, em virtude de sua complexidade, até hoje não se chegou a uma sistematização dos princípios orientadores. O problema é função de muitos fatores e requer um conjunto de soluções econômicas, urbanísticas e sociológicas, no sentido de se conseguir habitação e ambiente influenciadores para o soerguimento físico e moral do indivíduo. A solução seria relativamente fácil se as possibilidades econômicas do operário não limitassem a habitação a um baixo valor aquisitivo. Estudos estatísticos sobre o aumento e minimização de mortalidade e invalidez da coletividade de modestos recursos, tem provado que são intimamente relacionados com a habitação e os característicos higiênicos do meio ambiente. Portanto, o problema existe e necessita, com brevidade, de solução concreta.

... Instituto, após estudos metuculosos do problema em seus vários aspectos, vem executando seu vasto programa de construção, dando solução integral ao problema nas regiões onde os salários mínimos dos associados comportam a construção de Conjuntos Residenciais modelos, providos, além do mais, de assistência hospitalar, institutos profissionais, escolas, estabelecimentos de recreação, etc. Nas regiões onde os salários são bastante baixos, surge a solução parcial, e então os Conjuntos Residenciais são apenas núcleos de casas, com requisitos higiênicos, sem comparação com os mocambos, favelas ou cortiços, sacrificando-se, porém, as soluções urbanísticas aconselháveis, com o intuito de reduzir ao mínimo o valor da habitação.

... O Conjunto Residencial de Santo André acha-se situado próximo ao parque industrial da cidade de Santo André, num dos seus bairros residenciais. Região privilegiada, com declives acençados, prestou-se a gracioso projeto. O Conjunto dotado de todos os serviços de urbanização, isto é, abastecimento d'água, redes de esgoto, etc., constará de 1.924 edifícios de habitação, uma escola rural, uma creche e igreja, des-

*Da recente entrevista do Eng. Paes Barreto ao INAPIÁRIOS*

*Da recente entrevista do Eng. Paes Barreto ao INAPIÁRIOS*

FACHADA PRINCIPAL DOS PRÉDIOS

VISTA DA RUA

CONJUNTO DE APARTAMENTOS DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS, EM VILA GUIOMAR, MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ

PROJETO DO Departamento de Engenharia do I. A. P.

CONSTRUÇÃO DE LOUZADA, CAVALCANTI & CIA. LTDA

VISTA DO 1º FLETO

VISTA DA RUA

O oferecimento à execução dos nossos leitores é este grupo de fotografias de dez edifícios de propriedade do I. A. P. I., ora construídos por Louzada, Cavalcanti & Cia. Ltda., em Vila Guiomar, no Município de São André.

O conjunto foi projetado pelo I. A. P. I. no seu esforço de proporcionar moradias econômicas, modernas e com todo o conforto para os seus associados.

Cada edifício tem quatro pavimentos, com o comprimento de 58 metros cada um e dividido por duas divisões em três partes iguais.

Aproveitando-se das linhas sóbrias e singelas do projeto, tornou-se possível à firma construtora, organizar um programa de execução de alto rendimento, conseguindo a firma construtora Louzada, Cavalcanti & Cia. Ltda. concluir a estrutura de concreto armado dos dez edifícios, no prazo excepcionalmente curto de 49 dias consecutivos

Aproveitando-se das linhas sóbrias e singelas do projeto, tornou-se possível à firma construtora, organizar um programa de execução de alto rendimento, conseguindo a firma construtora Louzada, Cavalcanti & Cia. Ltda. concluir a estrutura de concreto armado dos dez edifícios, no prazo excepcionalmente curto de 49 dias consecutivos

57. Toda a reportagem publicada na edição nº 147 em que se apresentam informação e fotos da construção de alguns edifícios da tipologia de prédios HC. Em destaque está um pequeno trecho informando sobre a construtora responsável pela execução e sobre a racionalização do processo construtivo. <<

### 2.1.3. Goodwin e Mindlin

De acordo com Nascimento (2012: 08-09), os livros “Brazil Builds” (GOODWIN, 1942) e “Modern Architecture in Brazil” (MINDLIN, 1956) foram “decisivos na divulgação e concatenação da narrativa historiográfica brasileira” e deram visibilidade a projetos de habitação social ao apresentarem alguns conjuntos residenciais como Realengo, Vila Guiomar e Paquetá<sup>6</sup>.

Goodwin, em apresentação sobre as obras expostas no livro e seus contextos, aborda a questão do elevado número de projetos de habitação barata em construção. Nascimento (2012) justifica que, apesar de o Conjunto Vila Guiomar não estar explícito no texto, no momento em que autor visita o Brasil para a realização do livro (1942), alguns projetos dos IAPs já estavam em execução, sendo possível a visita às obras dos conjuntos do IAPI andreense, do Realengo

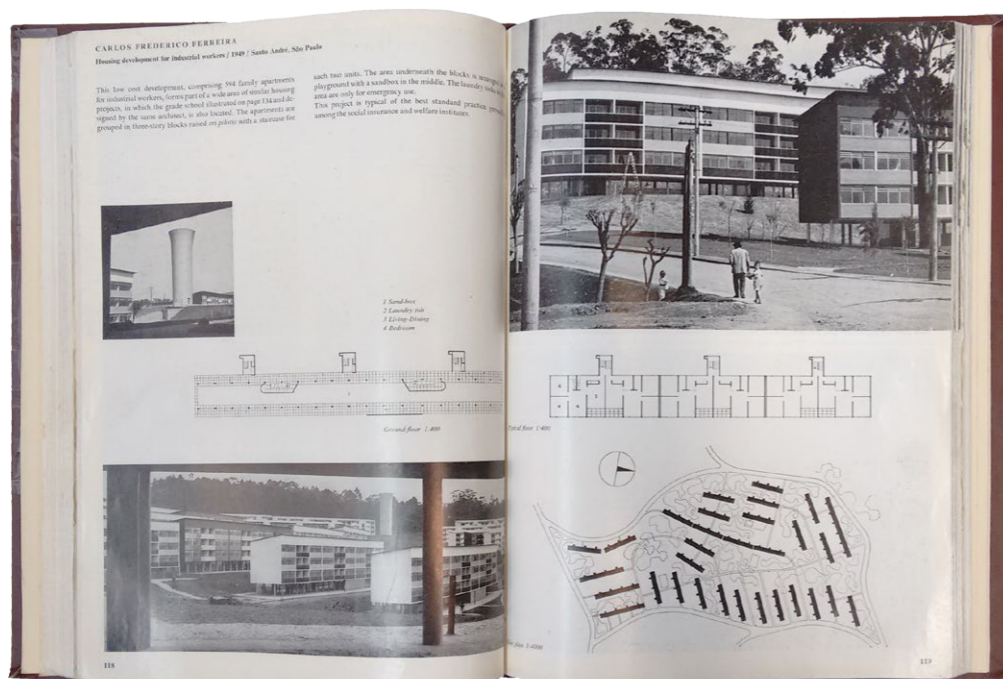
<sup>6</sup> O Conjunto Residencial do Paquetá foi construído na Ilha de Paquetá (cidade do Rio de Janeiro), no ano de 1952, pelo DHP (Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal) e seu projeto é de autoria do arquiteto Francisco Bolonha (BONDUKI, KOURY, 2014).

e do IAPC da Olaria<sup>7</sup>. Desse modo, é possível reconhecer a presença do Vila Guiomar na obra “Brazil Builds”.

A publicação de Henrique Mindlin sobre a arquitetura moderna brasileira é posterior ao término da construção do Conjunto Residencial Vila Guiomar. Contudo, o autor elegeu apenas dois tipos de edifícios para expor em seu trabalho e o nome do Conjunto não é utilizado, sendo substituído por “Conjunto Habitacional para Operários”.

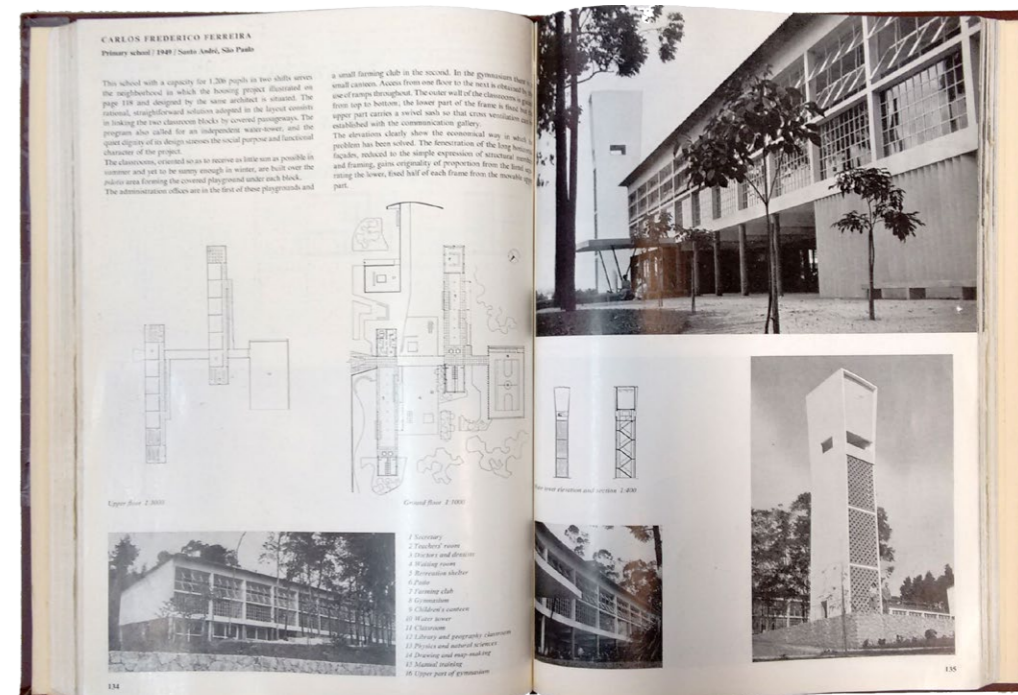
Mindlin apresenta a tipologia habitacional HC expondo fotos dos edifícios recém-construídos e plantas do térreo, do pavimento-tipo e do lote onde foi majoritariamente implantada essa tipologia.

58. Páginas 118 e 119 do livro “Modern Architecture in Brazil” em que é apresentada a tipologia de prédios HC do Conjunto Vila Guiomar com o nome de Conjunto Habitacional para Operários. >>



Na seção dedicada aos edifícios religiosos, museus e equipamentos gerais, o grupo escolar aparece como uma escola primária construída em Santo André com data de 1949. De modo análogo ao que ocorre com os prédios, algumas características desse equipamento são brevemente descritas e, em seguida, são apresentadas as plantas de implantação e do segundo pavimento da escola, a elevação e corte da caixa d’água e fotos das fachadas da escola e da caixa d’água. O ginásio aparece apenas indicado nas plantas e é, brevemente, descrito como o local onde se encontra a cantina.

<sup>7</sup> Nomeado como Cidade Jardim dos Comerciários, o IAPC da Olaria (Rio de Janeiro) foi construído em 1938 em uma gleba de 70 mil metros quadrados. O projeto é de autoria do engenheiro Ulysses Hellmester e foram concebidas unidades sobrepostas em fileiras. (BONDUKI, KOURY, 2014).



59. Páginas 134 e 135 do livro “Modern Architecture in Brazil” em que é apresentado o grupo escolar, único equipamento edificado no Vila Guiomar. <<

## 2.2. Casa para morar: processo de ocupação do conjunto

Como visto, o processo de construção do IAPI Vila Guiomar foi realizado em fases, sendo essa característica decisiva no modo como o Conjunto foi ocupado. Conforme Medici (1989), o início de uma nova etapa de implantação do Conjunto ocorria apenas quando todas as moradias anteriormente edificadas estivessem habitadas. Isso fez com que, tal como o processo de construção, a instalação dos moradores ocorresse de modo gradual.

Como as unidades habitacionais do Conjunto Vila Guiomar eram construídas como uma ação enquadrada no Plano A das habitações oferecidas pelo Instituto dos Industriários, o acesso a elas dependia da realização de uma inscrição que demonstrava o interesse do operário, que já deveria ser associado ao Instituto. Em relato presente no trabalho de Alexandra Frasson (2000), o Sr. José Palácio – morador antigo do conjunto do IAPI andreense – faz um minucioso relato de como teve acesso ao seu apartamento:

“(…) Eu vim por acaso, porque foi na época que meu sogro tinha comprado um lote de terra aqui na Vila Alpina, e tinha feito uma casa. E chegou a época dos meus filhos irem para a escola. Principalmente o mais velho, que ia completar seis ou sete anos. E onde eu morava não tinha escola, a que tinha era muito longe. Já tinha uma escola ali pra cima muito boa. Então eu comecei a olhar, tinha uma escola perto e minha mulher queria morar perto do pai e da mãe, é lógico. Ai eu fui visitar o meu cunhado que já morava nesses predinhos e minha cunhada falou ‘Olha, por que você não vai



fazer inscrição?'. Era na Senador Feijó, em São Paulo. 'Por que você não vai fazer a inscrição lá? Quem sabe, ele te chamam'. Tinha aqui um representante do IAPI que administrava esses apartamentos que estavam vazios, ele tinha a relação, tinha as chaves, essas coisas, mas ele não mandava em nada aqui. Precisava ir lá na Senador Feijó, em São Paulo. Então foi um acaso, eles me deram o endereço, falaram que precisava levar as certidões dos filhos, a certidão de casamento, essas coisas, e eu fui lá. Até que um belo dia — já foi na mesma semana — eu recebi uma carta lá onde eu morava dizendo que eu tinha um prazo de quinze dias para me apresentar aqui no Departamento de Santo André com aquela carta, para decidir se eu aceitava ou não o apartamento. Eu fui até esse lugar e um senhor que trabalhava lá veio me mostrar alguns apartamentos que estavam vazios, e eram muitos, para ver se algum me interessava. Ele me mostrou alguns, e depois mostrou esse aqui. Eu olhei. Naquela época tinha uma farmácia aqui na frente, aqui na esquina, e eu tinha as crianças pequenas. Eu pensei e decidi ficar com esse. Como eu já tinha a carta que eu trouxe de São Paulo, então o administrador daqui podia preencher os dados, carimbar, assinar e era só eu voltar com esse papel lá em São Paulo. Lá eles já tinham toda a minha documentação, então só deram uma ordem de ocupação do apartamento. Foi assim que eu vim para cá. O aluguel aqui era mais caro que lá onde eu morava, mas aqui se tornou mais cômodo pra mim"(FRASSON, 2000: 336-337).

Contrariando o depoimento acima e, pautando-se no resultado de uma pesquisa desenvolvida pela Prefeitura de Santo André no fim dos anos 1980, Medici (1989) afirma que a espera para a obtenção da moradia poderia levar anos, sendo que as famílias mais numerosas tiveram prioridade.

No início, houve pouca procura pelas moradias construídas pelo IAPI em Santo André em virtude do custo do aluguel das unidades disponíveis ser superior aos de outras habitações próximas (FRASSON, 2000). Arelada a isso, a maneira como essa sociedade estava acostumada a morar (terrenos grandes, com disponibilidade de área para cultivo de frutas e hortaliças, habitações autoconstruídas com pouco acabamentos e sem a presença de construções adjacentes) também gerou certa rejeição na ocupação de casas que ou eram agrupadas duas a duas e não havia a possibilidade de qualquer ocupação do seu terreno com outras construções, ou eram prédios que não dispunham de áreas para o cultivo do solo.

Enquadradas no Plano A, tal como em outros conjuntos do IAPI, as moradias do Vila Guiomar não eram adquiridas, e sim alugadas por tempo indeterminado<sup>8</sup>. Caso o responsável nominal pelo uso do imóvel falecesse, o imóvel passaria a pertencer à família, que era proibida de vendê-lo ou modificá-lo (PESSOLATO, 2007).

<sup>8</sup> As habitações de alguns conjuntos do IAPI — como Mooca e Vila Guiomar — eram alugadas conjuntamente com o fogão, que já se encontrava instalado na cozinha dos imóveis. (NASCIMENTO, 2016).

O processo de locação seguia uma série de etapas até sua concretização: convocação, escolha da unidade, cálculo financeiro do valor de locação e, por fim, redação e assinatura do contrato. O termo de locação dispunha de uma série de restrições e obrigações que deveriam ser seguidas pelo morador, como:

“ Conservação do imóvel;

- Manutenção da higiene (coleta de lixo e limpeza de quintais e casas);

- Permissão para a entrada do Inspetor da Administração nas residências, bem como seus funcionários, para reparos necessários nas unidades;

- Comunicação ao Instituto no caso de algum integrante da família residente no imóvel contrair alguma ‘moléstia infecciosa ou contagiosa’;

- ‘Evitar a prática de qualquer ato contrário aos bons costumes morais e cívicos ou prejudiciais à harmonia entre os moradores do conjunto’.

No contrato também constavam proibições como:

- Modificar as construções;

- Colocar letreiros, cartazes, placas ou dependurar roupas, tapetes etc., fora da casa;

- Colocar toldos ou cortinas sem autorização da administração;

- Colocar pregos, ganchos e escápulos nas paredes, sem que fosse feito pelos funcionários da administração;

- Usos comercial ou industrial;

- Barulho que incomodasse os outros moradores em qualquer horário do dia ou ruídos após as 22:00 hs;

- Prática de esportes nas ruas do conjunto fora dos lugares predeterminados;

- Uso ou guarda de explosivos e produtos químicos perigosos;

- Reuniões recreativas sem permissão da administração.”(PESSOLATO, 2007: 151, 152).

Além das duras restrições contratuais a que estavam submetidos todos os moradores, a presença do Estado era sentida cotidianamente por meio das ações de vigilância e fiscalização. De acordo com relatos de dois moradores daquele período, Sr. Philadélpho e Sr. José Palácio, além de proibirem intervenções e alterações nas unidades habitacionais, os guardas do IAPI zelavam pela manutenção das áreas comuns, proibindo quaisquer ações que pudessem causar a degradação do Conjunto (FRASSON, 2000). Nascimento (2011) justifica tal presença sob a ótica

do projeto de habitação do Estado Novo e tudo que ele englobava. Assim, “as habitações construídas (...) transcendiam os sentidos do mero teto que abriga; com elas se pretendia a conformação e educação do trabalhador” (NASCIMENTO, 2011: 278).

Em contrapartida a todas as obrigações e fiscalizações, qualquer problema que ocorresse com as habitações, como fornecimento ou vazamentos de água, por exemplo, deveriam ser comunicados à equipe responsável pela administração do conjunto que rapidamente o solucionava (FRASSON, 2000).

Assim, é possível entender que as unidades habitacionais do Vila Guiomar, no período em que tiveram como locatário o Estado, tinham no morar sua função específica, e quase exclusiva, assim como os espaços livres e públicos, tão característicos desse projeto, tinham como função a sociabilidade e o lazer dos moradores. Tudo o que transcendia tais ações, como a manutenção, por exemplo, era de responsabilidade da administração do IAPI. Cabia ao ‘*novo-homem*’ apenas morar e ser ensinado pelo governo o modo correto de viver em habitações modernas.

Durante o período em que o Conjunto foi administrado pelo IAPI, as atividades relativas à manutenção ficaram a cargo da empresa particular *Companhia Califórnia*, responsável pela manutenção das casas, dos espaços livres, dos prédios e de seus apartamentos (PESSOLATO, 2007). Posteriormente, com a venda das habitações, toda essa lógica de gestão se dissolveu e dependeu da articulação dos próprios moradores para ocorrer (PEREIRA, 1992).

### 2.3. Adjacências do Conjunto Vila Guiomar: ocupando as demais áreas do terreno adquirido pelo IAPI

O período que vai do fim da construção do IAPI Vila Guiomar até os dias atuais não conta com expressiva documentação que permita retomar passo a passo o que ocorreu com o Conjunto na segunda metade do século XX. Contudo, sabe-se que o golpe militar de 1964, quando os IAPs foram extintos e a previdência foi unificada no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)<sup>9</sup>, evidencia-se como um importante ponto de inflexão na história desse empreendimento.

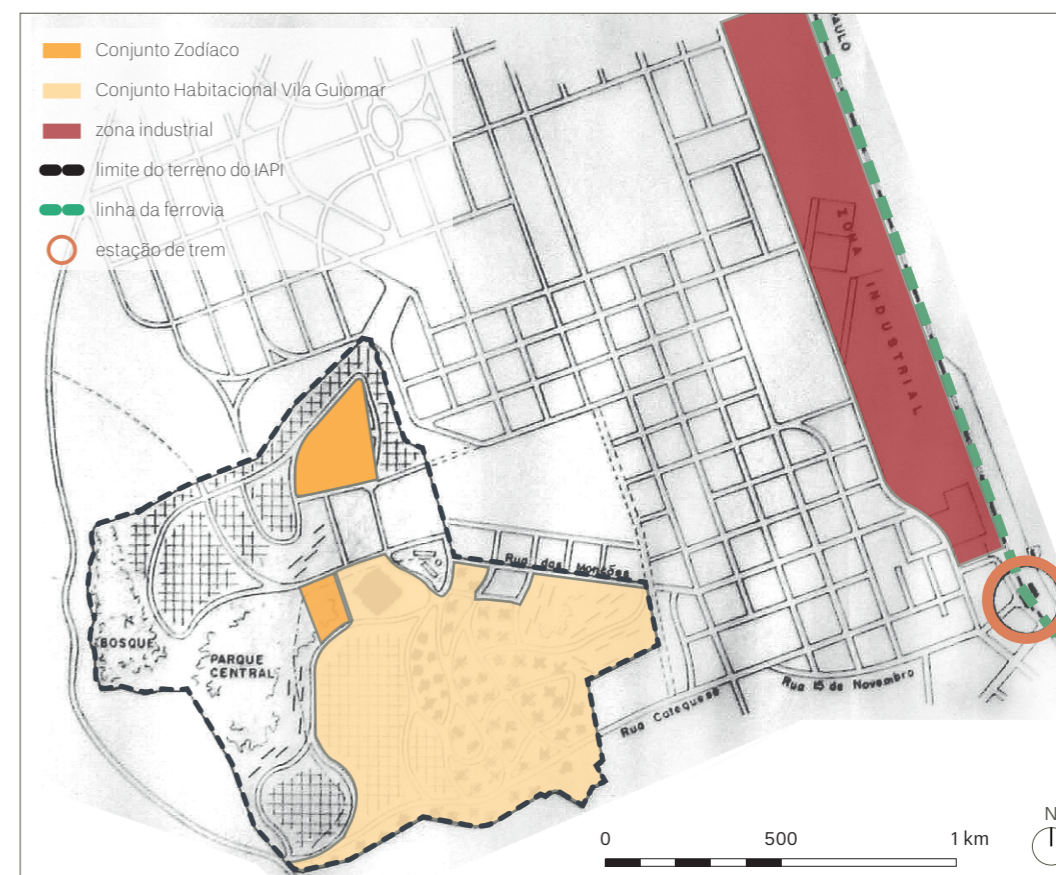
A transformação dos espaços livres e das unidades habitacionais foi uma constante em todos os conjuntos construídos pelos IAPs. No entanto, o Vila Guiomar apresenta como peculiaridade o dimensionamento do terreno não utilizado pelo IAPI na implantação do Conjunto. Pouco tempo após a criação do INPS e a consequente transferência de posse da gleba do IAPI para a nova instituição de previdência, “a parcela da gleba não incorporada pelo conjunto foi vendida” (FRASSON, 2000: 346).

<sup>9</sup> Para melhor aprofundamento dessa questão, consultar: BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp: Edições Sesc, 2014. v. 1.

Não foi possível verificar ao longo desta pesquisa a data precisa ou o responsável pela compra de todas as áreas que não foram ocupadas pelo IAPI andreense. Entretanto, é possível analisar o que existe em tais áreas a fim de conhecer o que há nas adjacências do Vila Guiomar.

#### 2.3.1. Conjunto Zodíaco

Provavelmente na década de 1960, a Cooperativa Habitacional do ABC comprou uma parcela de 95 mil m<sup>2</sup> do terreno onde estava inserido o Vila Guiomar para construir um conjunto habitacional. O projeto, nomeado de Conjunto Zodíaco, porém conhecido como Conjunto BNH, compunha-se de 374 casas de mesma área média de lote (150m<sup>2</sup>) e quatro tipologias. As inscrições para a compra desses imóveis começaram em 1966, mas o loteamento só foi aprovado em janeiro de 1971, por meio do Processo nº 1.470 (20 de janeiro de 1971). Em 1974, encontrava-se disponível para a entrada de moradores (PEREIRA, 1992; PESSOLATO, 2007). Tais residências, conforme Pereira (1992), são típicas de uma classe média assalariada, pois apresentam bom aspecto de conservação e pouca descaracterização do projeto inicial.

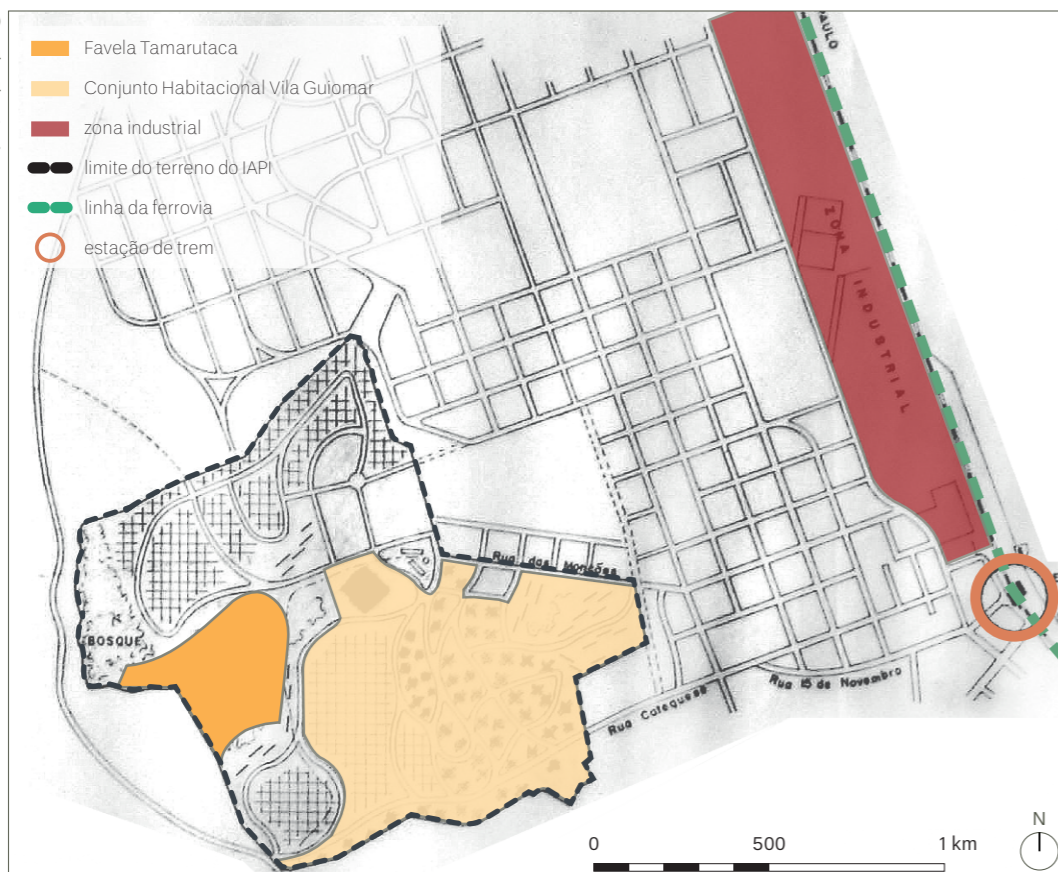


60. Localização da área ocupada pelo Conjunto Zodíaco. <<

### 2.3.2. Favela Tamarutaca

Foi em um contexto de abandono por parte do INPS que a área ao redor da casa-sede da Fazenda Guiomar começou a ser ocupada por moradias autoconstruídas. Relatos de antigos moradores da região<sup>10</sup> contam que foram o Sr. Pedro e a D. Delzinha os primeiros a se estabelecerem nesse local (PEREIRA, 1992). No fim dos anos 1980, a ocupação tinha crescido exponencialmente e a área já era conhecida como Favela Tamarutaca, em razão do nome de uma rua próxima.

61. Localização da área ocupada pela Favela Tamarutaca.



No início dos anos 1990, a favela era composta por cerca de cinco mil moradores, estava em processo de urbanização e a sede da antiga Fazenda Guiomar, apesar de precária, ainda estava de pé (PEREIRA, 1992).

### 2.3.3. Gero Parque e entorno

Com um programa direcionado para o lazer da população idosa, o Gero Parque – ou Parque

<sup>10</sup> Esses depoimentos foram colhidos no âmbito do Projeto Viva Cidade que será melhor explicado no Capítulo 3.

Campestre – foi implantado entre a Favela Tamarutaca e o Conjunto Vila Guiomar. Fundado em abril de 1984, ele é o único parque inserido na gleba comprada pelo IAPI. Sabe-se que até 2016 o Lions Clube de Santo André possuía a concessão de uso do local e era o responsável pelo desenvolvimento de três programas: Banco de Cadeira de Rodas<sup>11</sup>, Casa do Diabético<sup>12</sup> e atividades para a terceira idade, como bocha, ginástica e dança (MASCHIO, 2010; OLIVEIRA, 2016).

Na área restante da quadra onde está inserido o Gero Parque, atualmente encontram-se as sedes de quatro entidades que desenvolvem trabalhos diversos. Devido à falta de informações, não é possível precisar quando tais atividades começaram a se desenvolver, ainda assim é interessante apontar quais são tais estruturas, em virtude da sua implantação em parte do terreno que foi comprado pelo IAPI.

Adjacente ao parque há o Clasa<sup>13</sup>, entidade ligada ao Lions Clube que tem como objetivo geral “proporcionar um espaço de convivência, participação cidadã e desenvolvimento do protagonismo e da autonomia de adolescentes e suas famílias” (CLASA, s/d).

Ao lado do Clasa, encontra-se a sede da Associação dos Ex-Combatentes do ABCDMRR, que é uma ONG ativa desde 1963. A Prefeitura de Santo André concedeu a utilização do espaço para a Associação em 1977 (GALVEZ, 2014). Atualmente, o local abriga um museu (Museu Militar de Expedicionários do ABCDMRR) e uma biblioteca temática sobre a Segunda Guerra Mundial. O museu aparece na lista de bens tombados pelo Comdephaapasa<sup>14</sup> desde 1992, contudo não há detalhes sobre em quais bens o tombamento incide: acervo ou edifício.

A quarta instituição inserida nessa quadra é uma entidade do Rotary Club de Santo André denominada Corpo de Patrulheiros Mirins de Santo André. A instituição existe há 53 anos, mas não há informações sobre o tempo de seu funcionamento em terreno ao lado do Gero Parque. No geral, classifica-se como uma “entidade sem fins lucrativos que oferece qualificação social e profissional a adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica” (CORPO DE PATRULHEIROS MIRINS, s/d).

No quarteirão em frente ao grupo de entidades acima apontado, foi construída a quadra da escola de samba Vila Alice. Sabe-se que ela foi implantada antes dos anos 1990, mas não foi possível determinar com exatidão o tempo de existência ou a data de início da sua ocupação ali.

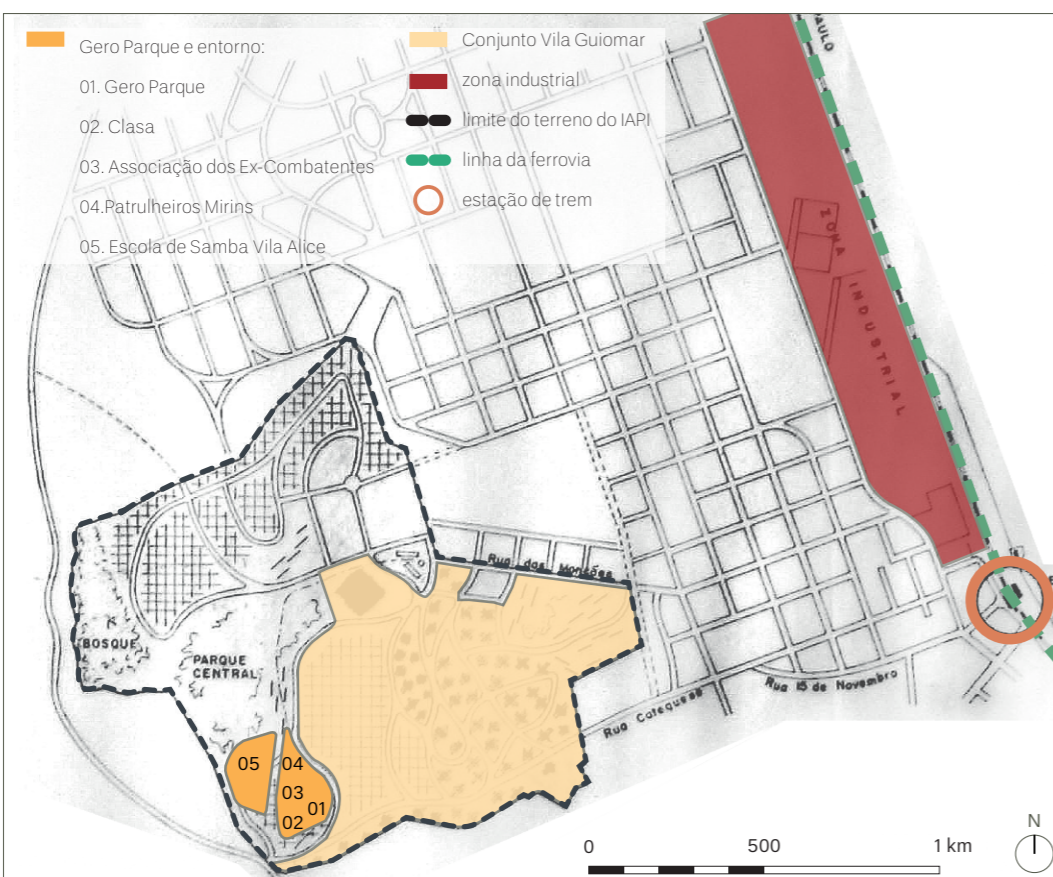
<sup>11</sup> Proposta de oferecer gratuitamente cadeiras de rodas, muletas, cadeiras de banho e outros materiais a deficientes, temporários ou não.

<sup>12</sup> Propõe-se a apoiar diabéticos oferecendo-lhes informações sobre a doença e acompanhando os índices glicêmicos.

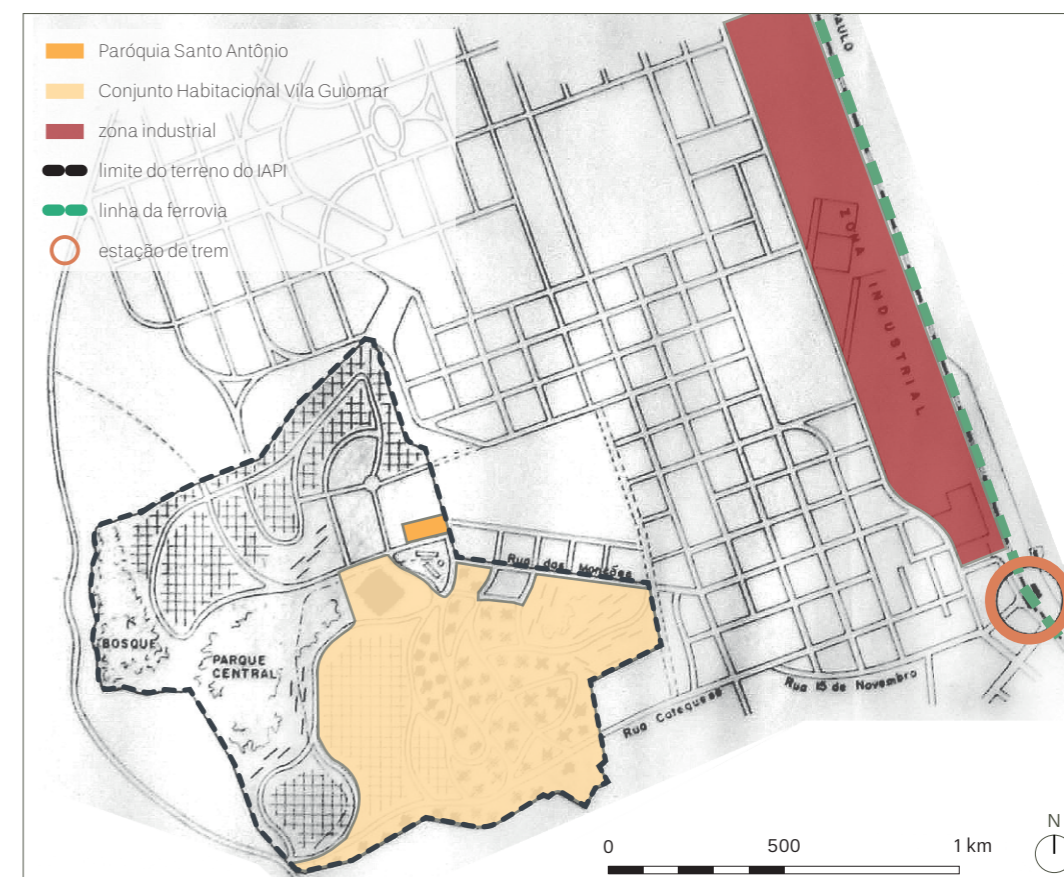
<sup>13</sup> Casa Lions de Adolescentes de Santo André.

<sup>14</sup> Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Ligado à Secretaria da Cultura da cidade, é um órgão consultivo e deliberativo responsável por identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural andreense.

**62.** Localização das áreas ocupadas pelo Gero Parque, Clasa, Associação dos Ex-Combatentes, Patrulheiros Mirins e Escola de Samba Vila Alice.



**63.** Localização do lote ocupado pela Paróquia Santo Antônio.



### 2.3.4. Paróquia Santo Antônio

No mesmo local onde hoje se localiza a Paróquia, em 1925, foi construída a Capela de Santo Antônio pelo então administrador da Fazenda Guiomar, Carlos Biason. O terreno foi doado pelo então proprietário da fazenda, José Bento Gonzaga. No início, era um local onde Biason catequizava as crianças da região e, uma vez por mês, com a vinda de Frei Anselmo, era realizada uma missa.

Hoje, na quadra onde está instalada a Paróquia Santo Antônio foram implantadas residências unifamiliares e outras instituições, como a APAE e a escola particular Liceu Jardim.

### 2.3.5. Outros equipamentos

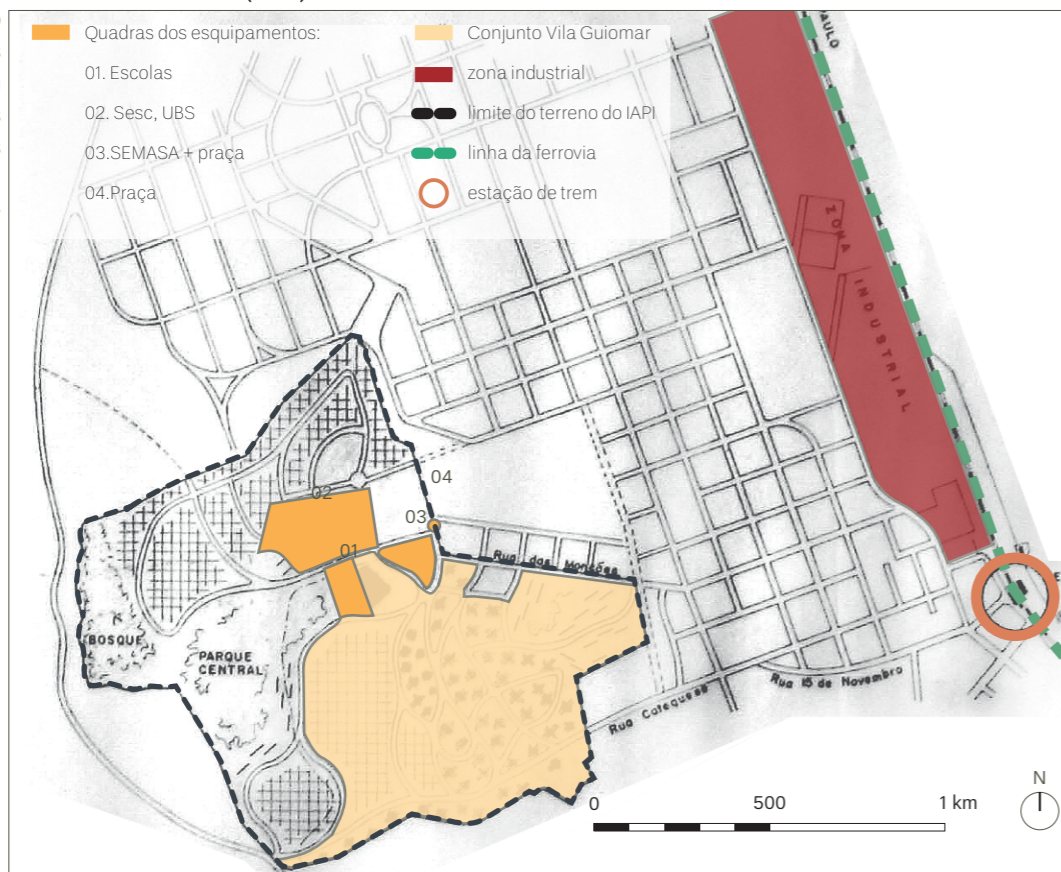
A partir da década de 1970 diversos equipamentos foram construídos nas áreas do terreno do INPS que não foram ocupadas pelo Conjunto Vila Guiomar. A Prefeitura de Santo André adquiriu alguns desses espaços com a finalidade de inserir diversos equipamentos como escolas, UBS, reservatórios de água e equipamentos de lazer e esporte.

O primeiro desses equipamentos implantados foi a Escola Estadual Padre Agnaldo Sebastião Vieira em terreno lindeiro à Escola Municipal Odylo Costa Filho, que é o Grupo Escolar construído pelo IAPI. Com relação aos demais equipamentos não há informações concisas e convergentes sobre qual órgão foi responsável pelas implantações e quando isso ocorreu. Contudo, é interessante apontar quais são essas estruturas em virtude das suas relações e contribuições no cotidiano dos moradores do Vila Guiomar, bem como por estarem inseridas em áreas originalmente pertencentes à gleba adquirida pelo Instituto dos Industriários.

Conforme Pereira (1992), as únicas praças da área reconhecidas como tal pela Prefeitura são a Praça Ministro Salgado Filho, situada em frente às escolas acima citadas, e o Largo de São Francisco, localizado em frente à Igreja Santo Antônio e que se assemelha mais a uma rotatória

do sistema viário. Há ainda a presença do SESC, de um reservatório da SEMASA<sup>15</sup> e da Unidade Básica Vila Guiomar (UBS).

64. Localização das quadras onde foram implantados equipamentos públicos. >>



### 2.3.6. Avenida Prestes Maia

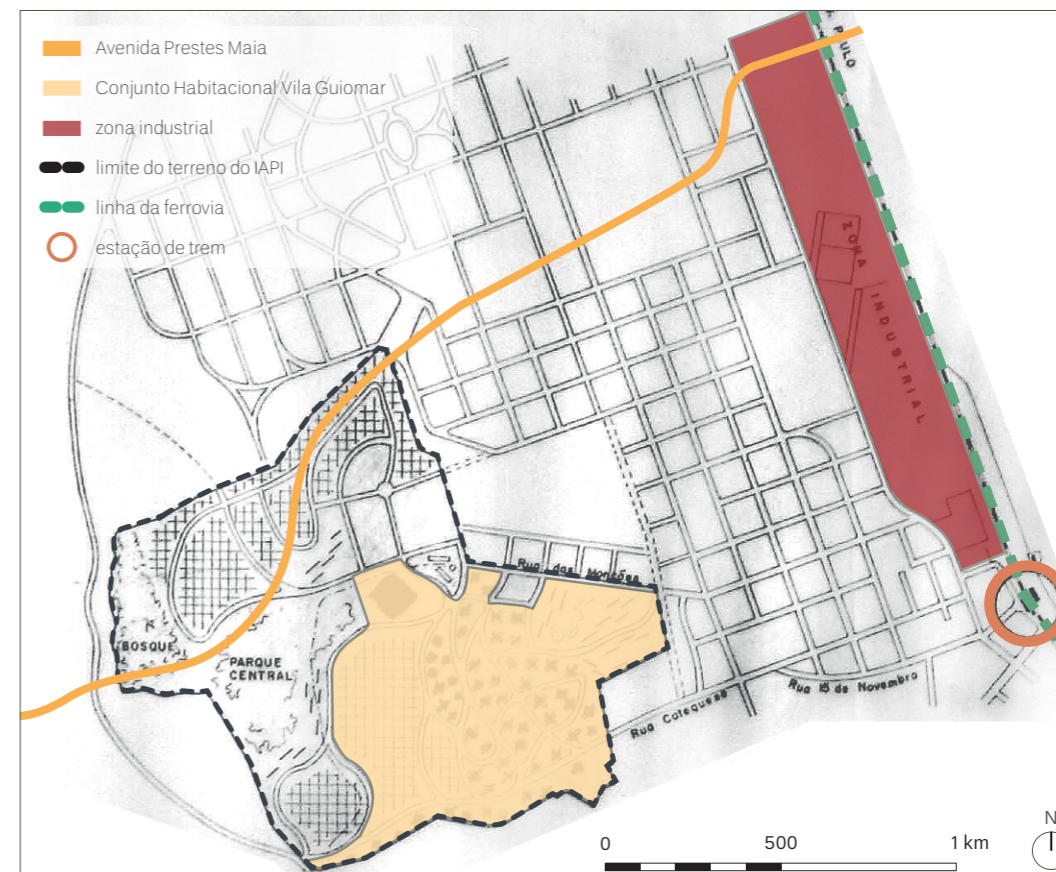
Construída sobre o *Córrego Beraldo* – afluente do Tamanduateí – e em parte da área adquirida pelo IAPI para a edificação de um conjunto habitacional, a Avenida Prestes Maia é uma via de tráfego intenso que conecta Santo André a São Bernardo do Campo e funciona como um anel viário da cidade. No contexto de busca pela compreensão da ocupação das áreas não utilizadas para a implantação do Conjunto Vila Guiomar, a presença dessa via se conecta a tal tema por funcionar como uma barreira que seccionou o terreno comprado pelo IAPI em duas partes.

Apesar de haver áreas a noroeste da Avenida Prestes Maia que eram originalmente pertencentes à gleba adquirida, em 1939, pelo Instituto dos Industriários, a necessidade de conhecer o que foi ali implantado é relevantemente menor que a de verificar as ocupações expostas acima, pois a presença dessa via faz com que a relação entre esse espaço oeste da gleba e o Conjunto Vila Guiomar não seja tão significativa. Além disso, os usos que foram ali implantados

<sup>15</sup> Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André.

são muito diversos e não foi possível precisar em que momento eles se estabeleceram.

65. Localização da Avenida Prestes Maia. <<



### 2.4. Venda e posse dos imóveis

Como relatado no item anterior, o golpe militar de 1964 trouxe mudanças políticas e institucionais significativas que direcionaram os rumos da história do IAPI Vila Guiomar. Sob a posse do INPS, as unidades habitacionais dos conjuntos produzidos pelos IAPs começaram a ser vendidas aos seus moradores. No caso do Vila Guiomar, foi dada prioridade de compra para aqueles que já viviam ali e, assim, cerca de 90% dos moradores adquiriram os imóveis em que residiam (FRASSON, 2000; PEREIRA, 1992). O valor do imóvel foi financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) com um número fixo de parcelas, sendo que cada uma custava 29,3% do valor do salário mínimo vigente no País e tinha juros anual de 1% (MÉDICI, 1989; PEREIRA, 1992).

Para as casas, o tempo de tramitação de venda foi rápido, pois, além de atrativas<sup>16</sup>,

<sup>16</sup> As casas, mesmo as geminadas, estavam implantadas em lotes de grande dimensão, a proximidade com o centro ficou mais evidente e, nesse momento, a área urbanizada da cidade já havia envolvido todo o conjunto.

na maioria das unidades houve uma variação muito pequena das famílias que ocuparam os imóveis (FRASSON, 2000) e tal fato fez com que não houvesse muitos contratos de locação para analisar. No caso dos edifícios, além da alta rotatividade de inquilinos, a ausência de delimitação e “regularização dos espaços públicos, semi-públicos e semi-privados” (FRASSON, 2000: 345) foi um empecilho à negociação de venda, que teve início apenas com a resolução de tais questões. De acordo com as fontes consultadas (PEREIRA, 1992; FRASSON, 2000; PESSOLATO, 2007), o principal empecilho que dificultou a obtenção das escrituras foi a não regularização do loteamento, que deveria ter sido feita pelo INPS, junto à Prefeitura, antes do início da venda dos imóveis.

Conforme Bonduki (1998: 159), os IAPs no geral, “enfrentaram problemas de ordem legal para conseguir a aprovação de seus projetos pelos órgãos públicos, sobretudo devido às restrições dos códigos e posturas municipais”. Sendo um loteamento federal, enquanto foi alugado, o Conjunto Vila Guiomar não possuía a real necessidade de ter seu projeto aprovado pela Prefeitura de Santo André. A partir do momento em que os imóveis começaram a ser vendidos aos seus moradores, é possível observar o início de ações para viabilizar a regularização do empreendimento. Entre elas, pode-se destacar:

- Decreto Municipal nº 3.280 (31 de agosto de 1966): declarou algumas áreas do Conjunto como públicas;

- Lei nº 5.020 (18 de fevereiro de 1976): cancelou os débitos dos anos anteriores relativos aos imóveis do Conjunto Vila Guiomar na Prefeitura;

- Abertura do Processo nº 25.389/82 (15 de julho de 1982): solicitou ao então prefeito (Lincoln Grillo<sup>17</sup>) a aprovação do Conjunto com a finalidade de solucionar o problema da regularização dos imóveis;

- Decreto nº 10.611 (16 de setembro de 1982): aprovou o projeto de arruamento e de loteamento da área, de acordo com o Processo nº 25.389/82;

- Lei nº 6.782 (27 de junho de 1991): determinou quais áreas do Conjunto seriam consideradas públicas e reservadas aos usos institucionais e verde;

Os esforços para regularização do Conjunto ocorreram ao longo de algumas décadas. Como cada tipologia do Vila Guiomar apresentava distintos problemas para sua regularização, a tramitação do processo de documentação de posse não foi concomitante a todos os imóveis.

Para as casas, o problema foi facilmente resolvido, pois eram claros os limites dos terrenos e cada lote possuía apenas uma unidade habitacional, o que inexistia era um limite físico entre o quintal e o espaço público dos miolos das quadras. Assim, as quadras em que a ocupação era realizada por imóveis térreos e individuais, apresentaram como obstáculo à regularização

<sup>17</sup> Prefeito de Santo André entre os anos 1977 e 1983.

apenas a delimitação das áreas livres centrais.

Os prédios, por serem edifícios implantados sobre espaços considerados públicos, apresentaram maiores dificuldades para a elaboração dos documentos de posse de seus imóveis. Tal demora para a obtenção das escrituras, proporcionou tempo hábil para que os moradores comessem a intervir nos edifícios com o fechamento do térreo e a construção de anexos. Segundo entrevista cedida ao jornal Diário do Grande ABC, em 1986, pelo morador José Castilho, foram muitas as dificuldades e os empecilhos enfrentados para a obtenção das escrituras dos imóveis. Entre elas:

“(…) o fato de os moradores terem feito algumas modificações nas garagens. Depois, houve problema de litígio com a Prefeitura, pois a metragem do terreno não conferia com a documentação e, por fim, o empecilho de não haver condomínio oficial no conjunto”(DIÁRIO DO GRANDE ABC, 1986).

Não foi possível obter informações detalhadas sobre como ocorreu o processo de aquisição das escrituras pelos moradores dos “prédios novos”, mas sabe-se que ela foi anterior à regularização dos “prédios velhos”. Ainda hoje, não são todas as unidades habitacionais dos edifícios J1-J2 e I2 que possuem sua documentação de posse, em virtude do custo financeiro que esse processo apresenta. De acordo com o morador Roberto Silva<sup>18</sup>, todo esse processo, desde o início da regularização das áreas livres dos prédios até a concretização das primeiras escrituras, durou cerca de cinco anos e teve início apenas nos anos 2000.

## 2.5. Transformações: diagnóstico das ações dos moradores

A aquisição dos imóveis significou o primeiro momento de plena ocupação do Conjunto Vila Guiomar e, também, o início de seu processo de deterioração física. A ausência do IAPI como órgão gestor do Conjunto se refletiu não só no abandono do serviço de administração das moradias e das áreas livres comuns, mas também na “dissolução do projeto social, levando à gestão pelos moradores, restritas aos blocos residenciais, perdendo-se o sentido da unidade de vizinhança articuladas por diversos serviços” (NASCIMENTO, 2011: 278).

A solução adotada pelos moradores para resolver os problemas referentes à manutenção do Conjunto foi a criação da Associação dos Condôminos, em 1969. As responsabilidades da Associação eram administrar e garantir a execução de serviços de manutenções básicas e periódicas, como: lavagem das escadas, conservação do telhado, desentupimento de encanamentos e o cuidado das áreas verdes (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 1982; MÉDICI, 1989; PEREIRA, 1992).

Apesar de criada e atuante, a Associação de autogestão de todo o Conjunto não durou

<sup>18</sup> Morador residente nos “prédios velhos” e referência no bairro devido aos seus anos de dedicação frente à presidência da Associação de Moradores de Bairros dos Prédios Velhos e Adjacências.

muito. Como a taxa administrativa não era obrigatória e correspondia a um valor que comprometia o orçamento das famílias (MÉDICI, 1989), aos poucos, os moradores foram deixando de pagá-la. Contudo, a ineficiência dessa organização não pode ser justificada apenas pelo fator econômico. A capacidade de articulação e de noção de comunidade dos moradores foi um elemento que garantiu a resolução, ou não, dos conflitos decorrentes dessa nova situação em todos os Conjuntos dos IAPs (NASCIMENTO, 2011). Além de implicar a transfiguração do espaço físico do Conjunto, a venda das moradias significou também a transformação das relações sociais entre os moradores (FRASSON, 2000).

A questão da manutenção permite uma reflexão que identifica um modo de morar anterior, no qual os espaços adjacentes à moradia e sua à gestão eram individuais e bem definidos. Depois, houve um momento de realização do projeto social do Estado Novo em torno do trabalhador brasileiro, que intensivamente doutrinou-o por meio de atuações administrativas e sociais nos conjuntos residenciais. E no fim, com a dissolução dos IAPs, há o retorno parcial ao primeiro cenário: a gestão do espaço retorna ao âmbito individual, mas os espaços que ficam além das unidades habitacionais são para o uso de todos e a sua manutenção deve ser encarada como uma responsabilidade comum.

Conforme Nascimento (2011: 281), “*Se há problemas de preservação nos conjuntos residenciais (...), há outros tantos que são ocasionados por suas características arquitetônicas e urbanísticas*”. No caso do Vila Guiomar, isso não é diferente e, assim, é possível perceber uma série de alterações em todos os diversos espaços e arranjos propostos pelo projeto em ambas as tipologias de casas e nos modos de implantação das três tipologias de prédios.

De modo geral, para o Vila Guiomar, pode-se estabelecer que o tempo de duração do processo de posse dos imóveis foi inversamente proporcional ao grau de alteração observado: as casas, mais rapidamente vendidas e regularizadas, apresentam muitas modificações que as descaracterizaram em diversos graus, o que dificulta a leitura daquele espaço como um conjunto habitacional composto por tipologias semelhantes. Os prédios, com maior tempo para resolução do processo de venda, também estão bastante modificados, mas apresentam muitas características originais do projeto que permitem e facilitam sua compreensão enquanto algo pertencente a um conjunto.

Para alguém que não conhece o projeto ou não conheceu o bairro há 50 anos, as quadras com casas diversas, inseridas entre as duas áreas onde estão os edifícios, aparentam ser uma ruptura que segrega e impede a conexão dos núcleos de blocos de apartamentos permeados por áreas verdes.

Nos prédios, a ausência de uma figura proprietária e gestora de suas áreas adjacentes, ocasionou a ocupação dos espaços que viriam a ser condominiais, principalmente do térreo sob *pilotis*, de modo que “*aos poucos os moradores foram fechando os seus vãos com paredes, construindo garagens-depósitos*” (FRASSON, 2000: 348). A quantidade de vãos disponíveis na tipologia de prédios HC correspondeu à quantidade de apartamentos, ou seja, cada módulo possui térreo

com seis vãos. Os moradores dos “prédios velhos”, tanto das tipologias I2 quanto das J1-J2, não tiveram a mesma fortuna: cada edifício dispunha de doze unidades habitacionais e apenas oito vãos. Assim, com a incompatibilidade entre espaço disponível e quantidade de apartamentos, os “prédios velhos” viram seu térreo livre ser apropriado e sua área adjacente ser edificada com volumes anexos de proporções semelhantes aos espaços provenientes das novas garagens.

### 2.5.1. As casas

Como salientado acima, as unidades habitacionais unifamiliares e térreas – casas do tipo A2, F3 e G – passaram por um longo processo de alteração desde que foram vendidas pelo INPS. Depois de adquiridas, as casas foram muradas e pequenos acréscimos foram feitos nos fundos dos lotes. Sem uma demarcação clara dos limites de cada lote e sem fiscalização, aos poucos, os moradores que possuíam lotes lindeiros às áreas livres (extremidades e miolos das quadras) foram expandindo seus terrenos para esses espaços públicos (PEREIRA, 1992).

Ao longo desta pesquisa, foram realizadas algumas visitas ao Conjunto Vila Guiomar, porém não foi possível identificar nenhuma casa análoga às imagens de divulgação do Conjunto e que poderia ser considerada um exemplo fidedigno e atual de como eram essas construções no início. Apesar de diversas, em algumas moradias ainda persistem, um ou mais, elementos que permitem reconhecer a tipologia à qual pertencem.

No geral, há alterações comuns que incidiram sobre grande parte das habitações unifamiliares, como: troca de esquadrias, extinção do jardim na entrada e construção de muro no perímetro do lote. Dessas descaracterizações, as casas mapeadas e denominadas como “características originais” (Figura 73) dispõem de elementos que aparentam serem pertencentes à sua configuração original. As particularidades observadas em cada tipologia que remetem ao projeto inicialmente construído foram as seguintes:

- tipo A2 – presença da pequena varanda de acesso à unidade, cuja cobertura é a extensão do telhado, que também é sustentado por um pilar; além de presença de uma janela larga e uma porta de acesso na varanda da fachada principal;

- tipo F3 – presença da pequena varanda de acesso à unidade, sustentada por mão francesa<sup>19</sup> e cuja cobertura não é uma continuidade do telhado da casa; presença da sequência janela-porta-janela;

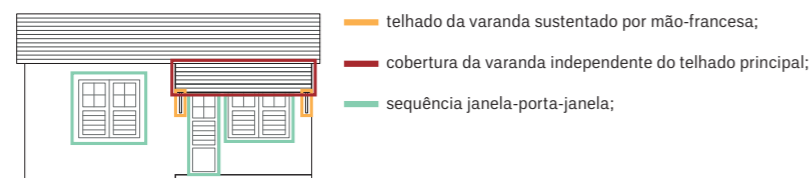
- tipo G – presença da viga de madeira onde está apoiado o telhado; cobertura inclinada para os fundos.

<sup>19</sup> Conforme o Dicionário da Arquitetura Brasileira, mão francesa pode ser definida como “elemento estrutural inclinado, geralmente apoiado numa parede, que serve para diminuir algum vão de veia, etc.” (CORONA, LEMOS, 2017: 312).

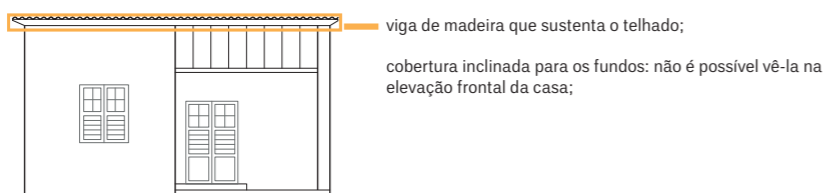
66. Indicação dos elementos identificados na visita e que correspondem a características originais da tipologia.



tipologia A2



tipologia F3



tipologia G

Para a realização do levantamento, foram assinaladas com características originais as residências que possuíam ao menos um dos elementos acima destacados. Não houve um método predefinido para realizar o mapeamento. Após determinadas as características que possibilitariam o reconhecimento de alguma das três tipologias edificadas no IAPI Vila Guiomar, foi feito um percurso por todas as ruas do Conjunto e, assim, assinalou-se no mapa as casas que ainda dispunham de tais características. Tal levantamento foi realizado em 20 de maio de 2017.

67. Casa identificada como pertencente à tipologia A2, localizada na R. da Catequese.



68. Casa identificada como pertencente à tipologia A2, localizada na R. Gonzaga Franco.



69. Casa identificada como correspondente à tipologia F3, localizada na R. dos Capuchinhos.



70. Casa identificada como pertencente ao tipo F3, localizada na R. da Catequese.

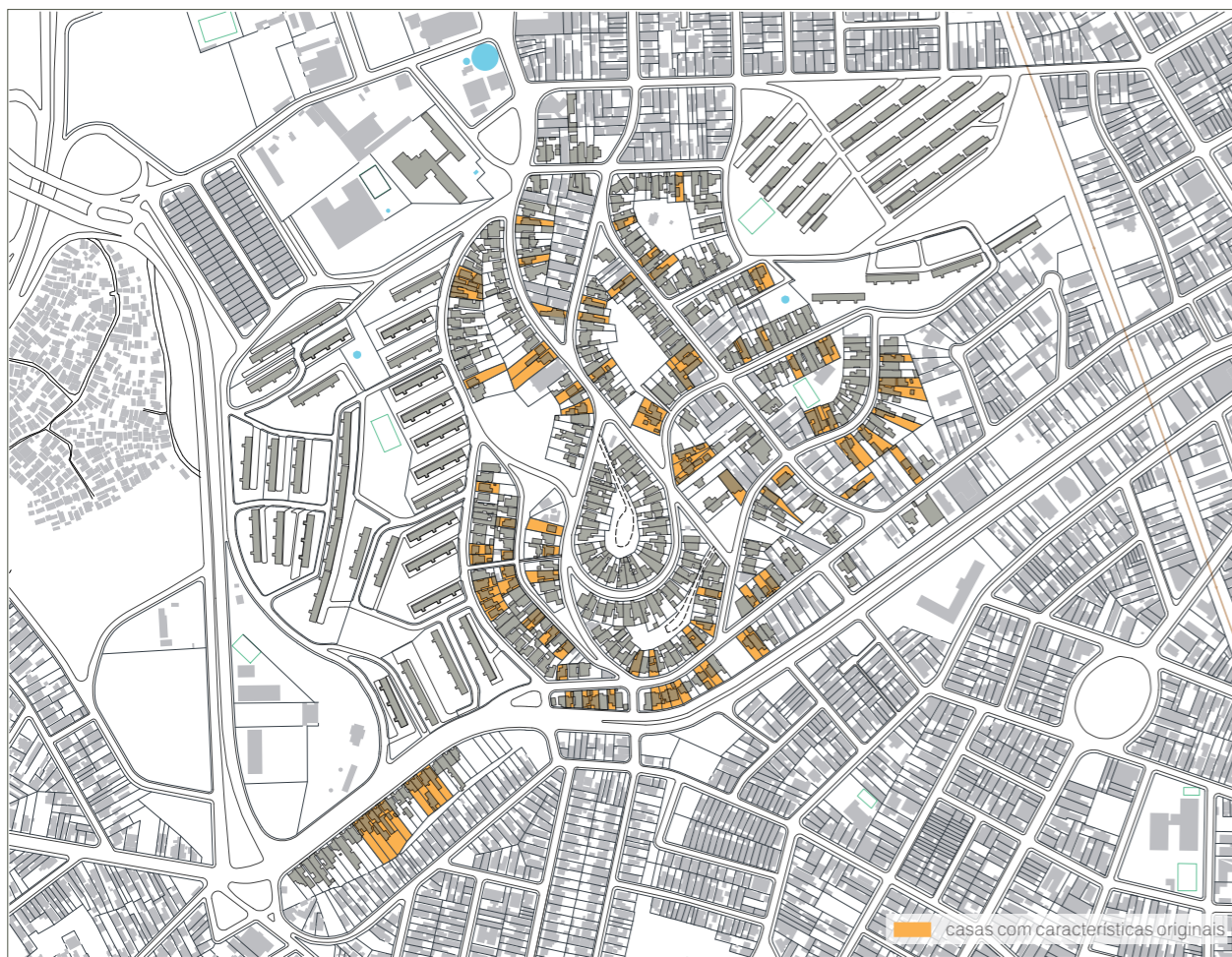


71. Casa identificada como correspondente ao tipo G, localizada na R. Princesa Isabel.



72. Casa identificada como pertencente ao tipo G, localizada na R. Antônio Cubas.





**73.** Localização das casas que ainda possuem, em sua fachada principal, uma ou mais características semelhantes à sua configuração original.

Ao longo do percurso de análise das moradias que ainda possuem elementos significativos do projeto original, observando as demais casas foi possível perceber o grau de alteração pelo qual passaram, e ainda passam, as moradias construídas no Conjunto Vila Guiomar. Além da execução de garagens e da expansão da área do lote para os espaços inicialmente públicos do interior das quadras, as alterações volumétricas são constantes e modificam com voracidade a leitura do Vila Guiomar como um bairro residencial constituídos por casas unifamiliares, térreas, geminadas ou “soltas” no lote.

Localizadas em uma área muito próxima ao centro cívico e histórico da cidade, próximas ao bairro mais valorizado do município de Santo André – Bairro Jardim – e constituídas por lotes de grande dimensão (cerca de 300 m<sup>2</sup>), as quadras de casas do IAPI Vila Guiomar vêm sofrendo forte especulação imobiliária (NASCIMENTO, 2017). Um fator que corrobora tal afirmação é a presença de diversas construções que estão edificando grandes sobrados ou

pequenos prédios (três pavimentos) em lotes antes ocupados pelas moradias construídas para os operários andreenses. O interesse do setor imobiliário no Conjunto pode ser percebido ainda pela existência de lotes cujas moradias foram demolidas e pela presença de prédios de gabarito expressivo nos limites do Conjunto, sendo que alguns edifícios já conseguiram adentrar essa área implantando-se nos poucos lotes que não foram comprados pelo IAPI ou em novos terrenos formados a partir da união de lotes das casas pertencentes ao Conjunto.



**74.** Tipologia A2, localizada na R. Gonzaga Franco, em julho de 2015, quando ainda estava edificada e, posteriormente, em maio de 2017, quando já havia sido demolida. <<



**75.** Sobrados observados na esquina formada pelo cruzamento da R. dos Capuchinho com a R. Paula Souza. A presença desse tipo de volume altera a leitura do bairro constituído por residências térreas. <<



**76.** Sobrado em construção, na R. Antônio Cubas, em terreno onde antes havia uma casa da tipologia G. <<

77. Edifício com 3 pavimentos em lote da casa do tipo A2 na R. Paula Souza. (à esquerda) >>



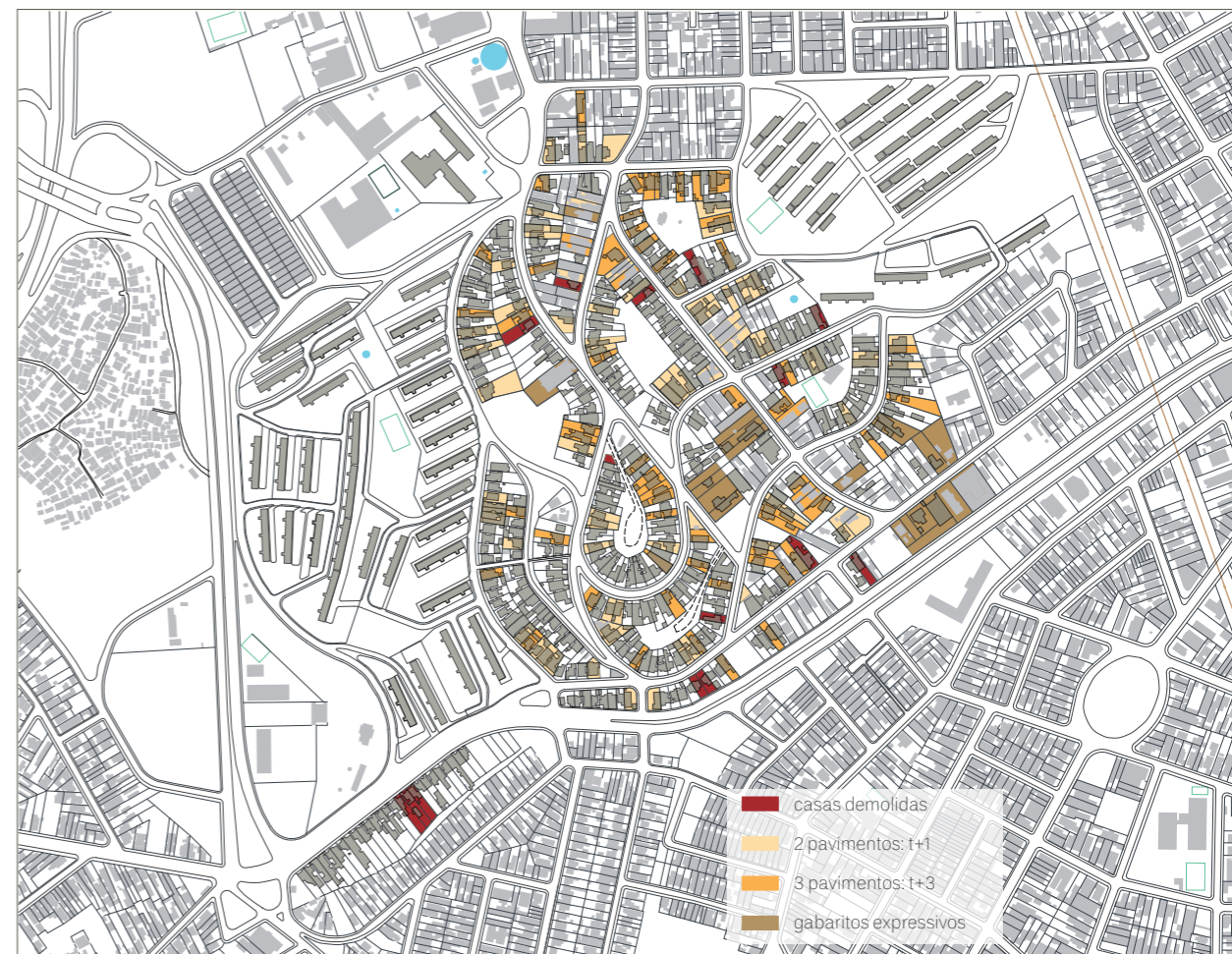
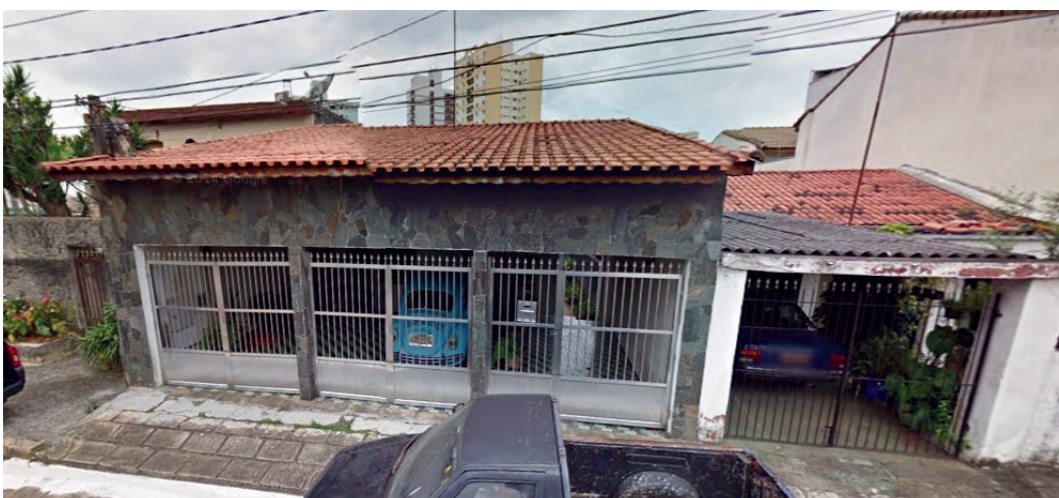
78. Prédios altos construídos na quadra das Paula Souza, Capuchinhos, Gonzaga Franco e Princesa Isabel. Em lotes de casas do tipo A2 e F3. (à direita) >>



79. Ao lado, edifício de 3 pavimentos construído, na R. Gonzaga Franco, onde antes estava edificada uma casa do tipo A2. à baixo, o levantamento da fachada da casa disponível no Google Street View(2011), permite observar que ela já estava bastante alterada, não sendo possível identificar elementos originais. >>



A análise do período em que ambas imagens foram obtidas permite supor que o avanço do interesse imobiliário por lotes pertencentes ao Conjunto Vila Guiomar tem aumentado recentemente. No início de 2011, a casa estava aparentemente ocupada e, em pouco mais de 6 anos, um edifício de 3 pavimentos, já tinha sido construído e parcialmente ocupado (presença de frascos de cosméticos nas janelas basculantes do último pavimento e placa de venda).



80. Mapa com a localização das casas que foram demolidas e dos lotes onde foram construídos edifícios de dois ou mais pavimentos.

As casas ocupam grande porção do terreno do Conjunto Vila Guiomar e suas modificações, do modo como vêm ocorrendo, impactam significativamente a percepção desse local como um conjunto habitacional compostos por casas térreas e prédios em suas adjacências, sendo todas as tipologias presentes conectadas por áreas livres e públicas. A leitura homogênea das tipologias ali implantadas vem, pouco a pouco, deixando de existir em virtude do caráter heterogêneo que essas moradias unifamiliares estão assumindo.

### 2.5.2. Os prédios

As tipologias de edifícios multifamiliares construídas no Vila Guiomar sofreram muitas alterações em seus elementos originais desde o início do processo de venda. Contudo, como visto, a diferença da proporção entre unidades habitacionais e vãos disponíveis no térreo fez com

que os blocos de apartamentos conhecidos como “prédios velhos” sofressem modificações que alteraram mais fortemente seu volume inicial. Nesses edifícios, a presença de anexos adjacentes a alguns dos prédios auxilia na transformação e na percepção de seus volumes e de suas relações com as áreas livres do entorno.

As alterações dos edifícios não se restringiram apenas às suas áreas semipúblicas (condominiais), pois a aquisição das moradias significou o fim das proibições e restrições antes impostas pelos contratos de aluguel. Assim, as modificações de todos os apartamentos ocorreram, e ainda ocorrem, de modo individual, o que transforma, fortemente, a aparência dos edifícios e prejudica a leitura dos conjuntos de prédios como algo pertencente ao mesmo projeto.

Tanto os “prédios novos” quanto os “prédios velhos” foram muito modificados ao longo dos anos, sendo a troca das esquadrias, o fechamento do térreo e a pintura as alterações mais comuns. Quanto às esquadrias, não é possível precisar em que momentos as fachadas dos edifícios começaram a ser alteradas, contudo é fato que a ação dos moradores modificou o ritmo das fachadas de todas as tipologias de blocos, e o que se observa, atualmente, são esquadrias de variados tamanhos, materiais e dimensões, que rompem com a ideia de unidade.

Além das transformações mais comuns e que podem ser observadas em todos os prédios, há algumas intervenções que são mais particulares e variaram conforme as soluções projetuais presentes nos edifícios. Para os blocos constituídos pelos tipos habitacionais J1-J2 e I2, a construção de uma cobertura no corredor de acesso aos apartamentos do último pavimento, o fechamento da área de acesso às unidades, a ampliação – para o corredor – da planta dos últimos apartamentos de cada andar e a troca e/ou alteração dos módulos de iluminação natural das escadas são as modificações próprias e mais observadas. Nos prédios formados pela tipologia HC, a incorporação da varanda à sala de estar, a substituição do ‘muxarabi’ das varandas por alvenaria e a troca dos elementos pré-moldados responsáveis pela iluminação e ventilação das escadas são transformações exclusivas e observadas com frequência.

Frente ao elevado grau de modificação dos edifícios observado nas visitas realizadas, buscou-se uma maneira gráfica de estabelecer padrões de modo a mapear as alterações mais comuns que transfiguram essa arquitetura, dimensionando sua extensão e, assim, entendendo o que realmente se configura como um problema nessas mudanças. Com isso, procurou-se estabelecer um modo de realizar o mapeamento dos danos dos edifícios. Para as casas, em decorrência do alto grau de alterações volumétricas, reconstruções e demolições, tal possibilidade foi descartada, pois as análises já apresentadas auxiliam na compreensão de suas modificações.

Devido à ausência de um modelo já aplicado em habitações sociais e de uma metodologia utilizada e divulgada por algum autor que realizou tal trabalho, a busca por um modo de realizar graficamente a leitura dos danos dos edifícios do Conjunto Vila Guiomar teve início com o estudo de trabalhos que analisaram edifícios de modo a levantar e estabelecer valores, elementos característicos e modificações.

Alessandra Cerroti (2010), em sua tese *Edilizia Residenziale Pubblica del Dopoguerra in Italia: Questioni di Conservazione e di Restauro*, realizou estudos de casos de alguns edifícios europeus construídos no segundo pós-guerra de modo a compreender seus valores arquitetônicos e ambientais para a proposição de políticas de proteção, conservação e restauro. Com uma metodologia de análise estruturada em níveis, Cerroti estabeleceu três escalas de estudos (quarteirão, edifício e detalhe) que forneceram dados para a definição de valores (ambiental, arquitetônico e estético-formal, respectivamente) que elucidaram quais são os elementos responsáveis pela qualidade urbana do edifício, elementos esses que facilitarão a proposição de políticas de proteção ao edifício.

Em síntese, suas análises foram elaboradas a partir do preenchimento de uma ficha-tipo, dividida em três partes (relatório do bairro, análise dos elementos que compõem a morfologia e registro do estado de conservação), que é a base para a realização da classificação dos valores do edifício conforme sua estrutura urbana e sua estrutura arquitetônica. Apenas na parte do registro do estado de conservação do edifício é que Alessandra Cerroti fez uso de imagens para exemplificar danos no edifício, sendo que eles foram majoritariamente causados pela ação do tempo na arquitetura, e não diretamente pela ação do usuário.

Na terceira parte de sua tese, *Blocos de Memórias: habitação social, arquitetura moderna, patrimônio cultural*, Flávia Brito do Nascimento (2011) ao discorrer sobre o processo de tombamento do Conjunto Residencial Mendes de Moraes – o Pedregulho – e as ações realizadas para viabilizar sua restauração apresenta um “levantamento do estado de conservação do Conjunto Residencial do Pedregulho, com os principais tópicos a serem observados na atribuição de valor para sua restauração” (NASCIMENTO, 2011: 332). Tais tópicos são compostos por uma listagem, ou breve definição, seguida por uma série fotográfica dos elementos ali expostos. Esse levantamento está dividido nos seguintes itens: Elementos de arquitetura de destaque, Técnicas construtivas, Esquadrias externas, Esquadrias internas, Cores. Após a apreciação de cada um desses tópicos, a autora estabelece uma lista com as principais questões observadas e que devem ser enfrentadas no processo de restauração do Conjunto.

Além dos trabalhos citados acima, também foram analisados mapas de danos de alguns edifícios (*Palacete do Carmo* – São Paulo, *Destilaria Central* – Lençóis Paulista, *Igreja da Ordem Terceira do Seráfico Pai São Francisco* – São Paulo) e a normativa italiana relativa às alterações macroscópicas dos materiais (*Normal 1/88*). Os elementos apontados por tais fontes, constantemente denominados como patologias, apresentam-se como modificações ocasionadas pela passagem do tempo e pela ação de fenômenos relacionados ao clima. Assim, frequentemente, essas referências assinalam como danos nos edifícios a presença de trincas e fissuras, alterações cromáticas, manchas de umidade, desprendimento do revestimento, formação de crostas de vegetação, desgaste e alteração do acabamento da superfície, vidros trincados ou faltantes, etc.

Foi a partir do conhecimento e da apropriação do modo como os mapas de danos de edifícios são realizados que se estabeleceu, para o IAPI Vila Guiomar, que aquilo que se desejava

analisar não poderia ser classificado como dano, pois, neste momento do trabalho, ainda não foi feita uma reflexão que encare as transformações realizadas pelos moradores do Conjunto como um problema. A intenção de mapear as características alteradas das tipologias de prédios é justamente dispor de um material gráfico que facilite a análise dessas modificações como uma intervenção que altera o valor arquitetônico do edifício e do Conjunto, ou apenas como uma transformação, que os moradores realizaram para benefício próprio, e que não impacta fortemente a imagem do prédio.

Posto isso, o *Diagnóstico de alterações dos prédios do Conjunto Vila Guiomar* foi realizado por etapas e teve como objetivo identificar apenas as alterações que impactam e podem ser observadas nas fachadas dos edifícios por um transeunte que circule nos espaços públicos ao redor dos prédios. Assim, no caso dos “prédios velhos”, a área da fachada de acesso aos apartamentos, localizada atrás dos corredores de acesso às unidades, não foi analisada pois não é tão perceptível por uma pessoa que está caminhando pelo Conjunto. Além disso, não é possível ver os elementos presentes nos dois últimos pavimentos.

As ocupações presentes no térreo dos edifícios das três tipologias foram diagnosticadas como uma alteração de um espaço livre para um local ocupado<sup>20</sup>, contudo a existência de aberturas com cobogós cerâmicos ou esquadrias não foi assinalada nas análises porque se ponderou que, além de estarem constantemente fechadas, essas interferências possuem menor peso visual com relação ao fechamento dos térreos.

O levantamento das modificações ocorridas nos blocos das tipologias J1-J2 e I2 foi realizado em 25 de julho de 2017, e as visitas para o registro das alterações presentes nas fachadas dos prédios do tipo HC foram feitas em 31 de agosto e em 9 de dezembro de 2017. A análise englobou um total de 62 edifícios de apartamentos das três tipologias, mas não envolveu o contato com algum morador ou liderança de bairro que articulasse a visita externa aos “prédios novos”. Para cada tipo, foi realizado o levantamento de pelo menos três blocos que apresentassem diferentes intervenções e diversos graus de modificações.

#### - Prédios do tipo J1-J2:

A primeira dificuldade encontrada para a realização do levantamento dos edifícios da tipologia J1-J2 foi a impossibilidade do registro fotográfico de algumas unidades. Apesar de o percurso para a coleta de dados dos “prédios velhos” ter contado com a presença do presidente da Associação do Moradores, Sr. Roberto Silva, devido a presença de atividades ilícitas, em um dos edifícios, e de construções irregulares em execução, em alguns blocos, foi recomendado que não se registrasse fotos desses prédios. Para evitar mal-estar entre o Sr. Roberto e alguns moradores, evitou-se a tomada de fotos que, de algum modo, pudessem expor tais situações. Assim, o

<sup>20</sup> Apesar do uso como garagem aparecer com certa frequência na bibliografia analisada que narra sobre o processo de ocupação dos térreos, a maioria desses espaços são utilizados como lavanderias, depósitos e, até mesmo, moradias.

material apresentado a seguir, não dispõe de excessiva iconografia que explicita as modificações observadas e assinaladas, sendo elas majoritariamente presentes nas análises em desenhos.

Entre os diagnósticos realizados, a alteração mais marcante na descaracterização dos edifícios é a existência de anexos. No geral, tais acréscimos possuem proporções semelhantes aos módulos de garagens decorrentes da ocupação dos térreos. A variação de altura, de tipo de cobertura e os casos em que essas construções excedem o gabarito térreo são situações que ocasionam volumes mais perceptíveis e fazem dessas intervenções pontos focais na apreciação dos edifícios. Aparentemente, a existência dos anexos limita-se aos edifícios cujas fachadas opostas à caixa de escada são adjacentes às áreas livres. Contudo, há alguns casos – como o edifício 09 – em que essas construções adjacentes estão localizadas atrás da caixa de escada.



O fechamento, em alvenaria, da face lateral do final do corredor de acesso aos apartamentos também foi uma constante nos prédios analisados, sendo que apenas o edifício 17 mantém ambas as laterais dos corredores ainda livres. Nos blocos analisados da tipologia J1-J2, os corredores de acesso às unidades do último pavimento foram todos cobertos, de modo que um pedestre não consegue ver a cobertura do prédio a partir de sua elevação frontal.

Como poderá ser observado nos diagnósticos elaborados de alguns exemplos dessa tipologia, a boa aparência de um edifício não corresponde à manutenção das características originais do projeto ou à realização de alterações comuns ao bloco. Prédios que dispõem de pinturas recentes, como o edifício 02, transmitem a ideia de que são bem conservados, mas uma análise mais atenta (como no caso das esquadrias presentes na fachada posterior) revela o caráter individual com o qual a maioria das reformas e intervenções nas unidades habitacionais é feita.

#### - Prédios do tipo I2:

Por serem uma tipologia cujos blocos, externamente, são muito semelhantes aos do tipo J1-J2, muitas das considerações apresentadas acima são aplicáveis aos edifícios I2. No entanto, o registro fotográfico desses prédios foi mais fácil e, assim, os diagnósticos apresentados dispõem de mais e melhores imagens que explicitam com mais detalhes os elementos observados e assinalados como alterações.

Nesse caso, a existência de construções anexas também é algo muito comum, sendo raros os blocos que não dispõem de acréscimos. Algo curioso na análise da tipologia I2 é a presença de um edifício (08) que além de apresentar pintura recente, possui janelas de mesmo material e dimensão na fachada posterior, o que indica uma noção de comunidade que aqueles moradores devem possuir. Nesse bloco, a interferência visual perceptiva fica a cargo da presença de antenas de televisão e de roupas penduradas em varais em todas as janelas.

#### - Prédios do tipo HC:

Foi a tipologia mais difícil de ser analisada, pois, diferente do que ocorre nos “prédios velhos”, todos os blocos não estão circundados por espaços públicos, e sim por áreas livres condominiais. Somando-se a isso a ausência de um contato com uma liderança que represente essa parcela de moradores do Conjunto Vila Guiomar, foi possível realizar o diagnóstico de alterações apenas dos edifícios que podem ser plenamente observados – fachadas frontal e posterior – a partir dos espaços públicos: prédios 43, 50 e 54.

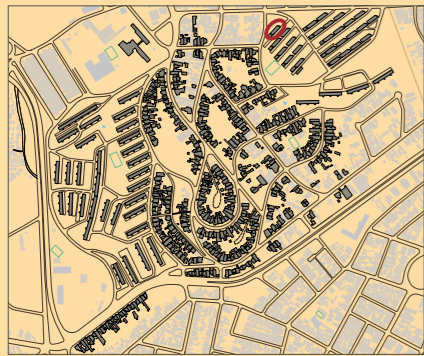
Nas visitas realizadas para a análise dos “prédios novos”, foi perceptível que apesar dos volumes desses blocos estarem alterados pela ocupação de seus térreos, quando as alterações das esquadrias ocorrem (de modo a manter a dimensão, o desenho e a porção de área envidraçada da janela original), elas são menos agressivas, podendo ser percebidas apenas com um olhar mais direcionado à verificação de tais características.

Algo comumente observado nesses blocos foi a quase total extinção das varandas – que se tornaram uma ampliação da sala de estar – e a troca total do elemento pré-moldado de iluminação e ventilação das caixas de escadas. Com base em levantamentos disponíveis no Google Street View, foi possível observar que estas últimas modificações são posteriores a 2011 e, quando comparadas com o estado atual das caixas de escadas, evidenciam quão agressiva é essa alteração.

\* Em virtude do *layout* organizado para apresentação dos diagnósticos realizados, preferiu-se apresentá-los em sequência, sendo as considerações de cada tipologia expostas anteriormente (acima).

## Tipologia J1-J2

Localização



Edifício: **01**

Rua: **02 de fevereiro**

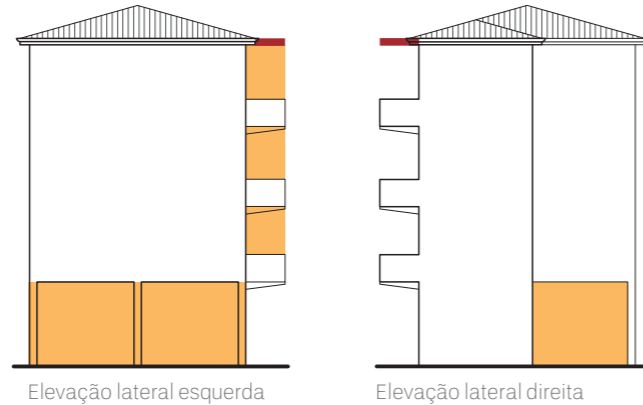
Cor predominante: **amarelo e bege**

Escala dos desenhos

1:250 0 5 10 m

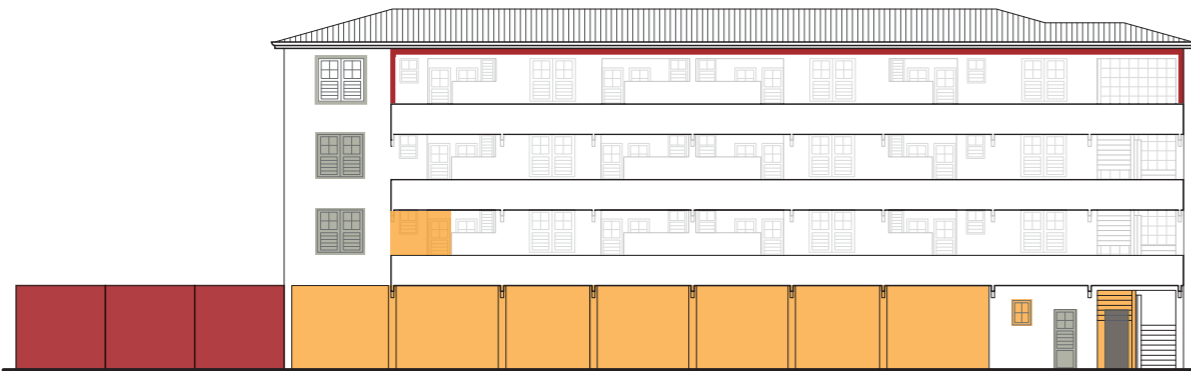
Legenda

- Janela original modificada
- Janela de reforma antiga
- Esquadria trocada
- Novas aberturas
- Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó
- Esquadria da escada vedada
- Esquadria da escada obstruída
- Esquadria da escada sem vidro
- Cobertura dos corredores
- Novas construções - anexos

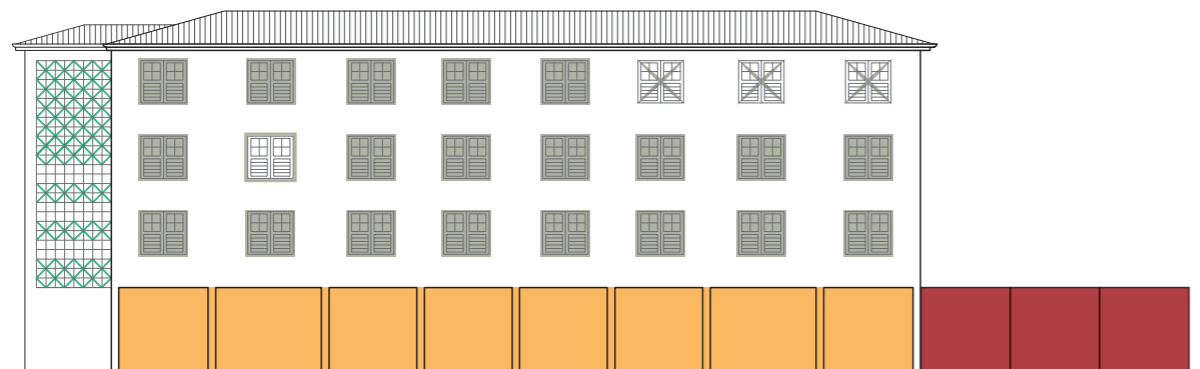


Elevação lateral esquerda

Elevação lateral direita



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 82: vista da lateral, livre, dos corredores de acesso aos apartamentos.



Figura 83: vista dos anexos e da lateral, obstruída, dos corredores de acesso aos apartamentos.

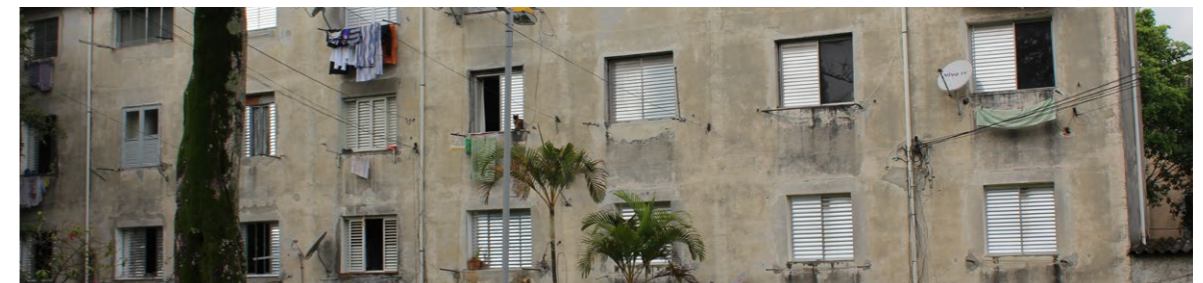


Figura 84: vista parcial da fachada posterior em que é possível observar a multiplicidade de tipologias de esquadrias escolhidas para substituir as originais.

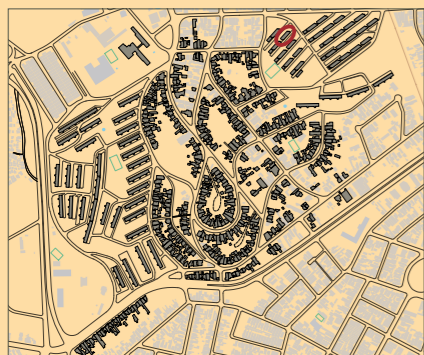
### Sobre o edifício:

Como em todos os casos dos edifícios que possuem construções adjacentes ao volume principal, no prédio 01 os anexos são os elementos que se sobressaem em uma apreciação geral das fachadas. Como pode ser observado nas figuras acima, a manutenção desse bloco não deve ser periódica visto que as fotos apresentadas foram tiradas em 2015, 2011 e 2017, respectivamente. A substituição das janelas da fachada posterior

também não obedeceu a um critério comum a todos os apartamentos, pois há grande variedade de tipos e materiais. As últimas três janelas de cada pavimento, vistas na figura 84, aparentam ser iguais, mas isso se deve ao fato de que elas correspondem à mesma unidade habitacional o que enfatiza ainda mais o caráter individual com que as alterações no edifício são realizadas.

## Tipologia J1-J2

Localização



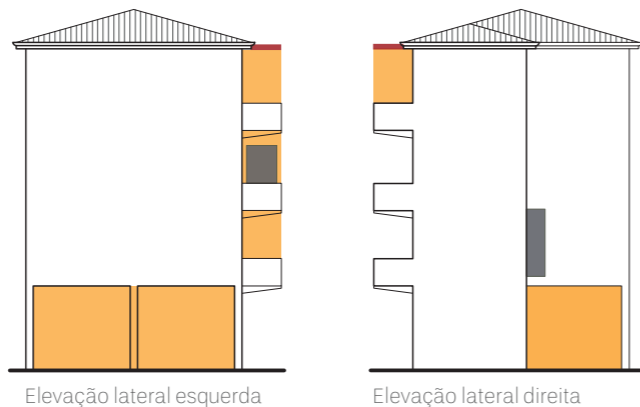
Edifício: **02**  
 Rua: **03 de março**  
 Cor predominante: **tons de rosa**

Escala dos desenhos

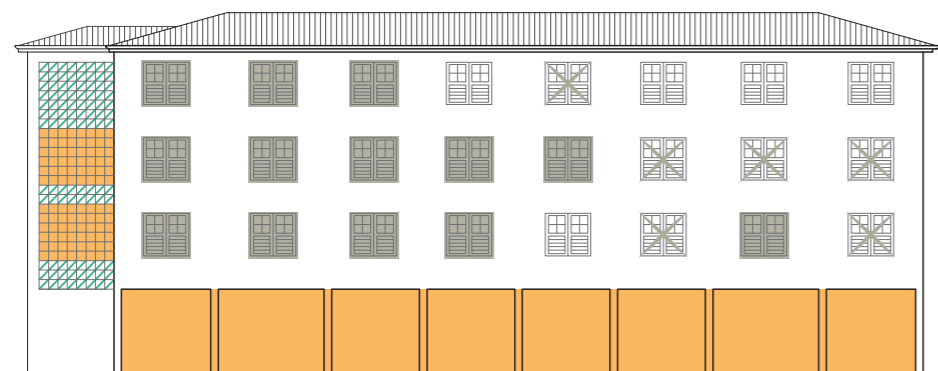


Legenda

- Janela original modificada
- Janela de reforma antiga
- Esquadria trocada
- Novas aberturas
- Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó
- Esquadria da escada vedada
- Esquadria da escada obstruída
- Esquadria da escada sem vidro
- Cobertura dos corredores
- Novas construções - anexos



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens

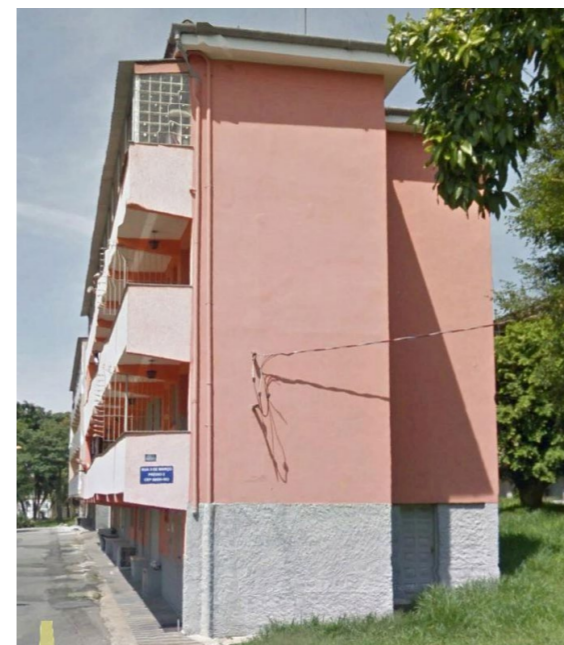


Figura 85: lateral obstruída, por cobogós de vidro, do corredor de acesso do último pavimento.

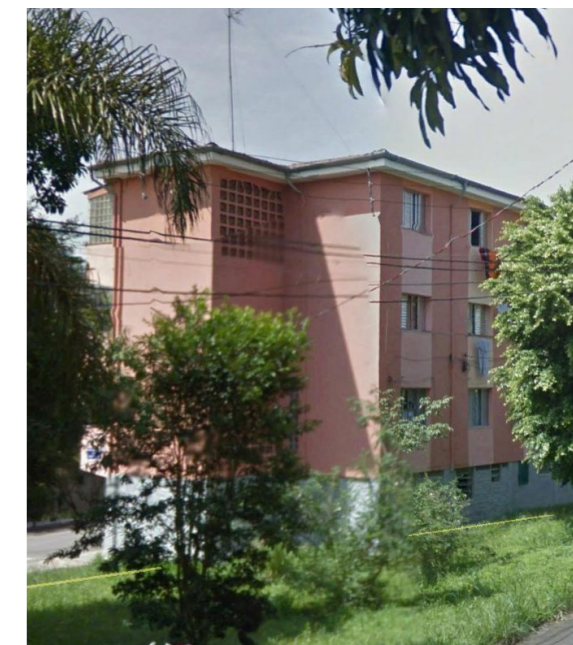


Figura 86: vista posterior da caixa de escada.

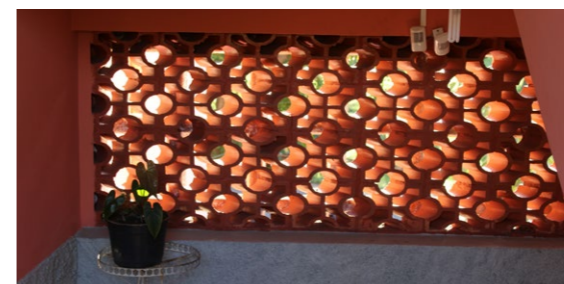


Figura 87: cobogó cerâmico interno que obstrui a estrutura de iluminação da caixa de escada.

### Sobre o edifício:

Aparentemente, o edifício 02, devido ao seu agradável aspecto visual decorrente de manutenção recente, transmite uma ideia inicial de que suas alterações não o transformaram muito.

O térreo foi totalmente ocupado pelos moradores, que o utilizam como garagens ou lavanderias, e não há construções anexas.

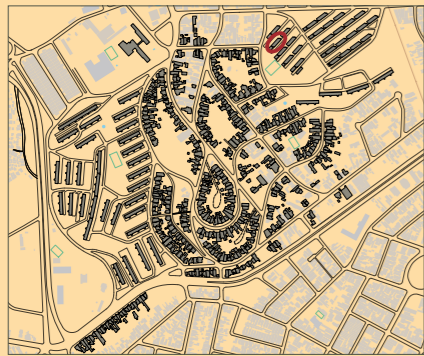
Externamente, a trama de concreto para iluminação da caixa de escada está inteira, mas sem vidros.

Por dentro nota-se que a essa estrutura foram adicionados cobogós cerâmicos que diminuem a incidência de luz nesse espaço. Além disso parte de tal trama foi vedada totalmente.

Na fachada principal, é possível perceber a extensão total da cobertura do bloco para a área do corredor de acesso aos apartamentos e o avanço da área do último apartamento do segundo pavimento para o corredor de circulação.

## Tipologia J1-J2

Localização



Edifício: **03**

Rua: **03 de março**

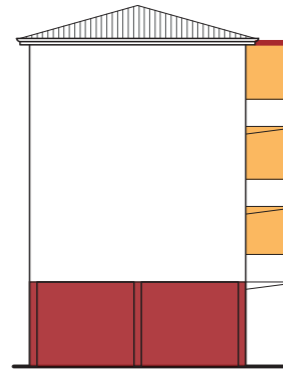
Cor predominante: **salmão**

Escala dos desenhos

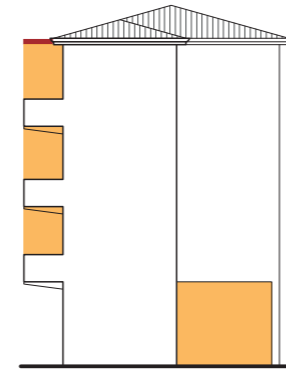


Legenda

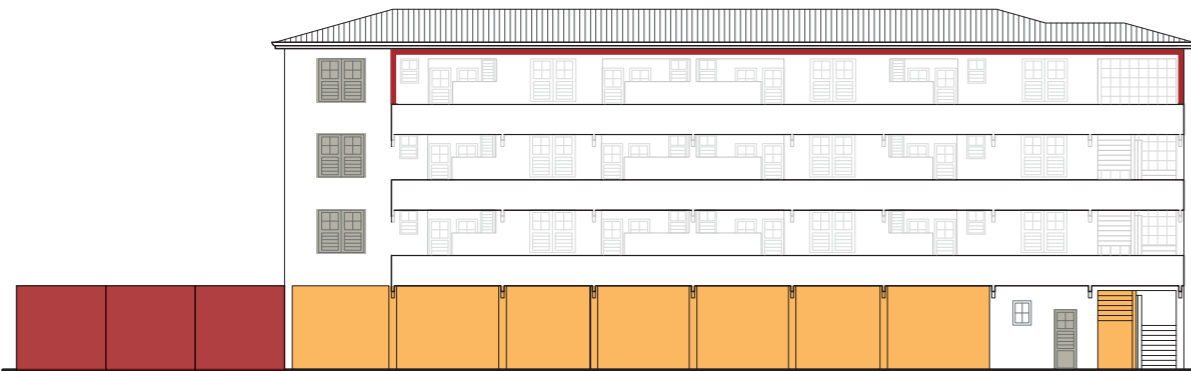
- |  |  |  |                               |
|--|--|--|-------------------------------|
|  | Janela original modificada                     |  | Esquadria da escada vedada    |
|  | Janela de reforma antiga                       |  | Esquadria da escada obstruída |
|  | Esquadria trocada                              |  | Esquadria da escada sem vidro |
|  | Novas aberturas                                |  | Cobertura dos corredores      |
|  | Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó |  | Novas construções - anexos    |



Elevação lateral esquerda



Elevação lateral direita



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 88: vista parcial da caixa de escada e da fachada posterior.



Figura 89: vista parcial da fachada principal. No primeiro plano da fachada foi adicionado revestimentos cerâmico.



Figura 90: aspecto frontal dos anexos.



Figura 91: vista parcial da fachada posterior.

### Sobre o edifício:

Nesse prédio é possível perceber que as intervenções realizadas são aquelas que se pode considerar comum a quase todos os blocos: fechamento do térreo, anexos, cobertura do corredor de acesso às unidades habitacionais do último pavimento e trocas das esquadrias.

Apesar de ambas laterais dos corredores de circulação estarem vedadas, os últimos apartamentos de casa pavimento não estenderam suas áreas de modo a se

apropriarem de parte desses espaços.

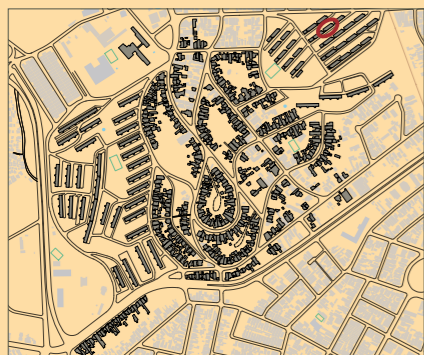
A estrutura de iluminação da caixa de escada está parcialmente obstruída, principalmente nos lances de escada que dão acesso ao primeiro pavimento.

Os anexos, apesar de serem de alturas semelhantes, possuem saliências na fachada principal que o tornam ainda mais evidentes.



## Tipologia J1-J2

Localização



Edifício: **09**

Rua: **08 de agosto**

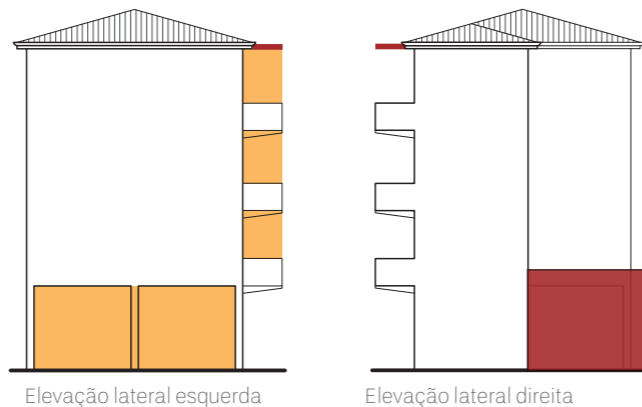
Cor predominante: **rosa e bege**

Escala dos desenhos

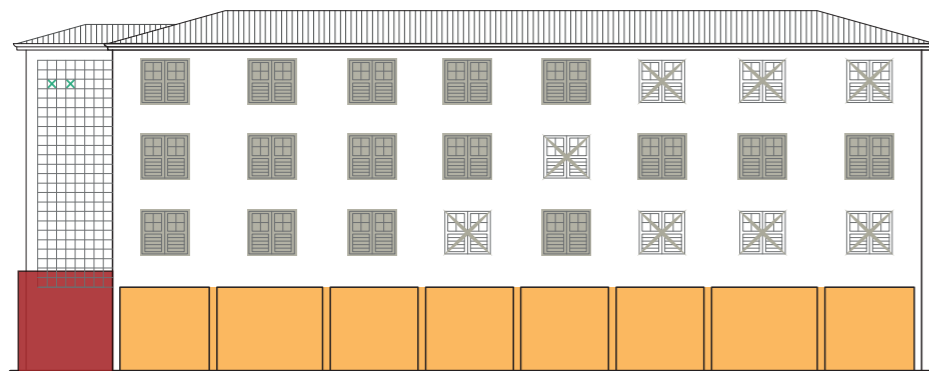


Legenda

- Janela original modificada
- Janela de reforma antiga
- Esquadria trocada
- Novas aberturas
- Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó
- Esquadria da escada vedada
- Esquadria da escada obstruída
- Esquadria da escada sem vidro
- Cobertura dos corredores
- Novas construções - anexos



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 92: vista do anexo construído nos fundos da caixa de escada.



Figura 93: nos pavimentos 1 e 2 ocorreu a expansão do apartamento para o corredor de acesso às unidades.



Figura 94: vista parcial da fachada posterior em que se nota a presença de janelas de diversos tipos e materiais.

### Sobre o edifício:

Esse prédio é o único da tipologia J1-J2 que foi construído entre os blocos do tipo I2.

Desprovido de áreas públicas adjacentes ao seu volume, não há volumes construídos lateralmente, mas há um anexo edificado na fachada posterior da caixa de escada. Como visto na figura 92, aparentemente esse anexo é utilizado como garagem, contudo não há como um veículo acessá-lo a partir da Rua 07 de julho devido a topografia íngreme, que

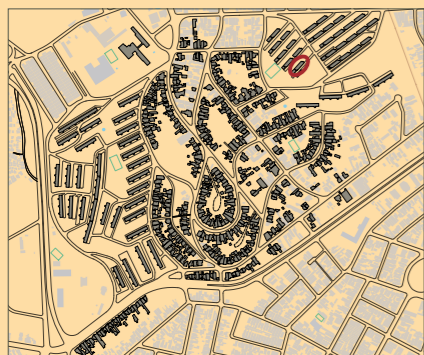
é vencida pelo pedestre apenas por meio de alguns degraus.

A caixa de escada quase não está alterada, sendo apenas a falta de dois vidros que sinalizam uma pequena alteração.

A fachada posterior, não dispõe de nenhuma esquadria original, seja ela intacta ou alterada.

## Tipologia J1-J2

Localização



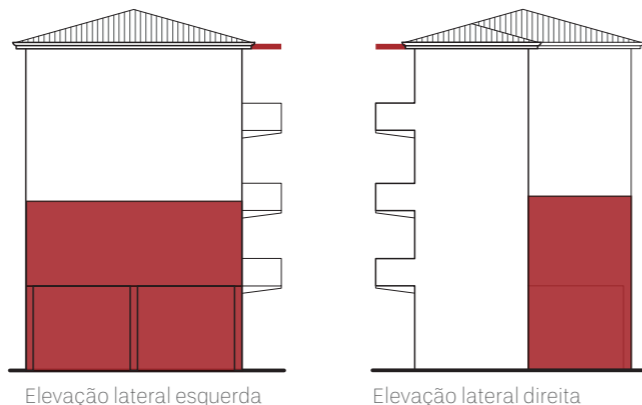
Edifício: **17**  
Rua: **06 de junho**  
Cor predominante: **bege**

Escala dos desenhos

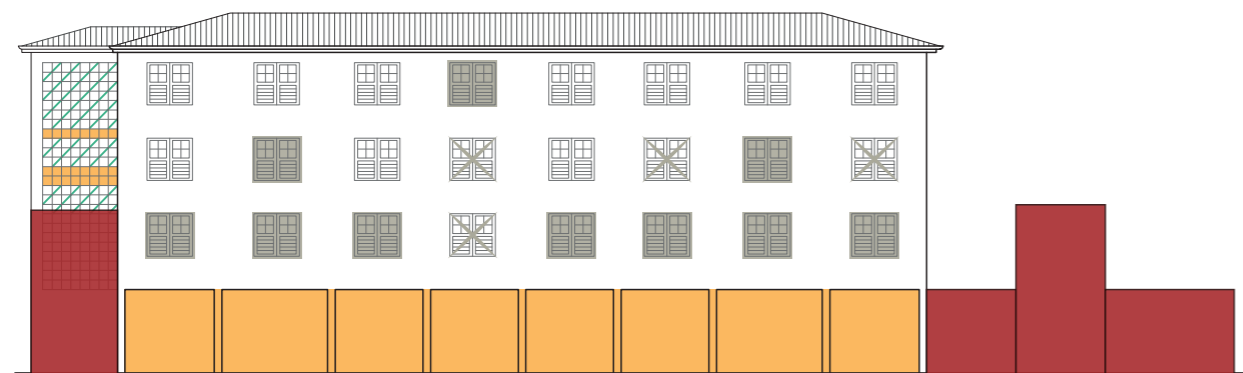


Legenda

- Janela original modificada
- Janela de reforma antiga
- Esquadria trocada
- Novas aberturas
- Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó
- Esquadria da escada vedada
- Esquadria da escada obstruída
- Esquadria da escada sem vidro
- Cobertura dos corredores
- Novas construções - anexos



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 95: vista parcial da fachada posterior em que se nota o anexo construído atrás da caixa de escada.



Figura 96: vista lateral do edifício e do anexo construído atrás da caixa de escada.



Figura 97: vista dos anexos construídos ao lado e na área em frente ao edifício.



Figura 98: vista parcial do edifício e das garagens anexas construídas na área em frente.

### Sobre o edifício:

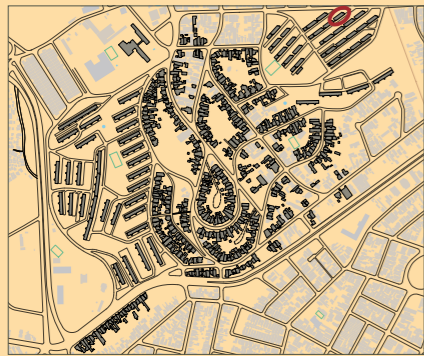
Entre os blocos do tipo J1-J2, esse foi o mais difícil de ser fotografado, pois ele se encontra muito próximo daqueles onde não foi possível fazer o levantamento. O prédio 17 também é aquele que apresenta maior quantidade de anexos, pois além das construções adjacentes ao seu volume, foram construídas garagens na área livre em frente, local antes utilizado como lavanderia coletiva.

De todos os edifícios analisados da tipologia J1-J2,

esse é o que apresenta maior quantidade de janelas originais em sua fachada posterior. No entanto, a massiva presença de anexos, sendo que alguns não se limitam apenas ao gabarito do térreo, permite a percepção de um alto grau de alteração desse bloco. A estrutura de iluminação da caixa de escada, além de não possuir mais vidros, está internamente obstruída por cobogós cerâmicos.

## Tipologia I2

Localização



Edifício: **08**

Rua: **08 de agosto**

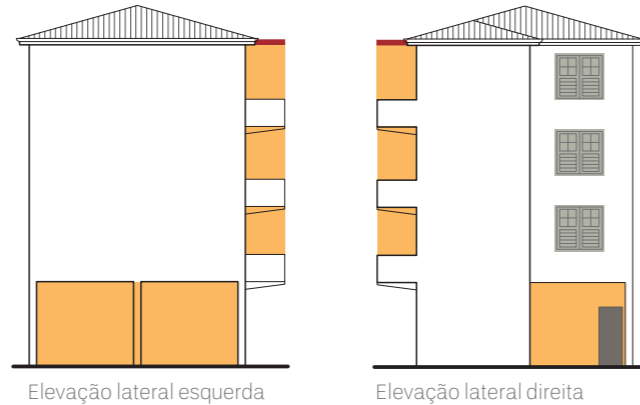
Cor predominante: **tons de verde**

Escala dos desenhos



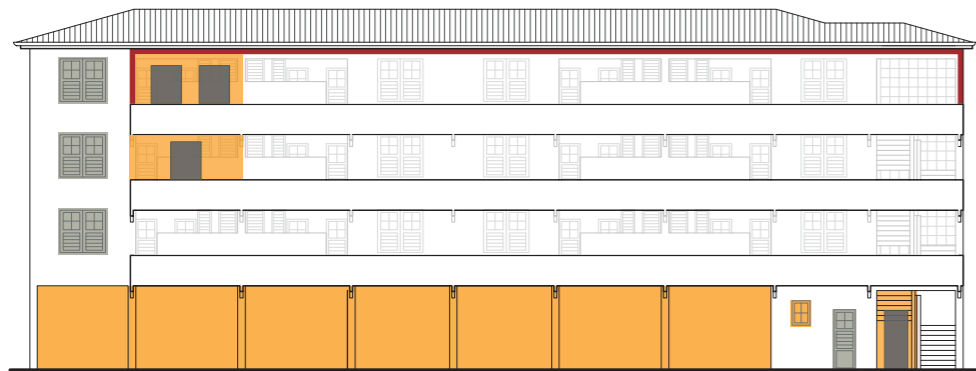
Legenda

- |  |  |  |                               |
|--|--|--|-------------------------------|
|  | Janela original modificada                     |  | Esquadria da escada vedada    |
|  | Janela de reforma antiga                       |  | Esquadria da escada obstruída |
|  | Esquadria trocada                              |  | Esquadria da escada sem vidro |
|  | Novas aberturas                                |  | Cobertura dos corredores      |
|  | Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó |  | Novas construções - anexos    |

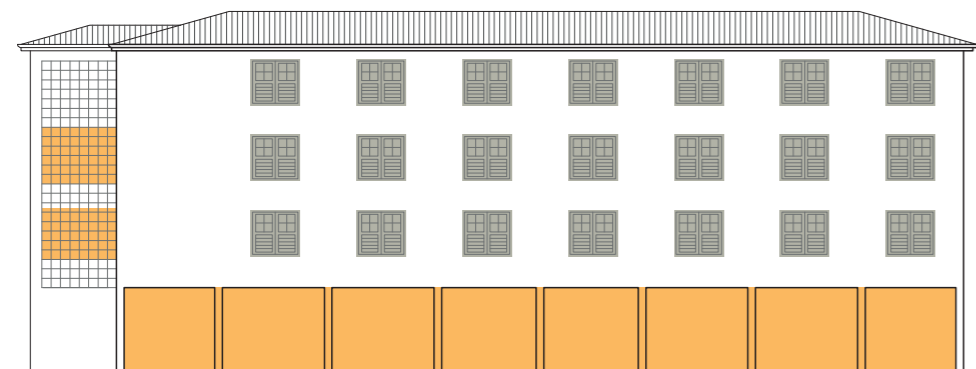


Elevação lateral esquerda

Elevação lateral direita



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 99: fundos da caixa de escada com obstrução de alguns vão de iluminação.

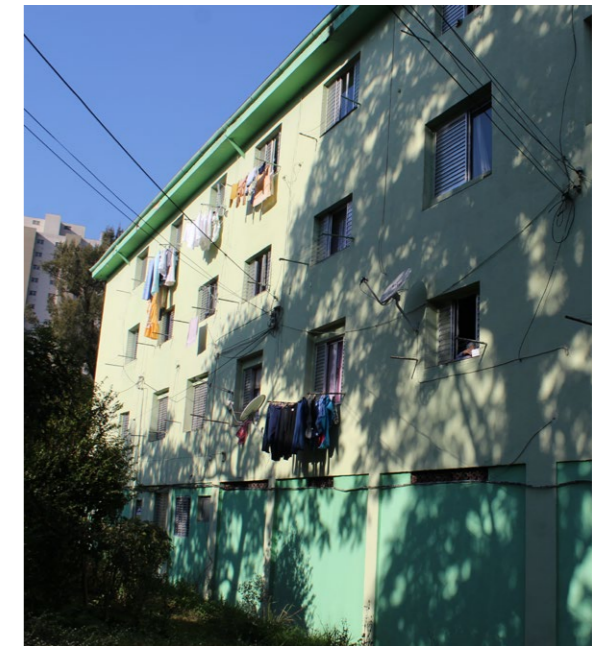


Figura 100: vista parcial da fachada posterior.

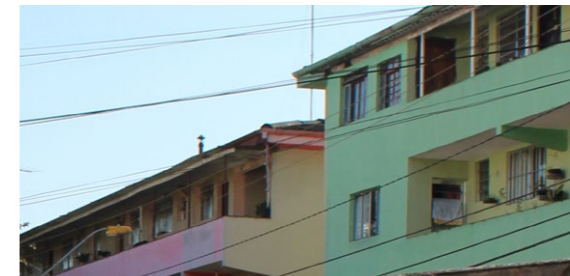


Figura 101: expansão dos últimos apartamentos de cada pavimento para o corredor de acesso.

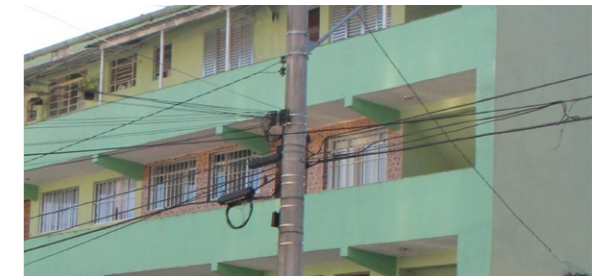


Figura 102: revestimento cerâmico aplicado na fachada correspondente a uma unidade habitacional.

### Sobre o edifício:

Nas imagens apresentadas é possível observar que o prédio 08 passou por uma reforma recente. Uma observação geral e rápida desse bloco permite a leitura de que essa manutenção foi feita de comum a todas as fachadas, pois todo o edifício apresenta o mesmo acabamento. Contudo, na figura 102, é perceptível a ocorrência de intervenções realizadas de modo individual.

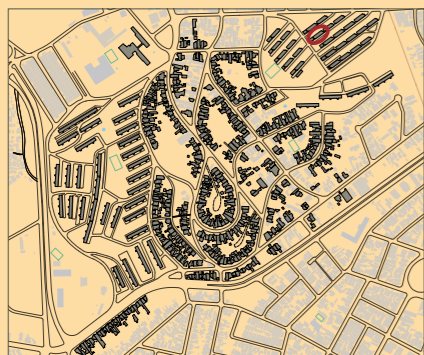
As janelas da fachada posterior são todas do mesmo

material (alumínio) e os eixos inseridos para sustentação dos varais também são todos de igual dimensão e aspecto (figura 100).

A presença de roupas nos varais e de antenas de tv fixadas na fachada dos fundos são os elementos mais que fortemente interferem na leitura do ritmo das aberturas. Contudo, tais itens marcam a presença dos moradores e de demandas cotidianas de uma habitação.

## Tipologia I2

Localização



Edifício: 10

Rua: 08 de agosto

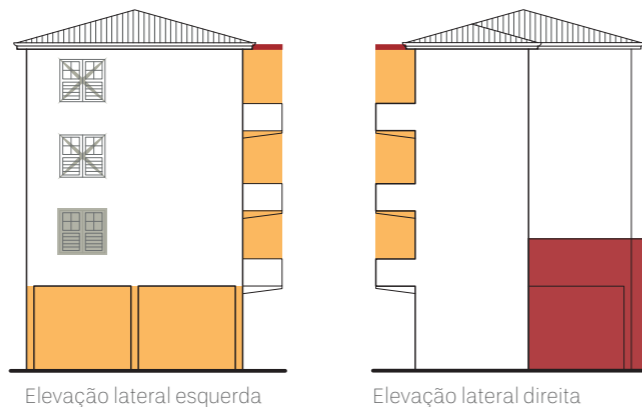
Cor predominante: bege (desbotado)

Escala dos desenhos

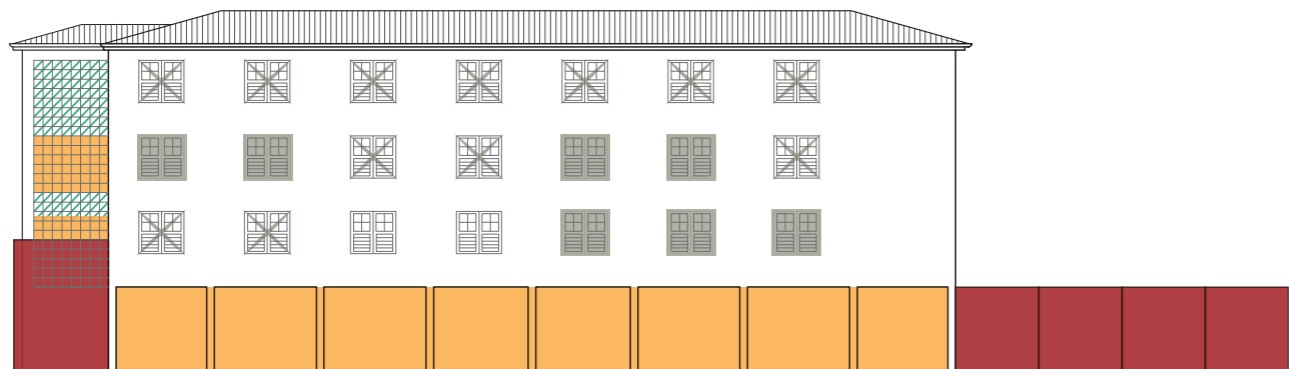


Legenda

- Janela original modificada
- Janela de reforma antiga
- Esquadria trocada
- Novas aberturas
- Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó
- Esquadria da escada vedada
- Esquadria da escada obstruída
- Esquadria da escada sem vidro
- Cobertura dos corredores
- Novas construções - anexos



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 103: anexo construído nos fundos da caixa de escada cuja estrutura de iluminação está parcialmente vedada e sem vidros



Figura 104: presença de quatro garagens anexas ao edifício.



Figura 105: vista parcial da fachada posterior em que se nota a presença de janelas originais, janelas de reformas antigas (são de madeira e de proporção semelhante as originais) e esquadrias completamente diferentes.

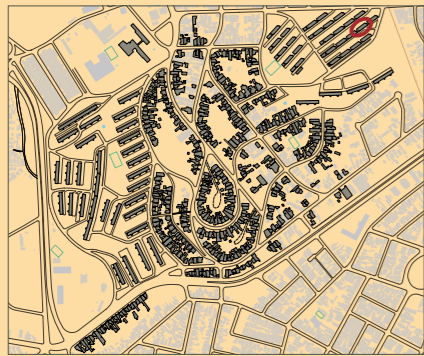
### Sobre o edifício:

Entre os prédios da tipologia I2 que foram analisados, esse bloco é um dos que apresenta o maior número de módulos anexos. Além do volume edificado nos fundos da caixa de escada, na fachada lateral oposta a esse item, há quatro módulos construídos de dimensões semelhantes aos vãos do térreo que são utilizados como garagens, lavanderias ou moradias. A estrutura de iluminação da caixa de escada não possui mais vidros e há grandes partes vedadas.

A fachada posterior possui apenas duas janelas originais (figura 105). Mas, a elas foram acrescentados beirais para impedirem que a água das roupas dos varais dispostos nas esquadrias acima molhe as roupas estendidas nessas janelas originais. Nas esquadrias trocadas são muito diversos os materiais e as cores presentes. Isso faz com que a fachada posterior aparente alto grau de modificação pelos usuários.

## Tipologia I2

Localização



Edifício: 19

Rua: 10 de outubro

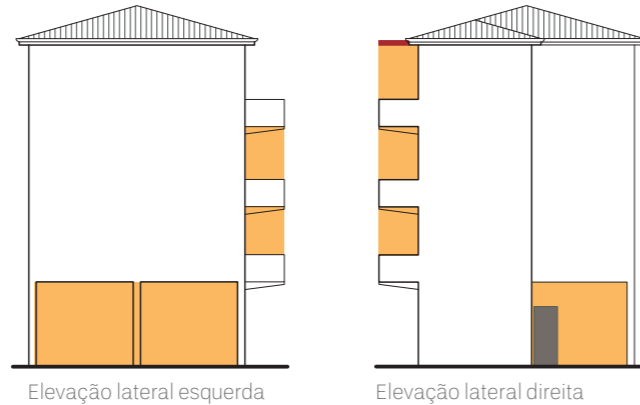
Cor predominante: cinza (reboco sem pintura)

Escala dos desenhos

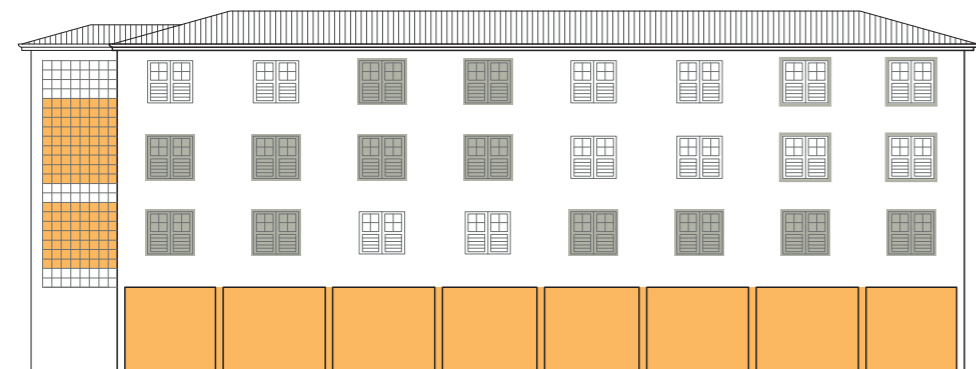


Legenda

- Janela original modificada
- Janela de reforma antiga
- Esquadria trocada
- Novas aberturas
- Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó
- Esquadria da escada vedada
- Esquadria da escada obstruída
- Esquadria da escada sem vidro
- Cobertura dos corredores
- Novas construções - anexos



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 106: fundos da caixa de escada com obstrução de grande parte da estrutura de iluminação.



Figura 107: de cima para baixo observa-se exemplos de janela original modificada, janela original e esquadria trocada.



Figura 108: no final do corredor é possível observar a expansão dos apartamentos para o corredor de acesso.



Figura 109: exemplo de alterações, não inseridas no diagnóstico, feitas de modo individual.

### Sobre o edifício:

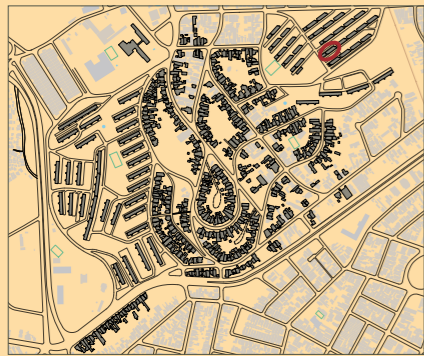
É um exemplo de edifícios cujas alterações dos elementos observados nas fachadas foram feitas de modo individual, ou seja, cada apartamento realizou mudanças incidentes apenas em áreas correspondentes às suas paredes.

Nas figuras 108 e 109 é possível observar a lógica de intervenção individual. Na primeira, ao final do corredor, nota-se que os últimos apartamentos expandiram suas áreas úteis para o corredor.

Na figura 109, é possível constatar exemplos de apartamentos que realizaram a pintura da área da parede correspondente apenas a sua unidade. A caixa de escada não possui construções anexas, mas apresenta uma grande área da estrutura de iluminação vedada.

## Tipologia 12

Localização



Edifício: 22

Rua: 10 de outubro

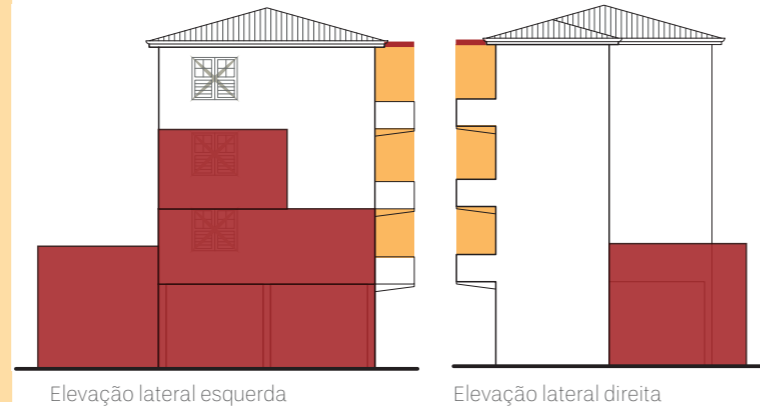
Cor predominante: bege

Escala dos desenhos



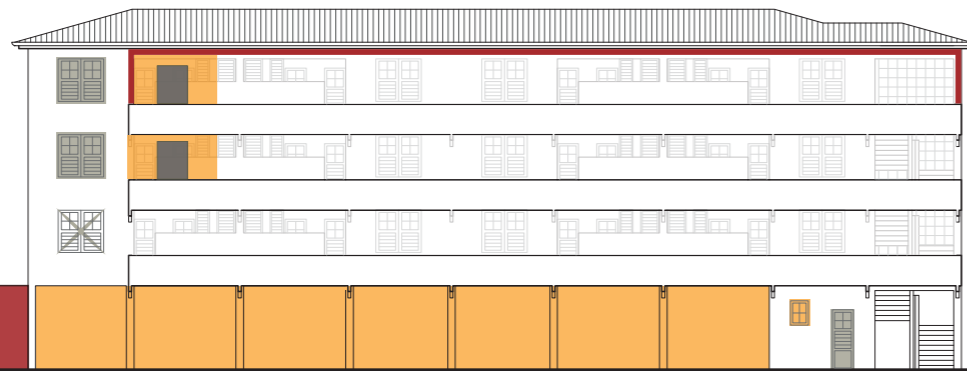
Legenda

	Janela original modificada		Esquadria da escada vedada
	Janela de reforma antiga		Esquadria da escada obstruída
	Esquadria trocada		Esquadria da escada sem vidro
	Novas aberturas		Cobertura dos corredores
	Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó		Novas construções - anexos

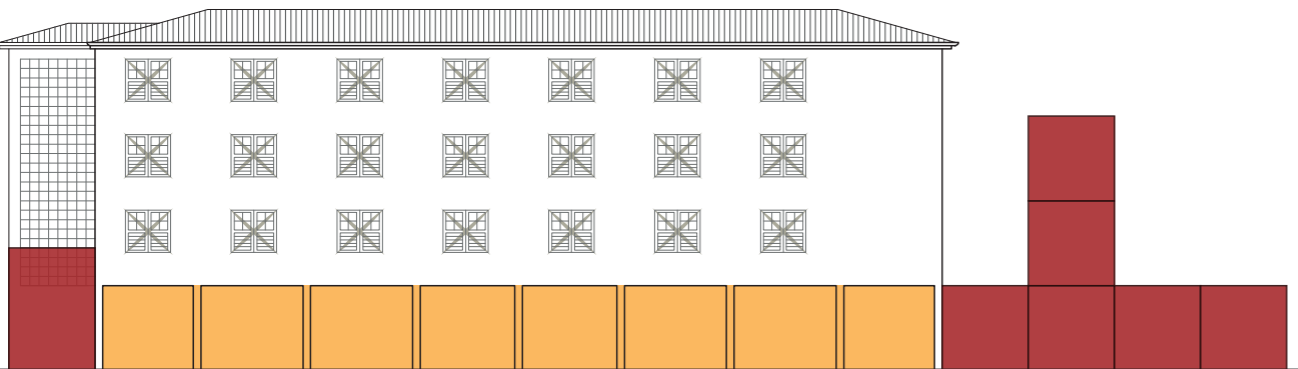


Elevação lateral esquerda

Elevação lateral direita



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 110: expansão, em altura, dos módulos anexos ao edifício em 2015.



Figura 111: situação recente (2017) dos anexos construídos.



Figura 112: vagas de estacionamento demarcadas nos fundos do edifício.



Figura 113: anexo no fundo da caixa de escada. Notar as janelas semelhantes ("reforma antiga") da fachada.

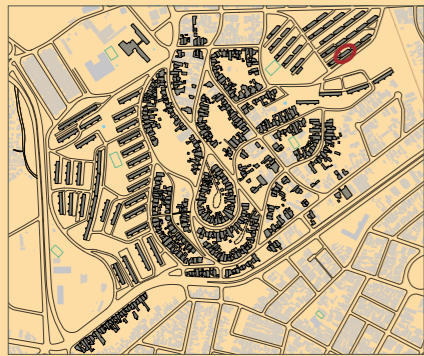
### Sobre o edifício:

Considerando os 62 blocos de apartamentos construídos no IAPI Vila Guiomar, o prédio 22 é o que mais dispõe de construções adjacentes ao seu volume principal. De modo análogo ao edifício 10, há um anexo no fundo da caixa de escada e quatro módulos anexos à fachada lateral esquerda. Apenas a existência dessas construções adjacentes já são elementos de destaque que modificam a leitura do prédio como foi proposto pelo projeto. No caso

desse bloco, um dos módulos anexos construídos possui 3 pavimentos. Nas figuras 110 e 111 é possível observar que esse crescimento em altura do anexo é recente, tendo começado em 2015. A presença de vagas de estacionamento demarcadas, e exclusiva para moradores do prédio 22, nos fundos dos módulos anexos é um indicativo de que, provavelmente, essas construções adjacentes não são utilizadas como garagens, mas sim como moradias.

## Tipologia 12

Localização



Edifício: 25

Rua: **Rodolfo Santiago**

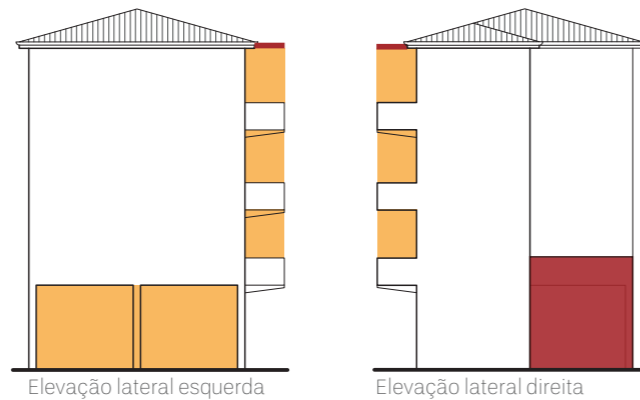
Cor predominante: **bege**

Escala dos desenhos



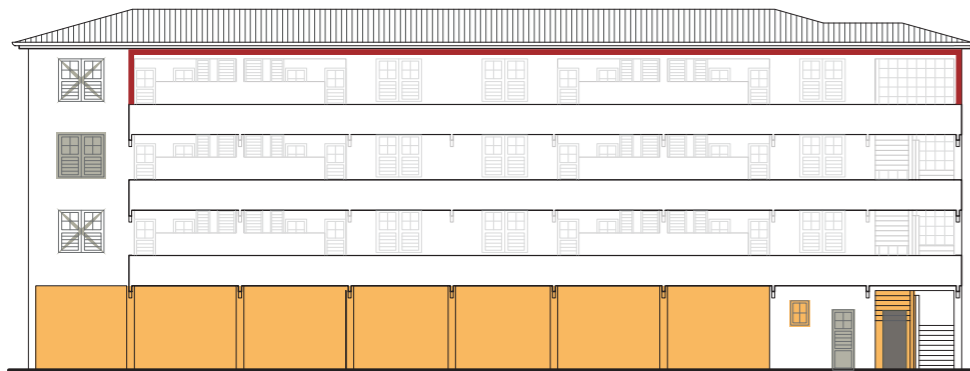
Legenda

- |  |  |  |                               |
|--|--|--|-------------------------------|
|  | Janela original modificada                     |  | Esquadria da escada vedada    |
|  | Janela de reforma antiga                       |  | Esquadria da escada obstruída |
|  | Esquadria trocada                              |  | Esquadria da escada sem vidro |
|  | Novas aberturas                                |  | Cobertura dos corredores      |
|  | Vedação de aberturas - por alvenaria ou cobogó |  | Novas construções - anexos    |

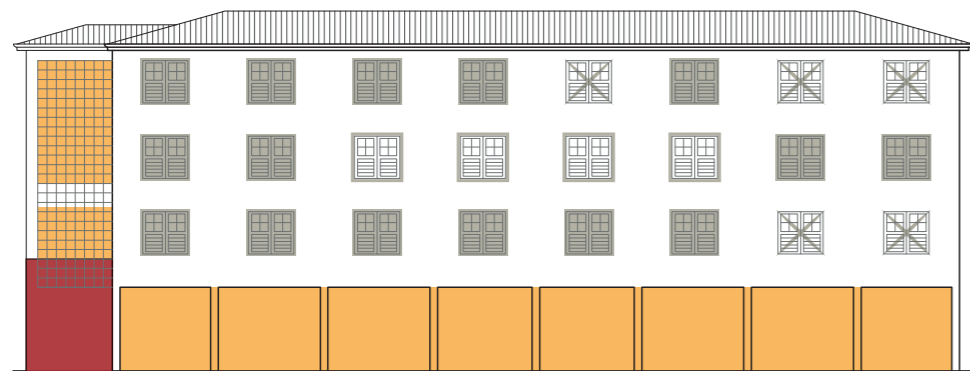


Elevação lateral esquerda

Elevação lateral direita



Elevação frontal



Elevação posterior

## Imagens



Figura 114: exemplo de apartamentos que não expandiram sua área construída para o corredor de acesso.



Figura 115: vista parcial da fachada posterior e do anexo construído nos fundos da caixa de escada.



Figura 116: vista parcial da fachada posterior em que é possível observar a multiplicidade de tipos de esquadrias que se diferem, até mesmo, na mesma unidade habitacional.

### Sobre o edifício:

Localizado entre dois blocos, o prédio 25 apresenta alterações já vistas nos demais edifícios dessa tipologia.

Nos fundos da caixa de escada há um anexo edificado cuja posição do telhado é incomum com relação aos demais anexos observados nesse mesmo espaço e em outros blocos. Com relação a estrutura retangular para iluminação das escadas, há pouco elementos que não estão vedados, fato que compromete a

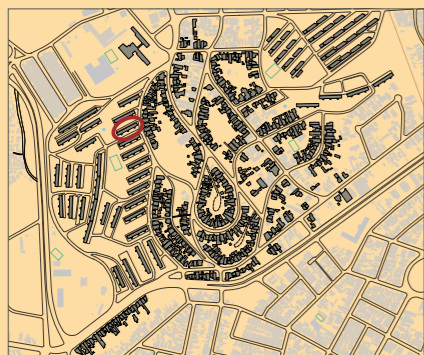
iluminação natural da circulação vertical.

Apesar de ambas laterais de todos os corredores estarem vedadas, não há apartamentos que avançaram suas áreas para o espaço do corredor de acesso as unidades.

A fachada posterior é composta por esquadrias de distintos materiais, cores e dimensões, sendo inexistente a presença de esquadrias originais sem qualquer tipo de alteração.

## Tipologia HC

Localização

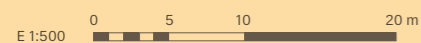


Edifício: **43**

Rua: **Antônio Cubas**

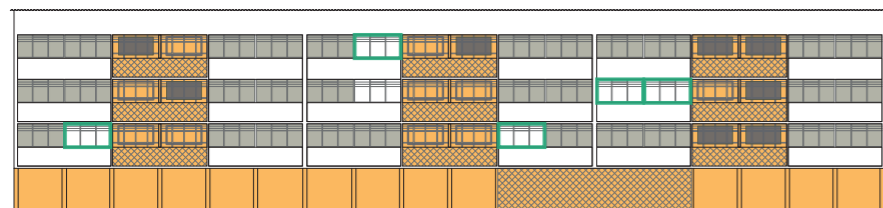
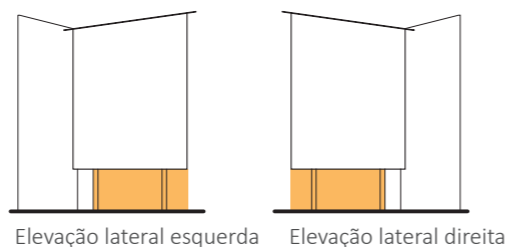
Cor predominante: **bege / amarelo**

Escala dos desenhos



Legenda

- Esquadria trocada
- Esquadria original alterada ou trocada por uma de aparência semelhante
- Novas aberturas - janelas no plano da fachada
- Novas esquadrias - tamanho e aparência semelhantes as originais
- Fechamento de aberturas
- Substituição do elemento pré-moldado de iluminação da caixa de escada



Elevação frontal



Elevação posterior

### Sobre o edifício:

As janelas do prédio 43 foram quase todas alteradas e não há mais varandas na fachada principal. Como muitos dos edifícios dessa tipologia, o bloco 43 encontra-se cercado em uma quadra com mais quatro prédios, que juntos

formam um condomínio. Na figura 118 é possível observar um exemplo de substituição dos elementos de iluminação das caixas de escada. A fachada posterior pode ser inteiramente observada da rua e nela já não

## Imagens



Figura 117: Fachada principal vista da rua. Ao fundo é possível ver parte de uma das caixas d'água construídas pelo IAPI.



Figura 118: vista parcial da fachada posterior em que se nota a presença de janelas em uma das caixas de escada.



Figura 119: esquadrias de diferentes proporções na fachada principal.



Figura 120: corredor de acesso às caixas de circulação vertical e aos vãos vedados do térreo.

há nenhum item originário da construção do conjunto.

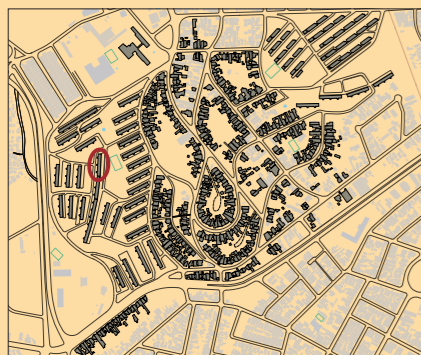
A presença de portas no corredor de acesso às caixas de escada e aos módulos do térreo (figura 120) indicam que, possivelmente, esses espaços

também não são usados apenas como garagens. Na fachada principal, nota-se que algumas das esquadrias foram trocadas por semelhantes às originais - mesma dimensão, grande área envidraçada e basculantes na parte superior.



## Tipologia HC

Localização



Edifício: **50**

Rua: **Princesa Maria Sofia**

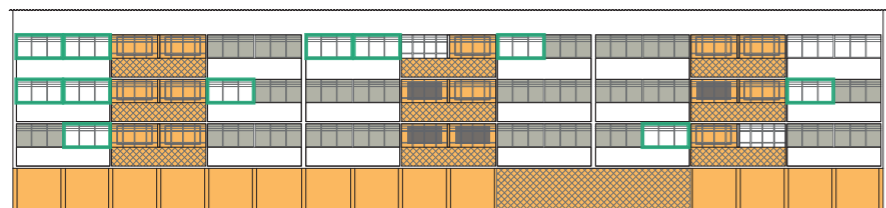
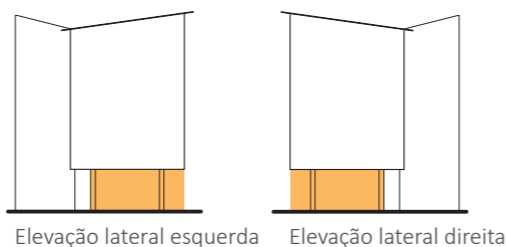
Cor predominante: **bege e cinza**

Escala dos desenhos



Legenda

- Esquadria trocada
- Esquadria original alterada ou trocada por uma de aparência semelhante
- Novas aberturas - janelas no plano da fachada
- Novas esquadrias - tamanho e aparência semelhantes as originais
- Fechamento de aberturas
- Substituição do elemento pré-moldado de iluminação da caixa de escada



Elevação frontal



Elevação posterior

### Sobre o edifício:

Com base em visualizações disponíveis no Google Street View, pode-se constatar que a alteração dos elementos de iluminação da caixa de escada do prédio 50 são recentes. Em 2011, os blocos de circulação vertical recebiam iluminação natural

por meio de um módulo reticulado de concreto presente em todos os pavimentos. A foto mais recente que evidencia essa mudança (figura 122) mostra também que esse bloco passou por recente manutenção, pois, além de alterados os elementos

## Imagens

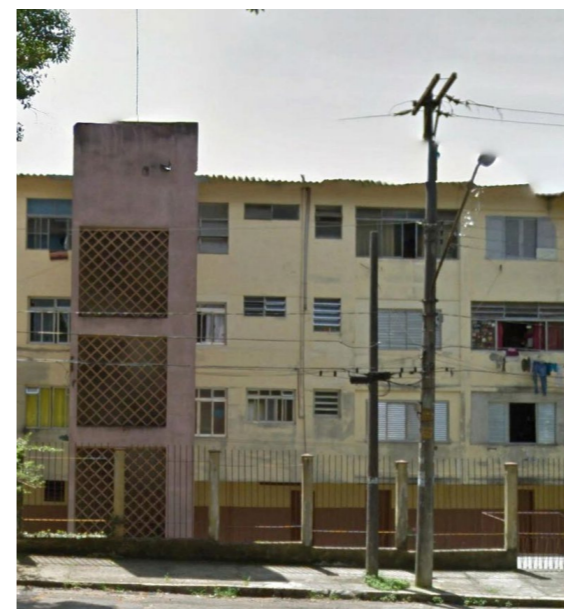


Figura 121: vista parcial da fachada posterior em 2011.



Figura 122: fachada posterior em 2017, com a presença de esquadrias na caixa de escada.



Figura 123: esquadrias originais presentes na fachada principal.



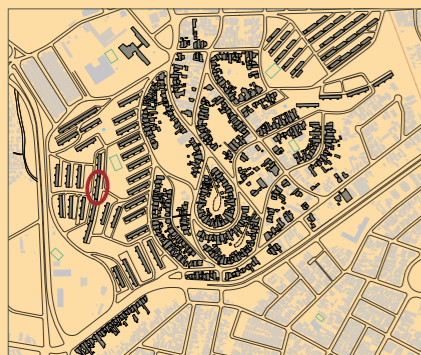
Figura 124: vista da fachada principal.

de iluminação das caixas de escada, a pintura das fachadas não está manchada ou desbotada. Na fachada principal é possível observar janelas basculantes originais do prédio. Na figura 124, nota-se que, embora a maioria das varandas

tenham sido fechadas para ampliação da sala de estar dos apartamentos, a opção por pintar esses espaços com cor diferente do restante do edifício mantém o ritmo original dos blocos do tipo HC quando construídos.

## Tipologia HC

Localização



Edifício: **54**

Rua: **Princesa Maria Sofia**

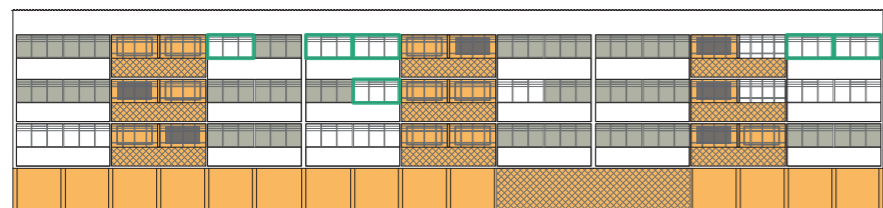
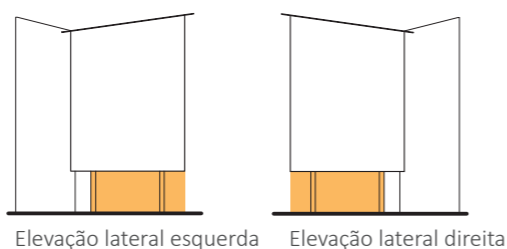
Cor predominante: **bege e marrom**

Escala dos desenhos



Legenda

- Esquadria trocada
- Esquadria original alterada ou trocada por uma de aparência semelhante
- Novas aberturas - janelas no plano da fachada
- Novas esquadrias - tamanho e aparência semelhantes as originais
- Fechamento de aberturas
- Substituição do elemento pré-moldado de iluminação da caixa de escada



Elevação frontal



Elevação posterior

### Sobre o edifício:

Entre os prédios do tipo HC analisado, o bloco 54 é o que mais apresentar esquadrias originais em suas fachadas principal e posterior.

Tal como o prédio 50, os elementos de iluminação das caixas de escada foram todos substituídos por

janelas. O térreo está inteiramente ocupado, mas não foi possível notar se há em algum dos módulos um uso diferente de garagens ou depósito.

Há um apartamento no segundo pavimento (figura 01 e 02) que manteve as esquadrias originais

## Imagens



Figura 125: presença de varandas e de esquadrias originais na fachada principal.



Figura 126: presença esquadrias originais na fachada posterior. Notar que todas as janelas do segundo pavimento são originais.



Figura 127: fachada principal marcada pela presença de janelas de diferentes tamanhos.



Figura 128: vista parcial da fachada posterior.

da construção em todas as aberturas. A condição de manutenção dessa unidade permite observar como eram as esquadrias originais da áreas sociais (porta de acesso há varanda com quatro folhas e 'bandeiras' de iluminação e ventilação na parte superior), das

áreas privadas (quartos com janelas compostas de três partes de vidro e elementos basculantes na parte superior) e das áreas de serviço (banheiro e cozinha e lavadeira com janelas basculantes de vidro cujas caixilharias são mínimas).

### 2.5.3. Áreas livres

Como pôde ser observado no projeto de implantação do Vila Guiomar exposto no Capítulo 1, o partido urbanístico do Conjunto teve como influência ideais provenientes da teoria sobre a configuração das cidades elaborada pelo inglês Ebenezer Howard<sup>21</sup> e conhecida como cidade-jardim. Tanto em Países europeus quanto em cidades americanas essa teoria serviu de base para a proposição de desenhos urbanos conhecidos como subúrbio-jardim e que apresentam como características marcantes “ruas sinuosas e arborizadas, a busca da integração entre edificações e áreas ajardinadas, [e] a variedade de casas (...)” (WOLFF, 2001: 28). A aproximação entre o morar e a natureza encontra presença também em projeto vinculados aos ideais do movimento moderno, caso das propostas apresentadas pelo arquiteto alemão Ernst May no II CIAM: (BOTAS, 2011; BRUNA,2010).

A formação na Enba, como apontado, estimulava que os estudantes conhecessem ideais arquitetônicos e urbanísticos em voga em outros locais (BOTAS, 2011). Bruna (2010) destaca que os técnicos dos IAPs também se encontravam pertinentes às discussões do moderno, das unidades de habitação e dos planos de conformação das cidades. Frente a isso, é notória a apropriação de Carlos Frederico Ferreira do ideal dos subúrbios-jardins na concepção do IAPI andrense.

A vasta presença de áreas livres e públicas foi um partido de projeto urbano muito claro proposto para o Conjunto Vila Guiomar. Como visto, durante o período em que os apartamentos foram alugados, o IAPI promoveu rigorosamente a manutenção e a conservação dessas áreas. Com a reformulação da previdência, coube ao novo instituto – INPS – administrar as áreas livres do Conjunto e as demais áreas pertencentes à gleba que foi inicialmente adquirida pelo IAPI, mas não utilizada para a implantação do Conjunto.

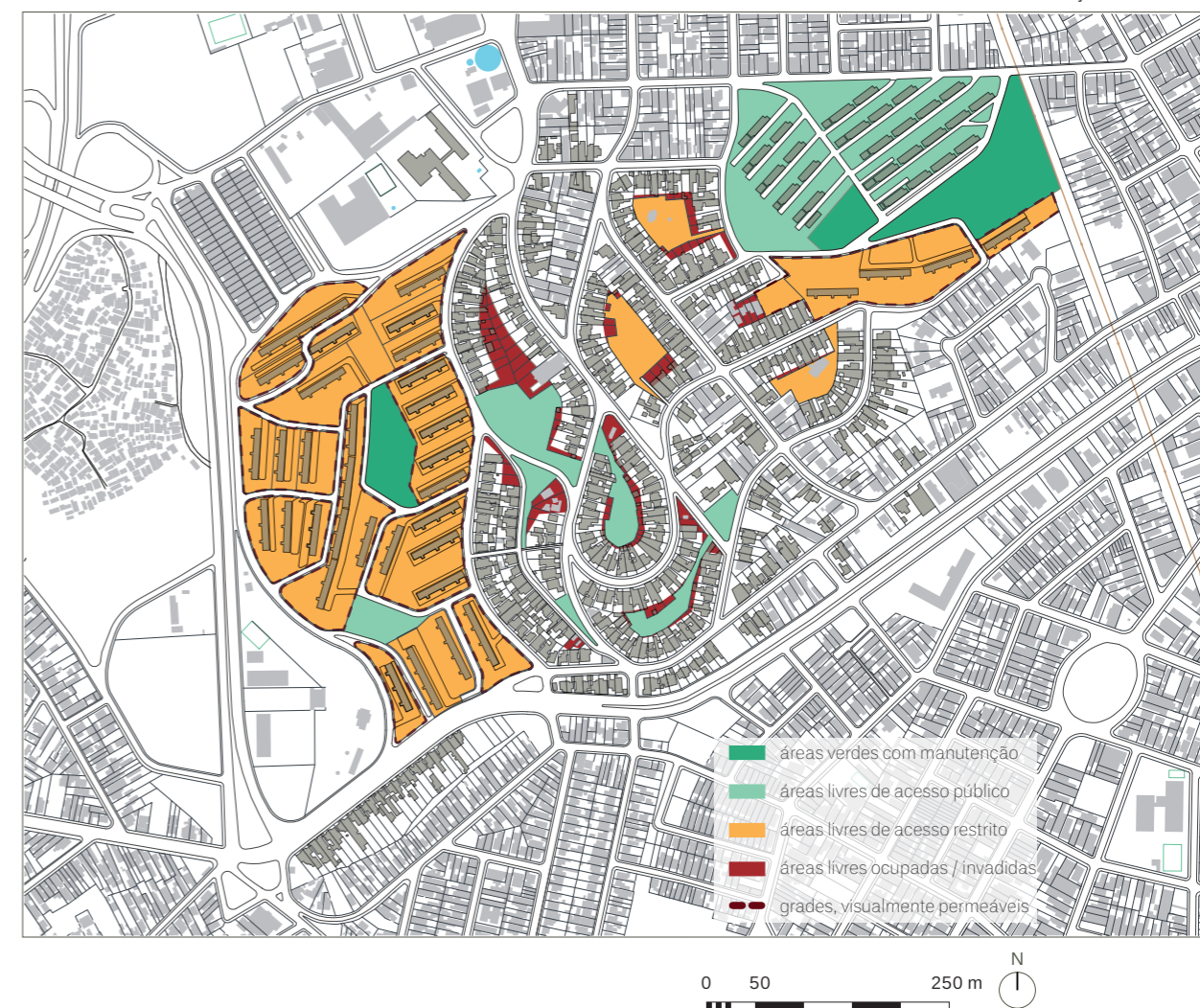
Com o abandono, pelo INPS, da gestão das áreas livres do entorno das construções, o que se viu foi a constante degradação espacial e a invasão por terceiros desses espaços. A ocupação das áreas livres gerou lotes que rompem, ou mesmo extinguem, o desenho das áreas livres disponíveis no interior das quadras. Nascimento (2011: 283) justifica tal apropriação no caso do Vila Guiomar como um resultado decorrente não apenas de seu abandono, como também “do mato alto, lixo e falta de tratamento”. Apenas o espaço livre disponível no interior da quadra delimitada pelas vias Ramos de Azevedo, Rodolfo Santiago e Rua dos Capuchinhos recebeu algum uso: implantação de um clube denominado Vila Alpina (MÉDICI, 1989; PEREIRA, 1992). Contudo não se obteve informações sobre quem foi o responsável pela implantação do clube,

<sup>21</sup> Sua obra “Tomorrow”, publicada em 1898, ficou mais conhecida pelo nome utilizado em sua reedição, “Garden Cities of Tomorrow” (1903). Nessa publicação, Howard parte dos problemas urbanos decorrentes do desenvolvimento industrial e do crescimento populacional para apresentar uma nova possibilidade de conformação urbana: cidade-jardim (“garden-city”). Para o autor, por meio de um desenho urbano adequado que aproximasse e relacionasse, em uma escala ideal, a cidade e o campo era possível solucionar os problemas presentes nas cidades industriais no final do século XIX (ANDRADE, 2003; OTTONI, 1996).

como era o acesso a ele ou como era a sua administração.

Com o intuito de identificar graficamente a situação atual dos originários espaços livres e públicos implantados no Conjunto Vila Guiomar, foi elaborado o mapeamento do tipo de ocupação presente em tais áreas. Como pode ser observado na figura abaixo, grande parte desses espaços possui acesso restrito, sendo que as parcelas adjacentes aos “prédios novos” são consideradas áreas condominiais que se encontram delimitadas por grades metálicas. Outra grande porção dos originários espaços livres e públicos ainda mantém essa condição, contudo, com base nas visitas realizadas ao longo desta pesquisa, foi perceptível que tais áreas não dispõem de manutenção periódica e configuram-se como pequenos vazios urbanos e subutilizados onde, muitas vezes, a presença do mato alto colabora para o acúmulo de lixo. Por fim, esse mapa evidencia o avanço de alguns lotes de casas sobre os espaços públicos disponíveis no interior das quadras.

129. Mapa do uso atual que recebem os espaços que eram livres e públicos no conjunto.



130. Praça localizada entre os condomínios dos "prédios novos".  
>>



132. Exemplo de área livre pública ociosa e, comumente, sem manutenção.  
<<



131. Área livre pública, localizada ao lado das tipologias J1-J2, utilizada pela comunidade como quadra.  
>>



133. Área livre e pública sem uso e delimitada por lotes.  
<<



134. Interior de uma das quadras ocupadas pela tipologia de quadra A2. Na imagem é possível observar que o acesso de muitos lotes também é feito por esse espaço.

>>



contam com manutenção periódica, sendo comum a presença de mato alto e acúmulo de lixo em espaços como os expostos nas Figuras 131 a 134.

A presença de vias extremamente arborizadas não é comum no Vila Guiomar, contudo constantemente o Conjunto é citado como um bairro em que o verde se faz presente em todos os espaços. Nas quadras ocupadas por unidades habitacionais térreas, muitas das árvores observadas localizam-se no interior dos lotes, algumas vezes nas fachadas da rua, constantemente nos fundos das casas e nos miolos das quadras, mas raramente nas calçadas. Nas áreas onde estão implantados os edifícios, a arborização é mais densa e evidente, pois não há muros que barram sua visualização. Com relação às quadras ocupadas por diferentes tipologias, Bonduki (2014: 192) afirma que “a exuberância das áreas verdes prevalece em ambos os setores, de modo a integrá-los em um resultado excepcional”.

Assim, ainda que as áreas livres que caracterizavam o IAPI andreense como um bairro-jardim tenham recebido diferentes tratamentos e usos ao longo dos anos, a presença de vegetação nos espaços livres gerais do Conjunto se mantém fortemente e ainda é uma identidade que marca e caracteriza esse espaço no município de Santo André.

135. Exemplo de área livre cujo acesso é controlado e sua delimitação é feita por grades.

>>



Nas imagens acima, são notáveis os diferentes modos pelos quais os espaços livres do Conjunto Vila Guiomar foram apropriados. Os espaços livres e públicos ociosos, com base no que pôde ser observado nas visitas realizadas ao Conjunto ao longo deste trabalho, nem sempre

## Capítulo 3

### O significado do Vila Guiomar no presente

#### 3.1. Distanciamento temporal: a história do Conjunto Vila Guiomar como parte da história de Santo André

Os anos 1990, quase 40 anos após o término da construção do IAPI andreense, podem ser entendidos como o momento em que tem início a percepção da importância da história do Conjunto e, posteriormente, de sua preservação. Data desse período grande parte das reportagens de jornal encontradas que noticiam algo sobre o Vila Guiomar. Além da questão relativa às escrituras dos prédios, nas matérias lidas é constante a presença de assuntos relativos à presença da vegetação que caracteriza o local, à conservação das áreas livres, à qualidade de vida, além de eventos festivos ocorridos na região e que contam com a presença dos moradores do Vila Guiomar<sup>1</sup>.

Com relação aos espaços livres, nas reportagens encontradas é mencionada a pressão dos moradores para que a Prefeitura administre e realize a manutenção das áreas verdes, cuidando da vegetação e garantindo a infraestrutura para playgrounds e quadras de futebol (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 1989). De acordo com o que argumenta Almeida (1992) sobre o papel da classe trabalhadora na formação e nas conquistas do município andreense, provavelmente a promulgação da Lei nº 6.782 (determinou quais áreas do Conjunto seriam consideradas públicas e reservadas aos usos institucionais e verde) e a manutenção dos espaços livres pela Prefeitura ao longo dos anos 1990 ocorreram em virtude da forte pressão da população residente no Vila Guiomar.

Desde a virada dos anos 1980 para 1990, foram encontradas algumas iniciativas, realizadas por distintos agentes sociais, que exemplificam esse ponto de inflexão na história do Conjunto que passou a ser visto como um objeto de interesse. Um olhar atento à história do Vila Guiomar permite observar sua intrínseca relação com o processo de formação e desenvolvimento do município de Santo André e, assim, ter dimensão do seu significado histórico para a cidade. Mais de 60 anos depois do fim da construção dos imóveis, a conservação do Vila Guiomar

<sup>1</sup> DIÁRIO DO GRANDE ABC. Escrituras começam a ser regularizadas. Diário do Grande ABC. s/l, 05 de outubro de 1982;

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Proprietários não conseguem escrituras. Diário do Grande ABC. s/l, 06 de abril de 1986;

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Grupo faz reurbanização de área. Diário do Grande ABC. s/l, 12 de fevereiro de 1989;

revela-se não apenas como um esforço de valorização e manutenção da memória do município, mas também como uma ação de reconhecimento do valor da memória industrial e operária intrínseca à formação de Santo André.

A seguir, de modo simplificado, serão apresentadas três dessas ações que marcam a mudança do modo como a cidade percebe o Conjunto Vila Guiomar.

### 3.1.1. Projeto Viva Cidade

A passagem dos anos 1980 para os 1990, momento da primeira gestão do prefeito andreense Celso Augusto Daniel<sup>2</sup>, foi marcada pela realização de uma extensa pesquisa sobre o município, realizada pela Coordenadoria de Planejamento da Prefeitura. As primeiras investigações realizadas utilizaram como base uma divisão da cidade por unidades de planejamento. Tais investigações eram denominadas “Subsídios históricos” e estavam incorporadas ao “Projeto Viva Cidade”, o qual tinha como objeto de trabalho fundamental o contato com a população para compreender a história e as demandas do município a partir do ponto de vista do morador (ZÁRATE, 2011). Três anos mais tarde, essa iniciativa se consolidou na forma do chamado *Caderno de Planejamento de Bairro: Vila Alpina e Vila Guiomar*, que tinha como objetivo “organizar as informações disponíveis, divulgar análises e propostas e, subsidiar os trabalhos das secretarias municipais” (PEREIRA, 1992).

Tais ações configuram-se como as primeiras atenções dadas, pelo poder público municipal, para a história do Vila Guiomar e de seu entorno. Os cadernos produzidos ainda são umas das principais fontes de referência sobre a história do bairro.

### 3.1.2. Intervenção no prédio 40

Entre 2006 e 2008, a partir da iniciativa de um morador dos edifícios da tipologia HC, Ademir Tadeu Morare, foi desenvolvido um projeto voltado à preservação do Conjunto. Iniciado por Ademir, o projeto contou com a participação do órgão de proteção ao patrimônio do município (Comdephaapasa) e de um grupo de alunos do curso de arquitetura da UniABC<sup>3</sup> orientados pela professora Cecília Machado (MEDICI, 2013a). O objeto de intervenção do intitulado projeto-piloto foi o próprio bloco de apartamentos onde Ademir morava: o prédio 40. Conforme reportagem da época, apesar das dificuldades para encontrar os mesmos materiais

<sup>2</sup> Seu primeiro mandato como prefeito do município de Santo André ocorreu entre 1989 e 1992. Posteriormente foi reeleito para o cargo entre 1997 e 2000 e para o seguinte mandato, comandando a Prefeitura entre 2001 e janeiro de 2002 quando foi assassinado.

<sup>3</sup> Na época Universidade do Grande ABC, foi incorporada ao grupo Anhanguera em 2011 e hoje recebe o nome de Universidade Anhanguera UniABC.

utilizados na construção dos edifícios, o restauro desse prédio foi realizado e acompanhado de perto pelo Comdephaapasa (MEDICI, 2013a). Além das informações obtidas em uma única reportagem do Jornal Diário do ABC, não foram encontradas documentações que detalhassem com maior profundidade tal ação.



136. Vista do Prédio 40 a partir da rua. <<

Apesar desse esforço relatado acima, a observação atual desse edifício não permite constatar um nível de preservação que manteve exponencialmente alguma das características analisadas no *Diagnóstico de alterações dos edifícios (Capítulo 2)*. Tal como os demais blocos do tipo HC, o prédio 40 apresenta fachadas cujas esquadrias foram majoritariamente alteradas e o antigo vão livre do térreo também se encontra ocupado por garagens/depósitos.

### 3.1.3. ZEIP Vila Guiomar

O Plano Diretor do município de Santo André foi instituído no fim de 2004 por meio da Lei nº 8.696. Nele se encontram definidas quatro zonas especiais de interesse que “exigem um tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo, sobrepondo-se ao zoneamento” (SANTO ANDRÉ, 2004: art. 59). Além das questões sociais, ambientais e comerciais, as *Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio - ZEIP* foram uma inovação na legislação andreense ao reconhecerem a presença de bens materiais de “relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio cultural do Município” (SANTO ANDRÉ, 2004: art. 71). Anteriormente, tal aspecto não era considerado pela política de planejamento do território do município.

Apesar desse reconhecimento com relação a delimitação de áreas da cidade que são

patrimônio municipal ocorrem no início de 2004, foi apenas em 2012, por meio da Lei nº 9.394, que o Conjunto Vila Guiomar passou a ser considerado uma ZEIP de Santo André. Os limites dessa zona abarcam quase todo o Conjunto construído pelo IAPI e algumas quadras adjacentes como pode ser visto na imagem abaixo. Conforme o Plano Diretor, o objetivo desse reconhecimento e marcação é preservar a paisagem cultural do local, que é formada tanto pelos bens materiais quanto pelos naturais (SANTO ANDRÉ, 2012).

Tal assunto esteve presente em reuniões do Comdephaapasa realizadas entre junho e outubro de 2014<sup>4</sup>. Conforme as atas, a solicitação de regulamentação da ZEIP Vila Guiomar teve início com a manifestação de preocupação, por parte de dois moradores do local, quanto a construção de novos empreendimentos que poderiam afetar a paisagem do bairro. A necessidade de estabelecer parâmetros reguladores dessa área esteve pauta em quatro reuniões do Conselho, que, em agosto de 2014, encaminhou um “ofício à Prefeitura de Santo André solicitando a regulamentação da ZEIP Vila Guiomar, conforme previsto na legislação municipal” (COMDEPHAAPASA, 2014).

Apesar desse esforço, a poligonal de demarcação da ZEIP Vila Guiomar continuou a ser uma delimitação legislativa, pois não foram estabelecidas diretrizes reguladoras quanto ao uso e ocupação da área.



<sup>4</sup> As atas disponíveis na internet referem-se a reuniões ocorridas em 10 de junho, 12 de agosto, 16 de setembro e 14 de outubro de 2014.

### 3.2. Leitura do território atual: o espaço físico

Atualmente, o Conjunto Vila Guiomar apresenta-se como um local estratégico dentro do município de Santo André. A poucos minutos da área central da cidade<sup>5</sup>, e com uma significativa proporção de área verde por morador (PEREIRA, 1992), o bairro cada vez mais é visto como uma localidade de grande valor e potencialidade na cidade. Segundo reportagem publicada em jornal local com relação à valorização e a preservação do Vila Guiomar, as expectativas que os moradores e os representantes do Comdephaapasa têm “é que todo o Conjunto operário seja valorizado, defendido, preservado” (MEDICI, 2013b).

Caminhar pelo Conjunto Vila Guiomar hoje é perceber a realização do encontro harmônico entre as qualidades ambientais do lugar (topografia e áreas verdes), os partidos arquitetônicos escolhidos e o ideal de cidade ali proposto. A pluralidade de tipologias construídas, setorizadas em quadras de formato orgânico, tem na abundante vegetação seu elemento de conexão. Como apontado no capítulo anterior, ainda que a presença de arborização das ruas não seja significativa, a presença do verde no interior das quadras e nos lotes permite a leitura desse espaço como um “pulmão verde” do município (PESSOLATO, 2007) localizado em meio a uma área com alto grau de urbanização.

Com base nas imagens coletadas pelo levantamento topográfico (feito em 1939) da gleba adquirida pelo IAPI, é perceptível a vasta vegetação que a *Fazenda Guiomar* possuía. Sem qualquer tipo de exploração agrícola, era a presença do bosque de eucaliptos, da mata e do pomar que garantiam à fazenda seu caráter de espaço com grande vegetação. Mesmo após a implantação do Conjunto Vila Guiomar, a presença do verde nos espaços livres se manteve e foi reforçada com o tratamento paisagístico das áreas entre as moradias implantadas pelo IAPI.

A ausência de uma sequência de fotos aéreas que permitam observar o desenvolvimento da ocupação do Conjunto ao longo da segunda metade do século XX impede também a leitura do grau de alteração da área com vegetação desse empreendimento desde o início de sua implantação. Entendendo as áreas verdes de um município como uma unidade pertencente ao Sistema de Espaços Livres (SEL)<sup>6</sup>, a análise das modificações ocorridas nesse sistema pode indicar elementos que contribuíram para a modificação da vegetação no IAPI Vila Guiomar.

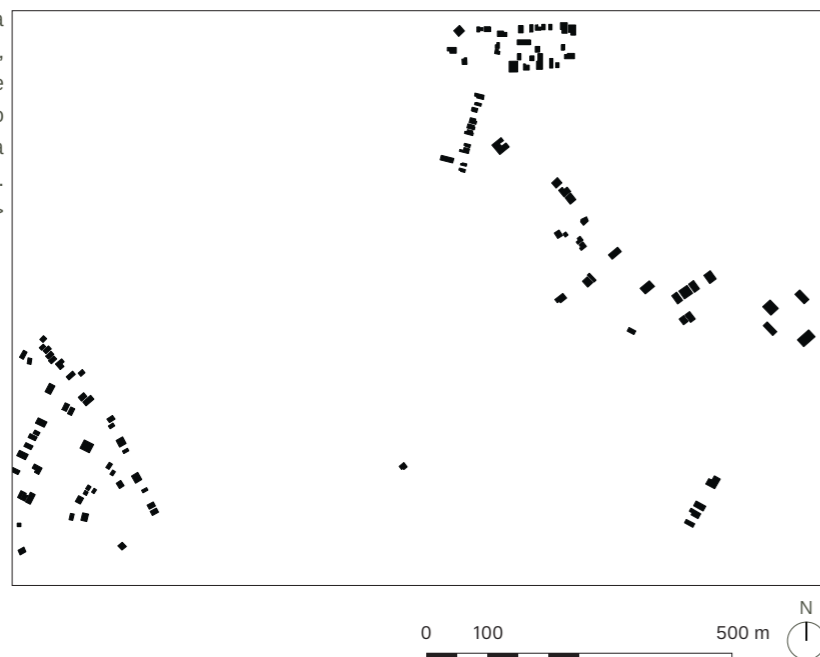
<sup>5</sup> Além de estar inserido na área onde surgiram as primeiras ocupações do município (Bairro da Estação), o Conjunto fica próximo ao centro da cidade de Santo André, onde estão localizados o Paço Municipal e a estação de trens que conectam o município ao restante da região metropolitana.

<sup>6</sup> De modo geral, os espaços livres podem ser definidos como as áreas, públicas e privadas, da cidade onde não há edificações (MAGNOLI, 1982; apud BENFATTI, QUEIROGA, 2007), e o sistema de espaços livres (SEL) como o conjunto desses espaços (livres) independentemente de seu grau de urbanização (BENFATTI, QUEIROGA, 2007). Assim, pode-se entender que as áreas verdes de uma cidade são a parcela do espaço livre dotado de vegetação.



Ao observar as plantas figura-fundo<sup>7</sup> da área de implantação do Conjunto em anos distintos (1930, 1954 e 1990) é possível entender qual foi o impacto da construção do Vila Guiomar na área livre da antiga *Fazenda Guiomar*, assim como o grau de alteração do SEL dessa região até os anos 1990.

138. Planta figura fundo, de 1939, da área onde foi construído o Conjunto Vila Guiomar. >>



139. Planta figura fundo, de 1954, da área onde foi construído o Conjunto Vila Guiomar. >>



<sup>7</sup> Também conhecidas como plantas negativas ou planta de cheios e vazios, são um modo de representar a relação entre os volumes construídos e os espaços livres de edificações.

140. Planta figura-fundo, de 1990, da área onde foi construído o Conjunto Vila Guiomar. <<



Nas plantas figura-fundo, é notável a expressiva ocupação causada pela implantação do Conjunto Vila Guiomar em uma grande área anteriormente livre de edificações. Apesar disso, com relação às ocupações existentes no entorno do Conjunto em 1954, de certo modo as quadras ocupadas por casas e prédios do IAPI andreense mantiveram o espaço de seus interiores livres de novas construções. Nos lotes vendidos a terceiros anteriormente à compra desse terreno pelo Instituto dos Industriários, podem-se perceber algumas ocupações além da edificação principal do lote. Ainda que não se possa afirmar que todos os espaços livres dessas quadras dispunham de vegetação em 1954, não há como negar que o avanço das construções de terceiros, de modo a ocupar mais os lotes, inicia a apropriação do SEL da área onde o Conjunto se insere, diminuindo sua extensão.

O intervalo temporal entre meados da década de 1950 e o início dos anos 1990, como visto no *Capítulo 2*, é marcado pelo processo de venda das unidades habitacionais que compõem o IAPI Vila Guiomar, pelo início do processo de alteração das edificações ali inseridas e pela descaracterização do partido projetual concebido de acordo com o ideal do subúrbio-jardim.

Na planta negativa de 1990, pode-se observar a diminuição considerável das áreas livres comuns e públicas no interior dos quarteirões ocupados pelas unidades habitacionais térreas do IAPI andreense. Além do avanço das construções em direção ao miolo das quadras, nota-se também a expansão dessas edificações para os limites laterais dos lotes. Assim, apesar de ainda existente, os espaços livres do interior das quadras não dispõem mais de múltiplas conexões

com os demais fragmentos do SEL tal como ocorria anteriormente. Nas áreas ocupadas pelos edifícios, essa apropriação quase não ocorreu<sup>8</sup> e a área relativa ao SEL se manteve semelhante a 1954, indicando ser, possivelmente, essa a localização das áreas verdes tão noticiadas nas reportagens de jornal encontradas desse período.

No geral, as imagens expostas ilustram o processo de urbanização da área do Conjunto Vila Guiomar e de seu entorno ao longo da segunda metade do século XX. Devido ao expressivo número de moradias implantadas, a construção desse empreendimento modificou fortemente a ocupação dessa área, considerando o período anterior ao início de sua implantação (1939) e os anos logo após o término das construções (1954). A área construída observada em 1990 evidencia um acelerado processo de alteração da morfologia urbana dessa região, onde se nota o aumento da ocupação da área e, conseqüentemente, a diminuição do sistema de espaços livres.

Infelizmente, leituras mais atuais de como se deu a mudança do tecido urbano dessa região nos últimos 25 anos não puderam ser realizadas em virtude da falta de fontes que permitissem a elaboração de outra planta negativa. Ainda assim, recentes estudos, pautados na compreensão da morfologia do sistema de espaços livres podem apontar elementos elucidativos que auxiliem na compreensão de aspectos atuais e característicos do Vila Guiomar.

Há mais de dez anos, o Laboratório QUAPÁ<sup>9</sup> debruça-se sobre os sistemas de espaços livres das cidades brasileiras. Já foram mapeadas e analisadas dezenas de cidades, estando o município andreense entre elas. Assim, em um estudo recente elaborado pelo QUAPÁ, entre dezembro de 2015 e junho de 2016, sobre o SEL de Santo André, é possível observar algumas características recentes dos espaços livres do Vila Guiomar de modo a compreender aspectos morfológicos atuais do Conjunto e de seu entorno.

Com relação aos espaços livres disponíveis no interior das quadras, apenas dois quarteirões que são ocupados por casas; a sequência de lotes adjacentes à Rua da Catequese e a área do entorno dos “prédios velhos” apresentam um percentual significativo de espaços sem edificações. O interessante de observar nesse mapa é tal situação com relação ao entorno imediato do perímetro do IAPI Vila Guiomar. As quadras adjacentes aos limites do Conjunto que apresentam taxa de espaço livre superior a 30% não são ocupadas por habitações, e sim por instituições (públicas e privadas), praças e parques. Essa percepção corrobora o entendimento desse Conjunto como um local único na região, cujo tamanho das áreas livres do interior de suas quadras não é perceptível nos bairros do entorno.

<sup>8</sup> No caso dos “prédios velhos”, foram construídos anexos adjacentes a muitos dos blocos.

<sup>9</sup> Laboratório de pesquisa vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), o QUAPÁ foi criado em 1994 com o objetivo de estudar o paisagismo brasileiro.



141. Espaços livres intraquadras. <<



142. Arborização intraquadras. <<

Se o levantamento dos espaços livres intraquadra nos informa apenas a existência de alguns quarteirões do Conjunto Vila Guiomar com percentual de áreas sem edificações superior a 30%, o levantamento realizado sobre a taxa de arborização destaca esse empreendimento na tessitura urbana. Como pode ser visto na Figura acima, as quadras do IAPI andreense são ocupadas majoritariamente por uma quantidade de árvores significativamente maior do que a encontrada no restante do município.

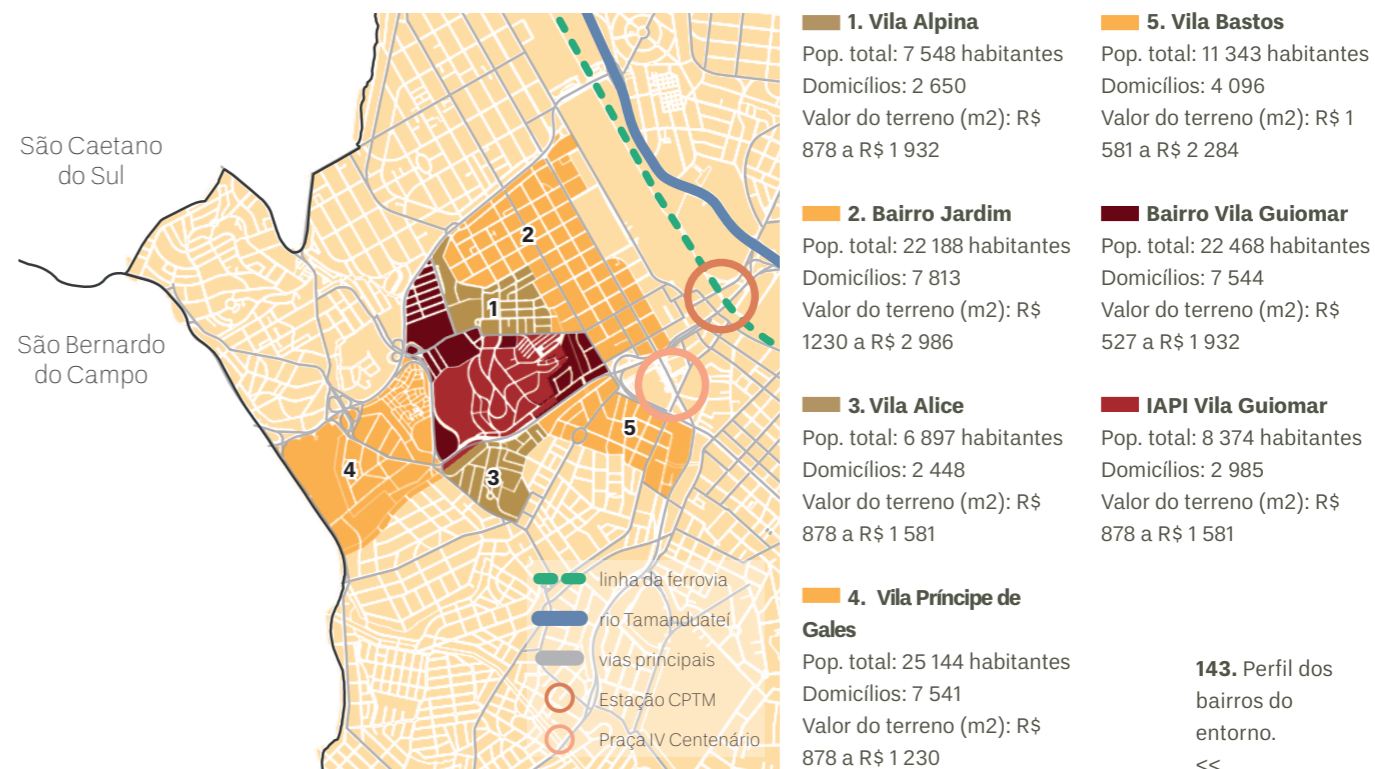
Na parcela da cidade observada na imagem acima, é possível notar alguns bairros cujas taxas de arborização (11-30%) são maiores que aquela verificada em grande parte de Santo André (0-10%). Contudo, é apenas o Vila Guiomar que possui maior área de quadras cuja taxa de arborização é superior a 30%.

Como salientado no *Capítulo 2*, com base nas visitas realizadas ao Conjunto pôde-se perceber que as vias públicas não dispõem de muitas árvores, mas a presença visual da vegetação é constante ao pedestre que transita por essa região. As experiências de visita ao Conjunto e as figuras apresentadas acima reforçam a ideia de que, apesar do aumento da taxa de ocupação do solo observado na planta negativa de 1990, o Conjunto Vila Guiomar manteve uma alta taxa de cobertura vegetal em seu território mesmo estando totalmente cercado por densa ocupação urbana.

A leitura apresentada do espaço físico onde está inserido o IAPI Vila Guiomar contribui para a compreensão de aspectos morfológicos desse espaço hoje. No entanto, há que se considerar que tais características não se formaram naturalmente, e sim a partir das dinâmicas, demandas e ações da parcela da sociedade que age nesse local por meio da moradia, do trabalho, dos percursos pela cidade, das atividades de lazer, do consumo, do estudo, etc. Considerando também que os limites territoriais não são, nesse caso, uma barreira às interações sociais e aos afazeres da população, para uma melhor compreensão desse Conjunto operário no presente, faz-se necessário entender, minimamente, quem são as pessoas que ocupam o Vila Guiomar e o seu entorno, ou seja, quais características básicas tem a população desse local e de seu entorno.

O IAPI Vila Guiomar é circundado por bairros de diferentes composições. O próprio bairro onde ele se insere, também denominado Vila Guiomar, apresenta um custo da terra superior ao das quadras onde está implantado o Conjunto. No geral, a taxa de ocupação de todos esses bairros não chega a atingir o valor de três pessoas por domicílios, com exceção da Vila Príncipe de Gales – em que se localiza a Favela Tamarutaca –, onde o número de pessoas por habitação corresponde ao valor de 3,33.

Com relação ao custo da terra, nota-se que o Conjunto se encontra rodeado por áreas de preços muitos distintos. O Bairro Jardim, mais próximo à linha férrea, apresenta os terrenos mais caros, podendo o metro quadrado atingir R\$ 2.986,00. No extremo desse valor e adjacente ao IAPI Vila Guiomar pelo lado oposto ao Bairro Jardim, a Vila Príncipe de Gales possui as terras mais baratas desse entorno. Além da presença da Favela Tamarutaca, uma justificativa para tal desvalorização advém do fato de que esse bairro é cortado por vias rápidas e metropolitanas, ou



seja, que conectam Santo André com outros municípios.

Com os dados apresentados, não se pretende estabelecer que o conhecimento da população que ocupa o Conjunto Vila Guiomar foi superado. A intenção da breve análise exposta acima é ser um pequeno e inicial passo em direção à compreensão do perfil dos agentes sociais que ocupam e estão presentes no cotidiano desse lugar. A próxima etapa do trabalho tem como objetivo continuar essa caminhada, de modo a conhecer esse local não por meio de mapas, mas sim estabelecendo um diálogo com os moradores.

Até aqui, pôde-se perceber a importância do IAPI Vila Guiomar como um local de habitação operária da região do ABC e como um elemento pertinente à história da produção social de habitação no Brasil e à formação da cidade de Santo André. Percebeu-se também que a opção projetual de Carlos Frederico Ferreira cunhou uma arquitetura e um urbanismo peculiares em parte do território andreense, que até hoje tem a presença da vegetação como um elemento característico. O Vila Guiomar possui valores, sejam eles urbanísticos, paisagístico ou arquitetônicos: são valores relacionados a sua materialidade e passíveis de serem atribuídos por um indivíduo que não compartilha do cotidiano do Conjunto, mas que compreende seu significado e sua importância enquanto local ocupado por moradias operárias no ABC há mais de 65 anos.

Assim, a etapa seguinte do trabalho se desdobrará no sentido de entender, com maior profundidade, quem são os habitantes do Vila Guiomar hoje e quais valores eles atribuem a esse espaço.

**PARTE II**

**ESSÊN**CIA

# Capítulo 4

## Aproximação com os sujeitos sociais: justificativas e procedimentos

### 4.1. O porquê estabelecer um diálogo com os moradores

Como já apontado, o objetivo dessa etapa do trabalho é entender quem são as pessoas que vivem no IAPI Vila Guiomar hoje. O que se pretende a partir disso é conhecer o que os moradores pensam com relação ao local onde vivem, ou seja, quais narrativas eles contam sobre o espaço que habitam.

Aproximar-se dos sujeitos sociais que ocupam o Vila Guiomar apresenta-se como um passo desafiador de ampliar a leitura desse território para além dos dados históricos e técnicos expostos na *Parte I*. Pluralizar a compreensão desse espaço é reconhecê-lo como um local ocupado por sujeitos sociais que elaboram e se apoderam de sentidos e valores que estão referenciados no ambiente onde vivem (FONSECA, 2000). Ou seja, é admitir a existência de uma relação própria e específica entre morador e local de moradia que é tecida na vida cotidiana e, que pode ser, comum de modo a configurar grupos de pessoas que compartilham os mesmos sentidos e valores.

Há características naturais e construções materiais, como o relevo irregular e as edificações construídas pelo IAPI nos anos 1940 e 1950, que podem ser percebidas a partir de um trabalho técnico. Contudo, há uma série de modos como os habitantes usam, valoram, ocupam, constroem e produzem o espaço que não se pode conhecer sem que isso seja indicado por eles. Enquanto parcela da sociedade que habita o conjunto e a partir de ações decorrentes do cotidiano das relações sociais, os moradores são os agentes que atribuem valores a esse local e os únicos capazes de perceber e de comunicar suas relações com o lugar onde vivem (FONSECA, 2000; MENESES, 1996 apud SCIFONI, 2011). São essas relações que configuraram e ainda conformam o ambiente do IAPI andrense tal como se observa.

Apreendida a importância da população residente na construção do que se constitui o Vila Guiomar no presente, é oportuno ressaltar que tal aproximação não deve ser encarada como um processo de escuta que busca recolher material para posterior análise e, talvez, uso ou consideração. As perspectivas e significados que os habitantes do conjunto têm com esse ambiente devem ser conhecidas por meio de um “*processo dialógico e democrático (...) que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa*” (TOLENTINO, 2016: 40). Esse cenário de diálogo, além de fundamental para uma assimilação ampla do objeto de estudo

deste trabalho, proporciona uma situação de troca enriquecedora relativa ao processo cultural<sup>1</sup> daquele território:

“para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão (...); e para a comunidade, esse contato pode significar a oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada” (FONSECA, 2000: 19).

Estabelecer uma conversa com as pessoas que habitam o Vila Guiomar é reconhecer, olhar, acercar-se e valorizar suas presenças e existências nesse lugar. Os moradores, a partir das relações que estabeleceram e ainda estabelecem com o conjunto, tem muito a contar. O processo de identificação de um bem, ou de um lugar - como está sendo tratando o IAPI Vila Guiomar até este momento -, deve ser uma construção compartilhada de modo que, ao final, reflita aquilo com o que se identifica a parcela da população que ali vive (SCIFONI, 2011).

O caminho para o qual este trabalho se direciona agora será traçado tendo como objetivo final a elaboração de interpretações e apreensões do IAPI Vila Guiomar por agentes externos e internos, pois, conforme Nascimento (2017: 04) ressalta,

“É no encontro dos necessários e aprofundados saberes técnicos (de fora do âmbito local) com as experiências e valorações locais que pode construir novos sólidos laços que os possibilitem, se assim se concluir, que os conjuntos residenciais permaneçam às gerações futuras.”

## 4.2. Meios de aproximação

Entendido como fundamental dialogar com as pessoas que habitam o conjunto, a questão que se coloca agora é: como se aproximar dos moradores e extrair suas narrativas sobre o espaço onde vivem?

O modo como o patrimônio cultural brasileiro foi assimilado e declarado até a década de 1970, evidenciou um distanciamento entre órgãos de preservação e sociedade que ficou refletido na situação de não identificação, de parte, da população brasileira com o patrimônio cultural, até então, tombado (SCIFONI, 2011). A Constituição de 1988, por meio de artigo 216, inaugurou,

<sup>1</sup> Entendido aqui tal como Fonseca (2000: 14) o define: “maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes”.

legislativamente, uma nova percepção na qual o patrimônio da nação deve ser constituído pelos valores culturais formulados e designados pela sociedade (MENESES, 2012 apud PIRES, 2017).

Há mais de 30 anos avança-se e exercita-se à compreensão dos sujeitos sociais nos procedimentos de identificação e estudo de bens e lugares potencialmente significativos para a memória social<sup>2</sup>. Contudo, nesse período, a educação patrimonial nem sempre foi utilizada como elemento chave para uma construção coletiva de sentidos e significados de bens e lugares. Assim, a potencialidade de um exercício enriquecedor para construção “*de laços e valores (...), que significam e dão novos sentidos aos objetos materiais*” (NASCIMENTO, 2017: 04) nem sempre foi explorada e o que se chamou de educação patrimonial ocorreu, muitas vezes, no fim desses processos como uma ação meramente educativa e/ou pautada na ideia de divulgação dos feitos institucionais (NASCIMENTO, SCIFONI, 2015; SCIFONI, 2011).

Quando encarada como suporte para a criação da relação entre órgão de preservação e comunidade, a educação patrimonial proporcionou o desenvolvimento de trabalhos que buscaram no contato com a sociedade o estabelecimento e a tradução de valores culturais socialmente atribuídos. Permeando por diversas escalas e objetivos, as produções que serão analisadas foram consideradas como estudos de casos referenciais sobre modos possíveis de se aproximar e interagir com grupos sociais pertinentes a um determinado bem ou lugar.

As breves considerações expostas a seguir referem-se a trabalhos recentes (século XXI) que, por meio de procedimentos distintos, cunharam modos possíveis de agentes externos e comunidades dialogarem em torno de um objetivo comum: elucidar as relações existentes entre sujeitos e os objetos materiais com os quais se relacionam.

### 4.2.1. O tombamento federal de Iguape

Inserido dentro do projeto *Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural no Vale do Ribeira*<sup>3</sup>, o processo de patrimonialização do Centro Histórico de Iguape (SP) foi elaborado adotando a educação patrimonial como um elemento essencial. Uma das atividades desenvolvidas que buscou a interlocução com a população para a construção coletiva do patrimônio municipal foi a *Oficina do Mapa do Patrimônio de Iguape*.

Calculada na ideia de paisagem cultural e desenvolvida metodologicamente com base na

<sup>2</sup> Conforme Chauí (2006 apud SCIFONI, 2011: 26), o que se lembra e o que se esquece não são uma escolha aleatória, mas sim algo que a sociedade produz. Assim, a memória social, oposta à história oficial, “é constituída localmente no seio de grupos sociais não hegemônicos”.

<sup>3</sup> Desenvolvido pela Superintendência Regional do Iphan de São Paulo entre 2007 e 2009.

cartografia social<sup>4</sup>, a oficina do Mapa do Patrimônio “pretendeu constituir-se como um dos elementos e estratégias de complementação de pesquisa sobre o patrimônio cultural de Iguape” (PEABIRU-TCA/IPHAN, 2008).

Em 5 de dezembro de 2008, ocorreram duas sessões da oficina – vespertina e noturna – realizadas pela Peabiru-TCA<sup>5</sup>, com apoio da Secretaria de Cultura do município e com a participação do Iphan. O perfil dos moradores presentes foi diversificado entre professores, técnicos da prefeitura, agentes de cultura que atuam na cidade e adolescentes do Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Iguape. A primeira sessão contou com vinte moradores e a oficina noturna ocorreu com doze pessoas, sendo que em ambas os técnicos municipais estiveram presentes (PEABIRU-TCA/IPHAN, 2008).

Nas duas oficinas, os participantes foram divididos em grupos compostos por, cerca de, seis pessoas que deveriam indicar no mapa de Iguape os lugares representativos de suas histórias. O objetivo final era a elaboração de um mapa único que sinalizasse os bens culturais a serem protegidos. Os mapas produzidos apontaram mais de quarenta bens de natureza material e imaterial apreendidos pelos participantes como importantes e representativos da história e de cultura da população de Iguape. Os bens identificados não se limitaram aos já reconhecidos como patrimônio pelo Condephaat e, assim, também foram assinalados como de interesse outras edificações e lugares inseridos dentro e fora da área urbana de Iguape (PEABIRU-TCA/IPHAN, 2008).

Ainda que a participação dos moradores não tenha sido massiva, ela foi vista como muito significativa pois os participantes eram pessoas ligadas às questões culturais e patrimoniais de Iguape. A efetiva construção conjunta de bens relevantes para a memória coletiva de Iguape se apresenta como um ponto importante do trabalho, pois o processo de escuta da sociedade foi tomado como um instrumento de decisão e os bens apontados pelos moradores foram, de fato, incluídos na poligonal de tombamento elaborada pelo Iphan (NASCIMENTO, SCIFONI, 2015).

#### 4.2.2. Ações educativas em Ouro Preto

Entre 2008 e 2010, o Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto (MG) desenvolveu algumas atividades com o objetivo de melhorar a relação entre os cidadãos e o órgão de preservação e de romper com a ideia de que a cidade é constituída apenas por sua área tombada. Assim, o Projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, a partir da realização de roteiros

<sup>4</sup> “(...) estratégias de mapeamento participativo com foco na identificação, por parte dos moradores locais, do que deveria ser objeto de inclusão na proposta de tombamento, ou seja, um processo de escuta como instrumento de decisão” (NASCIMENTO, SCIFONI, 2015).

<sup>5</sup> Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais é uma ONG conhecida por realizar assessoria técnica, mas também desenvolve trabalhos de pesquisa.

sensoriais pelo centro histórico de Ouro Preto, pretendia que

“fossem aguçadas a consciência temporal e espacial e abertos os baús da memória afetiva, transformando espaços indiferenciados em lugares identitários, ampliando a percepção de ambiências diferenciadas e tecendo valores necessários à preservação do patrimônio cultural local”(FERNANDES, 2014: 120).

Em 2010, quando esse projeto foi reelaborado compreendendo-se a pluralidade do uso da educação patrimonial como ferramenta de aproximação com a sociedade, formulou-se um programa<sup>6</sup> com quatro frentes de ações: Roteiros Sensoriais; Circuito Expositivo Casa do Patrimônio de Ouro Preto; Projeto “Eu também sou patrimônio”; Base Criativa - Laboratório Patrimônio. Algumas dessas atividades foram pensadas para se desenvolverem dentro do ambiente escolar com alunos de diversas faixas etárias.

O Projeto “*Eu também sou patrimônio*” começou a ser desenvolvido devido à solicitação da Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Juventina Drummond - localizada no bairro Morro Santana - que participou de um roteiro sensorial e desejou a continuidade dessa atividade com seus alunos. O intuito do projeto era usar referências culturais identificadas nos bairros e distritos do município para estabelecer uma relação de identidade entre a cidade de Ouro Preto e seus moradores. Na ocorrência da primeira reunião com a comunidade escolar para ouvir o que eles esperavam do projeto, a declaração do sentimento de vergonha por moradores com relação ao local onde moravam<sup>7</sup> redirecionou o modo como o projeto foi desenvolvido.

Baseando-se na ideia de Morin (2006 apud FERNANDES, 2014) de que o todo é formado por partes singulares entre si, entre junho e setembro de 2010, o Escritório Técnico de Ouro Preto realizou oficinas contínuas para estruturar um roteiro sensorial no Morro Santana de modo a ressaltar as particularidades desse local como positivas e pertinentes ao município ouro-pretano.

Contando com a participação de vinte e oito professoras e quinze alunos, a *Oficina de Roteiros Sensoriais* buscou revelar referências que traduzissem a relação dos moradores com o espaço urbano do Morro Santana. A partir das respostas de três perguntas<sup>8</sup> feitas ao grupo da oficina, identificou-se várias referências culturais próprias do bairro e imperceptíveis para o não-morador (FERNANDES, 2014). As informações construídas e expostas na oficina, serviram de

<sup>6</sup> Manteve-se a denominação anterior substituindo-se apenas a palavra projeto por programa: Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania.

<sup>7</sup> Habitando o local conhecido como Morro Santana – bairro originado a partir de ocupação irregular –, a comunidade escolar explicou que a vergonha que sentiam provinha das situações de discriminação pelas quais passavam quando revelavam seus endereços em entrevistas de emprego ou mesmo em inscrições de vestibulares e concursos (FERNANDES, 2014).

<sup>8</sup> Quando penso no Morro Santana, penso em quê?; Qual imagem, som, comida, cheiro, lugar, pessoa, vem à sua cabeça?; Que emoções e lembranças desencadeiam em cada um de nós?

base para que o grupo elaborasse o *Roteiro Sensorial do Morro Santana* de modo a apresentar e divulgar as referências culturais desse local evidenciando a Ouro Preto cultural para além dos monumentos tombados.

### 4.2.3. Ambiências no entorno da Casa de Portinari

Tendo como objeto de estudo a Casa de Portinari em Brodowski (SP), Mariana Nito (2015) discute a compreensão das ambiências do entorno de um bem cultural como elemento potencial para a preservação do patrimônio cultural. Para conhecer as ambiências do entorno da Casa de Portinari e as percepções das pessoas que vivenciam aquele espaço, a autora identifica, instrumentaliza e aplica algumas atividades para propor situações de diálogo e reflexão a diversos agentes sociais relacionados ao bem e seu entorno.

Utilizando instrumentos e metodologias de diversas disciplinas, Nito (2015) elaborou duas propostas de oficinas (oficina 1 e oficina 2) que foram aplicadas a grupos de diferentes perfis entre maio e julho de 2015, momento em que foi realizada a pesquisa de campo. Apropriando-se em conjunto das técnicas *grupo focal*<sup>9</sup>, *world café*<sup>10</sup>, *TEDtalks*<sup>11</sup> e diversas abordagens de *desenho*<sup>12</sup>, as atividades desenvolvidas criaram situações que exploravam as percepções dos participantes das diversas formas de vivência na cidade de Brodowski, com foco a compreender as ambiências do entorno do bem estudado.

A primeira oficina teve como proposta criar um espaço de construção e experimentação coletiva entre os órgãos públicos que atuam na cidade e assim contou com representantes da Superintendência do Iphan em São Paulo, do Museu Casa de Portinari, da organização social de cultura ACAM<sup>13</sup> Portinari e da Prefeitura Municipal de Brodowski. A partir de espaços

<sup>9</sup> “A técnica implica em criar uma situação de conversação, não criando ou estimulando debates, conflitos, resolução/contribuição de determinado assunto e nem convencendo pessoas de determinada questão. A conversa é criada por meio de um roteiro a ser seguido pelo mediador que conduz o ritmo da conversa, direcionando as falas e buscando que todos os envolvidos participem por meio de uma interação discursiva.” (NITO, 2015: 190).

<sup>10</sup> Com os participantes divididos em grupos pequenos, essa técnica tem “o objetivo de potencializar a troca de ideias por meio de conversas, fazendo com que a partir da perspectiva individual se crie um entendimento coletivo.” (NITO, 2015: 190).

<sup>11</sup> Foi utilizada como complementar ao World Café, foi apropriada no trabalho da autora como um modelo de apresentações curtas e rápidas que apresentassem o trabalho desenvolvido na cidade de Brodowski pelos participantes da oficina.

<sup>12</sup> A autora produziu um caderno com seus próprios desenhos de observação da cidade de Brodowski como uma ferramenta de conhecimento do lugar, e propôs em todas as oficinas a realização de desenhos de memória de modo a permitir a “livre expressão dos participantes de suas percepções” (NITO 2015: 193).

<sup>13</sup> Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari.

de conversas e de dinâmicas, a oficina 1 proporcionou que os participantes dialogassem, escrevessem e desenhasssem sobre diversos assuntos pertinentes ao tema do trabalho como: suas percepções e apreensões da cidade; temas relacionados a patrimônio, história e planejamento urbano do município; a Casa de Portinari e sua relação com a cidade; e sobre a oficina em si. Como resultado a autora apresenta não apenas as conclusões dos participantes, mas também uma rica sequência de desenhos e diagramas elaborados ao longo da atividade.

A oficina 2 foi realizada três vezes, mas com pessoas de perfis diferentes: 1º – crianças de seis a nove anos que estivessem participando do programa *Férias no Museu* no dia da oficina; 2º – artistas, artesãos e educadores; 3º – sociedade civil. Dividida em três momentos e organizada a partir de grupos compostos de quatro a nove pessoas, a oficina tinha início com a conversa entre os participantes a partir da pergunta: *O que é Brodowski para você?*. O segundo momento era pautado no uso da técnica de *desenho de memória*, onde os participantes eram convidados a conversar e representar aquilo que consideravam mais característico na cidade. Por fim, era proposta uma conversa final e conjunta na qual, ao observar os desenhos produzidos, as pessoas poderiam se expressar verbalmente sobre a atividade.

Em todos os grupos abordados a proposta da oficina 2 sofreu alguma particularidade e/ou adaptação. Contudo, as atividades da oficina 2 construíram diálogos e produziram representações gráficas (desenhos e escritas) capazes de elucidar percepções sociais da(s) ambiência(s) do entorno da Casa de Portinari.

### 4.2.4. Valores culturais em São Pedro de Itabapoana

Buscando compreender como o Iphan poderia contribuir para o reconhecimento do distrito de São Pedro de Itabapoana (ES) enquanto patrimônio nacional, Pires (2017) desenvolveu um trabalho de investigação sobre os valores culturais que são atribuídos ao local pelos grupos sociais que permeiam por aquele espaço. Tomando como base o reconhecimento de que é a sociedade quem atribui valores culturais aos bens e lugares e, portanto, ela é um agente fundamental nos processos de identificação e de estudo de tais objetos, a autora estabeleceu o contato com os grupos sociais de São Pedro de Itabapoana como um procedimento chave ao desenvolvimento do trabalho.

Com o intuito de conhecer o espaço em estudo a partir do ponto de vista da população local, Pires (2017) dispôs de entrevistas com os moradores e de oficinas com a comunidade como ferramentas potenciais de aproximação e diálogo.

As entrevistas, realizadas entre junho e julho de 2016, foram planejadas e consideradas como um meio de coletar informações e iniciar uma aproximação com a comunidade. Realizadas de modo individual e com base em um questionário pré-estabelecido, o perfil solicitado determinou que os entrevistados fossem adultos e proprietários de imóvel em São Pedro de



Itabapoana. Ao todo foram entrevistados 36 moradores de diferentes idades, setores sociais e condições econômicas o que possibilitou entender quem são os sujeitos sociais que ocupam o distrito atualmente, o que eles pensam com relação ao tombamento estadual e às atividades turísticas e como eles se relacionam entre si e com o local.

Estabelecido o contato inicial, Pires (2017) fez uso do conceito de mapas mentais como uma ferramenta para propor oficinas com os moradores que permitissem o conhecimento das referências culturais presentes no distrito. Realizadas em maio de 2017, as oficinas atraíram quarenta e nove moradores, entre sete e oitenta e oito anos, e contaram com parcerias como Casa do Patrimônio de Vitória, Superintendência do Iphan no Espírito Santo, Iphan sede Brasília, Secult<sup>14</sup>, AMSPI<sup>15</sup>, Repep<sup>16</sup> e Prefeitura de Mimoso do Sul a qual pertence o distrito.

Os mapas mentais foram apropriados como um meio de comunicação em que os signos apresentados pelos moradores representavam suas experiências, vivências e relações com o ambiente de São Pedro de Itabapoana. Na oficina dos adultos, os participantes foram divididos em grupos e instigados a debater o que são as referências culturais da comunidade do distrito a partir do questionamento:

“Suponha que você vai morar em outro estado e pode levar em sua mala o que quiser do distrito de São Pedro do Itabapoana, independente do tamanho, tudo pode caber na sua mala, desde que sejam coisas que te façam lembrar do lugar. O que você levaria? Prepare sua mala!”(PIRES, 2017: 114).

As repostas foram anotadas ou desenhadas em cartões e, posteriormente, agrupados em categorias determinadas pelos próprios participantes. Conforme a autora, aquilo sinalizado como mais importante, ou seja, o que os moradores levariam em suas malas, representou o que deveria ser preservado. Ao fim, os grupos desenvolveram um mapa mental coletivo a partir do material produzido anteriormente.

A oficina das crianças teve uma dinâmica distinta com relação às atividades propostas e às perguntas<sup>17</sup> que estimularam os debates iniciais. Também divididos em grupos, após a conversa sobre o que era importante em São Pedro de Itabapoana, os participantes foram convidados a representar por meio de desenhos e colagens os elementos mais importantes do distrito. Ao final, com o material produzido, cada grupo elaborou seu mapa mental de modo a relacionar

<sup>14</sup> Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo.

<sup>15</sup> Associação dos Moradores de São Pedro de Itabapoana.

<sup>16</sup> Rede Paulista de Educação Patrimonial.

<sup>17</sup> “O que mais gosta no distrito de São Pedro do Itabapoana? O que mais gosta de fazer aqui? Onde gosta de brincar? Quando vem um amigo de fora o que leva ele para conhecer? O que mais gosta de comer? O que mais tem em São Pedro?” (PIRES, 2017: 123).

as representações feitas, o que permitiu a identificação dos valores culturais que eles atribuíam aquele território.

#### 4.2.5. Inventário Participativo de referências culturais do Minhocão

No contexto de renovação da área central paulistana, o Minhocão é visto pela iniciativa privada como uma região potencial de transformação a ser encarada como uma “*nova fronteira imobiliária*” (NITO, SCIFONI, 2017: 38). O modo como tal ação vem se consolidando indica a não preocupação por parte do poder público e dos projetos apresentados com relação aos grupos que atualmente vivem, trabalham e frequentam esse espaço da cidade. Frente a essa situação, os membros e pesquisadores da Repep iniciaram a elaboração de um “*inventário participativo que se propõe a olhar o Minhocão colocando em evidência o que se quer ocultar, mostrando o outro lado daquilo que é desvalorizado e desqualificado*” (NITO, SCIFONI, 2017: 40).

Adotando a noção de referência cultural, o inventário se propõe a ser uma ferramenta de educação patrimonial que busca identificar e mapear os valores culturais existentes naquele espaço e que foram construídos/atribuídos pela comunidade que vivencia o cotidiano do Minhocão. Conforme apresentado em artigo recente por Nito e Scifoni (2017)<sup>18</sup>, já foram realizados o recorte espacial e o reconhecimento dos grupos sociais pertinente ao espaço, sendo a aproximação e o diálogo com essa população a etapa não abordada com profundidade no texto por estar em processo de execução.

Uma ação pensada e viabilizada pela Repep para identificar as referências culturais do Minhocão foi a *Oficina: Mandala de Referências Culturais*<sup>19</sup>, realizada no espaço público desse recorte espacial. Colocando o termo referência cultural escrito em uma plaquinha disposta como elemento central, as categorias temáticas das referências preliminarmente identificadas foram encaradas como eixos que descendem da referência cultural. Assim, as categorias também foram escritas em placas que se conectavam com a *referência cultural* através de um barbante. Ao longo da oficina, os transeuntes foram convidados a propor exemplos pertinentes às categorias e pendurá-los nos varais dispostos entre as categorias e o termo central. Aquilo que foi proposto pelos cidadãos que participaram da atividade foi encarado como os valores atribuídos por eles aquele espaço, configurando-se portanto como parte das referências culturais do Minhocão.

Apesar de ser um projeto ainda em execução, esse trabalho apresenta uma abordagem nova de aproximação e diálogo com os sujeitos sociais de modo a efetivamente considerar o que

<sup>18</sup> Membros da Repep

<sup>19</sup> Em 05 de março de 2017, por intermédio da orientadora deste trabalho (prof.<sup>a</sup> Flávia Brito), foi realizada uma conversa com a arquiteta, e membro da Repep, Mariana Nito que informou e explicou a metodologia da Mandala de Referências Culturais e como ela foi utilizada no Inventário Participativo do Minhocão.

é apresentado pela comunidade como as referências culturais do local.

Em todos os trabalhos apresentados, a sociedade foi encarada como o pilar central para a identificação dos valores culturais atribuídos aos lugares. Com as breves descrições expostas, pode-se observar o uso de diversas ações para o estabelecimento dos fundamentais diálogos com a comunidade. Também é possível notar que não existe uma metodologia ideal e/ou universal para se aproximar da população que vivência e se relaciona com bens e lugares, mas sim ações construídas com base em métodos comumente utilizados em outros campos disciplinares. Considerando os estudos de caso analisados, os meios de aproximação que serão propostos para o IAPI Vila Guiomar, independente da metodologia empregada, deverão pretender o diálogo mútuo entre pesquisador e comunidade de modo a emergir os sentidos e significados atribuídos pelos moradores ao conjunto.

### 4.3. Compreendendo Mapas Mentais

Neves (2010), em sua investigação sobre mapas de encontro, compreende que o mapa é uma ferramenta pertinente e presente à diversas áreas e, por isso, muitas vezes apresenta definições distintas. Buscando uma descrição simples e universal que explique o que é esse objeto, a autora certifica que “*mapear é representar alguma coisa, seja um espaço, um fenômeno ou uma organização corporal*” (NEVES, 2010: 11). Com isso, pode-se indagar que mapas são representações que permitem o conhecimento daquilo que eles transmitem.

O urbanista Kevin Lynch (2011), ao realizar a análise de três cidades americanas para compreender suas fisionomias, afirma que cidades são locais em contínua modificação e elaboração cujos construtores configuram-se como uma parte tão importantes quanto os elementos materiais fixos. Investigando maneiras de compreender e intervir no meio urbano, Lynch esmiúça o que é a imagem do ambiente e a relevância de cada cidadão como agente que percebe, interpreta, relaciona-se e atua nesse espaço. A relação entre obra e construtor - cidade e cidadão - não se encerra nas ações cotidianas de vivenciar e alterar o ambiente urbano, pois “*nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas.*” (LYNCH, 2011: 01).

De modo análogo à relevância dos valores socialmente atribuídos a bens e lugares na compreensão do que é significativo à memória social, a capacidade vital que cada indivíduo possui de estruturar e identificar o ambiente a partir da construção de uma imagem mental é uma ferramenta apropriada de conhecimento do espaço urbano para além de suas características físicas estacionárias. Estabelecendo a *legibilidade*, ou clareza, das cidades como crucial no processo de orientação de seus habitantes, Lynch (2011: 07) explica que a segurança emocional, proporcionada pelo reconhecimento dos elementos no ambiente, permite que o

indivíduo observe e estabeleça um sistema de referências com o local onde se encontra de modo a desenvolver uma imagem (mental) desse espaço. Ou seja, familiarizado com o que é real, o observador constrói uma imagem mental que identifica, relaciona e organiza, pessoalmente, o que é observado.

Constituindo-se como algo individual, as imagens mentais construídas a partir de um mesmo ambiente variam de pessoa para pessoa e tornam-se cada vez mais distintas conforme mais heterogêneos forem os observadores. Contudo, as imagens de um mesmo ambiente, potencialmente, podem apresentar aspectos comuns, sendo que esses elementos “*consensuais a um número significativo de observadores, é que interessam aos planejadores urbanos dedicados à criação de um ambiente que venha a ser usado por muitas pessoas*” (LYNCH, 2011: 08).

Dialogando ainda sobre o conceito da imagem do ambiente, Lynch (2011: 09) a desmembra em três componentes: *identidade, estrutura e significado*, sendo esse último algo que não se controla, pois está fortemente relacionado às experiências passadas dos indivíduos. Assim, *identidade e estrutura* são os elementos que devem ser considerados como de maior relevância ao se perceber e intervir na forma urbana a partir das imagens mentais, pois são eles que contribuem para a *imaginabilidade*<sup>20</sup> dos ambientes.

Em seu trabalho, Lynch (2011) buscou perceber e entender a fisionomia das cidades que estudou a partir das imagens mentais criadas e representadas por seus habitantes. O processo prático pelo qual ele se apropriou de tais leituras desenvolveu-se por meio de entrevistas e desenhos dos moradores, estando esses últimos denominados como *mapas* ao longo de sua obra. Tal designação vai de encontro à definição de Neves (2010) de que mapas são representações. Desse modo, pode-se concluir que os *mapas mentais* cunhados por Lynch são representações gráficas daquilo que um indivíduo constrói e relaciona mentalmente com base no que é observado e em suas vivências.

Kozel (2010 apud PIRES, 2017: 112) define mapas mentais como “*uma representação do mundo real visto a partir do olhar de um indivíduo, a partir do seu aporte cognitivo, sua visão de mundo e suas intencionalidades*”. Posto isso, é necessário considerar que a visão de mundo real de um indivíduo é uma construção cotidiana, onde também é construída sua percepção da realidade através dos sentidos e das características culturais do grupo no qual ele se insere e com os demais grupos com quem ele estabelece relações (PIRES, 2017). Assim, as representações provenientes dos mapas mentais não são intrinsecamente individuais, pois a carga de “*lembranças de experiências passadas*” (LYNCH, 2011: 01) - um dos suportes de elaboração dessas representações - provém de uma vivência social que é necessariamente coletiva.

Os materiais comumente utilizados no campo da arquitetura e do urbanismo para

<sup>20</sup> Conforme Lynch (2011: 11) é “*a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. É aquela forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis do ambiente*”.

ler os espaços da cidade utilizam-se daquilo que Nito (2015: 152) denomina como “*práticas cartesianas*”, ou seja, representações técnicas elaboradas a partir de informações e de dados rígidos e quantitativos. Nesse cenário, o uso dos mapas mentais como ferramenta de compreensão do espaço urbano possibilita o conhecimento de uma dimensão mais sensível e subjetiva do território, baseada na memória e na percepção das pessoas (NITO, 2015).

Além dos trabalhos analisados no item 4.2, foram encontradas ações<sup>21</sup> relacionadas ao campo do planejamento que utilizaram os mapas mentais como uma ferramenta para se apropriar das percepções dos usuários de seus respectivos objetos de estudos. Archela, Gratão e Trostdorf (2004 apud PIREES, 2017: 113) consideram ideal o uso dos mapas mentais para compreensão do espaço urbano, pois as representações elaboradas pela sociedade permitem compreender o território “*através dos elementos que foram eleitos e da forma como foram representados no papel*”.

Apesar de utilizar desenhos como meio de representação das imagens mentais dos moradores das cidades que estudou, Lynch (2011) precisa que mapas mentais são uma composição imagética, mas não define uma regra de como essa representação gráfica deve ocorrer. Uma imagem, relativa a algo ou a um lugar, pode ser constituída por diversos elementos além dos desenhos representativos, como colagem, palavras, formas geométricas, etc. Um exemplo disso é o poema *Confidência do Itabirano*, no qual Carlos Drummond de Andrade, por meio das palavras em versos, traduz sua imagem de Itabira, que lhe é própria e construída a partir da sua visão de mundo, de sua história e de suas memórias.

Por fim, enfatizando o ganho que a aproximação com a sociedade por meio dos mapas mentais representa na compreensão da cidade, Nito (2015: 153) ressalta que

“muitas vezes cai-se na tentação de uma visualização panorâmica da cidade, por meio de um olhar de “voo de pássaro” que forma uma visão totalizadora do espaço. (...) a partir de experiências como as de (...) Lynch (...) verifica-se que esta leitura “panorama” pouco corresponde ao modo de viver e perceber a cidade por aqueles que a frequentam”.

---

<sup>21</sup> Mota (et. al. 2015) apresenta o uso dos mapas mentais como instrumento de análise e compreensão de três espaços urbanos de Salvador: Largo da Soledade, Largo da Lapinha e Praça Raimundo Freixeiras. O objetivo da atividade foi identificar percepções dos usuários desses ambientes e, a partir disso, estabelecer diretrizes para intervenções.

Scocuglia (et. al. 2006) apresenta um trabalho desenvolvido na Praça Ponto de Cem Réis, em João Pessoa (PB) onde buscou-se por meio dos mapas mentais conhecer a leitura que os usuários fazem do espaço e com isso apresentar-se como um estudo que deve basear as futuras propostas de intervenções urbanas no local.

Pereira (2012) tem uma proposta próxima aos estudos de caso apresentados no item 4.2, pois seu universo de trabalho também se insere no campo do patrimônio. A autora utiliza a metodologia dos mapas mentais para analisar os valores atribuídos por diversos agentes sociais ao sítio histórico de Igarassu – PE

Dessa maneira, compreende-se que os mapas mentais são uma ferramenta útil de análise do território urbano elaborada a partir das associações, valores e significados construídos pelos sujeitos sociais que interagem com o espaço estudado. Além disso, o fato de não dependerem do uso de desenhos possibilita a exploração de outras formas de tradução das imagens mentais dos indivíduos, o que, também, oportuniza a proposição de novos meios de estimular a construção das imagens mentais de um ambiente.

# Capítulo 5

## Oficinas com os moradores, identificando os valores atribuídos

### 5.1. Contato e aproximação

Em recente artigo sobre sua pesquisa Memória dos conjuntos residenciais modernos em São Paulo, Nascimento (2017:05) expõe “as relações entre o papel dos agentes sociais e o espaço edificado, a partir da apropriação, resistência ou rejeição ao modo de morar moderno” em conjuntos construídos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão em São Paulo e Santo André<sup>1</sup>. As considerações apresentadas são uma síntese dos dados obtidos a partir de visitas e entrevistas orais feitas com alguns moradores desses conjuntos<sup>2</sup>. Lembranças, modos de vida, transformações, sentimentos e impressões dos habitantes foram abordados de modo geral, buscando entender como se deu a relação entre morador e moradia nos empreendimentos construídos pelos IAPs e não tendo como foco discutir especificidades de algum conjunto.

As entrevistas realizadas por Nascimento (2016) no Vila Guiomar tiveram como mediador a Associação dos Moradores dos Prédios Velhos do IAPI (AMPREVIA)<sup>3</sup>, mesmo contato disponibilizado para realização deste trabalho<sup>4</sup>. Os primeiros moradores com quem pude estabelecer contato foram os responsáveis pela associação. Diversas visitas foram feitas ao conjunto entre maio de 2017 e abril de 2018, sendo que as primeiras idas, além subsidiarem a pesquisa de campo para elaboração dos levantamentos e análises do território apresentados na Parte I, também foram os momentos em que ocorreram os primeiros diálogos com o Roberto Silva e a Tânia Lacerda sobre a proposta do trabalho e o desejo de realizar algumas oficinas com os moradores.

---

<sup>1</sup> Em São Paulo: IAPI da Mooca, IAPI Várzea do Carmo, IAPB Santa Cruz, IAPB Nove de Julho. Em Santo André: IAPI Vila Guiomar.

<sup>2</sup> Conforme a autora, no geral, os entrevistados descendiam das primeiras famílias que foram morar nos conjuntos.

<sup>3</sup> Fundada há 13 anos, é uma entidade sem fins lucrativos criada com o objetivo principal de assessorar o morador com relação às escrituras e zelar pela conservação dos espaços livres no entorno dos “prédios velhos”. No período de desenvolvimento do trabalho, os responsáveis pela associação eram Roberto Gomes da Silva (presidente) e Tânia Regina Lacerda (vice-presidente). O local mantido como sede da AMPREVIA era um vão do térreo do prédio 16 de propriedade da vice-presidente.

<sup>4</sup> Além de ser uma importante referência teórica presente ao longo do trabalho, a prof.<sup>a</sup> Flávia Brito do Nascimento é também orientadora desta pesquisa.

A AMPREVIA, como será visto adiante, foi o único contato obtido de dentro do IAPI andreense. Além de estar localizado nos “prédios velhos” e ter surgido para atender essa parcela da população, logo foi perceptível que as relações dos responsáveis pela associação se limitavam aos moradores daquela região sendo comum a referência ao grupo de edifícios do tipo HC como “os prédios do outro lado” e raras as referências aos moradores das outras áreas do conjunto com relação à convivência ou evidenciando algum contato.

Ao longo de todo o período de desenvolvimento do trabalho, buscou-se uma aproximação com residentes de outros locais do conjunto de modo que as oficinas pudessem ser realizadas com pessoas que vivem em diferentes tipologias e áreas do bairro, permitindo assim a compreensão de diferentes impressões do local. Após buscas em redes sociais e o envio de algumas mensagens, o único contato obtido, além da AMPREVIA, foi o de um aluno da FAUUSP que mora no Vila Guiomar atualmente: Igor Grasser. Quando questionado se conhecia moradores antigos do bairro que aceitassem conversar sobre o Vila Guiomar e assim contribuir com o trabalho, Igor disse que sua família não vive no conjunto desde a época da implantação e que, infelizmente, não conhecia moradores antigos ou residentes dos “prédios novos”. Com isso, o processo de aproximação e diálogo com os habitantes do conjunto ficou restrito à população que vive na região delimitada pelos “prédios velhos” e seu entorno.

As entrevistas orais realizadas por Nascimento (2016), no âmbito da pesquisa *Memória dos conjuntos residenciais modernos em São Paulo*, também abordaram apenas moradores do entorno dos “prédios velhos”. Assim, questões apontadas no artigo da autora como moradia anterior precária e simples, nostalgia da infância, vínculo afetivo entre os moradores, conformação e transformação do espaço livre, dentre outras lembranças, podem ser consideradas um reflexo pertinente à parte das pessoas que residem no IAPI andreense (NASCIMENTO, 2017).

As análises das entrevistas feitas apenas com moradores do Vila Guiomar apontam especificidades que permitem conhecer um pouco mais quem são algumas das pessoas que ocupam o bairro hoje. Todos os entrevistados vivem no conjunto desde criança, o que contribui para a permanência dos “vínculos identitários e memoriais da época de implantação” (NASCIMENTO, 2017: 09). Nas falas é constante a referência à indústria como local de trabalho dos pais e da maioria dos moradores do bairro, bem como o perfil católico que a população tinha no passado.

Alguns dos entrevistados nem sempre residiram nos prédios e, como os habitantes dos apartamentos, relatam o sentimento de rivalidade presente entre as pessoas que viviam nas casas e nos edifícios. Há, também, relatos de que no prédio 27 foram construídos alguns equipamentos que não chegaram a funcionar, como uma piscina e uma creche.

Com relação às transformações materiais do conjunto, como Nascimento (2017: 12) aponta de modo geral para os IAPs analisados, “são para os moradores, mais naturalizadas, sentidas como necessárias”. Isso fica evidente nas falas dos entrevistados ao relatarem sobre as reformas feitas nas habitações:

“A primeira reforma foi, justamente, reformar a cozinha, aumentar. A cozinha era mínima, não cabia uma mesa e como não existia uma sala de jantar, era muito pequena!”(MORADOR DO PRÉDIO 23, 14/05/2016 apud NASCIMENTO, 2016: 138).

“(…) Na sala, mudamos a porta, fizemos a cozinha. Tudo isso foi assim, eu digo que tudo isso foi graças a Deus e depois à Vallisere. Isso tudo eu fiz quando trabalhava lá. O meu pai foi arrumando e falava pra mim: ‘filha um dia você vai fazer o apartamento do jeito que você quiser!’. Eu sempre quis por um azulejo, fazer as coisas porque eu sei que as coisas pra eles era dura.”(MORADOR DO PRÉDIO 06, 14/05/2016 apud NASCIMENTO, 2016: 145).

Do mesmo modo como as reformas são vistas como algo necessário, a presença de construções anexas aos edifícios usadas como moradia causa certa indignação há algumas pessoas que reclamam da descaracterização do conjunto:

“Uma das perdas foi a descaracterização arquitetônica, acho que foi uma grande perda! Eu participei disso, mas acho que foi uma realidade”. (MORADOR DO PRÉDIO 29, 14/05/2016 apud NASCIMENTO, 2016: 141)

“(…) porque é o que eu falo, se isso fosse um conjunto preservado, teria um valor assim, imenso. Mas não tem conservação nenhuma, prédio que tá caindo aos pedaços e gente construindo ilegalmente. A prefeitura vem... e tá tirando, a estrutura do prédio tá mudando. não sei se você viu, fizeram um triplex ali numa garagem” (MORADOR DO PRÉDIO 29, 11/06/2016 apud NASCIMENTO, 2016: 149).

“(…) nós estamos vendendo garagem virando mora-dia, puxadinho aqui e lá, desconfigurando o conjunto arquitetônico. Eu reconheço a necessidade das pessoas terem moradia, mas estão desconfigurando o modelo arquitetônico”(MORADOR DO PRÉDIO 16, 11/06/2016 apud NASCIMENTO, 2016: 166).

Os relatos apontados acima, somados às características apontadas por Nascimento (2017), permitem a construção parcial do perfil de parte dos moradores com relação a quem são e quais suas impressões sobre o Vila Guiomar no presente.

No início do processo de aproximação com os moradores, por duas vezes e na companhia do presidente da associação, foi possível caminhar ao redor dos “prédios velhos” para realizar os *Diagnósticos de alterações*. Durante o percurso, além de falar livremente suas experiências e fatos sobre o conjunto, Roberto estendeu a conversa aos moradores que estavam de passagem ou sentados em frente aos prédios, me apresentando como alguém que estudava o Vila Guiomar e

me explicando brevemente quem eram aquelas pessoas<sup>5</sup>. Isso tornou possível conhecer alguns moradores e iniciar a divulgação do trabalho entre eles.

Nessas primeiras conversas também foi exposto o desejo de desenvolver atividades com os moradores e foi suscitado o interesse em realizar uma oficina em alguma das escolas públicas do bairro, pois apesar dos alunos não serem necessariamente residentes no conjunto, o cotidiano escolar permite que eles vivenciem o bairro nos deslocamentos diários entre a casa e a escola, independente do meio de transporte. O intuito era diversificar um pouco mais o grupo com o qual se dialogaria sobre o IAPI Vila Guiomar. Contudo, logo tal proposta foi desestimulada e desencorajada devido a dificuldade em ‘conversar com a escola’ e o desconhecimento, por parte da AMPREVIA, de alguma pessoa que trabalhasse em alguma das instituições.

Isso tornou evidente que o perfil dos moradores que participariam das oficinas ficaria restrito aos contatos que os representantes da AMPREVIA já tinham estabelecidos no bairro, ou seja, dependeria de suas relações pessoais e cotidianas. Assim, é importante ressaltar que os resultados provenientes das oficinas não poderão ser considerados como um reflexo da opinião de ampla maioria dos moradores do conjunto. Contudo, isso não deve ser encarada como algo necessariamente negativo, pois quanto mais homogêneos forem os observadores, maior é a probabilidade de intersecção do conteúdo transmitido pelas imagens mentais (LYNCH, 2011).

Residentes com perfil análogos podem conduzir ao consenso e à formação de uma leitura do ambiente com grande destaque às características mais significativas e presentes em suas memórias. Assim, aquilo que for mais apontado nas oficinas realizadas com um grupo, de certo modo, homogêneo, refletirá os valores e os significados mais importantes para aquela população.

## 5.2. Planejando as oficinas

Desde o início da aproximação com a população do Vila Guiomar, as oficinas foram apresentadas aos representantes da AMPREVIA como um desejo e uma atividade importante ao trabalho, pois para pluralizar a compreensão do conjunto, para além dos estudos técnicos apresentados na *Parte I*, seria necessário conhecer as relações próprias e específicas entre moradores e locais de moradia e, assim, conhecer também os valores e significados que eles atribuem a esse território.

A associação mostrou-se muito solícita e interessada na realização das oficinas, sendo a vice-presidente fundamental na viabilidade das atividades. Em conversas ocorridas em janeiro de 2018, acordou-se que as oficinas poderiam acontecer na sede da AMPREVIA e que sábado era o melhor dia da semana para os moradores participarem, pois, durante a semana, muitos

<sup>5</sup> Além de dizer o nome, outras referências apontadas sobre os moradores eram em que prédio moravam, há quanto tempo viviam ali e algumas perguntas pessoais relativas ao cotidiano como melhora de alguma gripe ou resolução dos problemas com o IPTU, por exemplo.

trabalhavam em período integral. Com relação ao perfil de moradores que mais interessava ao trabalho, de início não foi determinado um tipo exclusivo, mas explicou-se aos representantes da associação que quanto mais tempo de permanência as pessoas tivessem no conjunto, potencialmente, maior seriam suas relações com o local.

As oficinas foram marcadas para ocorrerem nos sábados do mês de março, pois conforme orientação da Tânia Lacerda, após o feriado de Carnaval e com o início das atividades escolares, seria mais fácil ‘encaixar’ as oficinas no cotidiano dos moradores. A pretensão inicial era realizar quatro oficinas, três com os adultos e uma com as crianças, de modo que os valores atribuídos ao bairro por cada um dos grupos pudessem ser comparados e assim perceber a identificação, ou não, de elementos comuns.

O processo de planejamento das oficinas teve como princípio propor atividades que gerassem um produto útil a este trabalho e proveitoso aos habitantes do conjunto, pois, após as atividades, não se desejava que os moradores ficassem com a sensação de que foram cobaias de algum tipo de experimento acadêmico. Assim, em ambas propostas de oficinas, seria necessário produzir um objeto final concebido em conjunto pelos agentes externos e pela comunidade.

A partir de distintas maneiras, as oficinas deveriam ser capazes de identificar valores que os moradores do IAPI Vila Guiomar atribuem ao local onde vivem. Apropriando-se da noção de imagem do ambiente e do processo de construção e representação da imagem mental por um indivíduo conforme Lynch (2011), as propostas das oficinas dos adultos e das crianças buscaram desenvolver um modo de traduzir as imagens mentais construídas pelos moradores considerando algumas limitações impostas – como espaço físico disponível para a realização das atividades, por exemplo. Tais imagens, com base no objetivo das oficinas, deveriam ser elaboradas a partir de estímulos específicos que auxiliassem/conduzisse os participantes a relacionar o ambiente do conjunto com algo que eles julgassem importantes.

### 5.2.1. Oficina dos adultos – Mapa de valores do IAPI Vila Guiomar

Com base nas experiências estudadas no *item 4.2* e no conceito de mapas mentais, determinou-se<sup>6</sup> interessante que as atividades realizadas com os moradores adultos utilizassem um suporte cartográfico. A presença do mapa do bairro, além de possibilitar que pensamentos, sentimentos e memórias afloradas nos participantes fossem materializados e representados no espaço urbano, poderia ser um elemento facilitador de tradução das imagens mentais desenvolvidas por cada morador ao longo das oficinas e, assim, converter-se em uma representação espacial-imagética dos valores atribuídos ao Vila Guiomar pela comunidade.

<sup>6</sup> Em uma das orientações do trabalho, foi ressaltado pela prof.<sup>a</sup> Flávia a importância das oficinas terem um produto gráfico em análises relativas ao campo da arquitetura e urbanismo.

Como exposto, a intenção da oficina era estabelecer um diálogo com os moradores de modo a conhecer quais valores e referências eles atribuíam ao conjunto. Uma proposta baseada na construção de desenhos e representações a partir de estímulos feitos com perguntas e conversas<sup>7</sup>, seria ótima, pois as imagens mentais produzidas, além de individuais, apontariam com mais facilidade elementos e objetos significativos para os participantes. Contudo, o espaço físico da sede da associação – local onde ocorreriam as oficinas – não suportava o desenvolvimento dessa proposta e uma situação de inibição e resistência para elaborar representações gráficas poderia ser um fator que desestimulasse a participação de alguns moradores na atividade.

O caminho encontrado foi propor uma oficina cuja interação e elaboração das representações e opiniões sobre o conjunto fossem baseadas na oralidade. Para estimular os moradores a refletir e expor significados e valores atribuídos ao Vila Guiomar, estruturou-se a oficina com base em três perguntas que eles deveriam fazer a si próprios e que se relacionavam aos seus pensamentos, sentidos e sentimentos com relação ao local onde moram. As respostas seriam anotadas em papéis individuais e, posteriormente, espacializadas pelos participantes no mapa do bairro, criando assim uma cartografia dos valores do IAPI Vila Guiomar.

Antes do início de cada oficina eu deveria me apresentar, falar sobre o trabalho (recorte, estrutura, motivação, pretensão, etc.) e esclarecer o propósito da atividade: construir um mapa onde estejam indicados lugares que representem aquilo que eles mais gostam e que consideram mais importantes no bairro. O mapa além de ser utilizado no trabalho, seria doado à AMPREVIA como um pôster que representaria os valores atribuídos pelos moradores ao conjunto naquele momento.

A estrutura da oficina ficou definida do seguinte modo:

- Momento 1, Limites do Vila Guiomar: iniciar um diálogo em grupo sobre o conjunto perguntando qual a delimitação do Vila Guiomar para eles, ou seja, qual a área que se pode delimitar como o IAPI Vila Guiomar e como o bairro Vila Guiomar. Os participantes deverão chegar a um consenso e os resultados deverão ser anotados no mapa a partir de duas poligonais;

- Momento 2, Pensamento: refletir e responder à pergunta ‘Quando penso no Vila Guiomar, penso em quê?’. A(s) resposta(s) de cada participante deverá(ão) ser anotada em um papel e agrupada com as demais;

- Momento 3, Sentidos: refletir e responder à pergunta ‘Qual cheiro, som, lugar e/ou pessoa vem a sua cabeça quando pensa no Vila Guiomar?’. A(s) resposta(s) de cada participante deverá(ão) ser anotada em um papel e agrupada com as demais;

- Momento 4, Emoção: refletir e responder à pergunta ‘Qual sentimento o Vila Guiomar desperta em você?’. A(s) resposta(s) de cada participante deverá(ão) ser anotada em um papel e

<sup>7</sup> Como nas oficinas apresentadas no item 4.2 realizadas por Nito (2015) em Brodowski (SP) e por Pires (2017) em São Pedro de Itabapoana (ES).

agrupada com as demais;

- Momento 5, Espacialização: Para cada resposta dada às perguntas relativas ao pensamento e à emoção, perguntar aos participantes que lugar no mapa poderia representá-la. Conforme a resposta dada, que deverá ser consensual aos participantes, assinalar o local apontado no mapa;

Sem um perfil de participantes pré-determinado, foi solicitado aos representantes da AMPREVIA que convidassem o maior número possível de moradores para participarem das oficinas. Apesar de pequena, a sede da associação possui muitas cadeiras que poderiam ser organizadas de modo a acomodar confortavelmente todos os participantes.

### 5.2.2. Oficina das crianças – O que eu sentiria saudade

Desde o início do estudo e planejamento das oficinas, ficou claro que o que seria proposto aos moradores infantis deveria ser diferente da proposta dos adultos, pois as crianças precisariam de atividades mais dinâmicas e capazes de prenderem sua atenção por mais tempo. Do mesmo modo que a cartografia foi colocada como um elemento chave nas oficinas dos adultos, estipulou-se que o desenvolvimento de desenhos seria um suporte interessante para a oficina infantil.

A presença de crianças no conjunto foi perceptível em todas as visitas realizadas antes das oficinas, contudo, apesar de considerar possível, a vice-presidente da associação orientou que o número de crianças que brincam nos espaços livres do Vila Guiomar não era tão expressivo quanto o de moradores adultos que pudessem ser convidados para as oficinas. De tal modo, o espaço disponível na sede da AMPREVIA comportaria uma proposta de atividade baseada em produção de desenhos.

Com relação ao perfil das crianças que deveriam ser convidadas para participar, não foi feita nenhuma ressalva, apenas que fossem moradoras do conjunto ou que passassem parte do tempo lá<sup>8</sup>. Também não fazia sentido limitar a participação das crianças e, possivelmente, deixar algumas de fora das atividades da oficina, que ocorreriam no mesmo momento em que elas estivessem no conjunto. Conforme o cronograma estabelecido, essa atividade seria a última a ocorrer o que permitiria que os adultos pudessem acompanhar minha presença no bairro e desenvolver certa segurança para permitir e autorizar a participação de seus filhos e netos na oficina infantil.

A intenção em dialogar com os moradores jovens do conjunto era conhecer valores e significados atribuídos por um grupo cujas vivências e relações sociais ocorrem de maneira distinta dos adultos. Os elementos representados nas imagens mentais, sobre o conjunto,

<sup>8</sup> Em alguns casos, há crianças que passam apenas o fim de semana no conjunto na casa dos avós. Contudo, como isso é um hábito comum, nos dias em que estão no Vila Guiomar elas se relacionam com as demais crianças moradoras do entorno e vivenciam a rotina dos finais de semana do bairro.

construídas nos desenhos das crianças poderiam ser comparados com os resultados das oficinas do *Mapa de valores do IAPI Vila Guiomar*, permitindo a verificação da transmissão e apropriação de valores e significados dos adultos para os jovens.

Além dos desenhos, a princípio, pensou-se em trabalhar com algum poema infantil que abordasse o tema da *saudade*, contudo, existia a possibilidade de que nem todos os participantes já estivessem alfabetizados e isso poderia tornar a atividade desinteressante para alguns deles. Outro suporte visto como possível de uso para contribuir no processo de diálogo, reflexão e interesse das crianças foi o recurso audiovisual. Na busca por vídeos de curta duração que pudessem ser utilizados, foi feita uma pré-seleção de produções populares atualmente e voltadas para o público infantil<sup>9</sup>. Alguns projetos cogitados para uso foram os vídeos desenvolvidos pelo grupo *Palavra Cantada* e pelas séries e programas infantis *Cocoricó*, *Vila Sésamo* e *TV Rá Tim Bum*.

Após algumas pesquisas, considerou-se o episódio “*A falta que você me faz*”, da série *Cocoricó*, como pertinente à proposta da oficina. Com duração de treze minutos, o vídeo expõe uma situação em que dois personagens (a Avó e o Avô) se separam por alguns dias devido a uma viagem. Durante o período em que estão afastados, ambos personagens reclamam das saudades que sentem um do outro. Os personagens do programa são todos fantoches e no meio do episódio é apresentado um breve clipe cuja canção desenvolve com mais profundidade os sentimentos da Avó e do Avô. Com base no tema proposto e nos elementos presentes ao longo do episódio, esse vídeo foi escolhido como o recurso audiovisual da oficina das crianças que ficou denominada como *O que eu sentiria saudade*.

Como apontado, o vídeo serviria para que os participantes refletissem sobre elementos do Vila Guiomar que eles sentiriam saudade caso se mudassem algum dia. Como considerou Pires (2017) em suas oficinas, objetos que as pessoas apontam como algo que faria falta podem ser entendidos como aquilo que se deve proteger e garantir a presença no futuro. Assim, o que fosse representado pelas crianças como algo que faria falta em outra moradia indicaria alguns dos valores que eles atribuem ao conjunto.

Pensando na sequência da atividade e considerando a probabilidade de as crianças chegarem aos poucos para participarem, a oficina ficou estruturada do seguinte modo:

- Momento 1, Eu e o que eu gosto no Vila Guiomar: Receber as crianças e convidá-las para sentar. Distribuir uma folha de papel para cada criança e pedir que elas façam um desenho delas e de alguma coisa que tem no bairro que elas mais gostam. Conforme forem chegando e desenhando, sentar junto às crianças e conversar sobre coisas que elas gostam de fazer, do que elas gostam de brincar, o que elas gostam de assistir na televisão, qual programa favorito delas e,

<sup>9</sup> A seleção de programas possíveis, e mesmo a desconsideração no uso do poema, contou com a ajuda da prof.<sup>a</sup> Nilva Silva. Aposentada há cinco anos, ao longo de toda sua carreira profissional, Nilva trabalhou com educação e alfabetização de crianças, com idade entre três e oito anos, em escolas públicas dos municípios de São Lourenço (MG) e Jacareí (SP).

por fim, se elas conhecem o programa *Cocoricó*.

- Momento 2, Vídeo: Após o término do desenho de todos os participantes, explicar que será passado um pequeno desenho onde duas pessoas vão se separar e sentir alguma coisa por causa dessa situação;

- Momento 3, Conversa sobre o vídeo: após o fim do vídeo conversar em grupo sobre a história apresentada. Questioná-las sobre o que aconteceu, o que os personagens sentiram e porquê. Após as respostas e considerações feitas pelos participantes, propor a situação hipotética onde eles se mudassem do bairro e fossem morar em outra cidade. Indagá-los sobre como seria esse novo lugar;

- Momento 4, Desenho da saudade: continuando com a situação de mudança, relembrar o sentimento de saudade entre os personagens do desenho e questioná-los sobre o que eles sentiriam falta do Vila Guiomar em suas novas moradias. Após as respostas iniciais, propor novas respostas considerando que não vale indicar pessoas e elementos que existem dentro das suas casas atuais. Após as manifestações das crianças, pedir para que elas desenhem, do outro lado da folha de papel, aquilo que elas mais sentiriam saudade do Vila Guiomar, ressaltando que não vale desenhar pessoas e objetos de dentro de suas moradias;

Os desenhos produzidos na oficina poderão indicar referências consideradas, pelas crianças, significativas no conjunto. Os elementos representados poderão ser comparados com os resultados da oficina dos adultos – *Mapa de valores do IAPI Vila Guiomar* – de modo a verificar a existência de uma convergência de percepções.

### 5.3. Dialogando com os moradores: realização das oficinas

Como apontado anteriormente, as oficinas foram combinadas com os responsáveis da AMPREVIA para ocorrerem nas manhãs de sábado do mês de março<sup>10</sup> de modo que, ao longo do mês, fosse possível realizar as três oficinas com os adultos e uma com as crianças. Nesse momento, determinou-se também que apesar da primeira atividade estar marcada, ela deveria ser confirmada com o intuito de lembrar sua ocorrência.

Em virtude de obrigações e atividades cotidianas, esqueci de confirmar as oficinas com a Tânia e o Roberto no fim de fevereiro e retomamos contato sobre isso apenas alguns dias antes da data marcada para a primeira atividade. Em tom de lamentação, Tânia informou que, para ela, as semanas sem contato significaram a perda de interesse em realizar as oficinas com os moradores e que, com o intervalo de apenas alguns dias, seria muito difícil mobilizar as pessoas para participarem. Ainda assim, acordamos que eu iria até o conjunto no sábado para conversarmos pessoalmente sobre as oficinas, acertar detalhes e combinar as datas possíveis.

<sup>10</sup> A data da primeira oficina ficou determinada como o dia 10 de março.



### 5.3.1. Primeira oficina Mapa dos valores do IAPI Vila Guiomar

Na manhã do dia 10 de março, para minha surpresa, além da Tânia, outros dois moradores estavam na sede da associação para conversarem comigo: Sandra e Arnaldo, moradores do prédio 15. Como foi informado que não seria possível realizar a oficina, acabei não levando o material necessário - como o mapa, por exemplo - o que impossibilitou a realização da oficina tal como planejada. Os três moradores presentes quiseram conversar sobre o trabalho, o que proporcionou uma proveitosa manhã de diálogos sobre o conjunto com pessoas que vivem ali. Além de falarem um pouco de suas histórias e relações com o bairro eles aceitaram responder às três perguntas que estruturaram a proposta da oficina.

Com relação ao quê eles imaginavam quando pensavam no Vila Guiomar as respostas tiveram um caráter muito positivo sendo comum a referência ao tempo de vida no bairro e às relações pessoais:

“Melhor lugar do mundo. Isso aqui é a minha história.” (ARNALDO, 10/03/2018, prédio 15).

“Só gosto porque meus filhos nasceram aqui. Quando eles eram pequenos, eu descia com eles para os matinhos. Curti minha família inteira na rua. Isso aqui é a minha história.” (SANDRA, 10/03/2018, prédio 15).

“Minha terra, meu tudo. Liberdade, conhecimento, sair na janela e gritar. Conheço cada um pelo nome.” (TÂNIA, 10/03/2018, prédio 16).

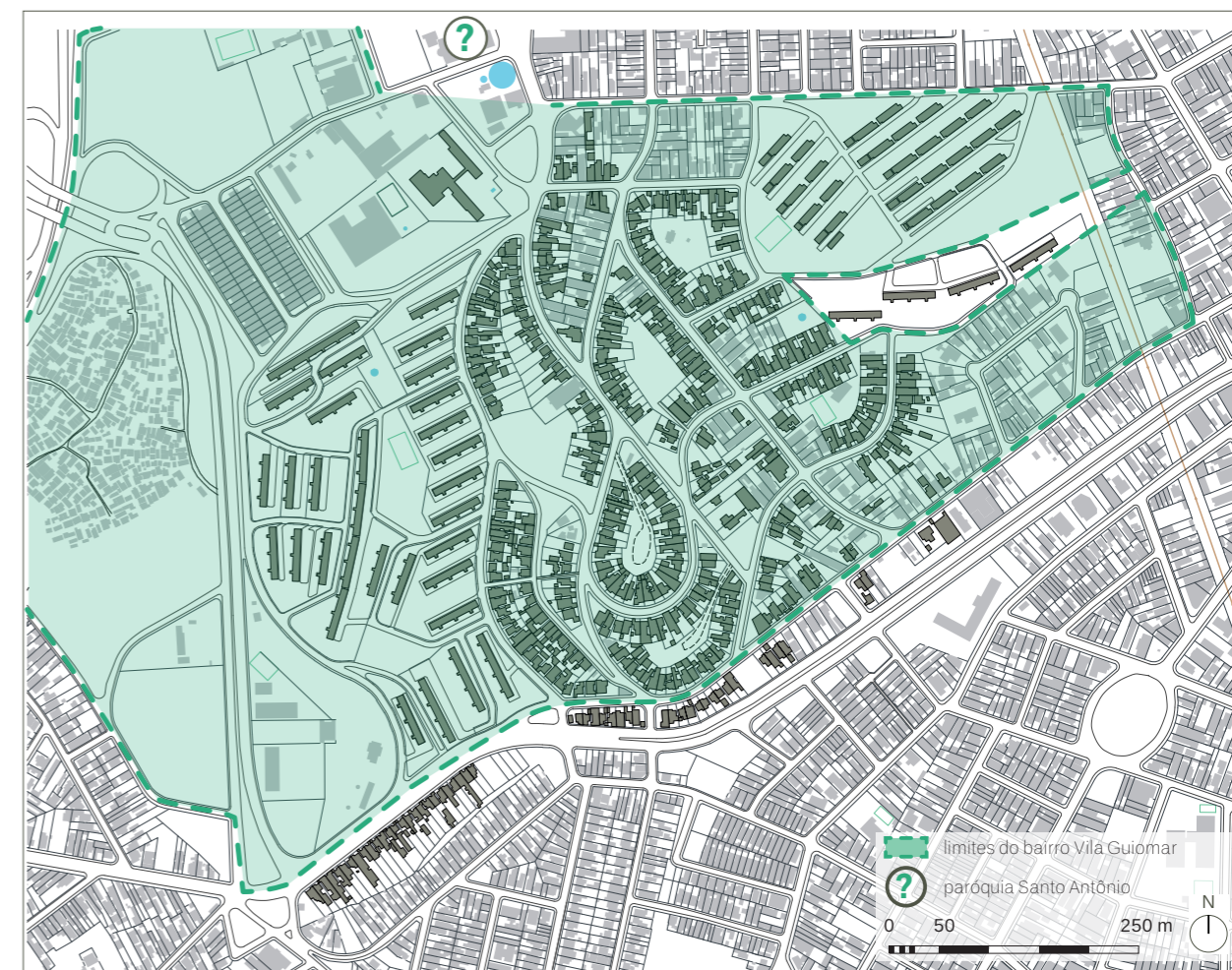
Quando questionados sobre referências relativas aos sentidos, todos citaram elementos comuns ao bairro como som dos pássaros, cheiro da grama e da terra, a praça e as árvores como um lugar e os vizinhos como as pessoas em que primeiro pensavam com relação ao Vila Guiomar. Ao longo da conversa sobre essa pergunta, além das respostas breves, foi comum entre os três moradores a evocação involuntária de lembranças sobre o conjunto, relacionando algum sentido com uma situação vivida ou um lugar. O térreo livre dos prédios e as festas dadas pelo “Emerson Figueiroa” foram citados como lugares importantes, cujas sensações ainda estão em suas memórias, mas que não poderão ser novamente sentidas.

Sobre os sentimentos que o Vila Guiomar despertava em cada um deles as respostas dadas também tiveram caráter positivo. Amor, saudade, segurança e tranquilidade foram as emoções relatadas que vieram sempre acompanhadas de frases sobre como se sentiam bem no conjunto.

Ao final da manhã, e da conversa, foi perguntado ao três sobre os limites territoriais do Vila Guiomar. Após um tempo de discussão, eles concordaram que o bairro poderia ser delimitado do seguinte modo:

“Monções é o limite. Depois você desce a Francisco Alves e segue pela Catequese até o Força Viva [escola de samba Vila Alice]. Pega a favela todinha e a Prestes Maia. As casinhas em frente ao Sesc. O Sesc também é. Atrás do Posto de Saúde é Vila Guiomar. (...) Os prédios do 27 ao 30 já são Vila Lea.” (TÂNIA, 10/03/2018, prédio 16).

Com base na descrição acima, a área que abrange o bairro pode ser representada conforme o mapa abaixo:



144. Delimitação do bairro Vila Guiomar indicada pelos moradores na primeira oficina.

Como pode ser observado, a poligonal que delimita o bairro não ‘fecha’, de modo que não é possível saber se a Paróquia Santo Antônio e seu entorno são considerados como pertinentes ao Vila Guiomar. É interessante notar que as casas implantadas no lado sul-sudeste da Rua da Catequese não foram consideradas como área do bairro e que não houve nenhuma menção sobre à localização da Vila Lea.

Com relação as oficinas posteriores, nessa visita se determinou um cronograma para suas realizações. Em virtude de compromissos pessoais da Tânia e do feriado da Paixão de Cristo, as oficinas não puderam ser marcadas em todos os sábados de março como havia sido combinado antes. Assim, o calendário estabelecido ficou do seguinte modo:

- 24 de março, 9h30: 2ª oficina dos adultos;
- 7 de abril, 9h30: 3ª oficina dos adultos;
- 21 de abril, 10h00: oficina das crianças;

### 5.3.2. Segunda oficina Mapa dos valores do IAPI Vila Guiomar

Considerando as quatro atividades realizadas com os moradores do conjunto, a segunda oficina contou com o maior número de participantes. Ao todo compareceram treze moradores que viviam, majoritariamente, em diferentes edifícios dos “prédios velhos”, sendo que uma participante morava nas casas pertencente ao *Conjunto Zodíaco*. Além do mapa do bairro, afixado no portão da sede da AMPREVIA, e para criar uma composição visual e útil para o desenvolvimento da oficina, abaixo do mapa foram colocados pequenos saquinhos nomeados como pensamento, sentidos e emoções. Assim, as respostas dos participantes anotadas ao longo da atividade poderiam ser colocadas diretamente no saquinho correspondente e o momento de suas espacializações ficaria mais dinâmico.

145. Mapa do bairro e saquinhos afixados no portão da AMPREVIA. >>



Conforme os moradores foram chegando, eles se mostraram muito interessados em saber o que o mapa representava. Quando explicado que era um mapa do Conjunto Vila Guiomar e suas áreas adjacentes foi possível perceber um certo ânimo e interesse entre alguns participantes em observar o bairro e procurar o prédio onde moram.



146. Morador observando o mapa do bairro antes da segunda oficina. <<

Em acordo com o planejamento estipulado para a oficina, após a chegada e acomodação dos participantes, eu me apresentei como estudantes de arquitetura e urbanismo da FAUUSP, apresentei o trabalho, falei sobre o propósito da oficina e como ela se desenvolveria: demarcação dos limites do bairro e do IAPI Vila Guiomar; Perguntas sobre *pensamentos*, *sentidos* e *emoções*; espacialização das respostas dadas à primeira e à terceira perguntas. Por fim salientei, que após o término do trabalho, o mapa que produziríamos juntos seria doado para a associação e, assim, sempre que eles quisessem, poderiam passar por ali e observar no mapa os valores atribuídos ao conjunto por alguns moradores naquele momento - março de 2018.

O início da oficina se deu com o questionamento sobre os limites que poderíamos traçar no mapa com relação à área do IAPI e do bairro Vila Guiomar. A poligonal correspondente ao conjunto implantado pelo IAPI foi facilmente acordada entre os moradores. Os limites do bairro geraram certa polêmica, e o tempo gasto para que eles atingissem um consenso sobre essa demarcação foi mais longo. Após conversas, um pouco acaloradas, sobre o que fazia ou não parte do bairro, os limites estabelecidos foram marcados no mapa do bairro afixado como na Figura 147.



147. Acima, delimitações do IAPI e do bairro Vila Guiomar indicadas pelos moradores da

Tal como ocorreu na primeira oficina, as casas construídas pelo IAPI no lado sul-sudeste da Rua da Catequese não foram consideradas como pertencentes ao conjunto. Após demarcadas as poligonais, não foi explicitado quais dos limites os moradores deveriam considerar como “Vila Guiomar” (IAPI ou bairro) nas três perguntas que seriam feitas.

Nos questionamentos propostos sobre seus pensamentos, sentidos e emoções com relação ao Vila Guiomar, os participantes não apresentaram muita resistência em se expressarem e falaram abertamente suas impressões. No início, alguns não quiseram expor suas respostas, mas conforme a oficina foi se desenrolando esses moradores se sentiram mais à vontade e começaram a participar da atividade. Para todas as perguntas, as respostas informadas tiveram um caráter positivo e, frequentemente, vieram acompanhadas de explicações. Assim, foi solicitado que eles tentassem ao máximo sintetizar suas respostas em apenas uma palavra. Cada

resposta informada foi anotada em um pedaço de papel<sup>11</sup>, posteriormente dobrado e guardado no saquinho correspondente a pergunta feita: *pensamentos, sentidos ou emoções*.

Em alguns momentos, esses pequenos comentários se desenrolaram em conversas com todo o grupo o que acabava por desviar o foco da oficina. Apesar de prejudicar a sequência de momentos planejados, nesses diálogos os moradores expuseram outras informações sobre as relações que estabelecem com o conjunto, algo que as atividades da oficina não seriam capazes de extrair.

Um exemplo disso ocorreu com a pergunta sobre o que imaginavam quando pensavam no Vila Guiomar: dois participantes informaram como resposta “*liberdade*”. Sem algum comentário posterior, tal informação poderia ter diversas interpretações relacionadas à vida pública ou privada no conjunto. No entanto, ambos moradores explicaram que, para eles, a liberdade a qual se referiam é a possibilidade de estar na rua a qualquer momento, sendo esse espaço um local em que se pode deixar os filhos e netos sem supervisão, pois sempre há alguém para cuidar.

“A liberdade está na rua.”

“A rua cuida, um cuida do outro”

Apenas com esses dois comentários relativos a uma das repostas dadas, o espaço público ao redor dos prédios, sintetizado na figura da rua, evidencia-se como algo presente e importante no cotidiano de alguns moradores.



148. Momentos de conversas e debates entre os participantes.

<sup>11</sup> As oficinas contaram com a participação de três amigos – dois graduandos e um já formado na FAUUSP – que auxiliaram na organização do espaço da AMPREVIA, no registro fotográfico e na anotação das respostas dos participantes nos pedaços de papel.

Quando questionados sobre os sentidos despertados quando pensavam no Vila Guiomar, as respostas dadas apontaram muitos elementos pertinentes à natureza – como árvore, terra, chuva, pássaros e “mato” – relacionados ao olfato e à audição. Não foram feitos comentários com relação à vegetação na área livre do conjunto no início de sua ocupação, mas todos ressaltaram o quanto gostavam da área verde ao redor dos edifícios, relatando a ação comunitária de replantio as árvores:

“(...) se perderam as figueiras que existiam por pragas. Mas os moradores se reuniram e replantaram as árvores ao redor dos prédios. A gente fica muito orgulhoso quando vê o resultado disso hoje.”

As respostas dadas à última pergunta, relacionada às emoções, não foram tão comentadas quanto as anteriores. Contudo, o momento de espacialização dos sentimentos informados foi marcado por uma participação fervorosa dos moradores que, ao sugerirem um local do conjunto para demarcar os sentimentos, já justificavam sua escolha e iniciavam um debate para ver se todos concordavam ou se havia outro lugar melhor.

Para facilitar a visualização geral e a comparação dos resultados entre todas oficinas realizadas, foram estabelecidos cinco temas aplicáveis às respostas de cada saquinho. Com base naquilo que foi informado pelos moradores de todas as oficinas, os temas determinados foram os seguintes:

- Meio-ambiente: elementos materiais e imateriais relacionados à fauna e à flora;
- Relacionamento social: sentimentos, situações ou percepções que só podem ocorrer a partir do relacionamento com outra(s) pessoa(s);
- Lembranças e memórias: pessoas, situações ou elementos materiais e imateriais relacionados ao passado;
- Elementos materiais: bens e lugares físicos, ou sensações relacionadas a eles, que não são aplicáveis a outra categoria;
- Sentimentos pessoais: sentimentos que não dependem do relacionamento com outra(s) pessoa(s);

Considerando tais categorias, as respostas da segunda oficina podem ser visualizadas do seguinte modo:

	Saquinho pensamentos	Saquinho sentidos	Saquinho emoções
<b>meio-ambiente</b>	Natureza	Cheiro de terra (4); Pássaros (5); Cheiro de mato (2); Verde; Chuva; Som de pássaros; Eucalipto; Flores; Árvores (3); Montanhas; Natureza; Cheiro de natureza; Flores das 11 horas; Cobras	-
<b>relacionamento social</b>	Confiança; Liberdade (2); Família	Amigos; Falta de união; Barulho de rádio alto	Sentimento humano; Amizade; Liberdade; Carinho
<b>lembranças e memórias</b>	-	Marido falecido; Mãe falecida	-
<b>elementos materiais</b>	IAPI	Meu próprio apartamento; Rádio; Meu prédio; Balanço nas árvores; Esgoto	-
<b>sentimentos pessoais</b>	Ótimo/maravilhoso; Adoro; Alegria; Sossego	Lar	Prazer; Amor (8); Orgulho (3); Felicidade; Conforto; Alegria; Exclusividade; Lar doce lar

**tabela 01.**  
Respostas informadas pelos participantes da segunda oficina (24 de março de 2018)  
<<

O processo de espacialização das palavras informadas também foi marcado por debates, pois, necessariamente, os participantes deveriam chegar a um acordo sobre o local apontado no mapa correspondente a cada resposta. Em virtude da possibilidade de referências abstratas em respostas à pergunta sobre os sentidos, determinou-se que essas informações não seriam colocadas no mapa. Primeiro, foram tiradas e referenciadas no mapa, uma a uma, as respostas do saquinho *pensamentos* e, posteriormente, fez-se o mesmo para o conteúdo do saquinho *emoções*.

Como pode ser observado na tabela anterior, quando questionados sobre o que mentalizavam quando pensavam no Vila Guiomar, a maioria dos participantes expuseram sensações e isso tornou difícil estabelecer um local no mapa como representativo de tal sentimento. Assim, sem nenhuma orientação prévia, quando iniciavam o debate sobre o melhor local para representar cada resposta, os moradores já sugeriam lugares e construções como um objeto correspondente aquela sensação. Isso fez com que aquilo que foi escrito no mapa fosse distinto das palavras anotadas e guardadas no saquinho *pensamentos*. As relações entre algumas das respostas dadas e os lugares representativos ficaram do seguinte modo:

- confiança, sossego e família -> prédios;
- ótimo/maravilhoso -> Sesc;
- alegria e adoro -> tudo (área dos “prédios velhos” e entorno);
- liberdade -> rua

Essa mudança de termos evidência a importância da presença do mapa do bairro, pois, como previsto, foi um elemento facilitador da tradução das imagens mentais, desenvolvidas pelos participantes e sintetizadas nas palavras colocadas no saquinho, em algo material e/ou identificável no espaço urbano do conjunto.

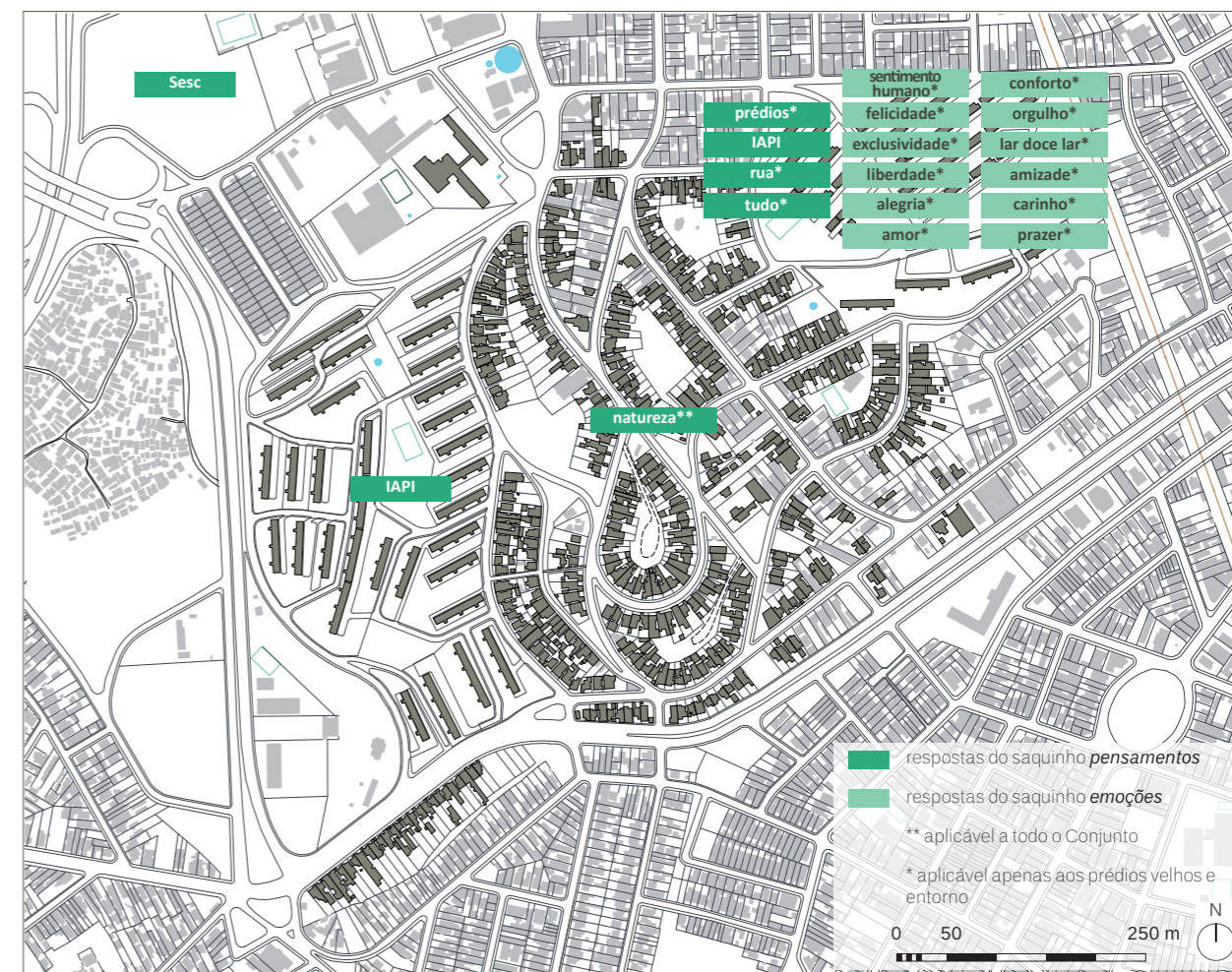
149. Processo de marcação no mapa das respostas apontadas na segunda oficina. >>



Outro ponto interessante diz respeito às delimitações inicialmente informadas e os reais limites territoriais onde os moradores espacializaram suas referências. Os participantes entendem o IAPI Vila Guiomar como toda a área onde o conjunto foi implantado: “prédios velhos”, casas e “prédios novos” – excluindo-se apenas as residências já citadas da Rua da Catequese. Contudo, quando foi solicitada a indicação de um lugar no mapa como da resposta *IAPI*, os participantes não consideraram as quadras das casas como pertencentes ao conjunto o que fez com que tal resposta fosse marcada nas regiões onde foram implantados os apenas edifícios.

Como pode ser observado na Figura 150, com exceção de três respostas, todos os pensamentos e sentimentos dos moradores foram marcados no entorno dos prédios onde moram. Apenas o item natureza, resposta pertinente ao saquinho *pensamentos*, foi inserido na região central do mapa, pois é considerado como algo abrangente a todo o conjunto.

No momento de indicação no mapa das respostas pertencentes ao saquinho *emoções*, os participantes não excitavam em considerar diretamente o local a ser anotado como a região dos “prédios velhos”. Para quase todos os itens, eles respondiam em coro a palavra “*tudo*” e explicavam que aquela resposta correspondia à área do conjunto onde eles moram: “prédios velhos”, quatro prédios da tipologia HC e áreas livres do entorno.



150. Acima, espacialização das respostas dos saquinhos pensamentos e emoções da segunda oficina.



151. Participantes da segunda oficina. <<

### 5.3.3. Terceira oficina Mapa dos valores do IAPI Vila Guiomar

A realização da terceira, e última, oficina com os adultos foi considerada um ponto de inflexão do processo de aproximação e diálogo com os moradores do Vila Guiomar. Marcada com quase um mês de antecedência, dois dias antes de sua ocorrência, a Tânia me avisou que apenas uma pessoa tinha confirmado presença. Tal notícia foi uma triste surpresa que desmotivou a pretensão de realizar uma quarta oficina com os adultos, visto que a primeira teve um quórum baixo de participantes.

Mesmo incerta a ocorrência da terceira oficina, fomos para o conjunto com esperança de que as pessoas aparecessem. Pontualmente às 9h30, oito moradores estavam na sede da associação para participarem da atividade. Distintos do grupo da segunda oficina, esses moradores apesar de se conhecerem, não aparentavam ter relações de amizade muito próximas. Todos se conheciam, cresceram no conjunto, mantinham contato cotidiano e tinham muito a expor e questionar sobre o Vila Guiomar, mas os diálogos que surgiram em alguns momentos da oficina não caminharam para brincadeiras e temas externos aos abordados na atividade.

Quando afixado o mapa do bairro, os participantes não demonstraram tanto interesse em se aproximar, observar e encontrar os prédios onde residiam. Como na oficina anterior, depois de todos estarem acomodados, me apresentei, apresentei a proposta do trabalho, a intenção da oficina, como ela se desenvolveria e o que teríamos como produto final.

O mapa utilizado foi o mesmo em ambas atividades, assim, já estavam demarcadas as poligonais do bairro e do IAPI estabelecidas na oficina anterior. Então, em vez de pedir para os participantes determinarem tais limites, foi explicado a eles o que os moradores que vieram na oficina anterior tinham definido como área do bairro e do IAPI e, em seguida, foi perguntado se eles concordavam. A poligonal já desenhada como o IAPI foi amplamente aceita, mas para esses moradores, o bairro Vila Guiomar abrangia também a área entre a Rua da Catequese e os fundos dos prédios do tipo HC que estão próximos aos “prédios velhos”. Eles justificaram que a Prefeitura considera aquela região como o Bairro Vila Lea, contudo, ninguém se referia aquele local assim, pois para os moradores, que residem ali e no entorno, esse território também corresponde ao Vila Guiomar.

No geral, pode-se caracterizar essa oficina como mais tranquila em comparação a anterior. Isso porque esses oito moradores se portaram com mais seriedade em relação à atividade e aos desdobramentos que ela poderia ocasionar. Isso não quer dizer que não ocorreram momentos de distração ou comentários alheios ao tema, apenas que as repostas informadas de fato partiram de um momento de reflexão pessoal sobre aquilo que as perguntas abordavam.

Já no primeiro momento de questionamento, sobre o que imaginavam quando pensavam no Vila Guiomar, conforme as respostas foram sendo anotadas uma enérgica conversa surgiu



152. Acima, Delimitações do IAPI e do bairro Vila Guiomar indicadas pelos moradores da terceira oficina.

entre alguns participantes. Aos poucos todos estavam dentro da conversa, inclusive eu, pois o tema era a oficina. Muito gentilmente, a moradora Isabel quis saber o porquê eu estava estudando o Vila Guiomar e, assim, perguntou-me se eu nasci em Santo André ou em alguma cidade do ABC. Respondi que não era originária da região do ABC e que conheci o Vila Guiomar a partir de uma pesquisa de iniciação científica que realizei entre o terceiro e quarto anos da faculdade. Expliquei também que, naquela ocasião, achei o conjunto muito interessante do ponto de vista da arquitetura e da área verde proposta pelo arquiteto e que, quando tive de propor e desenvolver um trabalho no fim da graduação, não hesitei em continuar estudando o Vila Guiomar, pois eu acreditava que meu trabalho pudesse ser uma contribuição aos estudos já elaborados sobre o conjunto.

A moradora Isabel ficou satisfeita com essa resposta e agradeceu. No entanto, outra moradora, Lourdes, quis fazer outras perguntas, não relacionadas a mim, e sim à oficina. Inicialmente, a moradora Lourdes explicou vários problemas que o bairro tem com relação ao lixo jogado nas áreas livres, à manutenção das áreas internas de circulação dos edifícios e ao relacionamento entre os moradores mais antigos e os mais recentes. Tudo o que foi

relatado foi justificado pelos outros participantes como conflitos e dificuldades comuns a todos os prédios do IAPI, salientando que eram questões e soluções dependentes da compreensão de vida em comunidade de cada pessoa e apontaram algumas ações possíveis para melhorar tais situações.

153. Discussão sobre o propósito da oficina com os moradores.

>>



Com relação à oficina, especificamente, a moradora Lourdes expos que para participar teve de sair de sua casa, dispor de tempo e vontade e, portanto, gostaria de saber o que de concreto os moradores e o bairro ganhariam com aquela atividade. Foi um momento complicado, pois, apesar de supor e me conscientizar sobre questionamentos e diálogos que pudessem acontecer ao longo das oficinas, eu não tinha imaginado a ocorrência de uma situação dessas. Apesar de surpresa, considerei tal colocação como muito proveitosa e importante para mim e para aquelas pessoas, pois foi um momento importante de mediação entre pesquisador e comunidade detentora do objeto de estudo.

Primeiro manifestei minha compreensão como uma graduanda que estuda algo e expliquei que as pesquisas acadêmicas não têm obrigatoriamente a intenção de gerar um produto imediato e aplicável ao cotidiano da sociedade. Depois, justifiquei que o trabalho que eu estava desenvolvendo sobre o Vila Guiomar era sobretudo teórico e não tinha como objetivo principal realizar projetos de intervenção no bairro. Com isso, Lourdes desejou saber com quem se deve falar para que os problemas do Vila Guiomar fossem resolvidos. Assim, expliquei aos participantes que o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos era ótimo para a construção de estudos e compreensões sobre o mundo em que vivemos. Pontuei que, por mais que não se desdobrem em ações concretas, as pesquisas nos permitem conhecer melhor nosso passado e entender o presente. Enfatizei que tudo o que desejarmos para nossa rua, nosso bairro, nossa cidade, etc., deve partir de nós enquanto sujeitos da

sociedade que querem conhecer alguma história, modificar algum espaço da cidade ou mesmo que desejam o reconhecimento de algo significativo como um objeto, uma dança, uma casa ou um lugar.

Por fim, salientei que uma área do bairro, um pouco maior aquela que tínhamos delimitado como o IAPI Vila Guiomar, foi considerada pelo Plano Diretor de Santo André (2012) como uma Zona Especial de Interesse de Patrimônio (ZEIP), mas ainda não havia sido regulamentada e, assim, afirmo que a oficina era um momento oportuno que os moradores estavam tendo de observarem o Vila Guiomar e pontuarem bens e lugares que consideravam importantes. Recordei-os que, possivelmente, o trabalho não resultará em uma ação institucional dos órgãos do município, contudo, tudo o que ocorresse na oficina ficaria registrado e, assim, o caderno final da pesquisa poderia ser utilizado por eles como um documento para conhecer uma narrativa da história do bairro contada por alguém de fora, para perceber os valores que os participantes das oficinas estavam estabelecendo para o Vila Guiomar ou mesmo para reivindicar melhorias nos espaços livres e o reconhecimento dos bens e lugares significativos para eles.

Após isso, os participantes comentaram brevemente ações que poderiam realizar em prol da melhoria do bairro e não ocorreram mais questionamentos quanto à oficina ou ao trabalho. Considerei toda essa situação como significativa e positiva, pois foi o único momento no qual os moradores que participaram das oficinas se interessaram em entender sua presença ali e refletiram sobre o papel deles enquanto sujeitos responsáveis e ativos na construção do território que ocupam por meio da moradia e de suas atividades diárias.

Os momentos relativos às questões sobre os *sentidos* e as *emoções* ocorreram com bastante tranquilidade. Alguns comentários surgiram, mas nenhum deles evoluiu para outra discussão conjunta. Com relação às respostas colocadas no saquinho *sentidos*, elas apresentaram uma particularidade que não ocorreu nas oficinas anteriores: quase todas as respostas fizeram menção a cheiros diversos, sentidos em casa, nos espaços públicos e, até mesmo, guardados como memória da infância.



154. Processo de anotação em pedaços de papéis das respostas informadas pelos participantes da terceira oficina.

<<

Classificadas com base nas mesmas categorias apresentadas no item anterior, as respostas dessa terceira oficina podem ser visualizadas como no esquema abaixo:

**tabela 02.**  
Respostas informadas pelos participantes da terceira oficina (07 de abril de 2018).  
>>

	Saquinho pensamentos	Saquinho sentidos	Saquinho emoções
<b>meio-ambiente</b>	-	Ar puro; Cheiro das árvores; Cheiro da grama; Cheiro da terra molhada; Som dos pássaros (4)	-
<b>relacionamento social</b>	Berço dos filhos; Falta de fiscalização da Prefeitura	-	Tristeza pela falta de cuidado; Segurança (2); Pertencimento
<b>lembranças e memórias</b>	Infância (3);	Cheiro da dama da noite que tinha em frente à casa da mãe; Barulho da infância; Cheiro que senti no dia que cheguei aqui	-
<b>elementos materiais</b>	Prédios e igreja; Centro;	Cheiro de comida sendo feita; Mistura de cheiro de arroz cozinhando com café sendo coado ao lado	
<b>sentimentos pessoais</b>	Progresso; Bairro privilegiado	-	Conquista; Privilégio; Alegria; Super feliz; Prazeroso; Comodidade

De modo análogo aos moradores presentes na segunda oficina, algumas respostas colocadas no saquinho *pensamentos* eram bastante abstratas e sua espacialização exigiu que fossem traduzidas em algum espaço físico do conjunto. Com isso, o momento de espacialização no mapa também foi marcado por conversas e debates sobre os melhores lugares que referenciavam as palavras informadas. Primeiro, foram demarcadas, uma a uma, as respostas do saquinho *pensamentos* sendo algumas das relações estabelecidas, entre as respostas e locais no mapa, expostas a seguir:

- infância -> córrego; plantação de eucaliptos que existia atrás da Igreja; entorno dos prédios;
- progresso -> equipamentos públicos; praças públicas;
- bairro privilegiado -> equipamentos públicos presentes no bairro; proximidade com o centro;

Com relação as palavras coletadas no saquinho *emoções*, naturalmente elas deveriam ser abstratas, no entanto, em alguns casos os participantes sentiram necessidade de relacioná-las com um elemento específico. Isso fez com que algumas dessas respostas também dispusessem da

relação explicada anteriormente:

- conquista -> casa própria; equipamentos públicos;
- comodidade -> comércios da rua das Monções e da rua da Catequese;
- privilégio -> Sesc;
- prazeroso -> áreas verdes;

Há algumas respostas que consideram a área dos “prédios velhos” e seu entorno como um local importante e distinto de modo que algumas informações só se aplicam ali: berço dos filhos, prédios, infância na rua e conquista do próprio apartamento. Há ainda outras espacializadas nos equipamentos, mas o que chama a atenção é a quantidade de itens considerados como aplicáveis a todo o conjunto do IAPI. Referências positivas e negativas relacionadas a sensações ou a elementos materiais foram consideradas como algo relativo ao conjunto e não apenas à região do entorno de suas moradias, como foi observado na segunda oficina.

Outro aspecto interessante diz respeito aos itens marcados fora da área estabelecida como o IAPI ou como o bairro Vila Guiomar. No geral, essas respostas se referem a sensações que os moradores possuem em relação a localização do conjunto na cidade. Próximo ao centro cívico e histórico do município, ao terminal rodoviário e à estação da CPTM e, também, repleto de equipamentos públicos – sendo um deles de grande porte (Sesc) – realmente o Vila Guiomar apresenta-se como um local peculiar em Santo André.

Conforme as qualidades do conjunto foram apontadas e comentadas, um morador revelou sua angústia com relação ao futuro da região dos “prédios velhos”. Adjacente ao Bairro Jardim, com uma arborização significativa e muito próximo ao centro de Santo André, muitos moradores compartilham certo medo de que, um dia, o conjunto seja demolido para dar lugar a grandes torres de apartamentos de alto padrão. Em meio a tal discussão, um participante sugeriu o tombamento do IAPI como uma solução – “*E se a gente pedir para tombar, para isso aqui não acabar?*”. Sem entender muito bem o que significava o tombamento do conjunto e qual órgão deveria realizar tal ação, aos poucos eles mudaram o tema da conversa e passaram a apontar características positivas do bairro.

A presença, processo de espacialização e comentários feitos com relação a resposta *pertencimento* foram relevantes na conformação de um perfil dos moradores que participaram da terceira oficina. O significado dessa palavra é expressivo considerando o contexto do objeto de estudo: conjunto de habitação social específico para trabalhadores da indústria. Além disso, o sentimento de pertencimento revela uma relação muito específica e profunda entre um indivíduo e um grupo ou um local. Desde o início, tal palavra foi sugerida e acordada como relativa a todo o conjunto por todos os participantes, sendo sua justificativa muito interessante:



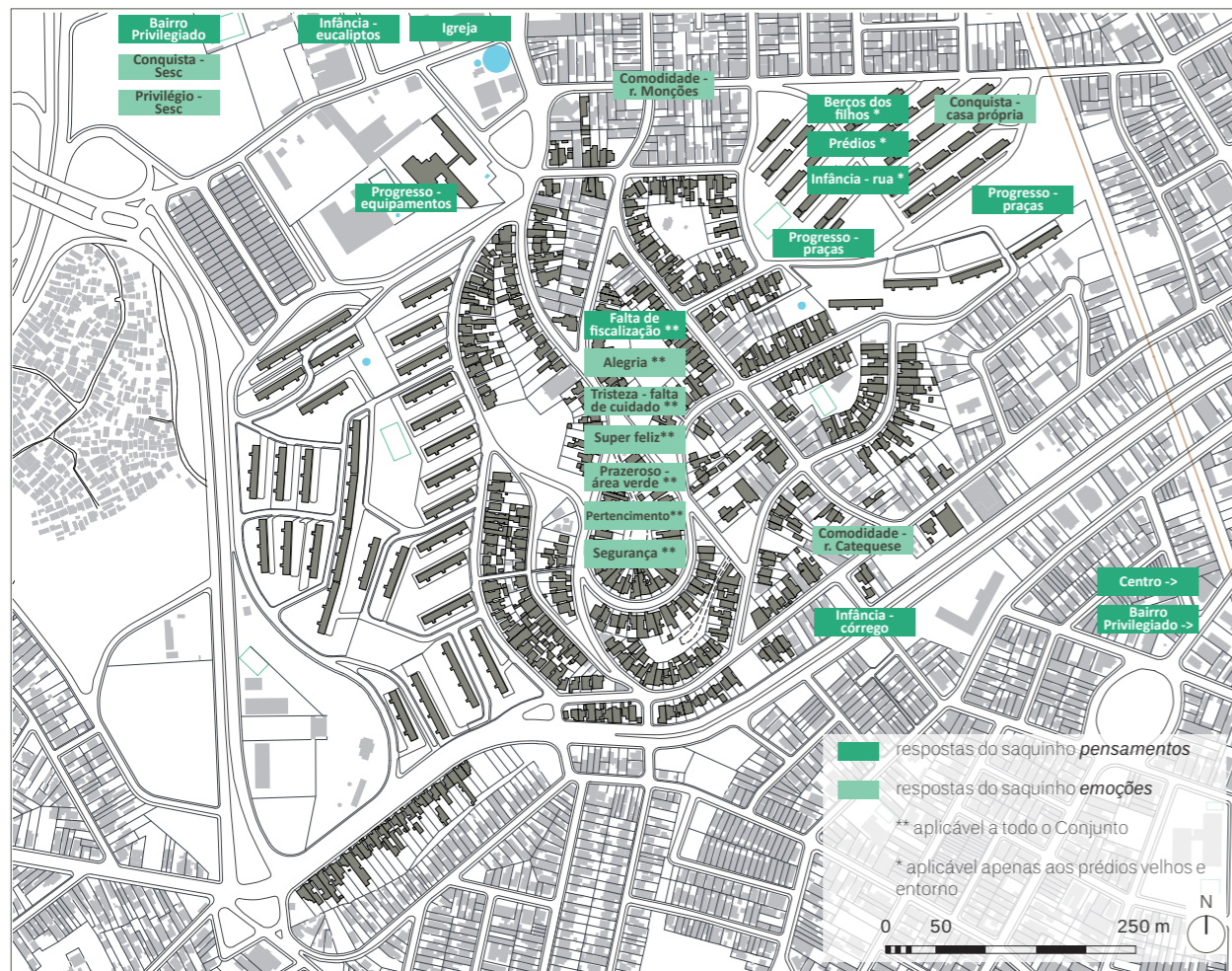
“Eu sou desse lugar. Sou de toda a Vila”

“A casa é o lugar onde a gente dorme, passamos a maior parte do tempo no quintal”

Esses comentários explicitam a forte relação que alguns moradores têm com o conjunto e revelam que sua ideia de comunidade extrapola a região adjacente ao seu prédio.

De modo geral, apesar de contar com um menor número de participantes, a terceira oficina resultou em um mapa cujos valores e locais apontadores estavam mais distribuídos pelo bairro. Além disso, foi dada maior ênfase à presença de equipamentos públicos no bairro

155. Abaixo, espacialização e sua proximidade com o centro da cidade. A espacialização dos resultados da oficina pode ser observada na Figura 155: das respostas dos saquinhos pensamentos e emoções da terceira oficina.



156. Participantes da terceira oficina. <<

### 5.3.4. Oficina o que eu sentiria saudade

A intenção em realizar uma oficina com as crianças que vivem no IAPI Vila Guiomar era verificar se os bens e locais aos quais elas atribuem importância e significado eram os mesmos dos adultos. Como previsto, os participantes não chegaram no mesmo horário para a oficina, e sim aos poucos. Ao todo, seis crianças participaram da atividade, mas nem todas realizaram os dois desenhos propostos.

Conforme foram chegando, a Tânia apresentava as crianças a mim e eu a elas. Estabelecido esse primeiro contato, elas eram convidadas a escolher um lugar na mesa para sentarem. Por meio de uma conversa rápida perguntava a idade, o que tinha feito antes de ir para a sede da associação, se sempre morou no conjunto, se gostava de desenhar, etc. Ao mesmo tempo em que tal diálogo era construído, as folhas de desenhos foram distribuídas.

Seguindo o planejamento elaborado, após a distribuição do material, as crianças foram convidadas a si retratarem na folha e ao lado desenharem algo que mais gostam no conjunto.



157 a 159 Crianças desenhando a si mesmas durante a oficina *O que eu sentiria saudade*. <<

160. Itens retratados, pelas crianças, como aquilo que mais gostam no bairro durante a oficina *O que eu sentiria saudade.* >>



Esses primeiros desenhos retrataram elementos diversos da vida das crianças existentes nos espaços livre e públicos ao redor dos prédios. Bola, cachorro, árvores e balanços foram alguns desses itens. Sol, nuvens, grama e algumas flores foram elementos regulares presentes nos desenhos elaborados. Quando questionadas se tais objetos faziam parte daquilo que elas mais gostavam no conjunto, todas responderam que sim e que não: não era algo que mais gostavam no bairro, mas eram itens que elas apreciavam.

161. Itens retratados, pelas crianças, como aquilo que mais gostam no bairro durante a oficina *O que eu sentiria saudade.* <<



162. Itens retratados, pelas crianças, como aquilo que mais gostam no bairro durante a oficina *O que eu sentiria saudade.* <<

A oficina com as crianças seguiu certinho o roteiro estipulado anteriormente e, como as situações de conversas já estavam previstas, os diálogos que surgiram ao longo da atividade não atrapalharam seu desenvolvimento. Depois que começamos a conversar sobre o que elas gostavam de fazer, o que assistiam na televisão, etc., o momento do vídeo passou a ser muito aguardado pelas crianças.



163. Crianças assistindo ao vídeo na oficina *O que eu sentiria saudade.* <<

Apesar de curto (teze minutos), as crianças não quiseram assistir o vídeo até o final e, quando sugerido que parássemos após o clipe, todas aceitaram prontamente. No momento de conversa posterior ao filme, os participantes não levaram muito tempo para abordarem o tema da saudade. Assim, não tardou muito até que eles iniciassem o segundo desenho: se vocês se mudassem daqui para uma outra casa, do que sentiriam saudades?

A maioria deles, precisou pensar por um tempo uma vez que, combinamos que não valia desenhar pessoas ou objetos de dentro de suas casas. Exceto por uma, todas as outras crianças

retrataram seus próprios lares, como uma casa ou como um edifício mesmo. O único desenho que ilustrou um ambiente externo ao apartamento, acrescentou passarinhos, bola e um arbusto como elementos que fariam falta em uma nova residência.

164. Desenhos daquilo que as crianças mais sentiriam falta na oficina *O que eu sentiria saudade.* >>



165. Desenhos daquilo que as crianças mais sentiriam falta na oficina *O que eu sentiria saudade.* >>



Considerando os primeiros desenhos elaborados pelas crianças, a importância do espaço público do brincar de bola, do balanço, da liberdade, da natureza, das praças, etc., é um ponto de conexão evidente entre aquilo que foi exposto nas oficinas dos adultos e na das crianças.



166. Desenhos daquilo que as crianças mais sentiriam falta na oficina *O que eu sentiria saudade.* <<

Com base nas oficinas foi possível perceber que a habitação ocupa um lugar significativo na imagem do conjunto formada pelos moradores, mas as áreas livres - tão características do projeto elaborado por Carlos Frederico Ferreira - também assumem um lugar importante na constituição do que é o conjunto e onde estão espacializados os pensamentos, sentidos e emoções dos moradores.

**PARTE III**

**PATRIMÔNIO**

# Capítulo 6

## Materialidade e Essência, narrativas de valoração

### 6.1. Compreendendo valores

Os estudos e aproximações apresentados ao longo dos capítulos anteriores permitem ampliar a compreensão do significado do IAPI Vila Guiomar com relação à historiografia da habitação social e operária no Brasil, ao desenvolvimento da cidade de Santo André e à arquitetura e ao urbanismo moderno brasileiro. E como um território constituído e repleto de apropriações e de sentidos estabelecidos por seus habitantes.

Como apontado pelo próprio título, a primeira etapa deste trabalho – *Materialidade* – debruçou-se na compreensão do Conjunto Vila Guiomar a partir da sua parte física, que foi planejada, edificada, apropriada e modificada pela sociedade. A segunda parte – *Essência* – buscou, a partir do diálogo, assimilar quais sentidos, significados e valores os moradores atribuem e identificam nesse espaço físico, de modo a conferir-lhe uma presença menos etérea nesse esforço de perceber sua habitação como patrimônio cultural (MENESES, 2017).

Entende-se que os vetores utilizados para estudar o IAPI andreense em ambas etapas não são excludentes e tal separação foi um modo de facilitar as leituras elaboradas. Ao abordar a relação entre materialidade e imaterialidade, Meneses (2012: 31) salienta que,

“(...) todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais.”

Assim, as leituras realizadas ao longo das *Partes I e II* podem ser encaradas como complementares uma vez que objetivaram identificar os valores do Vila Guiomar. A intenção de produzir tais análises provém do esforço de compreender e evidenciar a importância e o ganho que a aproximação entre estudos técnicos e experiências da comunidade local podem proporcionar à identificação e ao reconhecimento dos valores culturais de um bem, pois “*nos conjuntos residenciais, moradores, estudiosos, usuários e cidadãos compartilham tais significações*” (NASCIMENTO, 2011: 211); (MENESES, 2012; NASCIMENTO, 2017).

Como apontado no *Capítulo 4*, a Constituição de 1988 reconheceu a sociedade brasileira

(e suas diversas possibilidades de agrupamentos) como o sujeito que formula e, portanto, deve designar os valores do patrimônio cultural da nação. Mais que admitir o papel da população como operador central na determinação dos bens patrimoniais, tal legislação assumiu que um objeto material em si não dispõe de valores inerentes a sua existência e, portanto, estimula a compreensão de que são nos processos de socialização que a dimensão imaterial de um objeto é mobilizada de modo a desenvolver e revelar seus valores.

Conceituando o valor socialmente atribuído a um bem como uma síntese ou composição formada a partir das relações e dos significados histórico, emocional, cultural e espiritual, e apoiada na ideia de Jokilehto e Feilden (1993) sobre tempo histórico, Pedrosa (2011) ressalta a temporalidade como um elemento importante no processo de valoração de um bem. Para a autora, a passagem do tempo permite que o objeto seja marcado por “(...) *diversas intervenções durante seu período de existência, provocadas por necessidades e aspirações sociais*” (PEDROSA, 2011: 104) capazes de transmitir mudanças da sociedade, relativas às condições culturais, sociais, econômicas e políticas, e que contribuíram para sua conformação atual. Ou seja, a materialidade dos bens dispõe de evidências que comunicam apropriações e acontecimentos realizados por sujeitos sociais que podem não ser os mesmos do momento presente, mas que colaboraram para a formação da sociedade atual.

Dessa maneira, entende-se que patrimônio cultural é uma construção social e, sob tal condição, não é algo estático, pois os processos de valoração que o reconhecem estão relacionados aos contextos e práticas sociais específicas de tempo e lugar (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000). Uma vez que os significados e os usos conferidos pelas pessoas decorrem de um contínuo processo de construção e de reconstrução de suas relações com o bem, os valores que esses objetos representam podem variar. Assim, os valores identificados no Vila Guiomar não devem ser encarados como perpétuos, mas passíveis de mudanças ao longo do tempo.

Há que se considerar ainda que os sujeitos sociais que se relacionam com um bem são heterogêneos de modo que os usos, significados e valores atribuídos podem divergir, evidenciando disputas. Sobre isso, Meneses (2012: 38-39) alerta que o campo dos valores é uma “*arena de conflitos*” e, portanto, “*eles precisam ser enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser propostos, recusados, transformados - não impostos*”.

O que se pretendeu com a exposição de tais ideias não foi adentrar profundamente na “*problemática do valor*” anunciada por Meneses (2012: 32) e discutida por Pereira (2012) com o nome de *axiologia*, mas esclarecer a ideia que será utilizada sobre o que compõe o valor cultural de um bem. Com base no que foi apresentado, pode-se considerar o IAPI Vila Guiomar como um objeto material cuja dimensão imaterial de significado e valor procede, essencialmente, de seus habitantes, mas também pode ser identificada por outros agentes sociais a partir do estudo aprofundado de sua materialidade de modo que é possível tecer uma rede de valores com base nos estudos técnicos e nas percepções da comunidade local.

Como já apontado em outros momentos, os diálogos estabelecidos com os moradores do Conjunto por meio das oficinas não foram numericamente expressivos, mas correspondem à parcela da população do IAPI andreense que foi possível se aproximar ao longo deste trabalho. Desse modo, além de legítimos e importantes, os valores apontados pelas oficinas realizadas devem ser encarados também como uma amostra de algo, supostamente, mais amplo.

## 6.2. Categorizando os valores

Desde o início do século XX e inicialmente apoiado na noção de monumento<sup>1</sup>, os valores de um bem cultural vêm sendo investigados de modo a estabelecer categorias que possam auxiliar na compreensão das características do bem. Alôis Riegl, com sua obra *O Culto Moderno aos Monumentos* (1903), ao analisar o conceito de monumento, pioneiramente, buscou defini-lo a partir dos valores que lhe podem ser atribuídos ao longo do tempo (CHOAY, 2001). Para isso, Riegl determinou uma tipologia de valores específica e estruturada a partir de Valores de Rememoração – ligados ao passado – e Valores de Contemporaneidade – que pertencem ao presente (CHOAY, 2001; CUNHA, 2006; PEDROSA, 2011).

Diversos são os autores e estudos que, conscientes dos tipos de valores elaborados por Riegl, investigaram outras possibilidades de atributos que pudessem ser empregues para definir a importância de um bem. Reconhecendo que o conceito de valor pode assumir diversos significados<sup>2</sup>, este trabalho não tem a intenção de problematizar e analisar com profundidade a diversidade de valores já anunciada e/ou utilizada pela bibliografia existente sobre esse tema. No entanto, ao longo da elaboração desta pesquisa, foram analisados alguns trabalhos que discorrem sobre tipologias de valoração de um bem e que auxiliaram a ponderar categorias que podem ser utilizadas para nomear os valores identificados no Vila Guiomar.

Pedrosa (2011) e Pereira (2012), objetivando problematizar e estabelecer possíveis valores operados na determinação da significância cultural de um bem, apresentam algumas tipologias de valoração tomando como base produções de Erica Avrami<sup>3</sup>, Randall Mason<sup>4</sup>, Marta de la Torre<sup>5</sup>, Jukka Jokilehto e Bernard Feilden<sup>6</sup>, Alôis Riegl e cartas patrimoniais que abordam o

<sup>1</sup> Tal como é utilizado por Françoise Choay ao longo de seu trabalho “A alegoria do Patrimônio” (2001).

<sup>2</sup> Conforme Lacerda (2002 apud PEDROSA, 2011), em diferentes tempos e espaços, a compreensão da palavra valor pode variar entre indivíduos e grupos sociais.

<sup>3</sup> Trabalhou como técnica no The Getty Conservation Institute (GCI).

<sup>4</sup> Trabalhou como técnico no The Getty Conservation Institute (GCI).

<sup>5</sup> Trabalhou como técnica no The Getty Conservation Institute (GCI).

<sup>6</sup> “*Guide de gestion des sites du patrimoine culturel mondial*” (1993).

tema da significância cultural, sobretudo a Austrália *ICOMOS Burra Charter*, 1999<sup>7</sup>. Estruturando as categorias apresentadas entre Valores Socioculturais/Valores de Rememoração e Valores Socioeconômicos/Valores da Contemporaneidade, Pedrosa (2011) estuda com maior detalhe os valores apresentados por Mason (2002), Jokilehto e Feilden (1993) e Riegl (2006) e descreve dezesseis valorações que podem ser identificadas nos bens culturais: histórico, de rememoração intencional, de antiguidade, cultural/simbólico, social, espiritual/religioso, estético, científico ou de investigação, arquitetônico, econômico, de uso/funcional/mercantil, de não uso/não mercantil, de existência, de opção, de arte e político.

Com relação às categorias de valoração a serem utilizadas no Vila Guiomar, o que se deseja é estabelecer tipos que deem conta de expressar “o caráter não monolítico dos valores culturais” (NASCIMENTO, 2011: 211). Ou seja, o objetivo é empregar uma tipologia que suporte e nomeie também os valores anunciados pela sociedade.

Considerando que há nomenclaturas que podem induzir ou possibilitar a consideração de valores como intrínsecos a materialidade do bem, será evitado o uso de categorias que possam limitar a indicação dos valores observados tal como ocorre no Decreto-Lei 25/1937<sup>8</sup>. Frente a tal restrição, o roteiro de componentes do valor cultural proposto por Meneses (2012), em sua conferência “O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas”, parece adequado para denominar os múltiplos valores do Vila Guiomar. Contudo, devido a possibilidade de outros atributos não estarem perfeitamente contemplados nesses tipos, talvez seja válido utilizar algumas classificações de outros autores, como Valor Econômico e Valor Político.

Faz-se necessário pontuar que a existência de um valor não exclui outros e ele não existe isoladamente, pois a gama de significados que podem ser interpretados e valorados é muito ampla e dinâmica devido aos diversos atores sociais que devem estar incluídos no processo de valoração de um bem cultural (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000; MENESES, 2012; PEDROSA, 2011). Assim, os valores identificados devem ser observados como um único Conjunto cuja fragmentação deve ocorrer como um recurso para auxiliar sua análise (MASON, 2002 apud PEDROSA, 2011).

- Valores Cognitivos: pode ser compreendido como a condição do bem enquanto um testemunho capaz de comunicar algo. Conforme define Meneses (2012: 35),

“por seu intermédio pode-se conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício,

<sup>7</sup> Elaborada pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) da Austrália, a Carta de Burra “indica linhas de orientação para a conservação e para a gestão dos sítios com significado cultural (sítios patrimônio cultural)” (ICOMOS, 2006).

<sup>8</sup> Em seu Artigo 1º, bens constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional devem estar ou vinculados a fotos memoráveis da história ou dispor de “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (BRASIL, 1937).

seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico; podemos traçar os efeitos dos interesses em causa na sua projeção, as condições históricas (técnicas, econômicas, políticas, sociais, culturais) de sua construção, usos e apropriações, os diversos agentes ou categorias sociais envolvidos, sua trajetória, sua biografia.”

- Valores Formais: relacionado com a percepção sensorial, mais pessoal e individualista, que o bem pode oferecer. Meneses (2012: 36) o nomeia também como valor estético, mas alerta que não se trata de estilos ou beleza, para ele “a estética diz respeito a essa ponte fundamental que os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo”. Ou seja, é a capacidade do bem, por meio de sua composição formal/física, de proporcionar ao seu observador uma resposta sensorial que lhe permite ter consciência daquilo que ele observa com base nas reações de seus sentidos. É perceber a forma, dimensão, cor, textura, cheiros, sons do bem cultural de modo a (re)conhecê-lo.

- Valores Afetivos: referem-se aos vínculos subjetivos que os usuários estabelecem com o bem a partir da percepção e da vivência. Assim, os valores afetivos correspondem aos atributos pelos quais o bem se torna foco de sentimentos para os grupos sociais que com ele se relacionam, ou seja, são os valores que afloram através da história eleita pela memória. Tais conexões subjetivas acompanham uma dimensão simbólica de significado que permite aos indivíduos produzirem vínculos de identidade e pertencimento com o bem cultural em questão, sendo um valor proveniente de uma experiência passada.

- Valores Pragmáticos: tem relação com o uso que o bem abriga e o quanto esse uso é natural, ideal ou mesmo identitário do bem. Com relação aos conjuntos habitacionais, Nascimento (2011: 211) justifica que seus valores pragmáticos decorrem do fato de serem “o teto que abriga, a escola que ensina, a praça em que brincam centenas de crianças em todo o país”. É o uso que o bem pode abrigar e que pode ser considerado como positivo, padrão, excelente.

- Valores Éticos: correspondem “às interações sociais em que eles [os bens] são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro” (MENESES, 2012: 37), assim não são valores associados diretamente aos bens, mas sua presença permite a ocorrência. São valores derivados de práticas que ocorrem a partir do diálogo/respeito entre diferenças.

- Valores Econômicos: correspondem ao custo do bem no que tange a quantidade de recursos necessários para sua aquisição. Conforme Jokilehto e Feilden (1993 apud PEDROSA, 2011), tal valor não se restringe a uma dimensão financeira, pois o preço de um bem não é medido considerando apenas o quanto vale sua porção material. Sobre o valor econômico de um bem também incide uma atribuição coletiva de importância, relevância e interesse (PEDROSA, 2011).

- Valores Políticos: existem quando o bem cultural se relaciona a eventos específicos de sua região ou país de modo que ele possa ser mobilizado para representar ou rememorar tal fato (JOKILEHTO, FEILDEN, 1993 apud PEDROSA, 2011).

### 6.3. Rede de valores: saberes técnicos e saberes locais

#### 6.3.1. Valores na materialidade

A análise do período entre meados dos anos 1930 e o momento atual permite observar que o Conjunto Vila Guiomar se apresenta tanto como um exemplar relacionado ao contexto histórico, político e social, nacional e municipal, como um artefato<sup>9</sup> construído e modificado por meio das interações cotidianas que vem estabelecendo com a população que o utiliza.

Com base nos trabalhos desenvolvidos pelos membros do grupo de pesquisa Pioneiros da Habitação Social (BONDUKI; BOTAS; KOURY; NASCIMENTO) expostos ao longo dos *Capítulos 1 e 2*, fica evidente o caráter do Vila Guiomar como um dos produtos concebidos pelo plano de modernização nacional, proposto pelo governo Vargas, e que assimila temas em pauta nessa época. Preocupações sanitárias, início da previdência social, expansão econômica, desenvolvimento industrial, importância do setor trabalhista, déficit habitacional, valorização de profissionais de elevado conhecimento técnico em cargos públicos, rentabilidade dos fundos previdenciários e ideais arquitetônicos e urbanísticos pregados pelo movimento moderno são algumas das temáticas presentes e debatidas dentro da política de desenvolvimento do país e que, conectadas, direcionaram ações estatais para a implantação de conjuntos de habitação social pelo Brasil, como o Vila Guiomar.

Se no contexto nacional o empreendimento andreense do IAPI tem seu lugar como um testemunho da Era Vargas e do início da produção de habitação social pelo Estado, na história do município de Santo André ele também assumi destaque. Além de constituir-se como uma presença do governo federal em um território adjacente à capital paulista, o Conjunto Vila Guiomar entrelaça-se ao processo de desenvolvimento urbano irradiado a partir da *Estação São Bernardo*, uma das paradas da ferrovia *São Paulo Railway*. O aumento das instalações industriais decorrente dos incentivos municipais, a demanda crescente por habitação de baixo custo, o contínuo loteamento das fazendas próximas à estação ferroviária e as normas urbanísticas regulamentadas pela municipalidade, orientaram um modo de ocupação do espaço cuja rentabilidade dos empreendimentos habitacionais gerou loteamentos em que a proposição de áreas verdes teve importância secundária. Frente a isso, o Conjunto Vila Guiomar insere-se singularmente no espaço urbano de Santo André e marca a cidade até o presente, pois a existência de espaços livres, além de expressiva, configurou um desenho urbano singular cuja vegetação tem sido o elemento conector de suas quadras. Além das questões físicas projetuais, o porte do Conjunto também contribuiu para o aumento da oferta de moradia operária próxima ao núcleo fabril do município.

<sup>9</sup> Compreendendo o termo artefato tal como Oliveira (2018: 201), apoiada na definição presente no dicionário Michaelis, o considera em seu estudo sobre o Lago Igapó II (Londrina - PR): “refere-se não somente a um produto do trabalho mecânico, mas a um “objeto que sofreu alteração provocada pelo homem, em oposição àquele que é resultado de fenômeno natural” (ARTEFATO, 2015).”

O IAPI andreense não foi o primeiro empreendimento habitacional construído pelo Estado Novo em solo paulista, mas se insere na primeira fase de atuação do Instituto dos Industriários de modo que a maioria de suas tipologias habitacionais descendem do *Conjunto Residencial de Realengo* e, portanto, se aproximam daquelas implantadas em outros conjuntos do IAPI pelo Brasil. A pluralidade tipológica do Vila Guiomar evidencia o esforço do arquiteto em conceber, no mesmo empreendimento, moradias que atendessem famílias de diferentes tamanhos, reconhecendo, assim, a existência dessa diversidade.

Com relação à composição formal, as edificações construídas pelo IAPI em Santo André podem ser observadas como uma evidência do debate pela busca da “*formulação de uma arquitetura moderna e brasileira*” (BOTAS, 2011: 141). Tanto os modelos de moradias térreas, quanto os blocos verticais e o Grupo Escolar, evidenciam a presença de elementos que permitem a identificação de um projeto permeado pela linguagem do movimento moderno e por componentes vernaculares como: volumes cujas superfícies são marcadas pela ortogonalidade<sup>10</sup>, esquadrias metálicas com grande área envidraçada<sup>11</sup>, térreos livres sob *pilotis*<sup>12</sup>, elementos de ventilação e iluminação das escadas similares aos modernos *cobogós*<sup>13</sup>, cobertura de uma água vista em apenas uma das fachadas<sup>14</sup>, muxarabi como guarda-corpo da varanda<sup>15</sup>, alpendres<sup>16</sup>, telhado de duas águas compostas por telhas de barro<sup>17</sup> e esquadrias de madeira compostas por pequenos vidros e venezianas<sup>18</sup>.

O ginásio do Grupo Escolar, devido ao seu arranjo arquitetônico exclusivo e à falta de documentação quanto ao projeto e sua apropriação pelos usuários, carece de considerações mais específicas. A abóbada de estrutura lamelar de madeira da quadra poliesportiva é ressaltada por Bonduki e Koury (2014) e por Botas (2011) como um elemento de destaque em virtude de sua configuração inovadora. Sendo uma composição característica e tecnicamente expressiva, a análise física do ginásio, apesar de não explicitar a formulação de uma arquitetura moderna e brasileira, permite conhecer seus materiais e técnicas, e esclarecer circunstâncias de sua construção.

<sup>10</sup> Tipologias J1-J2, I2 e HC (“prédios velhos” e “prédios novos”) e blocos de salas de aulas do Grupo Escolar.

<sup>11</sup> Tipologia HC (“prédios novos”) e blocos de salas de aulas do Grupo Escolar.

<sup>12</sup> Tipologias J1-J2, I2 e HC (“prédios velhos” e “prédios novos”) e blocos de salas de aulas do Grupo Escolar.

<sup>13</sup> Tipologias J1-J2, I2 e HC (“prédios velhos” e “prédios novos”).

<sup>14</sup> Tipologias G e HC (“caixa de fósforo” e “prédios novos”) e blocos de salas de aulas do Grupo Escolar.

<sup>15</sup> Tipologia HC (“prédios novos”).

<sup>16</sup> Tipologias A2, F3 e G (“casas geminadas” e “caixa de fósforo”).

<sup>17</sup> Tipologias A2, F3, J1-J2 e I2 (“casas geminadas” e “prédios velhos”).

<sup>18</sup> Tipologias A2, F3, J1-J2, I2 e G (“casas geminadas”, “prédios velhos” e “caixa de fósforo”).



Os atributos e componentes apresentados até aqui permitem observar o IAPI andreense enquanto um documento capaz de comunicar técnicas construtivas utilizadas em sua edificação, a política habitacional empreendida pelo Estado Varguista, o desenvolvimento urbano de Santo André, pensamentos e partidos projetuais arquitetônicos e urbanísticos e como um objeto cuja percepção permite sua compreensão e construção de significados pelo observador. Assim, tais componentes demonstram valores cognitivos e formais do Conjunto.

Se os volumes edificados no Vila Guiomar evidenciam a conciliação entre referências próprias da estética moderna e de elementos vernaculares, ambos capazes de oportunizarem distintas percepções nos sujeitos que os observam, os espaços livres propostos pelo projeto também apresentam uma composição formal apta a despertar sensações nos indivíduos que a contemplam. Ou seja, os valores formais do Conjunto estão expressos tanto pelas edificações quanto pelas áreas não ocupadas por construções.

Das áreas verdes, inicialmente, de uso público (a continuidade desses espaços não evidenciava os limites entre quintais particulares e espaços públicos com vegetação) à composição atual (na qual a vegetação é percebida por um transeunte, mas nem sempre acessível), o desenho urbano implantado no Vila Guiomar permitiu a manutenção, ao longo dos anos, de locais onde os moradores do Conjunto, e outros grupos sociais que ali transitam, possam experimentar a cidade. Assim, além de dispor de habitação, o projeto do IAPI Vila Guiomar contemplou, e oportunizou, a ocorrência de um atributo que deveria ser inerente ao espaço público: as interações sociais. O que revela também que há um valor pragmático decorrente do uso desses locais pela comunidade.

Como exposto nos *Capítulos 2 e 3*, a venda das unidades habitacionais do Conjunto iniciou um longo processo de transformação física que ainda é presente em seu cotidiano. Essas mudanças comprometem a identificação dos componentes apresentados até aqui, os quais referenciam e significam o IAPI Vila Guiomar enquanto uma materialidade que comunica ações da nossa sociedade em outros tempos.

A separação dos espaços livres particulares e públicos por muros altos e as incessantes reformas que trocam esquadrias, acrescentam e criam volumes ou, mesmo, põe a baixo as edificações originais, são ações muito significativas e que influenciam no reconhecimento, muitas vezes, de mais de um dos componentes apontados até aqui. O aumento do gabarito das casas, por exemplo, modifica essas moradias de modo que elas deixem de ser um documento que permite

“conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício, seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico; (...) as condições históricas (técnicas, econômicas, políticas, sociais, culturais) de sua construção, usos e apropriações, os diversos agentes ou categorias sociais envolvidos, sua trajetória, sua biografia.”(MENESES, 2012: 35).

Isso também contribui para alterar o modo como o desenho urbano do Conjunto é percebido por um transeunte. Se antes, na porção mais alta do terreno, um pedestre podia observar o declive sobre o qual o IAPI Vila Guiomar foi implantado, com a proliferação de sobrados e edifícios de três pavimentos, torna-se cada vez mais difícil perceber a topografia do Conjunto.

Por mais que as transformações de um bem possam ser encaradas como um produto temporal elaborado pela sociedade para atender demandas e desejos específicos, “*se submetido a reconstruções substanciais, tornar-se-á um produto do presente ficando relacionados a eles apenas valores contemporâneos*” (PEDROSA, 2011: 105). Ou seja, nessa situação, as casas perderão seu valor enquanto um testemunho que comunica fatos e ações de sua concepção e de sua trajetória e contribuirão para a perda do valor formal relacionado ao desenho urbano do Conjunto.

A ocorrência de tais alterações indica a existência de outro atributo importante do Conjunto Vila Guiomar e que deve ser considerado como algo que o identifica, referencia e, frequentemente, determina seu futuro: o valor econômico. Por ter caráter monetário, não parece natural sua consideração enquanto algo pertinente ao valor cultural de um bem. Conforme Mason (2002 apud PEDROSA, 2011), o fator econômico é o primeiro pelo qual a sociedade valora um bem, de modo que esse valor, constantemente, é sobreposto ao sociocultural.

Se o valor econômico do IAPI Vila Guiomar é algo que se relaciona com seu processo de transformação, há que se considerar também até que ponto essa transformação se limita à materialidade do Conjunto. Ou seja, sendo um núcleo inicialmente constituído por habitações destinadas aos trabalhadores da indústria, em que medida o fator econômico interfere na manutenção do uso do Conjunto como moradia social e operária, na manutenção de seu valor pragmático?

Infelizmente, a análise apenas da dimensão material do IAPI andreense não permite identificar detalhes tão específicos sobre o perfil de seus moradores. Contudo, quando identificada a presença de moradores que trabalharam na indústria, ou de seus descendentes, há que se perceber a importância desses indivíduos como qualificadores do uso de moradia nas unidades habitacionais do Vila Guiomar. Apropriado por sujeitos sociais que não possuíam, ou possuem, relação com a atividade fabril<sup>19</sup>, o Conjunto mantém seu caráter de uso habitacional, mas perde sua condição de espaço de moradia proletária. Mas, quando habitado por pessoas que trabalharam, ou trabalham, na indústria, a prática do morar do IAPI andreense se qualifica, reafirmando esse local como de moradia social e operária em Santo André.

Ao discorrer sobre os lugares de memória operária na metrópole paulista, Scifoni (2013: 106) aponta o Conjunto Vila Guiomar como um “*lugar de moradia*” que se mantém como um testemunho da presença proletária, a qual é identitária da região do ABC paulista e marcada

<sup>19</sup> Entendida como algo que transcende o trabalho como fonte de renda e se vincula, também, à dimensão política historicamente característica dos trabalhadores das indústrias localizadas no ABC paulista.

pela luta, revolta, organização e resistência dos trabalhadores contra a opressão, o controle e a alienação no trabalho. Sobre características não materializadas, mas instituídas em um bem, Pedrosa (2011) declara que a possibilidade de mobilização de tal atributo como forma de conceder-lhe relevância ou significado revela a presença de seu valor político. Assim, se a relação exposta por Scifoni (2013) permite observar o IAPI Vila Guiomar como um local que se relaciona a significativas práticas sociais realizadas pelos operários andreenses, a possibilidade de referenciar o Conjunto como um elemento que evoca e representa esse passado destaca a existência de seu valor político.

Se a análise da parte física do Vila Guiomar permite identificar componentes e referências de seus valores culturais cognitivos, formais, pragmáticos, econômicos e políticos, há muitos outros elementos correspondentes a outros valores que só são possíveis de conhecer a partir do olhar dos sujeitos sociais que se relacionam com esse espaço. De tal modo, com o propósito de continuar a tecer a rede de valores culturais do Conjunto Vila Guiomar, o próximo item se dedicará a sintetizar sentidos e valores apontados pelos moradores, ao longo das oficinas, e que estão referenciados no ambiente onde vivem.

### 6.3.2. Valores socialmente atribuídos

Nas oficinas realizadas com os moradores adultos, as respostas informadas foram encaradas como uma síntese das imagens mentais do Vila Guiomar elaboradas por cada um dos participantes a partir dos três questionamentos propostos. Como se pôde perceber ao longo do item 5.3, a maioria das respostas obtidas indicaram diversos elementos subjetivos que evidenciaram a existência de uma série de práticas, usos, sensações e sentimentos frutos das relações cotidianamente estabelecidas entre os moradores e o Conjunto. As respostas abstratas devem ser observadas como reveladoras de diversos dos valores socialmente atribuídos ao IAPI Vila Guiomar e que existem porque os moradores se apropriam, qualificam e significam a dimensão material do Conjunto.

Não se pode desconsiderar que as perguntas formuladas para as oficinas contribuíram para o caráter incorpóreo das palavras anunciadas pelos participantes. O processo de espacialização das respostas no mapa do bairro ajudou na identificação de bens e locais utilizados como suporte de tais abstrações, mas não foi capaz de traduzir completamente as relações intrínsecas entre materialidade e imaterialidade do Conjunto.

Como foi observado na segunda oficina *Mapa dos valores do Vila Guiomar*, algumas repostas foram afixadas no mapa sem que seu vetor material fosse claramente identificado. Um exemplo disso ocorreu quando os participantes relacionaram alguns dos sentimentos apontados como o todo ao redor dos “prédios velhos”, deixando em aberto algumas possibilidades sobre quais elementos se relacionavam com os sentimentos anunciados: rua, edifício, vegetação, praça, quadra, entre outros.

Os cinco temas utilizados para classificar e facilitar a visualização dos resultados obtidos nas oficinas, podem ser novamente operados de modo a auxiliar o reconhecimento dos valores atribuídos e a identificação de quais componentes materiais são mobilizados para permitir a realização das práticas, dos usos, das sensações e dos sentimentos anunciados pelos moradores. Para simplificar a relação entre “tema – respostas – vetor material – valores”, os resultados das oficinas realizadas com os adultos serão apresentados conjuntamente e os elementos representados nos desenhos das crianças serão pontuados quando pertinentes.

– Meio-ambiente (elementos materiais e imateriais relacionados à fauna e à flora): *Matinhos, cheiro de terra/ mato/ natureza/ árvores/ grama/ terra molhada, pássaros, verde, chuva, som de pássaros, eucalipto, flores, montanhas, cobras.*

Os resultados relacionados ao meio-ambiente foram bastante expressivos quanto ao apontamento de elementos físicos e revelaram algumas percepções sensoriais presentes na memória dos participantes. O cheiro e a visualização de elementos habitualmente inseridos nos espaços livres vegetados indicam a importância da existência dessas áreas para os moradores que em momentos, voluntários ou não, apreciam o ambiente externo a si, revelando, desse modo, o valor formal/estético desses locais. Elementos naturais também foram representados na oficina das crianças, mas indicando serem o suporte – ou plano de fundo – à realização de brincadeiras, como bola e balanço.

– Relacionamento social (sentimentos, situações ou percepções que só podem ocorrer a partir do contato com outras pessoas): *conheço todo mundo, confiança, liberdade, família, amigos, falta de união, barulho de rádio alto, sentimento humano, amizade, carinho, berço dos filhos, falta de fiscalização da Prefeitura, tristeza pela falta de cuidado, segurança, pertencimento.*

– Lembranças e memórias (pessoas, situações ou elementos materiais e imateriais relacionados ao passado): *pessoas falecidas, infância, cheiro de dama da noite que tinha em frente à casa da minha mãe, barulho da infância, cheiro que senti no dia que cheguei aqui.*

Em ambos temas expostos acima, quase todos os resultados indicados têm caráter subjetivo e correspondem a sentimentos experienciados a partir de situações que os moradores viveram e que podem estar conectadas à indivíduos conhecidos ou não. Assim, além de serem itens relacionados à memória dos participantes, muitas das respostas demonstram a existência de uma convivência social entre os moradores que marca diversas percepções positivas com relação ao Vila Guiomar e corrobora à construção de um sentimento de pertencimento ao Conjunto e sua história (“*cheiro que senti no dia que cheguei aqui*”). Ou seja, indicam a existência de valores afetivos e éticos presentes no IAPI andreense.

– Elementos materiais (bens e lugares físicos, ou sensações relacionadas a eles, que não são aplicáveis a outra categoria): *IAPI, meu próprio apartamento, rádio,*

meu prédio, balanço nas árvores, esgoto, prédios e igreja, centro, cheiro da comida sendo feita, mistura de cheiro de arroz cozinhando com café sendo coado ao lado.

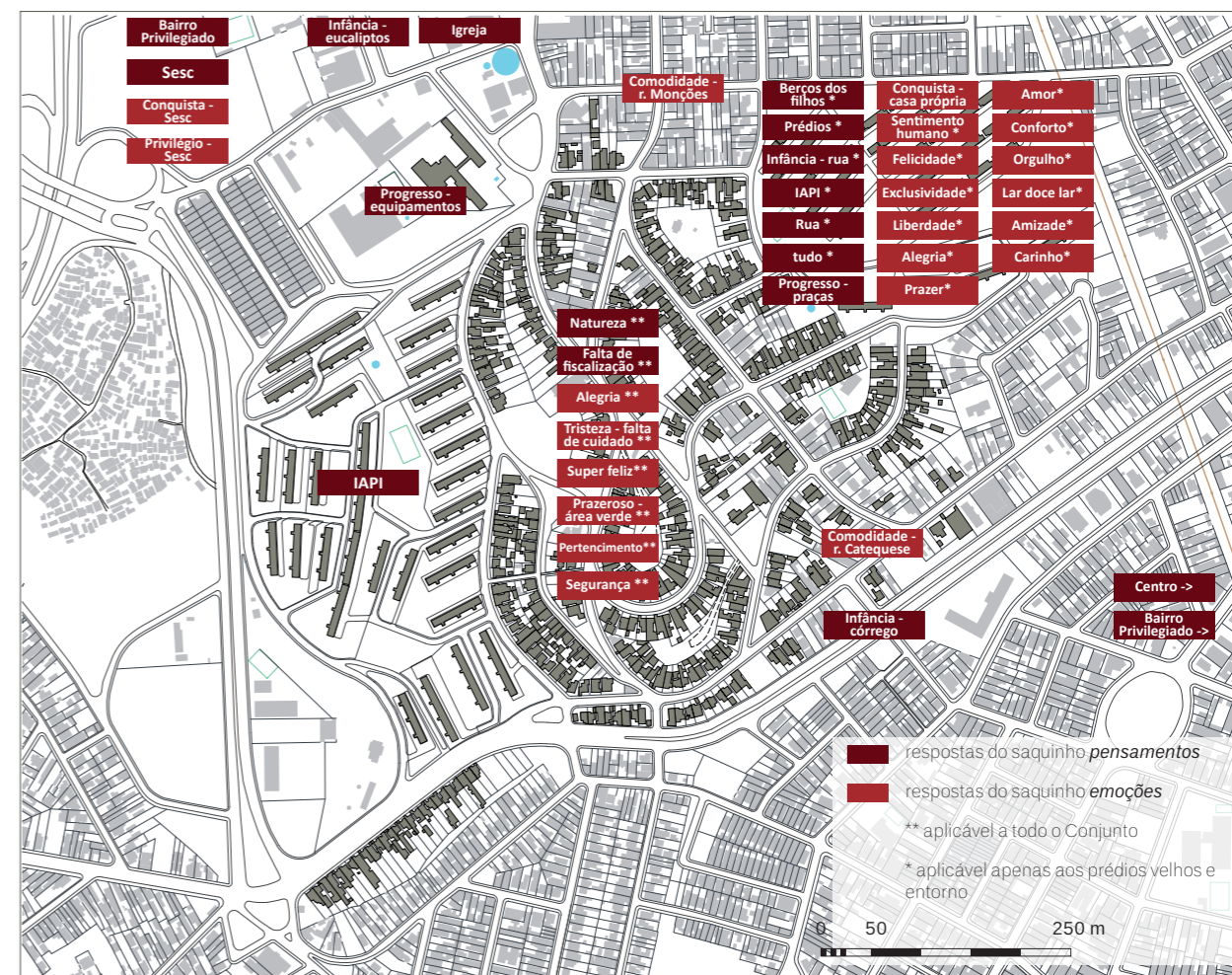
Em virtude de sua dimensão física, os resultados classificados como *elementos materiais* transmitem certa impressão de que a identificação de seus valores não deveria ser custosa. Contudo, a falta de significados explícitos que apresentem a relevância desses bens demanda um esforço maior para entender quais valores tais elementos mobilizam aos moradores. As respostas relacionadas às comidas e a uma atividade (*balanço nas árvores*) indicam que ocorrem usos que afirmam ações cotidianas de uma habitação e práticas de lazer nos espaços públicos, evidenciando um valor pragmático. As palavras que apontam localizações relacionam-se a referências que os moradores estabeleceram no Conjunto e que os ajudam a criar uma composição imagética que identifica o bairro onde vivem, ou seja, há uma percepção da materialidade que é apropriada de modo a estabelecer uma relação entre indivíduo e mundo exterior indicando a presença do valor formal no Vila Guiomar. A habitação, representada pela casa ou pelo prédio, foi um elemento que também apareceu nas oficinas das crianças. Apesar de não serem retratadas como aquilo que mais gostavam, a moradia apareceu como o principal elemento que elas sentiriam saudades caso fossem viver em outro local, evidenciando assim o valor afetivo das habitações que são elementos mobilizados para produzirem vínculos de identidade e pertencimento.

– Sentimentos pessoais (sentimentos que não dependem do relacionamento com outras pessoas): *minha história, ótimo/maravilhoso, adoro, alegria, sossego, lar, prazer, amor, orgulho, felicidade, conforto, alegria, exclusividade, lar doce lar, progresso, bairro privilegiado, conquista, privilégio, comodidade.*

Esse último grupo de respostas é composto por variados sentimentos positivos que não evidenciam relações de convivência entre os moradores, mas demonstram apreço e vínculo que eles têm com o local onde vivem, portanto indicam um valor afetivo. Tais características também foram notadas nos primeiros desenhos elaborados pelas crianças na oficina *O que eu sentiria saudades*. Ao se retratarem ao lado daquilo que mais gostavam no Conjunto, todos os participantes se desenharam com sorrisos, expressão que não apareceu nas ilustrações posteriores onde o sentimento de saudades incutiu nas representações semblantes tristes.

Tal como ocorreu anteriormente nos tópicos *Relacionamento social e Lembranças e memórias*, esse último grupo de respostas não sugere claramente os vetores materiais que apoiam suas ocorrências. Assim, as espacializações elaboradas conjuntamente com os moradores podem ser retomadas a fim de auxiliar o esclarecimento de algumas dessas relações.

Como pode ser observado no mapa, as palavras informadas pelos moradores ao longo das oficinas foram dispostas no bairro de modo a evidenciar alguns núcleos onde seus pensamentos e emoções se expressam. A maioria das respostas foram atribuídas aos locais onde estão implantados os “prédios velhos” e quatro blocos do tipo HC – porção leste do IAPI Vila Guiomar. Como descrito ao longo do item onde foi relatada a realização das oficinas (item 5.3), quase todos



os participantes das quatro oficinas viviam nessa região do Conjunto, o que justifica a ocorrência da maioria de suas práticas sociais acontecerem no entorno de suas habitações.

A dimensão material utilizada como suporte à manifestação de sentidos, significados e valores pelos moradores não ficou notória no mapa produzido nas oficinas. Há um setor do bairro onde se expressam a maioria das relações de afetividade, uso e sociabilização; há um núcleo maior, definido pelos participantes como “*todo o Conjunto*” onde outras relações se desenvolvem; e, por fim, existem alguns elementos dispersos, mas importantes para os moradores, que evidenciam outras práticas, passadas e/ou atuais, possíveis e representativas desse território como, os equipamentos públicos, as vias comerciais e a proximidade ao centro.

Algumas das respostas indicadas no mapa contemplam locais e componentes físicos possíveis de serem identificados no Vila Guiomar: rua, áreas verdes, praça, córrego, prédios, Sesc, igreja e escola. Contudo, a maioria das relações apresentadas pelos moradores não podem ser facilmente conectadas a tais elementos sem que essa relação seja anunciada. Enquanto parcela da

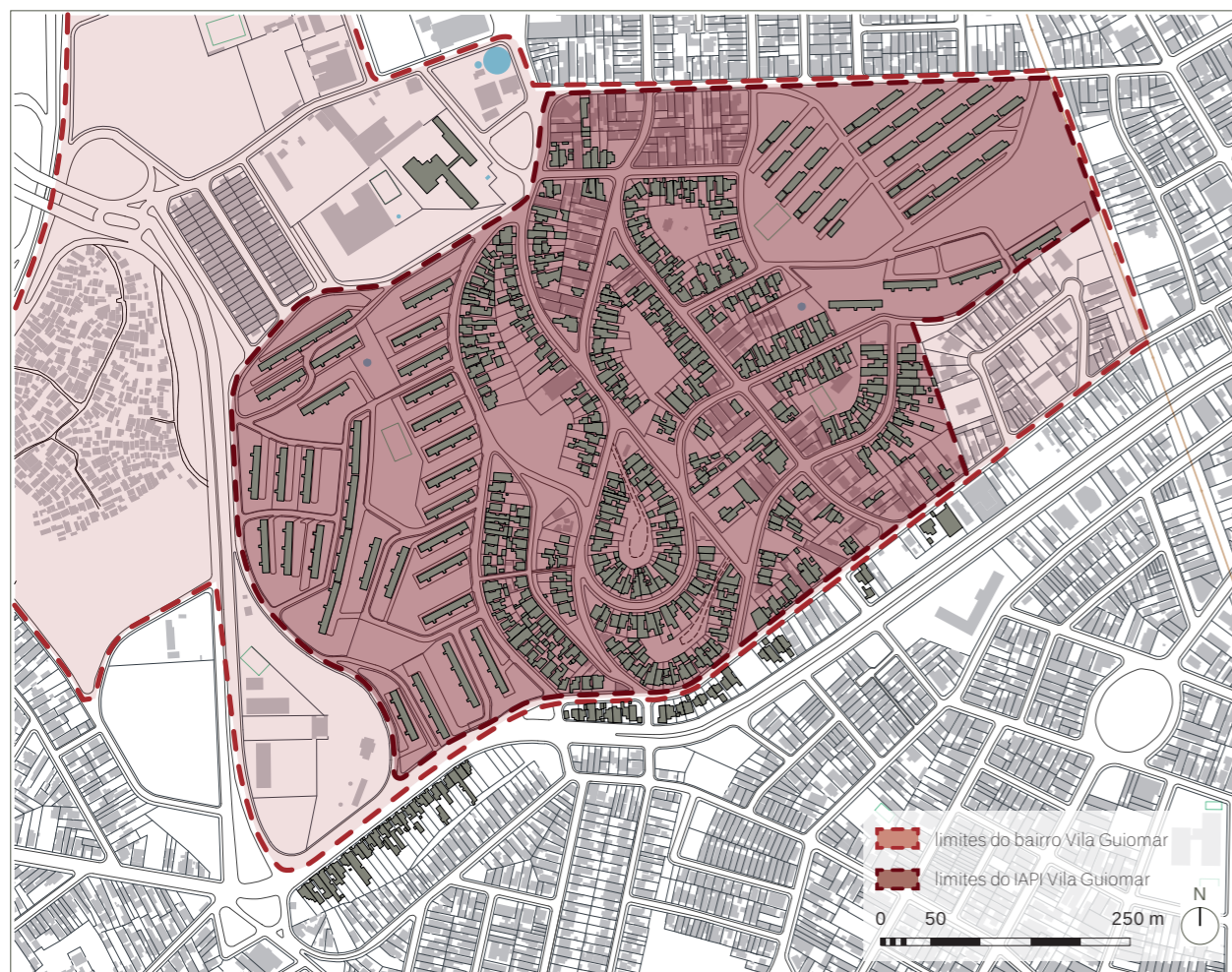
167. Acima, respostas das três oficinas Mapa de valores do Vila Guiomar espacializadas pelos moradores

sociedade que habita o Conjunto e a partir de ações decorrentes do cotidiano das relações sociais, os moradores são os agentes que atribuem valores a esse local e os únicos capazes de perceber e de comunicar suas relações com o lugar onde vivem (FONSECA, 2000; MENESES, 1996 apud SCIFONI, 2011). Assim, uma tentativa de relacionar o que foi informado com bens e espaços constituintes do Vila Guiomar pode resultar em uma combinação desastrosa que não refletirá o vínculo socialmente construído entre materialidade e dimensão imaterial de significado e valor.

Com relação aos núcleos identificados no mapa elaborado junto aos moradores, talvez valha retomar a questão sobre os limites do Vila Guiomar como algo capaz de auxiliar na

168. Abaixo, síntese dos limites do Vila Guiomar indicados nas três oficinas Mapa de valores do Vila Guiomar pelos moradores

compreensão da relação entre materialidade e imaterialidade desse local. Como apontado, os participantes das oficinas reconheceram uma demarcação daquilo que eles consideram como Conjunto IAPI Vila Guiomar e outra, correspondente a uma área maior, que eles definiram como o Bairro Vila Guiomar. As poligonais traçadas nas três oficinas apresentaram poucas diferenças, de modo que se pode considerar o mapa da Figura 168 como representativo de tais limites conforme a visão dos moradores.



Como nas oficinas o nome “Vila Guiomar” foi abordado de modo genérico, sem especificar quais dos limites os participantes deveriam considerar ao responder as perguntas propostas, no mapa com as respostas espacializadas é possível perceber que as referências apontadas pelos moradores extrapolam o território que eles indicaram como Vila Guiomar. Tal curiosidade ressalta a condição atual do IAPI andreense como um território urbano que se associa às áreas ao seu redor cujas especificidades e elementos também participam das práticas e interações sociais dos moradores do Vila Guiomar.

Se a *Parte I* deste trabalho debruçou-se sobre a materialidade do Conjunto andreense construído pelo IAPI e o *item 6.3.1* deste capítulo buscou compreender tecnicamente seus valores, a análise do que foi identificado no processo de aproximação com os moradores revela que, mobilizados pela comunidade, tais objetos conformam uma espécie de sistema no qual os sujeitos sociais se apropriam de um ou mais elementos para criar representações que deem sentido, significado e valor ao Vila Guiomar. Assim, mais que uma clara correspondência entre práticas sociais e vetores materiais, os valores culturais atribuídos ao Vila Guiomar pelos moradores estão referenciados em um ambiente onde as matérias, quando apropriadas socialmente, são mobilizadas em conjunto e não, necessariamente, em partes.

#### 6.4. Significância Cultural

A noção de significância pôde ser observada na Carta de Veneza (1964)<sup>20</sup>, mas foi apenas na posterior Carta de Burra (1980) que seu conceito foi melhor definido, passando a adquirir “maior visibilidade e impacto em setores dedicados à conservação” (PEREIRA, 2012: 25). Conforme a versão da Carta de Burra disponibilizada pelo ICOMOS da Austrália com notas explicativas, significado cultural corresponde à valor cultural, seja ele denominado como estético, histórico, científico, social ou espiritual, sendo que esses valores podem variar entre indivíduos e grupos sociais (ICOMOS, 1999). Desse modo, pode-se entender significância cultural como as diversas camadas de narrativas de valoração de um bem que são elaboradas por múltiplos sujeitos sociais a partir da atribuição de sentidos, significados e valores.

De acordo com a Carta, a significância deve ser operada para orientar processos e práticas de conservação de um bem tendo em vista a manutenção de seus valores. Avrami, Mason e de la Torre (2000: 08, tradução da autora) justificam que a “identificação e ordenação de valores serve como veículo para informar decisões sobre a melhor forma de preservá-los na conservação física do objeto

<sup>20</sup> Em seu Artigo 1º, a respeito da noção de monumento histórico, o termo significação cultural aparece como um interesse/valor possível de ser adquirido pelos bens ao longo do tempo. Conforme Kühl (2010: 307), a significação cultural proferida na Carta diz respeito a uma maior possibilidade de significados que um monumento pode assumir de modo que “o interesse pode voltar-se a bens por seus aspectos memoriais e simbólicos”.

ou local<sup>21</sup>. Contudo, como já apontado, a valoração de um bem decorre de um contínuo processo de construção e de reconstrução das relações entre indivíduos e o bem, de modo que os valores atribuídos podem variar. Assim, é necessário que se considere que a significância não é estática e encontra limites na temporalidade, ou seja, “o processo de identificação da significância agrega sempre novas informações conforme os atores envolvidos, as relações estabelecidas entre eles, o tempo decorrido e a cultura acumulada” (PEDROSA, 2011: 106).

Desde 1990, a Unesco<sup>22</sup> exige que bens patrimoniais candidatos à inclusão na Lista do Patrimônio Mundial formulem uma Declaração de Significância Cultural. O objetivo de tal documento é elaborar uma narrativa que sintetize todos os valores identificados no bem, informando aquilo que justifica sua importância, mas sem efetuar reducionismos (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000). A Declaração de Significância também deve conter uma explicação da condição atual do bem cultural e indicar as principais ferramentas que devem ser utilizadas na gestão de sua conservação, servindo assim como instrumento guia da conservação (BARRETO JÚNIOR, 2017; MASON, 2002 apud PEDROSA, 2011).

Sendo a significância cultural um produto social complexo e temporal que deve resultar de uma construção coletiva, a Carta de Burra reconhece tal condição, mas propõe uma metodologia muito linear e objetiva para a identificação dos valores, que acaba por priorizar a visão do especialista (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000; PEDROSA, 2011; PEREIRA, 2012). Há alguns trabalhos que veem problematizando em que medida a Declaração de Significância Cultural orienta um processo de conservação que compreende a necessidade de revisões devido as alterações da significância decorrentes da mutabilidade dos valores ao longo do tempo. Ou seja, reconhece-se que tal documento é formado e contempla uma questão social ampla, mas sua utilização como instrumento de suporte à memória e orientação de ações de conservação tem revelado um esquecimento dessa dimensão social (ZANCHETTI, HIDAKA, 2009 apud PEDROSA, 2011). Adentrar e debater essa questão não é o foco deste trabalho, contudo é necessário reconhecer e pontuar a existência, a pertinência e os reflexos desse tema na proposição de políticas de conservação.

No caso do Conjunto Vila Guiomar, construir uma narrativa que sintetize seus valores identificados corresponde ao esforço de apresentar de forma concisa e formal sua significância cultural, evidenciando sua importância e apontando linhas de atuação possíveis para sua conservação e garantia da manutenção dos valores incorporados e das relações sociais que ocorrem nesse, e com esse, local. Tal apresentação é dita como formal porque a significância já existe por meio das relações cotidianas entre indivíduos e o Conjunto, mas sua materialização por meio da Declaração de Significância Cultural permitirá que seus significados e valores

<sup>21</sup> “This identification and ordering of values serves as a vehicle to inform decisions about how best to preserve these values in the physical conservation of the object or place” (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000: 08).

<sup>22</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

orientem decisões e procedimentos de conservação que contribuam para sua permanência.

Como já apontado em outros momentos, a gama de valores identificados no Vila Guiomar, provavelmente, é mais ampla em virtude dos muitos outros atores sociais que se relacionam com o Conjunto e dos quais não foi possível se aproximar. Assim, a narrativa a ser elaborada sobre a significância cultural do IAPI andreense deve ser entendida como uma proposta cuja utilidade, enquanto um instrumento que oriente sua conservação, depende da revisão periódica sobre a manutenção, a transformação, o acréscimo, ou mesmo a perda, dos significados e valores atribuídos.

#### 6.4.1. Proposta de Declaração de Significância Cultural do Conjunto Vila Guiomar

Construído ao longo da década de 1940, o Conjunto Vila Guiomar foi um dos primeiros empreendimentos de habitação social realizados pelo governo federal e sua implantação também se entrelaça ao crescimento urbano e ao processo de industrialização paulista. Localizado no município de Santo André em uma área próxima ao antigo eixo da ferrovia Santos-Jundiaí (São Paulo Railway), o Conjunto compreendia 1411 moradias distribuídas em seis tipologias compostas a partir da aproximação entre elementos da arquitetura moderna e características próprias de antigas construções brasileiras. O único equipamento construído, Grupo Escolar, apresenta dois blocos de salas de aula marcados pela mesma aproximação, mas seu ginásio se destaca por seu formato e composição: abóbada de lamelar estrutura de madeira. Tanto as casas quanto os blocos de habitação coletiva foram dispostos sob um projeto urbanístico caracterizado pelo pré-existente arruamento sinuoso e pela abundante distribuição de áreas livres vegetadas, que evidenciam uma clara influência das propostas americanas e europeias dos bairros-jardim. Os limites entre espaços públicos e privados não eram evidentes, possibilitando que as áreas externas as residências fossem legítimos locais de encontro e de interações sociais.

As mais de seis décadas decorridas desde o término de sua construção foram marcadas por acontecimentos e ações que permitem observar o Vila Guiomar hoje como um local residencial onde a memória operária se faz presente. Contudo, as transformações de sua arquitetura e de seu projeto urbano vem, pouco a pouco, transfigurando-o de modo severo e irreversível. As claras delimitações impostas por grades e muros entre as áreas livres públicas e privadas colaboram para restrição dos locais de interação entre os diversos sujeitos sociais que vivem, ocupam ou transitam pelo Vila Guiomar, mas, ao mesmo tempo, qualificam as ruas e praças remanescentes como sublimes espaços de encontro e convivência. Apesar de todo contexto de alteração das construções, de modificação do gabarito

construído, de ocupação das áreas livres e de cercamento das propriedades, ainda há elementos que marcam fortemente a paisagem do Conjunto - como a vegetação e os edifícios construídos pelo IAPI - e colaboram para a manutenção de um ambiente que ampara a ocorrência de sólidas relações de vivência e sociabilidade. Os significados e valores que os moradores têm construído e identificado no Vila Guiomar se expressam e se evidenciam nas ações cotidianas de transitar, permanecer, encontrar, brincar, sentir, conversar, visitar, passear, observar, morar, enfim ações relacionadas ao viver no Conjunto.

Enquanto um local que se relaciona com diversas faces da história nacional, estadual e municipal, o Vila Guiomar tem atraído a atenção de estudiosos que o reconhecem como um testemunho desse processo. Para além disso, toda sua composição material fornece elementos que possibilitam aos indivíduos que o observam múltiplas percepções e elaborações de relações sobre seus aspectos e significados. Também as práticas sociais que ali ocorrem constroem uma espessa camada de sentimentos e sensações de identidade e pertencimento pelos moradores. No momento presente, o Vila Guiomar encontra-se repleto de significações que são compartilhadas por moradores, estudiosos, usuários, cidadãos, mas também é um território cujo interesse imobiliário vem crescendo. Ocupado majoritariamente por moradias, a inserção do Conjunto no contexto urbano atual - próximo a diversos equipamentos públicos, ao centro histórico e cívico do município, à uma estação da CPTM e ao terminal de ônibus metropolitanos - contribui para sua crescente valorização fundiária. O processo de verticalização de Santo André já atingiu as bordas do perímetro do Vila Guiomar, inseriu em alguns de seus lotes cerca de 5 edifícios de expressivo gabarito e configura-se como uma das grandes ameaças à sua existência futura. O Conjunto todo é considerado pela legislação municipal como uma Zona Especial de Interesse de Patrimônio (ZEIP), mas ainda não há regras específicas que orientem seu uso, ocupação e transformação.

Além de ser uma área de interesse de patrimônio, ou de constituir-se por edifícios históricos e esteticamente expressivos, o Vila Guiomar é um ambiente cujos vetores materiais estão inter-relacionados, conformando um sistema, e são socialmente mobilizados, ora em partes, ora em conjunto, para a elaboração de significações que são narrativas de valoração, ou seja, ele é um patrimônio ambiental e urbano. Assim, a conservação dos valores atribuídos ao Conjunto Vila Guiomar no presente depende não só da regulamentação de seu uso e ocupação compreendidos dentro de um contexto urbano amplo, mas também demanda o estabelecimento de normativas claras e abrangentes com relação às transformações das materialidades que o constitui e que são o suporte das diversas relações que o conferem sentido, significado e valor.

# Capítulo 7

## Conservando os valores do Vila Guiomar

O estudo desenvolvido e apresentado sobre o Conjunto Vila Guiomar revela quão múltiplos são os valores a ele atribuídos e que muitos deles são elaborados, incorporados, manifestados e reformulados na dimensão cotidiana. Se por diversas vezes o IAPI andreense foi genericamente apontado como objeto, território, espaço ou local, agora, considerando as representações, percepções e significações identificadas, fica notável seu caráter como algo além de um elemento físico. Ao amparar as ações realizadas por diversos atores sociais na esfera do cotidiano, o Vila Guiomar se constrói e se renova tornando evidente sua condição como lugar, que acontece e permite que coisas aconteçam (SMITH, 2006 apud OLIVEIRA, 2018), que se define e também possibilita “a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida” (CARLOS, 1996: 29 apud SCIFONI, 2013: 101).

Se plurais são os valores, a configuração espacial, os graus de transformações, os agentes sociais e as possibilidades de relações e ressignificações na dimensão cotidiana e em diferentes tempos, não parece exagerado considerar que o Conjunto Vila Guiomar apresenta uma grande complexidade cultural e, portanto, a definição de proposições para sua perpetuação futura coloca-se como um desafio.

Enquanto ZEIP indicada pela Lei n. 9.394/12<sup>1</sup>, o Vila Guiomar aparece no rol do patrimônio andreense, mas não é claramente anunciado como um bem cultural que dispõe de práticas e responsáveis para sua preservação. Sobre os conjuntos residenciais empreendidos entre 1930 e 1964, Nascimento (2007) destaca que mesmo quando as práticas de preservação colocaram em cheque os valores históricos, o olhar seletivo aos monumentos e o moderno passou a compor a agenda do patrimônio, pouca atenção foi dada à habitação social. Atualmente, alguns dos conjuntos desse período são tombados por instâncias municipais ou estaduais, mas considerando a quantidade que foi construída pelo país, esse número ainda é pouco expressivo e aponta que entender esses conjuntos habitacionais como patrimônio cultural tem sido um desafio.

O IAPI andreense é um lugar no qual foi possível identificar múltiplos valores atribuídos por meio de análises técnicas e pelos seus moradores, é também “um dentre os espaços de grande significado simbólico do modo de vida do trabalhador na cidade brasileira” (NASCIMENTO, 2011: 211)

<sup>1</sup> Revisão do Plano Diretor do Município de Santo André.

e está relacionado à memória operária da região do ABC paulista (SCIFONI, 2013). Para além das significações históricas/cognitivas, estéticas, econômicas ou políticas, o diálogo com os habitantes evidenciou que há uma espessa camada de vínculos afetivos e identitários que eles construíram em relação ao Conjunto, lugar que também é importante em suas vidas, seja na dimensão privada, pública, passada ou presente.

O Vila Guiomar não é um monumento de excepcional valor histórico e artístico, mas apresenta diversas e consistentes narrativas de valoração que o conferem grande significado e importância para a comunidade local que com ele se relaciona e como um testemunho que oferece conhecimento sobre variadas áreas e temáticas. Se há nomes específicos que podem melhor revelar e determinar que tipo de patrimônio<sup>2</sup> é o Vila Guiomar, isso não é algo prioritário para ser definido, do mesmo modo que percebê-lo como patrimônio cultural já não é mais uma questão. O enfretamento que se coloca agora refere-se à sua conservação.

## 7.1. Fragmentando e entendendo o processo de transformação

Como observado no *Capítulo 2*, o Vila Guiomar tem sido pluralmente alterado de modo que tais ações podem ser classificadas conforme os elementos ou espaços modificados, de acordo com o grau de transformação verificado ou, ainda, mesclando essas duas possibilidades. Essas alterações afetam diretamente os múltiplos valores atribuídos ao Conjunto, pois modificam os diversos componentes desse ambiente que são mobilizados pelos sujeitos sociais nas relações que o conferem sentidos e significados. Assim, apesar da análise das transformações se limitarem a abordar questões materiais, que são mais facilmente relacionadas aos valores cognitivos e formais, é preciso ter clareza que esse processo está intimamente conectado à significância cultural atual do IAPI andrense.

Considerar os níveis de alterações observados requer o estabelecimento de uma escala de parâmetros que possa ser aplicada a todo o Conjunto. Em virtude das diversas tipologias construídas, das especificidades observadas em cada uma delas e da presença da vegetação como um personagem significativo na conformação urbana do Vila Guiomar, supõem-se que seja mais simples analisar o processo de transformação a partir de elementos, ou espaços, homogêneos. Desse modo, uma fragmentação possível do Conjunto pode ser estabelecida a partir de quatro componentes: casas; “prédios velhos”; tipologia HC; áreas livres e verdes.

– Casas: Os três modelos de habitação unifamiliar produzidos (A2, F3 e G) ocupam a maior superfície do Vila Guiomar e são as edificações mais descaracterizadas e modificadas com relação ao projeto implantado. Apesar da existência de algumas construções com traços e elementos originais que devem ser ressaltados enquanto suporte material que auxilia na

atribuição dos valores cognitivos e formais apresentados, as múltiplas transformações dessas moradias são uma realidade disseminada. Cercamento de todo o terreno com muros altos, cobertura do recuo frontal e aumento da taxa de ocupação do lote são as alterações mais comuns e que afetam diretamente a leitura visual do bairro na escala do pedestre. Contudo, o aumento do gabarito das casas pode ser considerado a ação principal que altera a paisagem do Vila Guiomar, pois compromete diversas percepções de um transeunte quanto a vegetação ainda presente no interior dos lotes e de algumas quadras, a topografia, a escala do bairro, o entorno e as caixas d’água próximas aos “prédios velhos”, aos “prédios novos” e ao Grupo Escolar. O cercamento e o aumento da ocupação dos lotes, são ações que ocorreram e tem ocorrido há muito tempo, de modo que aparentam estar bastante consolidadas e naturalizadas quanto a conformação do Conjunto. Já o aumento do gabarito mostra-se como algo recente, decorrente da valorização fundiária dessa região da cidade e que, para ocorrer, realiza a completa demolição ou alteração volumétrica das casas construídas pelo IAPI.

– “Prédios velhos”: Conformados por 26 blocos de apartamentos correspondentes às tipologias J1-J2 e I2, esse grupo de edifícios apresenta diversos graus de transformações de modo que para cada um é possível apontar quais elementos mais colaboram em sua descaracterização. Como apresentado nos diagnósticos dos edifícios (*item 2.5.2*), há alterações que são mais comuns sendo que algumas delas influenciam diretamente na percepção do Vila Guiomar. Os variados materiais, dimensões e cores das esquadrias presentes nas fachadas posteriores incomodam visualmente, pois rompem com o ritmo da fachada e tornam-se pontos focais na apreciação dos edifícios, mas não são tão significativos na percepção do Conjunto como os anexos, por exemplo. O mesmo ocorre com o fechamento dos corredores para ampliação dos apartamentos. Provavelmente, o fato dessas modificações não serem observadas diretamente por um transeunte contribui para que elas não sejam vistas com tanta gravidade. O diagnóstico elaborado do edifício 08 (tipologia I2) pode contribuir para pensar o quanto a questão das esquadrias são um prejuízo: totalmente reformado, as janelas de sua fachada posterior são muito semelhantes com relação ao material e ao tamanho e, portanto, não competem visualmente. Contudo, como em todos os outros blocos, em algumas janelas há varais com roupas secando ou antenas de tv que se configuram como os novos pontos de atenção visual dessas fachadas, mas que também comunicam que ali se realizam atividades comuns de uma moradia como lavar roupa e assistir televisão. É válido pontuar que essas duas alterações, menos evidentes, prejudicam a consideração desses blocos, e conseqüentemente de todo o Conjunto, como um documento que informa questões sobre sua técnica construtiva, materiais utilizados, padrão estilístico, condições históricas de sua construção, etc. De modo análogo aos muros das casas, a ocupação dos térreos dos edifícios também é uma alteração que aparenta estar consolidada e naturalizada dado que já faz algumas décadas que isso aconteceu. Os anexos, que podem ser entendidos como prolongamentos do volume fechado dos térreos, não são, necessariamente, tão antigos visto que alguns deles foram construídos nos últimos três anos. Implantados sobre as áreas livres do entorno dos prédios e adjacentes a eles, os anexos são os principais elementos

<sup>2</sup> Afetivo, histórico, arquitetônico, político, artístico, paisagístico, do trabalho, etc.



de alteração dos “prédios velhos” e da paisagem dessa área do Conjunto. Além das questões relativas à composição formal dos edifícios, muitas dessas construções, apesar do tamanho e da pouca insolação, têm sido utilizadas irregularmente como moradia o que acrescenta um tema/problema relevante ao pensar a conservação do Vila Guiomar.

– Tipologia HC: correspondem a maior quantidade de unidade habitacionais do Conjunto e, atualmente, estão agrupados e gradeados conformando condomínios. O térreo desses edifícios também foi ocupado pelos moradores, mas, como nos “prédios velhos”, aparenta ser uma alteração consolidada e naturalizada. O gradeamento desses blocos é um elemento que contribui no modo como o Vila Guiomar é percebido e no acesso a sua vegetação. Contudo, e em virtude do longo período dessa situação, também é algo que parece estar consolidado e naturalizado. A grande transformação sentida na percepção desses edifícios corresponde a suas esquadrias, não só pelo ritmo da fachada, mas porque as janelas são uma característica muito peculiar dessa tipologia e, também, porque o arruamento e a topografia da região onde eles estão implantados permitem que o pedestre contemple as fachadas a todo momento. Como pôde ser observado nos diagnósticos apresentados (item 2.5.2), há poucas janelas originais, mas há algumas substituições que optaram por modelos de esquadrias muito semelhantes às do projeto e que não se tornam pontos focais na apreciação dessas fachadas.

– Áreas livres e verdes: Partido urbanístico e parte fundamental do projeto implantado pelo IAPI, esses espaços foram drasticamente reduzidos desde que as unidades habitacionais foram vendidas. Contudo, ainda são um elemento presente na paisagem do Vila Guiomar e foram muito apontadas, direta ou indiretamente, pelos moradores ao longo das oficinas. Atualmente, as áreas livres e verdes que tem acesso público podem ser classificadas como praças ou como espaços ociosos, aqueles que não são apropriados pela população. Frequentemente, são nessas áreas não utilizadas que se pode verificar o acúmulo de lixo, o mato alto e a falta de tratamento que contribuem para uma percepção negativa do Conjunto.

## 7.2. Outras considerações necessárias

Se as análises sobre as múltiplas transformações são um esforço para compreender o IAPI andrense enquanto objeto do presente, os valores identificados e o entendimento da interação recíproca entre as sujeito e objeto, dimensões materiais e imateriais do patrimônio (MENESES, 2012; MENESES, 2017), alertam para a necessidade de conservá-lo.

Conforme a Carta de Burra (ICOMOS, 1999), a conservação tem como objetivo preservar a significação cultural de um bem de modo que todas as ações realizadas devem considerar o conjunto de valores que compõe a significância, e a importância de todos eles na constituição do bem. Contudo, como exposto anteriormente, a significância cultural não é estática posto que os valores se instauram por meio do contínuo processo de construção e de reconstrução das relações entre indivíduos e o bem. Se a declaração de significância cultural deve ser redigida

para servir como norteadora das estratégias e ações de planejamento, execução e gestão da conservação, dada a mutabilidade dos valores, é necessário considerar que as diretrizes de conservação definidas para o momento presente possivelmente não serão as mesmas no futuro.

A própria realização da conservação pode ser um elemento a mais que contribua para a alteração dos valores atribuídos. Avrami, Mason, de la Torre (2000) afirmam que no processo de tomada de decisões sobre a conservação os valores tornam-se concorrentes, ou seja, competem para serem expressos. Assim, para os autores, as escolhas necessariamente elegem a preservação de um valor em detrimento de outro e, com isso, contribuem no grau de redefinição dos significados atribuídos ao bem, permitindo a criação de novos valores. Se a multidisciplinaridade e a participação de diversos atores sociais são importantes na identificação dos valores culturais de um bem, eles também devem estar presentes no processo de conservação, pois, se os valores culturais são uma “*arena de conflito*” (MENESES, 2012: 39), a prática da conservação também aparenta ser uma ação marcada por disputas na qual se deve considerar o maior número de discursos possíveis. Assim, “(…) a tomada de decisões conservacionistas não pode mais ser uma construção puramente erudita, mas sim uma questão negociada entre os muitos profissionais, acadêmicos e membros da comunidade que valorizam o objeto ou o local – ‘os interessados’.” (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000: 09, tradução da autora)<sup>3</sup>.

Se este trabalho, ao contribuir na identificação dos valores conferidos ao Conjunto Vila Guiomar e expressar seu longo processo de transformação, adverte sobre a importância de conservá-lo, o que foi brevemente exposto sobre a realização da conservação de um bem evidencia que tal ação não é uma tarefa simples. Se somarmos a isso a complexidade cultural verificada, a extensão territorial do Conjunto e a ausência de uma regulamentação específica quanto aos usos e ocupações dessa ZEIP, não há dúvidas de que conservar o Vila Guiomar apresenta-se como um desafio. A tal dificuldade ainda é preciso agregar outros elementos que possam apontar estratégias e urgências a serem consideradas na conservação do IAPI andrense.

Conforme ata da reunião do Comdephaapasa, realizada em 12 de agosto de 2014, representantes do Vila Guiomar “*poderiam solicitar ao Conselho ações de preservação para o local, mas seria necessário procurar definir previamente quais seriam os locais ou áreas de interesse no conjunto, dadas as dimensões do mesmo*” (COMDEPHAAPASA, 2014). Apesar das dificuldades expostas sobre a conservação do Conjunto, a seleção de áreas a serem protegidas não pode ser ponderada como uma opção, pois, como apontado no item 6.3.2, a materialidade do Vila Guiomar e as práticas sociais que ali acontecem conformam uma espécie de sistema no qual os sujeitos sociais se apropriam de um ou mais elementos para criar representações que deem sentido, significado e

<sup>3</sup> “Cultural significance for the purposes of conservation decision making can no longer be a purely scholarly construction but, rather, an issue negotiated among the many professionals, academics, and community members who value the object or place—‘the stakeholders’.” (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000; 09).

valor aquele lugar como um todo. Mesmo o processo de espacialização das respostas nas oficinas *Mapa dos valores do Vila Guiomar*, feito junto a alguns moradores, não foi capaz de determinar com clareza se há elementos de maior interesse e significado.

Outro ponto importante a ser abordado e que constitui tal desafio refere-se as áreas livres do Conjunto que são propriedades do INSS. O caso do IAPI da Mooca<sup>4</sup> cujo único espaço livre foi vendido para um empreendedor privado, serve de exemplo quanto a vulnerabilidade dos empreendimentos habitacionais construídos pelos IAPs frente aos atuais processos de valorização fundiária (NASCIMENTO, 2017). Desde 2012, o INSS já colocou à venda três de seus terrenos localizados no Vila Guiomar, sendo que os dois primeiros correspondiam a grandes lotes ociosos que não eram utilizados pelos moradores, mas continham a vegetação arbórea e arbustiva característica do Conjunto. Em 2017, de modo análogo ao que ocorreu no IAPI da Mooca, o INSS levou à leilão a área verde que fica no limite leste do terreno, disponível entre os “prédios velhos” e a linha de transmissão de energia, e que é utilizada e mantida pelos moradores do entorno com o apoio da Prefeitura de Santo André. Felizmente, nessa ocasião, não apareceram interessados na compra.

Com a venda das unidades habitacionais do Conjunto na década de 1960, tal espaço não foi umas das áreas declaradas como espaço público de lazer, mas foi apropriada pelos moradores com tal finalidade de modo que hoje se constitui como um dos espaços pertinentes a dinâmica de uso e apropriações cotidianas por meio das quais a população local significa e confere sentido ao Vila Guiomar. Esse espaço livre é parte do Conjunto e sua destinação à outra finalidade configura a perda de uma área verde significativa não só para os moradores e as interações sociais que ali acontecem, mas também para o SEL do município. Como visto no Capítulo 3, a proporção de espaços livres intraquadra e a taxa de arborização dos quarteirões que constituem o IAPI andreense diferem-se do restante do município e apontam esse lugar como uma ilha urbana onde essas duas variáveis se fazem presente de modo positivo.

A partir de entrevistas realizadas no IAPI da Mooca, Nascimento (2017: 18) justifica que a mobilização realizada em prol do tombamento do Conjunto revelou “o quanto os moradores tinham laços de afetividade com os espaços do conjunto”. O IAPI da Mooca foi tombado em maio

<sup>4</sup> O Conjunto Residencial da Mooca foi projetado pelo arquiteto Paulo Antunes Ribeiro e construído pelo IAPI entre 1946 e 1950. Ocupando apenas três quarteirões, os dezessete blocos foram dispostos paralelamente e na quadra central uma área de cerca de 4.900m<sup>2</sup> foi destinada a implantação de equipamentos. De modo semelhante a muitos dos conjuntos empreendidos pelos IAPs, apenas os edifícios de uso habitacional foram construídos e, com a unificação da previdência na década de 1960, as moradias foram vendidas e as áreas livres tornaram-se posse do INPS (atual INSS). Apesar de ser propriedade da união, a área verde do Conjunto da Mooca foi, ao longo de décadas, utilizada pelos moradores como espaços de lazer e sociabilidade, configurando-se como um elemento tão importante quanto as unidades habitacionais na dinâmica cotidiana. Em 2010, o INSS vendeu essa área a um empreendedor privado, o que desencadeou um processo de mobilização dos moradores em prol do tombamento do Conjunto com o intuito de recuperar o uso público desse espaço.

de 2018<sup>5</sup>, mas sua área livre, responsável pela mobilização de seus habitantes, ficou definida como área envoltória de proteção cuja única restrição é que novas construções devem ter altura máxima de sete metros. Ou seja, o tombamento não considerou a importância desse espaço como pertinente e constituinte do Conjunto, de modo que não foi garantida a permanência de sua apropriação pela comunidade como área de lazer. Mais do que um exemplo, o caso do IAPI da Mooca deve ser percebido como um aviso sobre a relevância dos espaços livres nos empreendimentos residenciais construídos pelos IAPs, sobre a vulnerabilidade das partes constituintes desses projetos frente aos processos de valorização fundiária, e sobre a necessidade de pensar os elementos que integram os conjuntos de forma sistêmica.

Se essas situações, brevemente expostas, evidenciam questões importante para pensar a conservação do Vila Guiomar, a análise da ZEIP Paranapiacaba (ZEIPP) – que é normatizada – também pode contribuir com essa reflexão. Criada em 2004 pela Lei n. 8.696<sup>6</sup>, a ZEIPP foi regulamentada em 2007 por meio de uma legislação específica<sup>7</sup> que, frente às especificidades de Paranapiacaba e aos desafios para sua gestão, “estabelece e articula diretrizes de preservação do patrimônio cultural com desenvolvimento urbano, ambiental, econômico e social” (FIGUEIREDO, 2012: 263). Elaborada com a participação de diversos atores e instituições e atenta a necessidade de uma abordagem integrada e interdisciplinar, a Lei da ZEIPP determinou diretrizes quanto ao desenvolvimento local sustentável e à preservação da paisagem cultural, parâmetros urbanísticos relacionados ao uso e ocupação do solo, instrumentos de incentivo à preservação da paisagem cultural, e normativas relativas à gestão de Paranapiacaba (SANTO ANDRÉ, 2007).

Compreendendo a heterogeneidade territorial do distrito, a Lei da ZEIPP divide o território urbano de Paranapiacaba em quatro setores de modo que as diretrizes, o zoneamento e as regulações urbanísticas<sup>8</sup> estabelecidas são mais peculiares e atendem, de modo eficaz, a preservação do patrimônio cultural. Algo semelhante foi feito por Barreto Júnior (2017) ao propor uma normativa para a área correspondente à poligonal de entorno da Casa da Flor<sup>9</sup>. Com o objetivo de evidenciar os valores identificados no objeto de estudo e permitir que seus

<sup>5</sup> Tombado em instância municipal pelo CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) por meio da Resolução n. 18, publicada em 10 de maio de 2018.

<sup>6</sup> Plano Direto de Santo André.

<sup>7</sup> Lei n. 9.018/07, também é citada como “Lei da ZEIPP” ou “Lei ZEIPP”.

<sup>8</sup> Manutenção das fachadas das edificações – cor da tinta, nível de ruído permitido, recuos mínimos, número máximo de pavimentos, gabarito máximo permitido e taxa mínima de permeabilidade do solo.

<sup>9</sup> Localizada no município de São Pedro da Aldeia (RJ), a Casa da Flor começou a ser construída em 1912 e foi por 62 anos ornamentada, por seu proprietário Gabriel Joaquim dos Santos, a partir de materiais descartados em outras construções. Em 1983 foi declarada patrimônio cultural estadual pelo INEPAC (Instituto Estadual de Patrimônio Cultural) e em 2012 passou a compor o rol de bens tombados pelo IPHAN.

vetores materiais de suporte sejam preservados ou revitalizados, o autor divide a área do interior da poligonal de entorno em quatro setores e estabelece critérios de ocupação compatíveis com o nível de preservação requerido em cada um deles. Lote mínimo, testada mínima, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade mínima, recuos obrigatórios, gabarito máximo e exigência de telhado com telha cerâmica são as regulações especificadas para cada um dos setores delimitados e que, juntas, devem garantir a “visibilidade do bem tombado e a preservação da ambiência resultante de sua relação com o entorno imediato” (BARRETO JÚNIOR, 2017: 231).

Pensar a conservação de um bem cultural é uma tarefa que exige atenção e cautela, pois, como visto, esse processo pode influenciar diretamente na dinâmica de significação de modo a contribuir para alterar os valores que se pretende proteger. No entanto, sendo ininterruptos os eventos urbanos e sociais sinalizam certa condição efêmera dos sentidos, significados e valores atribuídos a um bem. Desse modo, conservar é um desafio em que é preciso agir rápido e ao mesmo tempo ser preciso. Atuar na matéria revela-se como uma possibilidade de garantir que os suportes materiais, que hoje são mobilizados nos processos e ações que conferem significações aos bens, existam futuramente. Tal perpetuação material permite que os valores atuais se mantenham ou se modifiquem e, também, que novas relações e significâncias possam ser estabelecidas. Assim, a conservação se coloca com uma ação que transcende a preservação da materialidade por si mesma, e se coloca com o objetivo de manter os valores que estão na matéria representados (CASTRIOTA, ARAÚJO, 2009).

Enquanto um trabalho realizado dentro do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, é válido pontuar que se reconhece que há questões que seriam melhores desenvolvidas e aprofundadas com a colaboração de outras áreas do conhecimento. O procedimento de buscar maneiras de identificar os valores atribuídos ao Vila Guiomar, do ponto de vista técnico e social, e entendê-los a partir de uma classificação, tornou evidente a necessidade de agir para conservar a atual significância cultural do IAPI andrense. Entende-se que propor um plano de conservação para esse bem é importante, não só por seus valores, mas fundamentalmente porque esse patrimônio é um conjunto de habitação social, temática que foi por muito tempo desconsiderada nas ações patrimoniais e objeto que é cotidianamente alterado por seus habitantes. Frente a isso, o ensaio do plano de conservação do Vila Guiomar que será apresentado não tem a intenção de resolver completamente todos os temas e questões que devem ser abordados ao enfrentar tal desafio. Assim, tomando como base o que foi exposto quanto a complexidade cultural e a multiplicidade de valores do Vila Guiomar, esse plano se propõe a apontar princípios norteadores que devem ser contemplados para garantir, por meio da perpetuação da matéria, a existência dos suportes mobilizados para a manutenção ou modificação de significâncias, ou mesmo para o surgimento de outros valores.

### 7.3. Ensaio – Plano de Conservação do Vila Guiomar

A análise de legislações vigentes em Santo André<sup>10</sup> indicou que parte do Conjunto Vila Guiomar foi declarada como zona especial de interesse de patrimônio (ZEIP) que “*objetiva a proteção da paisagem cultural, formada pelo ambiente construído e natural*” (SANTO ANDRÉ, 2012: art. 73 B). Na ausência de uma lei que defina diretrizes próprias a serem seguidas, as ZEIPs devem obedecer aos parâmetros urbanísticos correspondentes à zona onde se localizam. Ou seja, ainda que reconhecida sua importância como bem cultural do município, a área da ZEIP Vila Guiomar está sujeita as mesmas alterações possíveis em qualquer outro espaço da zona urbana onde ela se insere.

Figueiredo (2014: 99) defende que, ainda que o Plano Diretor de Santo André (2004) não apresente diretrizes que relacionem ações de preservação e de desenvolvimento, o fato dele reconhecer o patrimônio cultural como uma das funções sociais da propriedade é uma consideração significativa dentro da política urbana, pois coloca o patrimônio cultural “*com o mesmo peso da proteção ao meio ambiente, habitação de interesse social e das atividades econômicas geradoras de emprego e renda*”.

Conforme o Plano Diretor municipal, o Conjunto Vila Guiomar encontra-se dentro da *Zona de Qualificação Urbana*, caracterizada por dispor de ocupação predominantemente residencial, atividades econômicas dispersas e infraestrutura urbana consolidada (SANTO ANDRÉ, 2004). Os parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo nessa zona estão principalmente apresentados na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (LUOPS), mas há alguns elementos que devem seguir especificações dispostas no Código de Obras do Município (COESA), no Plano Diretor e na lei que o revisou. Conforme essas fontes, a ocupação do Conjunto Vila Guiomar está regulamentada com os parâmetros dispostos na Tabela 03 (página seguinte).

Com relação à tipologia *Multifamiliar-vertical*, o Plano Diretor e sua revisão, embora citados como referência, não apresentam o ‘número máximo de pavimentos’ como um parâmetro urbanístico regulador. Esse termo está presente apenas na LUOPS, sendo apresentado como algo “*definido em função do comprometimento da paisagem*” (SANTO ANDRÉ, 2016: art. 60, expressão que aparece apenas no Plano Diretor (2004), mas sem descrição sobre o que significa ou como é analisada.

Os parâmetros expostos na tabela ajudam a entender que os pequenos prédios, de dois e três pavimentos (*multifamiliar de pequeno porte*), que vêm sendo construídos nos lotes das casas implantadas pelo IAPI são completamente permitidos pela legislação urbanística do

<sup>10</sup> Lei n. 8.065/00, Código de Obras e Edificações do Município de Santo André (COESA); Lei n. 8.696/04, Plano Diretor de Santo André; Lei n. 9.071/08, Plano do Patrimônio Cultural no Município de Santo André; Lei n. 9.394/12, Revisão do Plano Diretor de Santo André; Lei n. 9.924/16, Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Santo André (LUOPS).

Uso	Tipologia	Descrição	Coeficiente de Aproveitamento (CA)			Taxa de Ocupação	Recuos Mínimos Obrigatórios (m)			Número Máximo de Pavimentos	Gabarito máximo	Área Máxima do Lote (m²)
			mínimo	básico	máximo		frente	fundo	lateral			
Residencial	Unifamiliar	Apenas uma unidade por lote	0,2	1,34	-	67%	5	COESA	COESA	4	9m	-
	Multifamiliar – pequeno porte	Caracterizado por unidades isoladas, justapostas ou geminadas e sobrepostas, com no máximo uma sobre a outra	0,2	1,34	-	67%	5	1,5	COESA	4	9m	20.000
	Multifamiliar – vila	Caracterizado por unidades habitacionais que poderão ser isoladas, justapostas e ou sobrepostas com no máximo uma sobre a outra, desde que garantido o acesso individual direto de todas as unidades para via ou praça interna descobertas.	0,2	1,34	-	67%	5	COESA	COESA	4	9m	20.000
	Multifamiliar – vertical	Edificação composta de unidades habitacionais sobrepostas em múltiplos pavimentos.	0,2	2,5	4	*	*	*	*	**	***	20.000
Não-residencial		Destinado a 1 ou mais das atividades industrial, comercial, prest. serviços ou institucional	0,2	1,34	2	67%	5	COESA	COESA	4	9m	-
Misto		Uso residencial e não-residencial no mesmo lote ou edificação										

**tabela 03.**

Acima, parâmetro urbanísticos para ocupação do solo na Zona de Qualificação Urbana de Santo André.

\* são parâmetros que variam conforme o CA utilizado.

\*\* limitado ao estabelecido pelo Plano Diretor (2004) em função do comprometimento da paisagem.

\*\*\* deve obedecer à expressão:  $G < 3(r+L)$ , onde G é o gabarito, r o recuo e L corresponde à largura da via (pista + passeios). Não há especificações sobre qual recuo (frente, fundo ou lateral) deve ser adotado.

**município, visto que a ZEIP Vila Guiomar não é regulamentada e, portanto, a preservação da paisagem cultural do Vila Guiomar não é respaldada por nenhuma lei ou órgão.**

Com base na *Proposta de Declaração de Significância do Vila Guiomar*, é possível estabelecer as seguintes diretrizes gerais que visam a conservação da paisagem do Conjunto como um todo:

i. identificar, documentar, registrar e difundir os bens culturais de natureza material e imaterial que compõem o patrimônio cultural, com a finalidade de garantir sua salvaguarda e o contínuo acompanhamento das transformações desse patrimônio;

ii. manter contínuo diálogo com a população residente no Vila Guiomar sobre as ações de conservação, de modo que eles também participem do processo de fiscalização;

iii. orientar eventuais reformas e novas construções visando sua harmonização com a paisagem do Vila Guiomar;

iv. promover e garantir a existência de áreas livres verdes e públicas de lazer;

v. estimular a existência de vegetação de médio e grande porte em lotes privados;

vi. manter o uso do solo com caráter exclusivamente habitacional, exceto na quadra dos equipamentos e nos lotes que não pertencem ao projeto implantado pelo IAPI na Rua da Monções e na Rua da Catequese;

vii. garantir o uso dos imóveis como habitação social e estimular a ocupação por ex-operários das indústrias do ABC e seus descendentes;

viii. preservar as características urbanas e arquitetônicas com a finalidade de destacar a historicidade e o valor documental e cognitivo do projeto;

ix. permitir e consolidar uma abordagem multidisciplinar na política de conservação e gestão do patrimônio cultural;

x. permitir e garantir a participação de diversos agentes sociais, principalmente dos moradores, nas ações e na tomada de decisões relativas à conservação do Vila Guiomar;

xi. promover a revisão periódica dos valores atribuídos ao Vila Guiomar de modo a verificar a necessidade da redação de uma nova declaração de significância cultural;

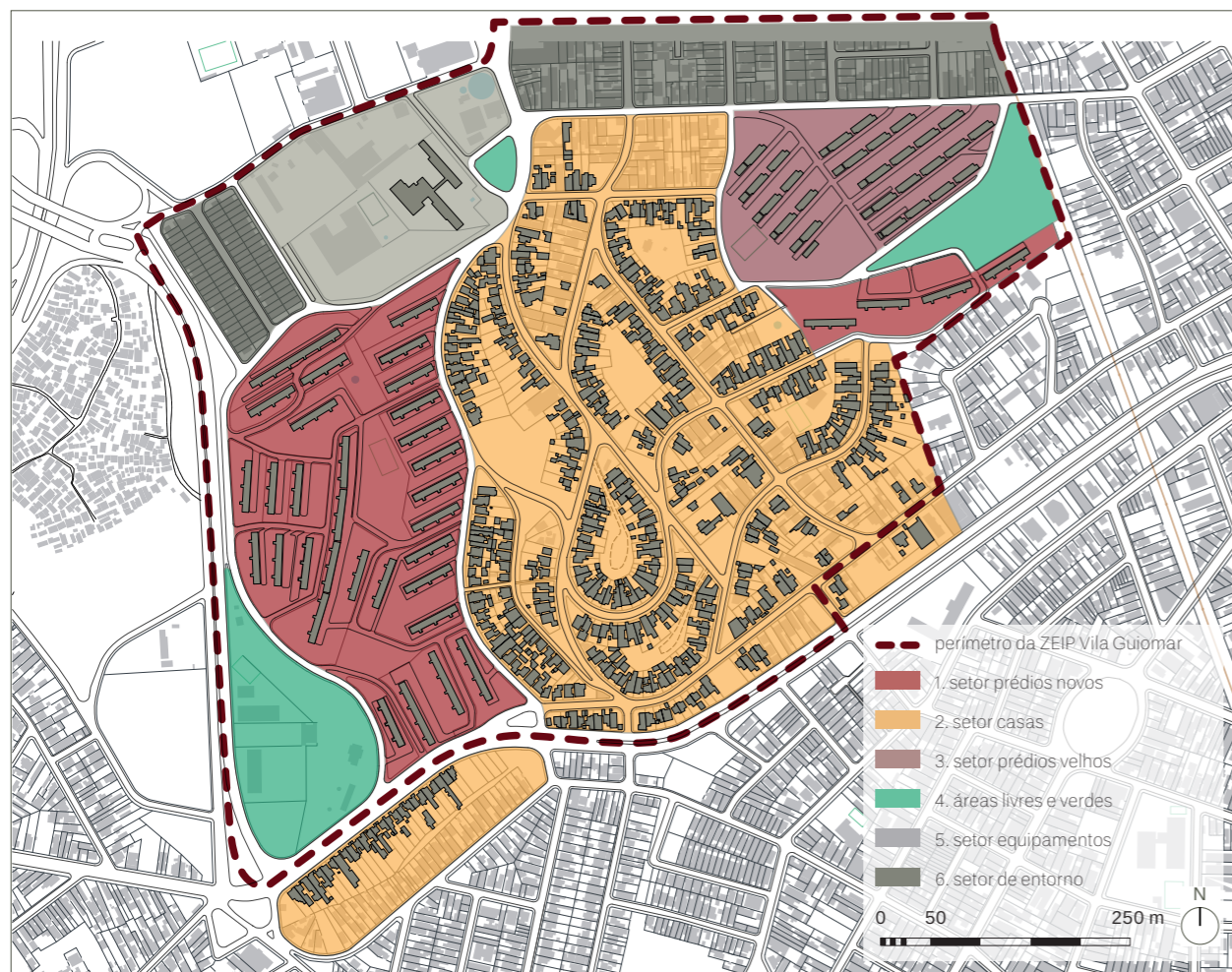
xii. promover o uso e a ocupação dos imóveis de modo sustentável e compatível com a preservação do patrimônio cultural;

xiii. quando verificada a atribuição de novos valores, o plano de conservação deverá ser reelaborado com o objetivo de garantir a preservação da nova matriz de significância cultural;

Dada a heterogeneidade do território do IAPI andreense - em função das diversas tipologias implantadas e dos desiguais processos de alteração de seus elementos físicos - e da área determinada como ZEIP Vila Guiomar, tal como foi feito para Paranapiacaba, parece adequado setorizar essa zona de modo que se possa apontar diretrizes mais específicas. Faz-se necessário ressaltar que a poligonal da ZEIP Vila Guiomar não abarca todo o Conjunto, pois parte das casas localizadas ao lado sudeste da Rua da Catequese estão fora desse limite. Assim, tendo em vista a finalidade de propor diretrizes para a conservação do IAPI Vila Guiomar, à área da ZEIP será acrescida as quadras onde estão esses lotes não contemplados.

Como relatado no *item 7.2*, supõem-se que seja mais simples analisar o Conjunto a partir do agrupamento de elementos que apresentam características comuns, sejam elas relativas aos

graus de transformação, aos modelos de edifícios implantados ou à presença de itens semelhantes (como área ociosa, edifícios de expressivo gabarito e casas com características originais, por exemplo). Dentre as possibilidades viáveis, entende-se que a setorização apresentada abaixo seja uma alternativa adequada para pensar a conservação do Vila Guiomar:



169. Acima, Setorização dos espaços considerados na conservação do Conjunto Vila Guiomar.

A partir da fragmentação exposta no mapa, a área correspondente à ZEIP Vila Guiomar e ao Conjunto Vila Guiomar foi dividida em seis setores de planejamento cujas características e diretrizes específicas são apresentadas a seguir:

**1- Setor dos Prédios Novos:** Caracteriza-se pela presença de edifícios da tipologia HC que foram agrupados e gradeados conformando pequenos condomínios. A porção localizada a oeste do terreno apresenta topografia íngreme que permite a visualização, no nível do pedestre, de todo o grupo de blocos. Ao redor dos edifícios, em todas as áreas do setor, há expressiva cobertura vegetal de médio e grande porte visível a partir de outros locais do Conjunto.

Diretrizes específicas a serem adotadas no Setor dos Prédios Novos:

- i. impedir a ocupação das áreas livres ao redor dos edifícios com quaisquer construções ou estruturas de modo a manter a composição volumétrica (arquitetônica e urbana) do conjunto edificado que se pretende valorizar;
- ii. realizar a conservação dos imóveis de modo que as esquadrias sejam, na ocorrência de reformas, trocadas conforme um padrão com relação ao dimensionamento, material e desenho;
- iii. as caixas de escada devem ser iluminadas com uma estrutura reticulada semelhante ao módulo de concreto implantado no projeto original;
- iv. os vãos dos térreos ocupados devem dispor de portões semelhantes, mantendo o ritmo da fachada no nível do pedestre;
- v. a pintura externa dos edifícios deve obedecer a uma paleta cromática de tons claros, evitando que os blocos não se tornem pontos focais de atenção na apreciação do Conjunto;
- vi. as unidades que dispõem de elementos originais do projeto, como esquadrias, varandas ou guarda-corpo de muxarabi, devem receber incentivos para que mantenham tais componentes;
- vii. permitir a colocação de antenas parabólicas ou equipamentos similares somente no telhado dos edifícios;
- viii. permitir a colocação, nas janelas, de varais para a secagem de roupa, que deverão ter desenho, material e dimensões uniformes;
- ix. os cercamentos dos edifícios organizados como condomínios serão permitidos, mas deverão adotar o seguinte padrão:

- todo perímetro poderá ser fechado desde que mantenha a permeabilidade visual a partir de um metro desde o nível da rua;

- x. a praça localizada entre os edifícios deve ser mantida como pública e receber manutenção periódica de modo a permitir sua apropriação pela população residente;
- xi. os espaços livres não utilizados ou pertencentes a alguns dos condomínios deverão receber tratamento paisagístico de modo a manter seu caráter como espaço livre e permitir sua apropriação pela comunidade local;

**2- Setor das Casas:** Caracteriza-se pela implantação de casas unifamiliares, sobrados, edifícios de pequeno porte (máximo de 3 pavimentos) e edifícios de expressivo gabarito (mais

de 10 pavimentos). Algumas dessas quadras apresentam grandes áreas livres desocupadas, sendo que algumas dispõem de acesso público.

#### Diretrizes específicas a serem adotadas no Setor das Casas:

- i. uso exclusivamente residencial, exceto nos lotes que não pertencem ao projeto implantado pelo IAPI na Rua da Monções e na Rua da Catequese onde será permitido o uso misto (habitacional com térreo comercial);
- ii. as casas que dispõem de elementos que permitam sua identificação com relação ao projeto original, como esquadrias e varandas no acesso ao imóvel, devem receber incentivos para que mantenham tais componentes;
- iii. em reformas ou novas construções o gabarito máximo permitido deverá ser de quatro metros a partir do nível da rua, o número máximo de pavimentos é um, os recuos laterais devem somar no mínimo quatro metros, e o recuo de frente deverá ser de no mínimo cinco metros;
- iv. os cercamentos dos lotes serão permitidos, mas deverão adotar o seguinte padrão:
  - o limite correspondente a testada da rua poderá ser fechado com alvenaria até um metro e meio a partir do nível da rua, acima disso deverá ser utilizado gradeamento que permita a permeabilidade visual;
  - os outros limites do lote (laterais e fundos), poderão ser fechados com qualquer material;
- v. as áreas livres do interior das quadras devem ser transformadas em pequenos parques públicos de acesso livre durante o dia e fechados no período noturno;
- vi. as áreas livres do interior das quadras devem receber tratamento paisagístico condizente a um parque, e deve ser dada preferência à implantação de vegetação de médio e grande porte que possa ser vista de outras áreas dentro do perímetro da ZEIP Vila Guiomar;
- vii. as áreas livres totalmente adjacentes às vias públicas devem ser destinadas à implantação de projetos de habitação de interesse social:
  - os projetos de habitação de interesse social devem respeitar as diretrizes estabelecidas no item ii;

**3- Setor dos Prédios Velhos:** Caracteriza-se pela presença de edifícios da tipologia J1-J2 e I2 cujas áreas livres ao redor são de acesso público, não possuem áreas impermeabilizadas, exceto as vias asfaltadas, e dispõem de vegetação expressiva.

#### Diretrizes específicas a serem adotadas no Setor dos Prédios Velhos:

- i. impedir a ocupação das áreas livres ao redor dos edifícios com quaisquer construções ou estruturas de modo a manter a composição volumétrica (arquitetônica e urbana) do conjunto edificado que se pretende valorizar;
- ii. remover as ampliações ou anexos que prejudiquem a composição volumétrica (arquitetônica e urbana) do conjunto edificado que se pretende valorizar;
- iii. os módulos do térreo não devem ser ocupados por habitações;
  - as famílias que vivem, atualmente, nos anexos ou em alguns dos módulos do térreo dos prédios deverão, preferencialmente, ser alocadas para os empreendimentos de habitação social previstos nas áreas livres não ocupadas e adjacentes às vias públicas disponíveis no Setor das Casas;
- iv. realizar a conservação dos imóveis de modo que as esquadrias sejam, na ocorrência de reformas, trocadas conforme um padrão com relação ao dimensionamento, material e desenho;
- v. as unidades que dispõem de esquadrias originais do projeto devem receber incentivos para que mantenham tais componentes;
- vi. as caixas de escada devem manter os elementos de iluminação e seus vidros, implantados no projeto original, visíveis e desobstruídos com relação à fachada exterior;
- vii. a pintura externa dos edifícios deve obedecer a uma paleta cromática de tons claros, evitando que os blocos não se tornem pontos focais de atenção na apreciação do Conjunto;
- viii. deverá ser discutido, junto aos moradores e para cada edifício, a necessidade de refazer o parcelamento do uso do térreo, visto que a maioria dos módulos não é utilizada como garagem, mas sim como área de apoio dos apartamentos (depósito ou lavanderia, por exemplo);
- ix. permitir a colocação de antenas parabólicas ou equipamentos similares somente no telhado dos edifícios;
- x. permitir a colocação, nas janelas, de varais para a secagem de roupa, que deveram ter desenho, material e dimensões uniformes;
- xi. a praça localizada em frente ao bloco dezessete deve ser mantida como pública e receber manutenção periódica de modo a manter sua apropriação e uso pela população residente;

xii. os espaços livres ao redor dos edifícios deverão receber tratamento paisagístico de modo a manter seu caráter como espaço livre com vegetação e devem receber manutenção periódica de modo a permitir sua apropriação pela comunidade local;

**4- Setor das Áreas livres e verdes:** Caracterizam-se por quadras ocupadas por vegetação e/ou por instituições, e são utilizadas pela população do entorno como área livre de lazer.

Diretrizes específicas a serem adotadas no Setor das Áreas Livres e Verdes:

- i. garantir o uso desses espaços como áreas livres, públicas e de lazer;
- ii. o uso do solo permitido limita-se a áreas livres e públicas e às instituições já existentes;
- iii. qualificar e manter as áreas livre com vegetação de modo a garantir sua utilização como praças e parque e compatibilizar as demandas de uso e apropriação da população atual;
- iiii. tratamentos paisagísticos realizados nessas áreas deverão priorizar a implantação de vegetação de médio e grande porte que possa ser vista de outras áreas dentro do perímetro da ZEIP Vila Guiomar;

**5- Setor dos Equipamentos:** Caracteriza-se pelo uso exclusivamente institucional devido a presença de duas escolas públicas, do reservatório de água e de um lote de uso da Prefeitura de Santo André. Apenas o Grupo Escolar, atualmente denominado como Escola Odylo Costa Filho, faz parte do projeto implantado pelo IAPI.

Diretrizes específicas a serem adotadas no Setor dos Equipamentos:

- i. garantir a manutenção do uso institucional;
- ii. impedir a ocupação das áreas livres ao redor do Grupo Escolar com quaisquer construções ou estruturas que possam prejudicar a sua composição volumétrica;
- iii. possíveis construções ou ampliações nos lotes adjacentes ao Grupo Escolar devem ser projetadas considerando a não interferência na composição volumétrica desse equipamento.

**6- Setor de Entorno:** Caracteriza-se pela ocupação de habitações unifamiliares baixas. Não faz parte do projeto implantado pelo IAPI, mas está inserido dentro do perímetro da ZEIP. Entende-se a manutenção de seu uso e ocupação, residências unifamiliares de baixo gabarito, são suficientes para garantir a conservação do Conjunto Vila Guiomar.

Além das diretrizes específicas expostas, outras questões relevantes e que devem ser

abordadas dizem respeito aos instrumentos, incentivos e à fiscalização necessários para o êxito da conservação proposta. O Plano Diretor de Santo André (2004) e o Plano de Proteção ao Patrimônio Cultural de Santo André apresentam alguns instrumentos que, acrescidos aqueles dispostos na Lei da ZEIPP, podem ser apropriados para incentivar a conservação do Vila Guiomar.

– **Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV:**

“Instrumento utilizado para análise e aprovação pelos órgãos competentes da administração municipal dos Empreendimentos ou Atividades de Impacto, públicos ou privados, que possam vir a causar:

I -alteração significativa na paisagem cultural;

II -sobrecarga na capacidade de atendimento da infra-estrutura urbana;

III -repercussões significativas nas relações sociais em decorrência do uso, porte ou ocupação projetados;

IV -deterioração na qualidade de vida da população circunvizinha.” (SANTO ANDRÉ, 2007: art. 57).

– **Transferência do Direito de Construir:** Atualmente, pode ser aplicado em bens imóveis tombados inseridos dentro da área urbana do município, e permite a transferência de até cem por cento do coeficiente de aproveitamento básico não utilizado, para outro imóvel. Em contrapartida o proprietário se compromete a garantir a conservação do bem.

– **Compensação Patrimonial:** exigência que o Poder Público Municipal pode fazer a um empreendedor privado que tenha causado “qualquer tipo de interferência negativa à paisagem cultural” (SANTO ANDRÉ, 2007: art. 59).

– **Assistência técnica gratuita para fins de preservação e conservação:**

“O Poder Executivo Municipal, através de seu órgão responsável, poderá oferecer assistência técnica gratuita àqueles que comprovarem a impossibilidade de arcar com os custos de elaboração de projetos, desenhos ou orientações técnicas para fins de preservação e conservação do conjunto edificado (...)” (SANTO ANDRÉ, 2007: art. 60)

– **Incentivos para manutenção ou benfeitorias nos bens imóveis:** de natureza tributária, podem ocorrer a partir da redução ou isenção do IPTU, de taxas relativas a aprovação de projetos de intervenção ou em serviços de qualquer natureza que esteja relacionado à manutenção, reparo ou restauração do bem cultural.

O Plano de Proteção ao Patrimônio Cultural de Santo André determina que cabe ao COMDEPHAAPASA proteger e valorizar o patrimônio cultural andreense, não especificando a necessidade do tombamento ou do registro e abrindo a possibilidade de considerar que o controle sobre as ZEIPs pode ser atribuído ao Conselho. A Lei da ZEIPP apresenta que a supervisão dos parâmetros reguladores de Paranapiacaba cabe à “*Administração Direta e Indireta, através de seus órgãos competentes (...)*” (SANTO ANDRÉ, 2007: art. 80), não anunciando precisamente algum órgão público como responsável.

Como apontado algumas vezes ao longo do trabalho, pensar a conservação de um bem cultural não é uma tarefa fácil. Há muito fatores que devem ser analisados e contemplados para que a finalidade da conservação não seja apenas “*a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas a manutenção dos valores neles representados*” (CASTRIOTA, ARAÚJO, 2009: 38). Parece válido considerar que o COMDEPHAAPASA deva ser o agente responsável pela gestão e supervisão dos critérios estabelecidos para a conservação do Conjunto Vila Guiomar, mas esse não é composto por um ou alguns bem imóveis, ou por poucos valores. Se a extensão territorial e o número de unidades habitacionais fazem do IAPI andreense um bairro, a complexidade cultural verificada evidenciou que há infinitas relações de sentido e significado, entre diversos agentes sociais e os vetores materiais que compõe o Conjunto, que tornam a conservação um necessário desafio a ser enfrentado.

O tombamento poderia ser um recurso facilitador na atribuição de responsabilidades quanto a supervisão das diretrizes propostas, contudo, a conservação vai além do reconhecimento de um objeto material como bem cultural e da definição de normas necessárias à sua preservação. Os valores, capazes de tornar um bem patrimônio cultural, são uma construção social ininterrupta que, dada essa condição, estão suscetíveis a alterações constantes. Pensar a conservação é encarar tal circunstância como vital ao bem cultural e entender que a preservação da significância cultural é um dever necessariamente compartilhado.

O campo do patrimônio é de natureza política e, portanto, o estabelecimento de direitos ocorre em conjunto com a atribuição de deveres (MENESES, 2012). Além disso, “*já é tempo de reconhecer que as pessoas e suas ações não podem ser consideradas perturbações e um perigo à conservação do patrimônio*” (CRAITH, KOCKEL, 2016 apud MENESES, 2017: 40). Se antes, com relação ao campo do patrimônio, o Estado caracterizava-se pela imposição de restrições, Castriota (2012: 218) alerta que, no contexto atual, ele passou a “*desempenhar o importante papel de articular os outros atores e de traçar em conjunto com eles os cenários de desenvolvimento futuro*”.

Desse modo, a prática da conservação precisa ser encarada como uma política pública que envolva órgãos públicos e sociedade civil na elaboração, discussão, fiscalização e execução das decisões tomadas em conjunto. Esse parece ser um caminho viável para que, tal como em outros campos, o patrimônio cultural andreense seja tratado e operado como uma das funções sociais da terra. Igualmente, tal caminho é capaz de permitir que a conservação do Conjunto Vila Guiomar seja enfrentada e realizada com êxito, de modo a evidenciar e tratar

esse lugar como representativo da memória social cujas práticas cotidianas fazem emergir múltiplos valores e significados que revelam a interrelação existente entre sua materialidade e sua essência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso trilhado ao longo deste trabalho final de graduação teve como ponto inicial o desejo de entender o IAPI Vila Guiomar como um bem cultural, dialogando com seus habitantes. Produzido ao longo de um ano e meio, todas as leituras e compreensões elaboradas só foram possíveis de serem realizadas porque o trabalho de campo e a aproximação com os moradores do Conjunto foram encarados como fundamentais. Entendido, de modo geral, como um exercício de investigação dos valores culturais, este trabalho contribui ao evidenciar que um conjunto de habitação social, mesmo repleto de alterações e intervenções, pode ser entendido como um bem cultural que apresenta múltiplas e singulares significações. Devendo, portanto, ser objeto de uma política de preservação.

Partindo do objetivo de compreender o IAPI andreense como patrimônio cultural foram determinadas duas abordagens que permitissem conhecer melhor o Conjunto: estudo de sua materialidade e o entendimento de como a comunidade local se relaciona com esse, e nesse, espaço. Construídas dia após dia, as análises obtidas em cada um desses percursos foram percebidas como complementares e dialógicas. Se a Constituição de 1988, por meio do artigo 216, reconhece o papel da sociedade como o agente que valora os bens que devem ser considerados patrimônio da nação (MENESES, 2012), o esforço de examinar o Vila Guiomar enquanto objeto mostrou como são agregadores os resultados provenientes de uma avaliação técnica.

Independente do caminho escolhido, os estudos elaborados revelaram quão diversos são os valores identificados. Como apontado, nem sempre os vetores materiais mobilizados nas relações cotidianas que conferem sentidos e significados ao Conjunto puderam ser identificados. Contudo, pode-se perceber que os objetos materiais conformam uma espécie de sistema no qual a comunidade se apropria de um ou mais elementos para estabelecer relações e criar representações que dão sentido e significado ao Vila Guiomar.

Em ambas abordagens realizadas ficou notório que os valores desse conjunto habitacional estão visíveis para quem se dispõe a observá-los e o permitem compreendê-lo como um patrimônio cultural. Assim, a questão que se coloca é, qual a dificuldade em percebê-lo e anuncia-lo como um bem cultural?

Foi visto que o tema da habitação social é raro na área patrimonial (NASCIMENTO, 2007), contudo a matriz de valoração identificada no Vila Guiomar mostrou que seus sentidos e significados são formados a partir de múltiplas narrativas que, somadas ao simbolismo desse espaço como representativo do modo de vida do trabalhador (NASCIMENTO, 2011) e como um lugar pertinente à memória operária da região do ABC paulista (SCIFONI, 2013), tornam

explícitos sua condição como patrimônio cultural.

Se o objetivo inicial do trabalho foi facilmente superado após a composição das múltiplas narrativas de valoração presentes no IAPI Vila Guiomar, o estado de alteração do Conjunto, decorrente da valorização fundiária, agrega outras questões. O processo de transformação de sua materialidade, como apontado, vêm descaracterizando-o, mas também explicita a necessidade da adoção de medidas para sua conservação, tarefa essa que não é simples, uma vez que precisa enfrentar a condição mutável dos valores e os conflitos decorrentes de sua própria realização. A necessidade de pensar os elementos que compõe o Conjunto (tipologias de edifícios e áreas livre e verdes) de forma sistêmica é outro ponto relevante, pois a destruição de algum desses elementos pode acarretar a perda de muitos dos valores que compõe sua significância atual. Um exemplo expressivo dessa situação é o caso do IAPI da Mooca, cuja única área livre, verde e pública foi leiloada e agora pertence a um empreendedor privado.

Pensar a conservação do IAPI andreense é um desafio que precisa ser enfrentado dado que é a alternativa mais provável de garantir não só a manutenção ou modificação dos valores atuais, mas também de possibilitar que novos sentidos e significados sejam estabelecidos. As relações cotidianas que os sujeitos sociais estabelecem com um bem cultural não podem sofrer interferência direta tal como é possível realizar com os vetores materiais mobilizados nessas ações. Assim, pensar a conservação de um bem cultural é transcender o pensamento da preservação da materialidade por si mesma, entendendo a matéria como o suporte das relações que conferem sentidos e significados aos bens culturais (CASTRIOTA, ARAÚJO, 2009).

Em um contexto urbano como o do Conjunto Vila Guiomar, atuar no vetor material do bem cultural é intervir em espaços da cidade. Portanto, essa conservação não pode se limitar à compreensão dos aspectos físicos do objeto, mas deve ter uma apreensão maior considerando também as relações entre os elementos que compõe o bem. Assim, a prática da conservação precisa ser encarada como uma ação de planejamento, ou seja, uma política pública que deve ser construída junto com a sociedade e que permita a continuidade das práticas sociais cotidianas – as quais fazem emergir múltiplos valores e significados que revelam a interrelação existente entre a materialidade e a essência do bem cultural.

A realização deste trabalho, além de ser o marco final da minha graduação, proporcionou uma rica compreensão sobre diversas questões relacionadas ao campo do patrimônio e a respeito da necessária aproximação entre planejamento urbano e ações patrimoniais. Em nenhum momento se teve a pretensão de formular uma metodologia para pensar os conjuntos habitacionais construídos entre 1930 e 1964 como patrimônio cultural. Contudo, a partir do que foi feito para o IAPI Vila Guiomar, e consciente das diversas limitações disciplinares existentes, acredito que este trabalho se encerra como um indício de um caminho possível que permite o conhecimento da riqueza que pode ser a significância cultural de um conjunto operário de habitação social.

# REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

## Parte I, Materialidade

01. Imagem de Satélite do Google Earth (2017). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
02. Mapa base da Prefeitura Municipal de Santo André. Desenho elaborado por Guides (2008) e redesenhado, com o acréscimo de informações, por Larissa Silva (2017).
03. Acervo do INSS de Santo André.
- 04 a 10. Escritório Technico Américo De Carvalho Ramos (1939a).
11. Escritório Technico Américo De Carvalho Ramos (1939b).
12. Acervo da Prefeitura Municipal de Santo André apud Pegurer (2012).
13. Acervo Fundo Câmara Municipal de São Bernardo, Museu de Santo André Dr. Octaviano Gaiarsa apud Guides (2008).
14. Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social.
15. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Sobreposição e desenho elaborados e produzidos por Larissa Silva (2017).
16. Revista Inapiários, n. 50, p. 33, jun. 1942.
17. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
18. Acervo INSS de Santo André. Montagem das fotos parciais da planta feita por Larissa Silva (2018).
19. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
20. Acervo do INSS de Santo André; Bruna (2010); Pessolato (2007); Prefeitura Municipal de Santo André. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
21. Acervo do INSS de Santo André; Prefeitura Municipal de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
22. Acervo do INSS de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Indicação dos usos desenhada por Larissa Silva (2017).
23. Acervo do INSS de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Indicação dos usos desenhada por Larissa Silva (2017).
24. Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social.
25. Goodwin, 1943.
26. Acervo do INSS de Santo André; Prefeitura Municipal de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
27. Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
28. Acervo do INSS de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Esquema e indicação dos usos elaborados e produzidos por Larissa Silva (2017).
29. Acervo do INSS de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Esquema e indicação dos usos elaborados e produzidos por Larissa Silva (2017).
30. Goodwin, 1943.
- 31 a 33. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015).
34. Acervo do INSS de Santo André; Prefeitura Municipal de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
35. Acervo do INSS de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Indicação dos usos desenhada por Larissa Silva (2017).
36. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.
37. Acervo do INSS de Santo André; Prefeitura Municipal de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
38. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Indicação dos usos desenhada por Larissa Silva (2017).
39. Acervo do INSS de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Indicação dos usos elaborada e produzida por Larissa Silva (2017).
40. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Planta redesenhada, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Indicação dos usos elaborada e produzida por Larissa Silva (2017).
41. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.
42. Acervo do INSS de Santo André; Prefeitura Municipal de Santo André; Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
- 43 a 44. Mindlin (1956).
45. Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social.
46. Mindlin (1956).
47. Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social.
- 48 e 49. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.
50. Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social.
- 51 a 55. Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social. Recorte e linhas de destaque elaboradas e produzidas por Larissa Silva (2018).
- 56 e 57. Site da Revista Acrópole elaborado pela FAUUSP. Recorte e linhas de destaque elaboradas e produzidas por Larissa Silva (2018).
- 58 e 59. Mindlin (1956).
- 60 e 61. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa; Pereira (1992); Pessolato (2007). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
- 62 a 65. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa; Pereira (1992). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
66. Acervo do INSS de Santo André. Elevações redesenhadas por Larissa Silva (2015). Recorte e linhas de destaque elaboradas e produzidas por Larissa Silva (2018).
67. Acervo da autora, foto tirada em 27 de julho de 2015.
68. Google Street View, fevereiro de 2011. Acesso em abril de 2018.

69. Google Street View, agosto de 2016. Acesso em abril de 2018.
70. Fonte: Google Street View, julho de 2017. Acesso em abril de 2018.
- 71 e 72. Acervo da autora, foto tirada em 20 de maio de 2017.
73. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Dados levantados em visita de campo realizada em maio de 2017. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2018).
74. Acervo da autora, primeira foto tirada em 27 de julho de 2015 e segunda foto tirada em 20 de maio de 2017.
- 75 a 78. Acervo da autora, foto tirada em 20 de maio de 2017.
79. Primeira foto retirada do Google Street View, fevereiro de 2011. Acesso em abril de 2018. Foto do prédio pertencente ao acervo da autora, foto tirada em 20 de maio de 2017.
80. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Dados levantados em visita de campo realizada em maio de 2017. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
81. Acervo do INSS de Santo André. Elevações redesenhadas por Larissa Silva (2015). Recorte e linhas de destaque elaboradas e produzidas por Larissa Silva (2018).
- 82 a 128. Acervo da autora, fotos tiradas em 2017.
129. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Dados levantados em visita de campo realizada em maio de 2017. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
130. Acervo da autora, foto tirada em 09 de dezembro de 2017.
131. Acervo da autora, foto tirada em 27 de julho de 2015.
132. Acervo da autora, foto tirada em 20 de maio de 2017.
133. Acervo da autora, foto tirada em 27 de julho de 2015.
- 134 e 135. Acervo da autora, foto tirada em 20 de maio de 2017.
136. Google Street View, Agosto de 2016. Acesso em abril de 2018.
137. Prefeitura Municipal de Santo André, Plano Diretor do Município de Santo André (2012). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2018).
138. Acervo do INSS de Santo André; Prefeitura Municipal de Santo André. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
139. Acervo da Prof. Dra. Simone Scifoni, Prefeitura Municipal de Santo André. Mapa base redesenhado, a partir das fontes citadas, por Larissa Silva (2015). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
140. Mapa digital da cidade disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2017).
141. Mapa base - Prefeitura Municipal de Santo André, Levantamento - QUAPÁ: Caderno Santo André (2016). Desenho produzido por Larissa Silva (2018).
142. Mapa base - Prefeitura Municipal de Santo André, Levantamento - QUAPÁ: Caderno Santo André (2016). Desenho produzido por Larissa Silva (2018).
143. Prefeitura Municipal de Santo André, IBGE (2010) - mapas interativos. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva (2018).

## Parte II, Essência

144. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André (2014) e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
145. Acervo da autora, foto tirada em 24 de março de 2018.
146. Acervo da autora, foto tirada em 24 de março de 2018.
147. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André (2014) e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
148. Acervo da autora, foto tirada em 24 de março de 2018.
- tabela 01. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
149. Acervo da autora, foto tirada em 24 de março de 2018.
150. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André (2014) e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
151. Acervo da autora, foto tirada em 24 de março de 2018.
152. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André (2014) e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
- 153 e 154. Acervo da autora, foto tirada em 07 de abril de 2018.
- tabela 02. Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
155. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André (2014) e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
156. Acervo da autora, foto tirada em 07 de abril de 2018.
- 157 a 159. Acervo da autora, foto tirada em 21 de abril de 2018.
- 160 a 162. Acervo da autora, foto tirada em 21 de abril de 2018.
163. Acervo da autora, foto tirada em 21 de abril de 2018.
- 164 a 166. Acervo da autora, foto tirada em 21 de abril de 2018.

## Parte III, Patrimônio

167. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André (2014) e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
168. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André (2014) e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.
- tabela 03. Lei n. 9.924/16. Tabela diagramada por Larissa Silva (2018).
169. Mapa base redesenhado, a partir de mapa digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Santo André (2014) e de imagens de satélite do Google Earth, por Larissa Silva (2018). Desenho elaborado e produzido por Larissa Silva, 2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Antônio de. *Movimentos Sociais e História Popular: Santo André nos Anos 70 e 80*. São Paulo: Editora Marco Zero/ MCT-CNPq, 1992.
- ANDRADE, Liza M. de Souza. O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 042.02, Vitruvius, nov. 2003.
- AVRAMI, Erica; RANDALL, Mason; DE LA TORRE, Marta. *Values and heritage conservation: research report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- BARRETO JÚNIOR, Ivo. *Entre a matéria e as imatérias: Plano de Conservação Integrada da Casa da Flor, em São Pedro da Aldeia/RJ*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- BENFATTI, Denio Munia. QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livre urbanos: construindo um referencial teórico. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, n. 24, p. 81-87, dec. 2007.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Os pioneiros da habitação social: Cem anos de construção de política pública no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Edições Sesc, 2014. v. 1
- \_\_\_\_\_; KOURY, Ana Paula. *Os pioneiros da habitação social: Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Edições Sesc, 2014. v. 2
- BOTAS, Nilce C. Aravecchia. *Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI*. Tese (doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.
- \_\_\_\_\_. Realengo: reprodutibilidade e singularidade. São Paulo, UNESP; SESC, 2014. p. 6-41. In: Bonduki, Nabil Georges; Koury, Ana Paula, orgs. *Os pioneiros da habitação social: onze propostas de morar para o Brasil moderno*, São Paulo: UNESP; SESC, 2014, v. 3.
- BOTAS, Nilce C. Aravecchia; KOURY, Ana Paula. “A cidade industrial brasileira e a política habitacional na Era Vargas (1930-1954)”. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 144-165, ago. 2014.
- BRASIL. *Decreto-Lei n. 25/37*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- BRUNA, Paulo J. Valentino. *Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil, 1930-1950*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- CASTRIORA, Leonardo Barci; ARAÚJO, Guilherme. “Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI”. *Arquitetura Revista*, São Leopoldo-RS, v. 5, n. 1, p. 38-54, jan./jul. 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. O Patrimônio Cultural Brasileiro e os desafios do compartilhamento de competências. In: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto, 2009: Iphan, v.1, p. 212-219, 2012.
- CERROTTI, Alessandra. *Edilizia residenziale pubblica del dopoguerra in Italia: questioni di conservazione e di restauro*. Tese (doutorado). Roma: Università degli Studi di Roma La Sapienza, 2010.
- CHAVES, Carolina; LINS, Juliane; SCOCUGLIA, Jovanka B. Cavalcanti. Percepção e memória da cidade: O ponto de Cem Réis. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 068.07, Vitruvius, jan. 2006.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CLASA. *Serviço Social*. Santo André, [s/d]. Disponível em <[http://www.clasa.org.br/site/servico\\_social](http://www.clasa.org.br/site/servico_social)>. Acesso em jul. 2017
- COMDEPHAAPASA. *Ata da reunião realizada em 12 de agosto de 2014*. p. 1-3, 2014.
- CONPRESP. *Resolução n. 18*. Tombamento do Conjunto Residencial da Mooca/IAPI, 2018.
- CORPO DE PATRULHEIROS MIRINS. *Quem somos*. Santo André, [s/d]. Disponível em <<https://www.patrulheirosmirins.com/quem-somos>>. Acesso em jul. 2017.
- CORONA, Eduardo. LEMOS, Carlos A. Cerqueira. *Dicionário da arquitetura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Romano Guerra, 2017.
- CUNHA, Claudia dos Reis e. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. *Revista CPC*, São Paulo, n. 2, p. 6-16, oct. 2006.
- DIÁRIO DO GRANDE ABC. Escrituras começam a ser regularizadas. *Diário do Grande ABC*. s/l, 05 out. 1982.
- \_\_\_\_\_. Proprietários não conseguem escrituras. *Diário do Grande ABC*. s/l, 06 abr. 1986.
- \_\_\_\_\_. Grupo faz reurbanização de área. *Diário do Grande ABC*. s/l, 12 fev. 1989.
- Esriptorio Technico Américo de Carvalho Ramos. *Villa Operária de Santo André: levantamento topográfico*. São Paulo: v. 1, 1939a.
- \_\_\_\_\_. *Villa Operária de Santo André: levantamento topográfico*. São Paulo: v. 2, 1939b.
- FAUUSP. *Revista Acrópole: sobre a Revista Acrópole*. Disponível em <[www.acropole.fau.usp.br](http://www.acropole.fau.usp.br)>. Acesso em jan. 2018.
- FERNANDES, Simone M. Silvestre. *Reflexões para ações educativas em conjuntos urbanos tombados: Ouro Preto*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: IPHAN, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, 2014.
- FIGUEIREDO, Vanessa G. Bello. Instrumentos urbanísticos para a preservação do patrimônio cultural: o exemplo de Paranapiacaba. In: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto, 2009: Iphan, v.1, p. 261-274, 2012.
- \_\_\_\_\_. Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento?. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-110, jun. 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio.

In: IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*. Brasília: IPHAN, MinC, DID, 2000.

FRASSON, Alexandra de Souza. *Habitação Social e arquitetura moderna: a apropriação dos conjuntos residenciais dos IAPs (1940-2000)*. Dissertação (mestrado). São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2000.

GALVEZ, Camila. Museu da 2ª Guerra corre o risco de fechar. *Diário do Grande ABC*. Santo André, 15 Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/535411/museu-da-2-guerra-corre-risco-de-fechar>>. Acesso em jul. 2017.

GOODWIN, Philip. *Brazil Builds. Architecture New and Old 1652-1942*. Nova York: The Museum of Modern Art, 1942.

GUIDES, Fátima R. Mônaco. *Moradias urbanas em Santo André (1900-1950): caracterização da arquitetura popular e seus meios de produção*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

ICOMOS, Australia. *A Carta de Burra*, 1999. Tradução para a língua portuguesa por ARAÚJO, Antônio de Borja, 2006. Disponível em <<http://www.icomos.org/australia/burra.html>>. Acesso em abr. 2018

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dec. 2010.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARGUTI, Bárbara Oliveira. *Conjunto habitacionais: Estruturação socioespacial e acesso à cidade no município de Santo André*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MASCHIO, Gilberto. *Um pouco de nossa história*. Santo André, 2010. Disponível em: <<http://lionscampestresantoandre.xpg.uol.com.br/07%20historia.htm>>. Acesso em jul. 2017.

MEDICI, Ademir. *Migração, Urbanismo e Cidadania: A história de Santo André contada por seus personagens*. Santo André: Projeto Viva Cidade/ Prefeitura de Santo André, 1989.

\_\_\_\_\_. O modelo que vem do prédio 40. *Diário do ABC*. s/l, 29 dec. 2013a.

\_\_\_\_\_. Vila Guimar preserva sua colmeia. *Diário do ABC*. s/l, 30 dec. 2013b.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto, 2009: Iphan, v.1, p. 25-39, 2012.

\_\_\_\_\_. Repovoar o Patrimônio Ambiental e Urbano. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 36 (Patrimônio: desafios e perspectivas), p. 39-51, 2017.

MINDLIN, Henrique Ephim. *Modern Architecture in Brazil*. Rio de Janeiro: Colibris, 1956.

MOTA, Lucia G. Santos; et. al. Desenho e Percepção: Os mapas mentais na apreensão do espaço público. In: *Traços de Desenho*. XI Seminário do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultural e Interatividade. Feira de Santana: UEFS, 2015.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Habitação como patrimônio: a preservação dos conjuntos residenciais modernos. *Revista CPC*, São Paulo, n. 4, p. 23-39, oct. 2007.

\_\_\_\_\_. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio / Secretaria das Culturas / DGDI, 2008.

\_\_\_\_\_. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. Tese (doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Historiografia e Habitação Social: Temas e Lugares por Meio dos Manuais de Arquitetura Brasileira. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, São Carlos, n. 16, p. 6-16, jul. 2012.

\_\_\_\_\_; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *Memória dos conjuntos residenciais modernos em São Paulo: preservação do patrimônio cultural e educação patrimonial*. 2016. (Relatório de pesquisa).

\_\_\_\_\_. Morar, Lembrar E Preservar: o patrimônio cultural dos conjuntos residenciais dos IAPs em São Paulo por meio de seus moradores. In: *Arquimemória 5*, 2017, Salvador. Anais do V Encontro Internacional do sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador: IAB-BA, 2017.

NEVES, Heloisa. *Mapas de Encontro: estudos de percepção*. São Paulo: Annablume, 2010.

NITO, Mariana K. da Silva. *Heurística para Entornos de Bens de Interesse Cultural baseada na Ambiência: uma experiência na Casa de Portinari em Brodowski - SP*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: IPHAN, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, 2015.

\_\_\_\_\_; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 5, p. 38-49, set. 2017.

OLIVEIRA, Camila Silva de. *Lago Igapó II, Londrina (PR): natureza, história e afeto no campo do patrimônio cultural*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2018.

OTTONI, Dacio A. Benedicto. Introdução. In: HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins de amanhã*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PASSARELLI, Silvia. H. Facciolla. *O diálogo entre o trem e a cidade: O caso de Santo André*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP)*. Tese (doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

PEABIRU-TCA/ IPHAN. *Relatório da Oficina do Mapa do Patrimônio de Iguape*. Iphan-SP, 2008.

PEDROSA, Patrícia Coelho. *Significância Cultural como critério para conservação do patrimônio mundial*. Dissertação (mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

PEGURER, Cristina. *Terras públicas e usos privados: áreas reservadas no parcelamento do solo: estudo de caso para o município de Santo André*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

PEREIRA, José A. Belo. *Caderno de Planejamento de Bairro: Vila Alpina e Vila Guiomar*. Coordenadoria de Planejamento / Departamento de Planejamento Urbano / Prefeitura de Santo André, 1992.

PEREIRA, Júlia da Rocha. *Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu - PE*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: IPHAN, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, 2012.

PESSOLATO, Cintia. *Conjunto IAPI Vila Guiomar - Santo André - SP: projeto e história*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

PIRES, Simone Campos. *A valorização do território de identidade de São Pedro de Itabapoana*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: IPHAN, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, 2017.

OLIVEIRA, Tiago. Grana desiste de ceder terreno a entidade que cuida de crianças carentes. *Repórter Diário*, Santo André, 01 Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2185354/grana-desiste-de-ceder-terreno-a-entidade-que-cuida-de-criancas-carentes/>>. Acesso em jul. 2017.

REVISTA INAPIÁRIO. *Visita à Vila Guiomar*. Revista Inapiários, n. 38, p. 18, jun. 1941.

SANTO ANDRÉ. *Lei nº 8.696*. Institui o novo Plano Diretor do município de Santo André, 2004.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.018*. Regulamenta a Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba, no Município de Santo André e dá outras providências, 2007.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394*. Altera disposições da Lei nº 8.696, 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.924*. Dispõe sobre a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Santo André, e dá outras providências., 2016.

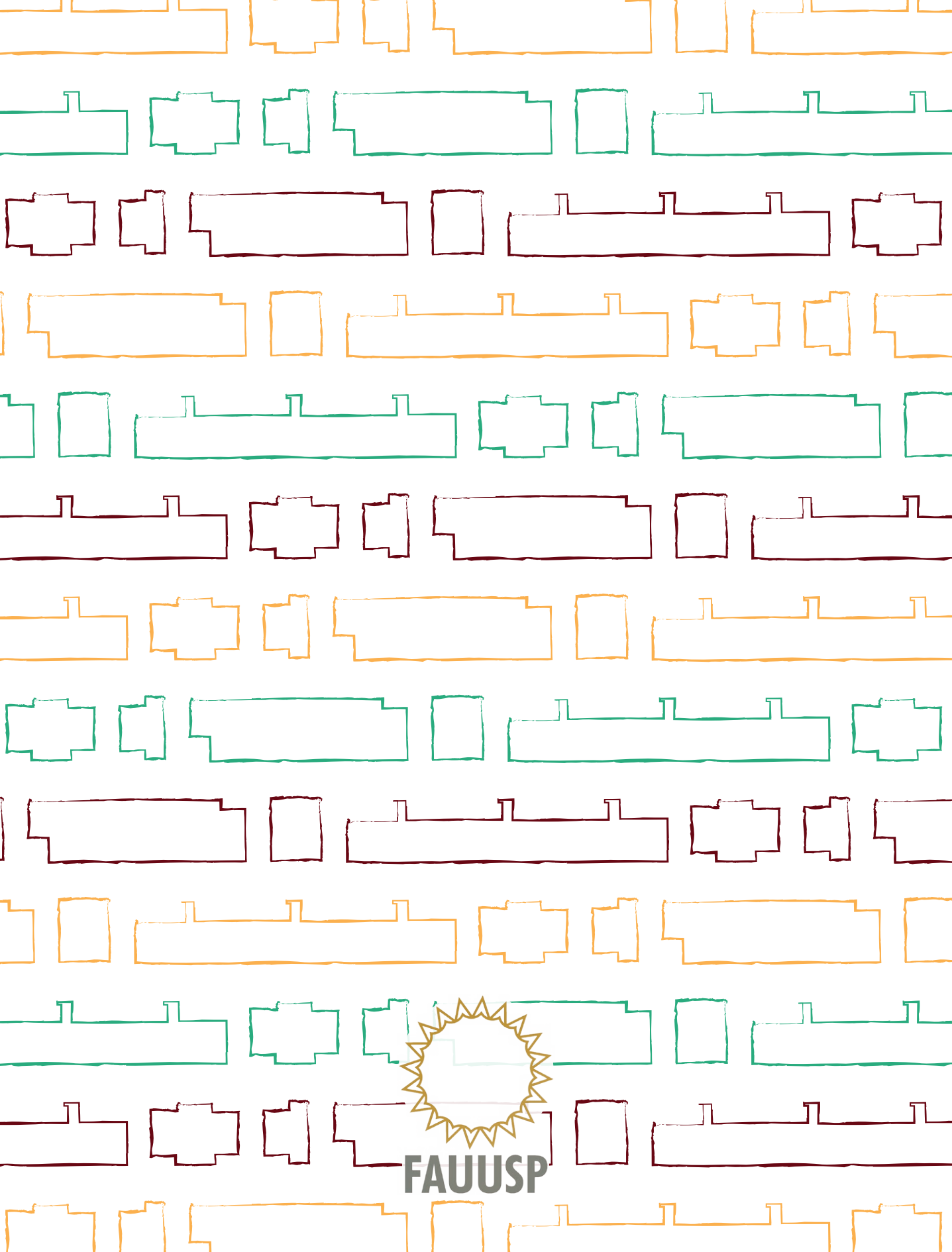
SCIFONI, Simone. Educação para o exercício da cidadania. In: SCIFONI, Simone (org.). *Caderno de Educação Patrimonial: memória urbanas de Iguape - SP*. Iguape: Prefeitura Municipal de Iguape / Universidade de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Lugares de Memória Operária da metrópole paulista. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, n. 33, p. 98-110, apr. 2013.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: IPHAN. *Educação patrimonial [recurso eletrônico]: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: Iphan-PB / Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016

WOLFF, Silvia F. Santos. *Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. 1. Ed. São Paulo: Edusp/ FAPESP/ Imprensa Oficial, 2001.

ZÁRATE, Simone. *Santo André Cidade Futuro - Esta cidade é show: verso e reverso das políticas culturais*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2011.



**FAUUSP**